**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**As leis ambientais e a questão socioambiental contemporânea: eficácia do
Sistema Nacional de Unidades de Conservação na
Estação Ecológica Jureia-Itatins**

Flávia Lordello Piedade

Tese apresentada para obtenção de título de Doutora em
Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2014**

Flávia Lordello Piedade
Bacharel em Direito

As leis ambientais e a questão socioambiental contemporânea: eficácia do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Estação Ecológica Jureia-Itatins
versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientadora:
Profª Drª **SILVIA MARIA GUERRA MOLINA**

Tese apresentada para obtenção de título de Doutora em
Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Piedade, Flávia Lordello

As leis ambientais e a questão socioambiental contemporânea: eficácia do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Estação Ecológica Jureia-Itatins / Flávia Lordello Piedade. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2014.
224 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

1. SNUC 2. Unidades de Conservação 3. Eficácia 4. Estação Ecológica Jureia-Itatins I. Título

CDD 333.72
P613L

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, ao Mestre Jesus Cristo, à Mãe Maria e toda a espiritualidade amiga pela oportunidade do estudo e pela força e coragem que me concederam nesta caminhada;

Agradeço a querida amiga e orientadora Dr^a Silvia Maria Guerra Molina por todo o processo de aprendizado que me proporcionou, principalmente pelos ensinamentos de vida que jamais serão esquecidos;

Agradeço a minha pequena Luíza pelo amor que me transbordou com sua chegada durante o curso do doutorado. Com todas as dificuldades de adaptação, seu nascimento me deixou ainda mais disciplinada e com isso finalizei com êxito essa jornada;

Agradeço ao meu amado Rodrigo pela paciência, dedicação, auxílio, companheirismo e pelo amor nesta caminhada;

Agradeço aos meus amados pais Paulo e Raquel e à minha irmã Karina e a linda Sofia pelo apoio e amor incondicional;

Agradeço aos demais familiares, de sangue ou do coração pelas palavras de força, coragem e auxílio constante;

Agradeço aos amigos e funcionários do Laboratório de Ecogenética de Resíduos Agroindustriais e Ecologia Humana, do Departamento de Genética da ESALQ/USP, bem como aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada, especialmente à Mara Casarin pela competência e atenção que sempre me atendeu;

Agradeço aos entrevistados pela disposição em contribuir com minha pesquisa. Em especial, agradeço ao Roberto Nicácio, ao Dr. José Eduardo Ramos Rodrigues, à Dr^a Nilce Panzutti e à Dr^a Gabriela Narezi;

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de doutorado, o que me permitiu dedicação exclusiva à presente pesquisa.

SUMÁRIO

RESUMO.	7
ABSTRACT.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	13
LISTA DE SIGLAS	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Apresentação e Justificativa.	17
1.2 Objetivo Geral.	20
1.3 Objetivos Específicos.	20
1.4 Hipótese.....	20
2 METODOLOGIA.....	21
2.1 Tipo de estudo.	21
2.2 Procedimentos Metodológicos.	22
2.2.1 Sujeitos da pesquisa.....	23
2.2.2 Instrumento da pesquisa.	24
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	27
3.1 Considerações sobre a Eficácia das Leis	27
3.2 Contexto Histórico das Áreas Protegidas	32
3.3 Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei nº 9985/2000.....	42
3.3.1 Do Projeto à Promulgação da Lei nº 9985/2000.	42
3.3.2 Análise da Lei nº 9985/2000.	47
3.3.2.1 Categorias de Unidades de Conservação.....	48
3.3.2.1.1 Proteção Integral.....	49
3.3.2.1.2 Uso Sustentável.	53
3.3.2.2 Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação.....	58
4 ÁREA DE ESTUDO.	65
4.1 Caracterização Física e Ambiental.	65
4.2 Histórico das Mudanças na Categorização da Jureia-Itatins..	70
4.3 Caracterização dos Moradores Locais – origem; modos de produção e subsistência; contingente populacional.....	76
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	127

REFERÊNCIAS.....	131
ANEXOS.	141

RESUMO

As leis ambientais e a questão socioambiental contemporânea: eficácia do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Estação Ecológica Jureia-Itatins

A Lei Federal n. 9.985/2000 regulamentou o artigo 225, §1º, inciso III da Constituição Federal que prevê a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, em todas as unidades da Federação. A legislação infraconstitucional, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) concentra em um único documento diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs), ordenando os conceitos e classificações que anteriormente se confundiam em leis esparsas. Mesmo com a previsão legal, que impulsionou a criação de UCs em todo o Brasil é importante avaliar se essas áreas protegidas, além de serem criadas, estão sendo geridas e implementadas efetivamente. Dessa forma, o presente estudo se propôs a avaliar a eficácia do SNUC no processo histórico da Estação Ecológica Jureia-Itatins, com relação à conservação da sociobiodiversidade. A escolha da área de estudo justifica-se pela complexidade do seu contexto histórico caracterizado por sucessivas alterações nas categorias de unidades de conservação e as consequências observadas na proteção à biodiversidade e às comunidades locais. A pesquisa em questão optou pela estrutura de estudo de caso e pela abordagem qualitativa para atingir os objetivos pretendidos. Os recursos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a documental e a pesquisa de campo, esta última realizada mediante instrumento da entrevista semi-estruturada. A eficácia da referida lei foi avaliada a partir de indicadores que emergiram da própria legislação analisada. Os resultados indicam a ineficácia de quase todos os indicadores analisados na EEJI, confirmando dentre outros fatores, um quadro de ineficiência da política ambiental estadual na gestão das UCs.

Palavras-chave: SNUC; Unidades de Conservação; Eficácia; Estação Ecológica Jureia-Itatins

ABSTRACT

Environmental laws and contemporary socio-environmental issue: the effectiveness of the National System of Units Conservation in Jureia-Itatins Ecological Station

The Federal Law n. 9.985/2000 regulated article 225, § 1º, III of the Federal Constitution which provides the establishment of territorial spaces specifically protected, in all units of the Federation. This legislation, which created the National System of Units Conservation (SNUC) focuses different categories on a single document of units conservation (UCs), ordering the concepts and classifications which previously merged in other laws. Even with the legal provision, that spurred the creation of UCs throughout Brazil, is important to assess whether these protected areas, besides being created, have been managed and implemented effectively. Thus, the present study was to evaluate the effectiveness of SNUC in the historical process of Jureia-Itatins Ecological Station, with respect to conservation sociobiodiversity. The choice of the study area is justified by the complexity of its historical context characterized by successive changes in the categories of units conservation and the consequences seen in protecting biodiversity and local communities. The research in question opted to structure the case study and the qualitative approach to achieve the intended goals. The methodological tools used for data collection were the references of the published literature, documentary and field research, with semi-structured interview. The effectiveness of this Law was assessed from indicators that emerged from the legislation itself analyzed. The results [has] suggested the ineffectiveness of almost all indicators analyzed in EEJI, confirming among other factors, the inefficiency of state environmental policy in the management of UCs.

Keywords: SNUC; Units of Conservation; Effectiveness; Jureia-Itatins Ecological Station

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Metodológico	26
Figura 2 – Estação Ecológica Jureia-Itatins, conforme Decreto Estadual 24646/86 (SÃO PAULO, 1986)	65
Figura 3 – Municípios que compreendem o Vale do Ribeira/São Paulo	66
Figura 4 – Formações do relevo da Jureia-Itatins	67
Figura 5 – Disposição do primeiro mosaico Jureia-Itatins conforme Lei Estadual n. 12406/06 (SÃO PAULO, 2006)	72
Figura 6 – Disposição do segundo mosaico Jureia-Itatins, conforme a Lei Estadual n. 14.982/2013 (SÃO PAULO, 2013)	73
Figura 7 – Histórico das principais mudanças na categorização da Jureia-Itatins.	75
Figura 8 – Ocupação humana na Estação Ecológica Jureia-Itatins em 1990	85
Figura 9 – Revisão do cadastro de ocupação na EEJI	86
Figura 10 – Quadro Geral dos processos de desapropriação direta por núcleos	101
Figura 11 – Quadro geral dos processos de desapropriação	102
Figura 12 – Áreas julgadas devolutas	102
Figura 13 – Regularização Fundiária Estação Ecológica Jureia-Itatins (2005)	103
Figura 14 – Disposição do primeiro mosaico Jureia-Itatins conforme Lei Estadual n. 12406/2006 (SÃO PAULO, 2006)	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características das Unidades de Conservação previstas no SNUC	49
Tabela 2 – Ocupação da Jureia-Itatins	77
Tabela 3 – Áreas de Domínio Definitivo ou Relativo e Áreas Sub Judice, EEJI, São Paulo, 1998	100
Tabela 4 – Áreas Pendentes de Regularização Fundiária, EEJI, São Paulo, 1998	100

LISTA DE SIGLAS

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
APA – Área de Proteção Ambiental
CDB – Convenção da Diversidade Biológica
CGO – Cadastro Geral de Ocupantes
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
COTEC – Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal
CPNAP – Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
EE – Estação Ecológica
EEJI – Estação Ecológica Jureia-Itatins
FF – Fundação Florestal
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
GAEMA – Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IF – Instituto Florestal
MAB – Programa *Man and Biosphere*
MN – Monumento Natural
NUCLEBRAS – Empresa Nuclear Brasileira
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RB – Reserva da Biosfera
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RIO-92 – Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SMA – Secretaria do Meio Ambiente

UMJ – União dos Moradores da Juréia

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UIPN – União Internacional para a Proteção da Natureza

WWF – Fundo Mundial da Natureza

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação e Justificativa

Os estudos cujo tema envolva o Direito Ambiental têm como característica fundamental a interdisciplinaridade¹. Ou seja, “depende[m] de conhecimentos gerados em outros domínios científicos e por áreas de incursão intelectual com as quais a ambiência jurídica não mantinha intimidade” (NALINI; LEVY, 2011, p. 967).

O próprio conceito deste ramo do Direito justifica sua inclusão como “tema transversal” na Portaria n. 3.816/02², pois “o Direito Ambiental, na sua estruturação, busca elementos em todos os ramos do Direito, não se fechando em si mesmo” (MACHADO, 2012, p. 63). Acrescenta o autor a elucidação de Michel Prieur sobre a definição desta área do Direito:

Na medida em que o ambiente é a expressão de uma visão global das intenções e das relações dos seres vivos entre eles e com seu meio, não é surpreendente que o Direito do Ambiente seja um Direito de caráter horizontal, que recubra os diferentes ramos clássicos do Direito (Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional), e um Direito de interações, que se encontra disperso nas várias regulamentações. Mais do que um novo ramo do Direito com seu próprio corpo de regras, o Direito do Ambiente tende a penetrar todos os sistemas jurídicos existentes para os orientar num sistema ambientalista (Ibid., p. 62).

Sobre a interdisciplinaridade, Nalini e Levy (2011, p. 969) asseveram:

Uma abordagem interdisciplinar inaugura a cultura do diálogo entre os saberes. É certamente um passo essencial para a reformulação de currículos, ementas, objetivos disciplinares, justificativas teóricas e para a produção de novos textos básicos e complementares para o estudo das matérias regulares.

Antunes (2001, p. 37) acrescenta:

Não se pode pensar a proteção jurídica do meio ambiente sem se considerar dados relevantíssimos que são trazidos para o interior do universo do Direito Ambiental por outros ramos do conhecimento humano, como biologia, química, meteorologia, outras ciências sociais, etc. Especialmente nesse ramo do direito, questões que aparentam ser puramente jurídicas, muitas vezes exigem que o jurista recorra a conceitos de outras ciências para solucioná-las.

O ramo do Direito Ambiental tem como objeto de tutela o “meio ambiente”³ que recebeu proteção constitucional a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O artigo 225 *caput* prevê:

¹ Aqui compreendida por “pesquisas sobre assuntos que estão na fronteira de dois ou mais campos de conhecimento” (ABRAMO, 1979, p. 34).

² Trata-se de Portaria que incluiu o Direito Ambiental na lista de disciplinas exigidas no Exame Nacional de Cursos (MACHADO, 2012, p. 63).

³ Adotamos aqui o conceito de “meio ambiente” definido pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/81): Art. 3º, I – “meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Como forma de assegurar a efetividade do direito supra, o artigo 225, §1º, inciso III, incumbiu ao Poder Público:

Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Muito embora já existissem leis que regulamentassem algumas categorias de áreas protegidas no Brasil, o advento da Lei 9985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC) representou um marco para a tutela das áreas protegidas brasileiras por ser o “primeiro instrumento legal que busca elencar e definir as diferentes categorias de unidades de conservação existentes no território nacional, sistematizando classificações que anteriormente se sobrepunham ou se confundiam” (MILARÉ, 2011, p. 908).

O *caput* do artigo 225 constitui uma “norma-fim que, para ser efetivada, requer a realização dentro do quadro político estatal de uma série de atos” (DERANI, 2001, p. 233) e a efetividade do inciso III deste artigo ocorreu principalmente com a promulgação da Lei 9985/00.

Porém, catorze anos após sua promulgação, somos compelidos a indagar se esta Lei está de fato concretizando os anseios constitucionais nas unidades de conservação (UC) criadas no Brasil. Ou seja, se a Lei 9985/00 atinge os objetivos propostos em seu texto legal ou, mais ainda, se possui eficácia.

Dessa forma, o presente trabalho tem como recorte a interação entre as leis ambientais e a questão socioambiental contemporânea tendo como estudo de caso as sucessivas mudanças na categorização da Unidade de Conservação Jureia-Itatins.

A escolha da área de estudo justifica-se pela complexidade do seu processo histórico gerado pelas alterações nas categorias de Unidades de Conservação e as consequências observadas na proteção à biodiversidade e às comunidades locais. As diferentes categorizações na área de estudo ao longo do trabalho já representam um fator de análise da eficácia do SNUC no local.

De forma sucinta, em 1986, criou-se a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI). Em 2006, a partir da promulgação da Lei Estadual nº 12.406, a área transformou-se em um Mosaico de Unidades de Conservação, composto de dois Parques Estaduais, duas Reservas de

Desenvolvimento Sustentável e dois Refúgios Estaduais de Vida Silvestre, além de uma área que permaneceu como Estação Ecológica.

Porém, em 2009, a partir da impetração de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN (nº 153.336-0/5-00), de autoria do Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o referido Mosaico retornou ao *status* de Estação Ecológica sob o argumento que a mudança inicial foi realizada sem estudos técnicos, como o Estudo de Impacto Ambiental, além de ser fruto de uma Lei de autoria do Legislativo enquanto deveria ser de autoria do Executivo, ou seja, do Governador do Estado de São Paulo.

Por fim, em 2013, a Lei Estadual nº 14.982 transformou novamente a Estação Ecológica em um novo Mosaico de Unidades de Conservação, constituído por uma área que se manteve como Estação Ecológica, além da criação dos Parques Estaduais do Itinguçu e Prelado e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una e Despraiado.

Entretanto, nova Ação Direta de Inconstitucionalidade foi proposta pelo Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo (processo n. 0199748-62.2013.8.26.000) sob o argumento que o novo Mosaico também foi criado sem Estudo de Impacto Ambiental. A ADIN suspendeu o mosaico liminarmente, retomando a área o *status* de Estação Ecológica que permanecerá dessa forma até o julgamento final do processo⁴.

Do exposto, nosso trabalho se estruturou em seis capítulos, sendo o primeiro constituído por esta introdução. No segundo capítulo apresentamos o referencial metodológico que embasou o presente trabalho como tipo de estudo, sujeitos e instrumentos de pesquisa. O terceiro capítulo compõe a revisão bibliográfica, subdividida em três capítulos: considerações sobre a eficácia das leis; contexto histórico das áreas protegidas e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985/2000).

O quarto capítulo é destinado à apresentação da área de estudo: caracterização física e ambiental do local, histórico das mudanças na categorização da Jureia-Itatins e a composição dos moradores locais – origem, modos de produção e subsistência e contingente populacional. No quinto e sexto capítulos apresentamos, respectivamente, nossos resultados e discussão e as considerações finais.

⁴ No momento da finalização da redação desta tese de doutorado, a ADIN sob o nº 0199748-62.2013.8.26.000 foi julgada improcedente.

1.2 Objetivo Geral

Analisar a eficácia da Lei 9985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) no processo histórico da Estação Ecológica Juréia-Itatins, com relação à conservação da sociobiodiversidade.

1.3 Objetivos Específicos

- Caracterizar as alterações na biodiversidade e nos modos de produção e modelos de subsistência dos moradores da Unidade de Conservação Juréia-Itatins, desde a promulgação da Estação Ecológica, em 1986, até o presente momento;
- Investigar a correlação entre as alterações legislativas ocorridas na categoria da Unidade de Conservação Juréia-Itatins (Proteção Integral e Uso Sustentável) e a conservação da sociobiodiversidade local;
- Verificar a observância da Lei 9985/2000 com relação à constituição do plano de manejo, dos conselhos consultivo e deliberativo; controle das pesquisas científicas; projetos de educação ambiental; acompanhamento da sociedade civil e Organizações Não-Governamentais.

1.4 Hipótese

Embora a letra da lei (Lei 9985/00) se proponha a efetivar uma proteção socioambiental e a regular as relações que se desdobram na Juréia-Itatins, na prática não consegue atingir sua finalidade.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de estudo

A pesquisa em questão optou pela estrutura de estudo de caso para atingir os objetivos pretendidos, por se tratar de uma situação singular, bem delimitada dentro do amplo universo de estudo das ciências com enfoque socioambiental.

Segundo Goode e Hatt (1968 apud LUDKE; ANDRÉ, 2012, p. 17) “o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações”.

Para Spínola (2005, p. 938):

Estudo de caso é um método de trabalho científico que envolve uma análise de indivíduo(s), grupo(s), comunidade(s), instituição(s), situação(ões), problema(s), da maneira mais completa e circunscrita possível, considerando o propósito previsto. (...) São usadas diferentes formas de obtenção de informações, como entrevista, observação, visitas técnicas, documentos administrativos, história de vida, que procuram respostas ao “por quê?” e ao “o quê?”.

Goldenberg (2004, p. 33) acrescenta ainda que o estudo de caso “não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos”.

O presente estudo optou ainda pela abordagem qualitativa, pois esta “supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que estão sendo pesquisados, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes, ou seja, do universo do estudo” (LUDKE; ANDRÉ, 1986 apud FIORANTE, 2011, p. 73).

Alguns autores acreditam que todo estudo de caso é qualitativo. O estudo qualitativo, por sua vez, é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. Tem uma variedade de fontes de informação, recorrendo o pesquisador a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de informantes. Além disso, procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18).

Minayo e Sanches (1993, p. 245) acrescentam que a “abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa”.

Goldenberg (2004, p. 34) acrescenta que “através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística”.

Os recursos metodológicos utilizados neste estudo para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a documental e a pesquisa de campo, esta última realizada mediante instrumento da entrevista semi-estruturada.

2.2 Procedimentos metodológicos

De acordo com André (2005 apud DEUS et al., 2010, p. 5/6):

O desenvolvimento do estudo de caso realiza-se em três fases: a fase exploratória - momento em que o pesquisador entra em contato com a situação a ser investigada pra (sic) definir o caso, confirmar ou não as questões iniciais, estabelecer os contatos, localizar os sujeitos e definir os procedimentos e instrumentos de coleta de dados; a fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo e a fase de análise sistemática dos dados, traçadas como linhas gerais para condução desse tipo de pesquisa, podendo ser em algum momento conjugada uma ou mais fase, ou até mesmo sobrepor em outros, variando de acordo com a necessidade e criatividade surgidas no desenrolar da pesquisa.

Contudo, Goldenberg (2004) adverte não ser possível formular regras precisas e padronizadas no estudo de caso uma vez que isso varia com o tema, o pesquisador e os pesquisados.

Tal assertiva pode ser observada no desenvolvimento da pesquisa em questão. O levantamento realizado pela pesquisa bibliográfica em livros, teses e dissertações, artigos e periódicos, revistas e sites da *internet* especializados; e pela pesquisa documental em leis, decretos, processos judiciais e administrativos, além de documentos provenientes da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foram determinantes na redefinição da escolha dos sujeitos entrevistados na pesquisa de campo.

Isto porque a princípio realizaríamos as entrevistas junto à população residente da Estação Ecológica Juréia-Itatins, a fim de verificar a relação desta comunidade com o meio, principalmente com relação à verificação de casos de conservação da biodiversidade pela prática cultural da comunidade e, por fim, as possíveis mudanças nas condições de vida desta população, com a criação da EEJI.

Porém, com o avanço na revisão bibliográfica e pesquisa documental verificamos a existência de diversas teses e dissertações com resultados que buscaríamos através da pesquisa de campo junto à comunidade local.

Diante dos dados levantados, tornou-se evidente não haver necessidade de realizar novas entrevistas com a população local para obtenção de dados que já tinham sido colhidos em pesquisas anteriores, mas não submetidos à análise semelhante à da presente pesquisa. Com isso, pudemos destinar nossa pesquisa de campo a outros atores envolvidos com a

temática. Esta alteração inclusive foi aprovada e incentivada pela assessoria da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), instituição financiadora desta pesquisa de doutorado (processo 2009/53906-1).

2.2.1 Sujeitos da pesquisa

Uma vez justificada a alteração da escolha dos atores a serem entrevistados, buscamos selecionar os novos sujeitos. A motivação se deu pela escolha de representantes de setores envolvidos com a temática. Dessa forma, foram escolhidos representantes da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Estado de São Paulo, do ICMBio, do Ministério Público, além de um jurista e de duas pesquisadoras com estudos realizados na EEJI. Apesar da comunidade local não ter sido entrevistada, o presidente da União dos Moradores da Juréia (UMJ) foi contatado, porém não retornou nossa comunicação.

O representante entrevistado da SMA do Estado de São Paulo foi o antigo gestor da EEJI, Roberto Nicácio. Na ocasião da primeira entrevista (Anexo A), realizada no dia 27/07/2013, Roberto tinha sido transferido do cargo de gestor da EEJI, o qual manteve por vários anos, para a função de gerência das UCs do Vale do Ribeira e Litoral Sul. Na segunda entrevista (Anexo B), realizada no dia 16/05/2014, Roberto nos concedeu a entrevista não mais na qualidade de gestor, uma vez que havia pedido demissão do cargo meses antes.

A representante do ICMBio, com o cargo de diretora de criação e manejo de Unidades de Conservação inicialmente aceitou participar da nossa pesquisa porém após o envio do questionário, não mais respondeu aos nossos contatos. O mesmo aconteceu com o representante do Ministério Público. O cargo de promotor de justiça com efetiva atuação em nossa área de estudo, nos motivou para o envio do convite para contribuição à nossa pesquisa. O mesmo aceitou de plano participar da entrevista, porém não respondeu ao nosso questionário. A seu pedido, as questões foram reenviadas diversas vezes mas em nenhum momento foram respondidas⁵.

O jurista escolhido, Dr. José Eduardo Ramos Rodrigues, foi selecionado em virtude da sua vasta experiência nos estudos e discussões a respeito do SNUC, além do exercício da advocacia na Fundação Florestal/SMA. Infelizmente, no decorrer desta pesquisa de doutorado, Dr. José Eduardo veio a falecer, obviamente interrompendo a coleta de dados. Lamentamos profundamente seu falecimento, e deixamos aqui registrada uma homenagem e reconhecimento pelo seu trabalho.

⁵ Os nomes foram omitidos uma vez que esses representantes, apesar da anuência à participação das entrevistas, não enviaram suas respostas.

As pesquisadoras Dr^a Gabriela Narezi e Dr^a Nilce Panzutti foram selecionadas em decorrência dos trabalhos desenvolvidos na EEJI. Ambas realizaram suas pesquisas de doutorado nesta UC.

A pesquisadora Dr^a Gabriela Narezi, avaliou de que forma a agroecologia é abordada nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Estado de São Paulo, em especial a RDS de Despraiado, constituída no decorrer do primeiro mosaico da Jureia-Itatins, em 2006.

Já os estudos da Dr^a Nilce Panzutti concentraram-se no bairro de Itinguçu, durante três décadas (1970-2000). A pesquisadora avaliou principalmente a origem, modo de subsistência, atividade econômica, entre outras questões desenvolvidas pela comunidade desta área, principalmente as alterações geradas na população com a criação da EEJI.

2.2.2 Instrumento da pesquisa

Na coleta de dados da pesquisa de campo utilizamos como instrumento a entrevista semi-estruturada, “por meio da qual o pesquisador utiliza um roteiro de questões sobre o tema que está sendo estudado” (FIORANTE, 2011, p. 74).

Acrescenta a autora:

Esse tipo de entrevista permite também, ao entrevistado, expressar-se livremente. Não há, portanto, uma imposição de que responda as questões numa ordem rígida. Na medida em que se instala um clima de interação, de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluem de maneira natural (Ibid., 2011, p. 74)

Ludke e André (1986, p. 34 apud FIORANTE, 2011, p. 74) afirmam que este tipo de entrevista “(...) permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”.

As questões das entrevistas foram formuladas com base nos dados levantados pela revisão bibliográfica e documental, levando em consideração também a experiência profissional de cada entrevistado. Foram realizadas entrevistas presenciais, por telefone e via email.

Do exposto, para atingir os objetivos propostos neste estudo, fixamos como nossa variável independente as mudanças na categorização da EEJI e estabelecemos como variável dependente a conservação da sociobiodiversidade local, subdividida, por sua vez, na observância da conservação da biodiversidade local e dos modos de produção e modelos de subsistência dos moradores locais, conforme figura 1.

Para verificação da variável dependente, estabelecemos como indicadores de análise os instrumentos propostos a partir da própria Lei 9985/00, quais sejam, existência (ou não) de

plano de manejo, zona de amortecimento e corredores ecológicos; desapropriação das propriedades particulares inseridas nos limites da EEJI; realização de pesquisa científica e educação ambiental; constituição dos conselhos consultivo e deliberativo; conservação da biodiversidade; população local: classificação, indenização, reassentamento e termo de compromisso para permanência provisória.

Ainda no sentido de investigação da variável dependente, nos utilizamos dos seguintes indicadores relacionados à população local: ocorrências ou não de mudanças na estrutura familiar, nas práticas culturais e nas atividades econômicas.

Apesar do nosso objetivo principal concentrar-se na análise do SNUC na EEJI, o fato desta unidade de conservação preceder a Lei 9985/00 nos fez incluir em nossas considerações a discussão das leis que tutelaram a EEJI desde sua criação. Esta decisão é relevante ao estudo uma vez que os conflitos atuais nesta UC têm como cerne o momento da sua criação e todo o histórico que a antecedeu no local.

Figura 1 - Organograma metodológico

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Considerações sobre a eficácia das leis

Para atingir os objetivos propostos pela presente pesquisa é indispensável a apresentação das discussões que envolvem a eficácia das normas jurídicas⁶.

Eficácia deriva do latim (*efficio, is feci, fectum, ficere*) e refere-se a ideias factuais e práticas como “fazer”, “efetuar”, “causar” e “ocasionar”, “revelando uma forte tendência operativa, ligada ao plano da ação” (BITTAR, 2005, p. 187).

Juntamente com os atributos da validade, vigência e vigor⁷, a eficácia representa a qualidade da norma jurídica que mais a aproxima da realidade social, “funcionando como verdadeiro termômetro das regras jurídicas a pergunta segundo a qual se questiona se a norma é ou não eficaz” (Ibid., p. 201). Refere-se, portanto, à “questão da projeção da norma em direção à sociedade e à produção de efeitos” (Ibid., p. 200).

A dificuldade, porém, em estudá-la encontra-se na divergência conceitual e também terminológica que envolve o termo. Silva (1999, p.63) destaca “positividade, vigência, eficácia, observância, facticidade e efetividade do Direito são, todos, termos existenciais que aludem à mesma coisa e que se podem usar como vocábulos sinônimos”.

Diante da pluralidade de acepções, apresentamos neste capítulo as propostas e linhas de pensamento de autores de grande relevância no Direito, as quais embasaram nossa pesquisa na análise da eficácia do SNUC na EEJI.

Antes, porém, cumpre esclarecer que não é o intuito deste trabalho aprofundar as discussões levantadas por cada autor aqui destacado. Nosso objetivo foi expor os diferentes conceitos existentes sobre a eficácia para, a partir disso, destacar a definição adotada em nossa pesquisa.

Grande parte das projeções teóricas referentes à eficácia tem como embasamento teórico a corrente do positivismo jurídico. Surgido no século XIX, este paradigma dominou o

⁶ O conceito que adotamos por norma jurídica, termo que possui diversas acepções é aquele definido por Barroso (2009, p. 76): “(...) identifica-se com o conceito material de lei, independentemente de hierarquia, consistindo no ato jurídico emanado pelo Estado, com caráter de regra geral, abstrata e obrigatória, tendo como finalidade o ordenamento da vida coletiva. Trata-se, pois, de uma forma de conduta imposta aos homens por um poder soberano e cuja observância é por este garantida e tutelada”.

⁷ Para efeito desta pesquisa, cumpre destacar que há distinção entre os termos validade, vigência e vigor. A validade corresponde à observância das exigências formais para entrada da norma no ordenamento jurídico, como os critérios da produção (iniciativa), formulação, expedição e publicação (BITTAR, 2005). A vigência, por sua vez, “tem a ver com a projeção no tempo da norma que é produzida validamente” (Ibid., p.200). Refere-se, portanto, à temporalidade da validade da norma pois enquanto vigente “é invocável para a produção de efeitos práticos e para a aplicabilidade” (Ibid., p.200). “O vigor tem a ver com uma qualidade da norma que a torna invocável mesmo após cessada sua validade e sua vigência, por ser aplicável às situações que regulou enquanto se manteve incidente sobre certos fatos da vida social” (Ibid., p. 200).

pensamento jurídico do século XX e “ainda hoje é apresentado aos alunos de graduação em Direito como a única que aborda o mundo jurídico de forma rigorosa ou científica” (NEIVA, 2004, p. 6) representando o paradigma básico da Teoria Geral do Direito.

Esta corrente surgiu com o anseio de conferir cientificidade ao pensamento jurídico, “através da utilização rígida do método formal, nos moldes da física e da matemática, que, por meio do uso da razão individual e dos procedimentos da lógica, pretendeu deduzir as normas jurídicas reguladoras do convívio de homens e mulheres na sociedade” (HADDAD, 2012, p. 39).

Representou portanto um movimento de pensamento antagônico a qualquer teoria naturalista e metafísica, com a separação entre o Direito e a Moral, onde “o que não pode ser provado racionalmente não pode ser conhecido” (BITTAR, 2005, p. 70).

O Direito compreende a apreciação de fatos sociais devidamente especificados (*social fact thesis* ou *social sources of the law*), produzidos segundo parâmetros formais previamente estabelecidos, sobre os quais podem ser formulados julgamentos de válido e inválido, enquanto a Moral, de outro lado, resolve-se em torno apreciações materiais e valorativas (axiológicas), atinentes a juízos de bom ou mal (sic), certo ou errado e de justo ou injusto (ZANON JÚNIOR, 2013, p. 131).

Para Bobbio (1995, p. 136):

O positivista jurídico assume uma atitude científica frente ao direito já que, como dizia Austin, ele estuda o direito tal qual é, não tal qual deveria ser. O positivismo jurídico representa, portanto, o estudo do direito como fato, não como valor; na definição do direito deve ser excluída toda qualificação que seja fundada num juízo de valor e que comporte a distinção do próprio direito entre bom e mau, justo e injusto.

Acrescenta ainda (Ibid., p. 238):

Como a ciência consiste na descrição avaliatória da realidade, o método positivista é puro e simplesmente o método científico e, portanto, é necessário adotá-lo se se quer fazer ciência jurídica ou teoria do direito. Se não for adotado, não se fará ciência, mas filosofia ou ideologia do direito.

O autor de maior expressão do pensamento normativista-positivista foi Hans Kelsen, cuja principal obra publicada *Teoria Pura do Direito* justifica a fundamentação do ordenamento jurídico ao *dever ser* e não à dimensão do que *é*, ou seja, “Kelsen aprofundou-se na determinação descritiva dos diversos aspectos internos do sistema jurídico, negligenciando o enfoque mais realista, que deveria deter-se na prospecção do jurídico a partir dos fatos sociais” (BITTAR, 2005, p. 190).

Com isso, “o aspecto *ser* é secundariamente estudado na *Teoria Pura do Direito*, o que explica por que a questão da eficácia possui menores reflexos sobre o pensamento kelseniano que a questão da validade” (Ibid., p. 190) da norma.

Se uma norma prescreve uma conduta que *deve ser*, apoiada em norma superior, ela é *válida*, mas isso não implica que a conduta nela prescrita se verifique no mundo real, dos fatos, do *ser*, enfim. Este diz respeito à *eficácia*, ou seja, ao âmbito em que se afere o cumprimento de verdade, ou o descumprimento da conduta prescrita, porquanto a conduta que é nem sempre corresponde àquela que deveria ser (DANTAS, 1993 apud BITTAR, 2005, p. 190).

Apesar do autor criticar as teorias que enfocam a questão da eficácia como ponto central da norma, reconhece que sem um mínimo de eficácia a norma não pode ser considerada válida, “Kelsen faz uma pequena concessão à dimensão do *ser* reconhecendo que uma ordem jurídica que não possua um *mínimo de eficácia* não poderá ganhar qualquer substrato de validade” (BITTAR, 2005, p. 191).

Para Kelsen (1994 apud SILVA, 1999, p.64) a distinção entre vigência e eficácia é bastante clara. “Vigência significa a existência específica da norma; eficácia é o fato de que a norma é efetivamente aplicada e seguida”⁸.

Destacamos também o positivista Norberto Bobbio, com obras publicadas entre 1957 e 1960. O autor discute a eficácia a partir de uma matriz teórica, onde a norma jurídica é analisada sob um tríptico enfoque: “1) se é justa ou injusta; 2) se é válida ou inválida; 3) se é eficaz ou ineficaz” (BOBBIO, 2008, p. 46).

A valoração da justiça refere-se a um juízo de valor, pois uma mesma norma jurídica pode ser considerada justa por um determinado grupo social e injusta por outro. Está ligada, portanto, ao desejo de um valor ideal. Conforme o autor “equivale a perguntar se essa norma é apta ou não a realizar os valores históricos que inspiram certo ordenamento jurídico concreto e historicamente determinado” (Ibid., p.46).

A validade refere-se às “investigações do tipo empírico-racional” (Ibid., p.47), como por exemplo, se a norma jurídica foi emanada por autoridade competente; se não foi revogada; se passou pelo trâmite legislativo exigido para elaboração das normas jurídicas etc.

Por fim, “o problema da eficácia de uma norma é o problema de ser ou não seguida pelas pessoas a quem é dirigida (os chamados destinatários da norma jurídica) e, no caso de violação, ser imposta através de meios coercitivos pela autoridade que a evocou” (BOBBIO, 2008, p. 47).

⁸ Alguns autores, como Hans Kelsen defendem o uso dos termos eficácia e efetividade como sinônimos. Mas há quem faça distinção entre os termos citados ou ainda aqueles autores que ignoram a categoria da efetividade. “Há quem faça distinção entre eficácia e efetividade. A primeira, dependendo de a norma alcançar o resultado jurídico pretendido pelo legislador, enquanto a efetividade, do fato da observância efetiva da norma, por parte das autoridades e de seus destinatários. Assim, por exemplo, o chamado ‘Plano Cruzado’ teria tido efetividade por ter sido observado na área econômico-financeira, sem ter tido eficácia por não ter alcançado o resultado pretendido, saneamento da moeda” (GUSMÃO, 2001 apud BITTAR, 2005, p. 199).

Para o entendimento do autor, há normas jurídicas que são seguidas de forma espontânea, classificadas como eficazes, outras que só são seguidas mediante métodos coercitivos e, ainda, normas jurídicas que mesmo diante de coação não são seguidas, ou seja, classificadas como ineficazes.

A investigação para averiguar a eficácia ou a ineficácia de uma norma é de caráter histórico-sociológico, se volta para o estudo do comportamento dos membros de um determinado grupo social e se diferencia, seja da investigação tipicamente filosófica em torno da justiça, seja da tipicamente jurídica em torno da validade (Ibid., p.48).

Com análise distinta do positivismo jurídico kelseniano, destacamos o posicionamento de Miguel Reale. Ao contrário dos autores anteriormente citados, Reale distingue a eficácia da validade/vigência e verifica naquela um “forte viés fático, ou mesmo, ‘experimental’, pois tem a ver com cumprimento (a), reconhecimento (b) e efeitos (c) da norma jurídica no plano social” (REALE, 1976 apud BITTAR, 2005, p. 196).

A eficácia se refere, pois à aplicação ou execução da norma jurídica, ou por outras palavras, é a regra jurídica enquanto momento da conduta humana. A sociedade deve viver o direito e como tal reconhecê-lo. Reconhecido o direito, é ele incorporado à maneira de ser e de agir da coletividade. (...) O certo é, porém, que não há norma jurídica sem um mínimo de eficácia, de execução ou aplicação no seio do grupo (REALE, 1976, p. 112/113).

No mesmo sentido de Reale (1976), citamos o entendimento da autora Maria Helena Diniz sobre a eficácia da lei:

Consiste a eficácia no fato real da aplicação da norma, tendo, portanto, um caráter experimental, por se referir ao cumprimento efetivo da norma por parte de uma sociedade, ao reconhecimento dela pela comunidade, no plano social, ou, mais particularizadamente, aos efeitos sociais que ela suscita pelo seu cumprimento. A eficácia social seria a efetiva correspondência da norma ao querer coletivo, ou dos comportamentos sociais ao seu conteúdo (DINIZ, 2000, p. 293).

Acrescenta a autora:

A eficácia vem a ser a qualidade do texto normativo vigente de produzir, ou irradiar, no seio da coletividade, efeitos jurídicos concretos, supondo, portanto, não só a questão de sua condição técnica de aplicação, observância, ou não, pelas pessoas a quem se dirige, mas também de sua adequação em face da realidade social, por ele disciplinada, e aos valores vigentes na sociedade, o que conduziria a seu sucesso (DINIZ, 1989, p. 27).

Por fim, elucidamos a proposta do autor Tércio Sampaio Ferraz Júnior que analisa a eficácia sob dois enfoques, eficácia social ou efetividade e eficácia técnica, ambas ligadas à capacidade da norma jurídica em produzir efeitos sob certos requisitos, alguns de natureza fática; outros, de natureza técnico-normativa.

Eficácia é uma qualidade da norma que se refere à possibilidade de produção concreta de efeitos, porque estão presentes as condições fáticas exigíveis para sua observância, espontânea ou imposta, ou para a satisfação dos objetivos visados (efetividade ou eficácia social), ou porque estão presentes as condições técnico-normativos exigíveis para sua aplicação (FERRAZ JUNIOR, 2001, p. 199).

“Uma norma se diz socialmente eficaz quando encontra na realidade condições adequadas para produzir seus efeitos” (FERRAZ JUNIOR, 2008, p. 166/167). O autor se utiliza de um exemplo para explicar a observância da eficácia social: uma norma prescreve a obrigatoriedade do uso de determinado aparelho para a proteção do trabalhador, mas o objeto não se encontra comercializado no mercado.

Já a eficácia técnica é observada, segundo o autor, quando presentes os requisitos técnicos como, por exemplo, “a norma prescreve que crimes hediondos serão inafiançáveis, mas transfere para outra norma a definição de hediondo. Enquanto esta não existir, a primeira não poderá produzir efeitos” (Ibid., p. 168).

Em suma, com base nos conceitos apresentados, filiamo-nos ao entendimento de que a eficácia representa a qualidade da norma que mais se aproxima da realidade social, uma vez que concentra em sua definição não só o atributo de produzir efeitos sociais, mas também ao cumprimento e reconhecimento da norma jurídica no plano social (REALE, 1976).

Além disso, a pesquisa em questão desenvolveu-se com base na distinção proposta por Ferraz Junior (2008) onde a norma pode apresentar eficácia jurídica (ou técnico-normativa) sem, no entanto, dispor de eficácia social. Ou seja, concentra todos os requisitos para produzir os efeitos jurídicos (atingir seus objetivos), porém não se concretiza junto à sociedade, isto é, não tem efetividade (KELSEN, 1979).

Concordamos ainda com o posicionamento de Bittar (2005, p. 205), em que “a eficácia comporta gradações, fazendo com que o grau de ineficácia também seja medido de modo relativo. Uma norma pode ser ineficaz num sentido, porém eficaz em outro”.

O autor destaca ainda alguns fatores que resultam na ineficácia da norma jurídica. A primeira situação observada refere-se à ineficácia da norma por ela não produzir os efeitos sobre seus destinatários, “caso em que a questão da eficácia funciona como um termômetro na mensuração do grau de adesão do ordenamento e suas prescrições à ordem social e às suas expectativas valorativas” (Ibid., p. 205). Observa-se, ainda, a ineficácia em virtude da norma não conter as exigências técnicas (jurídicas) necessárias como, por exemplo, exigir a regulamentação pela promulgação de outra norma jurídica.

Por fim, a norma pode ser considerada ineficaz em virtude da ineficiência das autoridades que a aplicam tanto no plano administrativo, quanto no plano judicial e, ainda, por

prever um comportamento impossível de ser cumprido ou por prever “uma exigência impossível de ser faticamente observada, por carência de condições materiais para seu cumprimento, por critérios tecnológicos, econômicos, operacionais, ou outros” (Ibid., p. 206).

3.2 Contexto Histórico das Áreas Protegidas

Para compreensão da evolução das discussões referentes às áreas protegidas, a partir da criação da primeira área ambientalmente protegida, o Parque Nacional americano Yellowstone, em 1872, mister se faz compreendermos o pensamento dominante daquele período.

Keith Thomas (2010), analisando a Inglaterra entre os séculos XVI e o início do século XX, afirmou que até o século XVIII havia uma valorização do mundo natural domesticado, em que se defendia a crença de que o mundo fora criado para o homem e que todas as espécies deveriam ser subordinadas a ele.

Esta crença tinha como base a cultura judaico-cristã. Conforme o autor, o cristianismo e o racionalismo cartesiano foram os responsáveis por fornecerem os valores à construção de uma sociedade antropocêntrica. Neste sentido, Thomas (2010) citou filósofos clássicos e a Bíblia:

A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estoicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos (THOMAS, 2010, p. 21).

Gênesis, I, 28: O Jardim do Éden era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas (Ibid., p. 22).

Se procurarmos as causas finais, o homem pode ser visto como centro do mundo, ponderava Francis Bacon, de tal forma que se o homem fosse retirado do mundo todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito (Ibid., p. 23).

Com o pensamento antropocêntrico, a cidade passou a representar a civilização e o campo, a selvageria. "Nos tempos da Renascença, a cidade fora sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade. Tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los" (Ibid., p. 345).

Porém, já no começo da revolução industrial, a vida nas cidades tornara-se insustentável diante da crescente poluição proveniente da queima do carvão. "A fumaça escurecia o ar, sujava as roupas, acabava com as cortinas, matava flores e árvores, e corroía a estrutura dos prédios" (Ibid., p. 347).

Aliado à poluição, o aumento populacional nas cidades, que em 1800 contava com 85% da população inglesa, fez surgir um "sentimento anti-social ou antiagregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual" (DIEGUES, 2008, p. 26).

O surgimento desta nova consciência enfatizou o restabelecimento do sentido da inter-relação entre seres humanos e natureza: o campo passa a ser sinônimo de inocência, pureza, espiritualização, busca pela natureza intocada.

Corbin (1989 apud DIEGUES, 2008, p. 26) descreve a valorização do mundo natural e selvagem pelos escritores românticos. “Estes fizeram da procura do que restava de ‘natureza selvagem’, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime”.

Os novos valores ligados à natureza e ao campo tiveram grande influência na criação das áreas naturais protegidas, “consideradas como ‘ilhas’ de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada” (DIEGUES, 2008, p. 26).

O novo paradigma espalhou-se por toda Europa Ocidental e América do Norte, sendo acolhido pelos Estados Unidos, que já contavam com grandes áreas de florestas derrubadas.

Neste contexto, os EUA criam o primeiro Parque Nacional, denominado Yellowstone, em 1872 e, posteriormente, o Parque Nacional de Yosemite, em 1890, ambos frutos do pensamento preservacionista que defendia a incompatibilidade entre ser humano e natureza nestas áreas naturais. Nos dois casos ocorreu a retirada da comunidade indígena que habitava por diversas gerações a região desses parques. Defendia-se com isso que essas áreas seriam de fato preservadas.

Diegues (2008, p. 26) destaca:

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos EUA. A noção de "wilderness" (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste.

A criação de Parques Nacionais seguindo o modelo americano tornou-se um fenômeno global. “O pressuposto inicial que fundamentou a existência de áreas naturais protegidas em muitos países foi o da socialização do usufruto, por toda a população, das belezas cênicas existentes nesses territórios” (BRITO, 2003, p. 20).

Com o passar do tempo, aos objetivos originais dos sistemas de áreas naturais protegidas foram sendo incorporados novos conceitos, que priorizavam, cada vez mais, a conservação da biodiversidade das áreas escolhidas, e não apenas as belezas cênicas, como anteriormente.

Esses novos conceitos fizeram com que fossem ampliados os limites territoriais das áreas naturais protegidas, para que os ecossistemas, seus processos biológicos e espécies fossem integralmente contemplados e mantidos. Então, sob o prisma da conservação da biodiversidade e dos bancos genéticos, as áreas naturais protegidas passaram a cumprir um papel de “antítese do desenvolvimento”, servindo principalmente como laboratórios para a pesquisa básica das ciências biológicas. (Ibid., p. 22).

A nova concepção das áreas protegidas manteve a concepção dos Parques Nacionais onde a presença humana deveria ser permitida apenas em situações muito particulares e restritas.

A consequência mais grave que estes modelos de áreas protegidas gerou em todos os países em que se instalou foi o desalojamento das populações que habitavam por gerações essas áreas sendo que em alguns locais a retirada se deu de forma violenta, como no caso de tribos africanas. “Eram populações locais, com características de uso dos recursos inteiramente diversas das formas e ritmos imprimidos pelo homem urbano. Foi o que ocorreu com os Maasai no Kenia, os IK em Uganda e os pescadores artesanais do Canadá” (VIANNA, 1996, p. 40).

Após a disseminação do modelo de Parques Nacionais por todo o mundo buscou-se uma definição para essa área protegida. Com esta finalidade realizou-se em Londres, em 1933, a Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural que definiu os Parques Nacionais como áreas:

- a) que fossem controladas pelo poder público, e cujos limites não poderiam ser alterados, onde nenhuma parte poderia estar sujeita à alienação, a menos que decidido pelas autoridades legislativas competentes;
- b) que fossem estabelecidas para propagação, proteção e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa, e para a preservação de objetos de interesse estético, geológico, pré-histórico, arqueológico e outros de interesses científicos, para o benefício e o desfrute do público em geral;
- c) onde a caça, abate ou captura da fauna, e a destruição ou a coleta da flora, deveriam ser proibidos, exceto sob a direção ou controle das autoridades responsáveis;
- d) onde seriam construídas instalações para auxiliar o público em geral a observar a fauna e a flora (BRITO, 2003, p. 23).

Posteriormente, em 1940, em Washington, realizou-se a Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América (Convenção Panamericana), com intuito de comprometer os países sul-americanos na criação de áreas naturais em seus territórios. Para isso, apresentaram novo conceito aos Parques Nacionais,

definidos por: “áreas que deveriam ser estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público, que poderia usufruir de paisagens naturais sob a superintendência oficial” (BRITO, 2003, p. 24).

Em 1948, o governo francês juntamente com a Unesco fundaram a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) com a finalidade de coordenar e iniciar trabalhos internacionais no campo da conservação da natureza. Dentro da UIPN foram criadas instâncias específicas como a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CPNAP), criada em 1960.

Esta comissão, além de outros trabalhos, verificou inúmeros casos de exemplares da fauna e flora em extinção. Dessa forma, a UIPN passou a dar maior consideração à conservação à biodiversidade e não apenas à sua proteção alterando neste momento seu nome para União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Doutro turno, o aumento nos conflitos gerados com a retirada das populações residentes nos Parques Nacionais propiciou a realização, em 1962, da Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em Seattle (EUA), onde se discutiu a possibilidade de casos de exceção à regra da proibição de exploração dos recursos naturais nas áreas protegidas como “os direitos privados que existiam antes da criação do parque: direito de habitação, direito de agricultura e pecuária, direito de prospecção, direito de caça” (BRITO, 2003, p. 26).

Para isso, verificou-se a necessidade de zoneamento dos parques (HARROY, 1963 apud BRITO, 2003, p. 26) “o zoneamento criava a possibilidade de proteger grandes ecossistemas sob a forma de parques nacionais, mesmo que algumas de suas partes fossem aproveitadas pelos homens”.

Essas considerações resultaram em um novo conceito aos Parques Nacionais publicado em 1969, na 10ª Assembleia Geral da UICN, em Nova Delhi sob as seguintes condições:

- a) que um ou mais ecossistemas não estivessem materialmente alterados pela exploração e ocupação humana, e onde espécies de plantas e animais, e sítios geomorfológicos e habitats fossem de especial interesse científico, educacional e recreativo, ou contivessem paisagens naturais de grande beleza;
- b) que a mais alta autoridade competente do país tomasse medidas no sentido de prevenir ou eliminar, na medida do possível, a exploração ou a ocupação de toda a área, e mantivesse, efetivamente, os aspectos ecológicos, geomorfológicos ou estéticos que justificaram o estabelecimento da referida área; e
- c) que fosse permitida a entrada de visitantes sob condições especiais, para fins educativos, culturais e recreativos (BRITO, 2003, p. 27).

Especialmente a partir da década de 70 houve uma expansão expressiva das áreas naturais protegidas: “1300 novos parques foram criados (...) a rede de áreas naturais protegidas expandiu em extensão mais de 80%, sendo que 2/3 deste total se deveu a áreas

estabelecidas no terceiro mundo” (BRITO, 2003, p. 27). Um dos principais motivos para o aumento na criação destas áreas foi a perda significativa da biodiversidade, principalmente na região dos trópicos (GHIMIRE, 1993).

Neste contexto foi realizado a Conferência da Biosfera (1968) que representou um marco inicial às discussões a respeito do impacto que o ser humano causava à natureza, a partir de dados levantados sobre a poluição do ar e da água, desmatamento, crescimento demográfico etc.

Esses debates desdobraram-se no lançamento do Programa *Man and Biosphere* (MAB) da Unesco com a finalidade de “encorajar o desenvolvimento com equilíbrio, nas relações entre o homem e seu ambiente. Começava então a ser incorporada a realidade da ocupação humana no interior das áreas naturais protegidas” (BRITO, 2003, p. 29).

O debate sobre a necessidade de se estabelecer um zoneamento nos Parques Nacionais levantado na Conferência de Seattle, em 1962, foi oficialmente introduzido nessas áreas protegidas a partir das decisões da 11ª Assembleia Geral da UICN, em 1972, em Banff, no Canadá. Com isso, os Parques Nacionais foram divididos em zonas naturais protegidas, zonas antropológicas protegidas e zonas protegidas de interesse arqueológico ou histórico. Porém, neste momento ainda era legítimo a retirada compulsória de populações residentes em áreas que viessem a se tornar Parques Nacionais (BRITO, 2003).

As discussões levantadas sobre a diminuição da biodiversidade mundial, sobre os conflitos que envolviam populações e áreas naturais protegidas, sobre poluição etc. fomentaram a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada também em 1972. Trata-se de um marco no ambientalismo mundial. “Pela primeira vez, foram discutidos os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global, num fórum intergovernamental, com o intuito de se empreender ações corretivas” (BRITO, 2003, p. 29).

Como resultado dos debates apresentados nesta Conferência, em 1980, a IUCN e o Fundo Mundial da Natureza (WWF), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançaram a “Estratégia Mundial para Conservação”. Essa proposta tinha como base central a busca do desenvolvimento sustentável, isto é, harmonizar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente.

Entretanto, a proteção dos direitos das populações residentes em áreas protegidas só receberia o amparo legal em 1992, com a realização do IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, na Venezuela onde se ratificou os direitos desses povos, principalmente no que tange

aos direitos indígenas sobre suas terras, ainda que já tenham sido transformadas em parques nacionais. Destaca-se:

A importância da integração das áreas naturais protegidas aos planos de desenvolvimento dos diferentes países, para que estas pudessem trazer, ao mesmo tempo, benefícios à população local e tivessem garantida sua conservação; e a necessidade de que existam mais áreas naturais protegidas e que estas sejam melhor manejadas (Ibid, p. 34).

Todo esse contexto juntamente com o debate levantado pela Conferência de Estocolmo, sobre a necessidade de adoção de um desenvolvimento sustentável pelas nações, prosperou na realização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), ocorrida em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Esta Conferência gerou quatro importantes documentos como a Declaração do Rio, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Agenda 21 e a Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Estes diplomas foram acolhidos pelos países signatários, como o Brasil.

Fruto das discussões que os antecederam, estes documentos já trouxeram em seus conteúdos, o amparo aos direitos dos povos residentes em áreas protegidas. Neste sentido, citamos a CDB, em seu artigo 8, que trata das medidas que os países signatários devem buscar para conservação da biodiversidade *in situ*:

- Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;
- Desenvolver, se necessário, diretrizes para a seleção, estabelecimento e administração de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- Regulamentar ou administrar recursos biológicos importantes para a conservação da diversidade biológica, dentro ou fora de áreas protegidas, a fim de assegurar sua conservação e utilização sustentável;
- Promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às áreas protegidas a fim de reforçar a proteção dessas áreas (BRASIL, 1998)

Contexto Brasileiro

No Brasil, o modelo americano de parques com cunho preservacionista inspirou André Rebouças a propor em 1876 a criação dos Parques Nacionais de Sete Quedas e da Ilha do

Bananal. Nesta ocasião, sua proposta não foi acolhida, surgindo somente em 1937 o primeiro Parque Nacional, de Itatiaia (RJ), seguido do Parque Nacional do Iguaçu (PR) em 1939.

André Rebouças (1833-1898) foi um pioneiro no surgimento de uma ética conservacionista no Brasil. Engenheiro civil, botânico, geólogo e abolicionista, foi inspirado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone, e defendeu eloquentemente e vigorosamente a necessidade de criar parques nacionais no Brasil (RYLANDS, 2005, p. 28).

A rejeição à proposta de André Rebouças reflete o pensamento dominante da época no Brasil e nos traz importante reflexão para o entendimento da criação das áreas protegidas brasileiras. A recusa à ideia de Rebouças confirma um quadro de desproteção jurídica aos recursos naturais, que data do período Brasil-colônia. “Por muito tempo predominou a desproteção total, de sorte que norma alguma coibia a devastação das florestas. (...) A concepção privatista do direito de propriedade constituía forte barreira à atuação do Poder Público na proteção do meio ambiente” (USP, 1991 apud BRITO, 2003, p. 53).

Na visão de Swioklo (1990 apud BRITO, 2003), nos períodos colonial e imperial foram estabelecidas leis que buscavam regulamentar a exploração dos recursos naturais com alto valor econômico como o pau-brasil.

As normas eram confusas, algumas vezes conflitantes e mesmo impossíveis de serem cumpridas, mas, mesmo assim, conseguiram de certa forma resguardar parte do patrimônio natural durante o período do Império, até 1834. A partir deste ano (quando foi extinto o alvará que concedia à Coroa o monopólio do pau-brasil e do pau-rainha), teve início uma impressionante devastação das florestas brasileiras, que era justificada para a implantação de pastos e lavouras pertencentes aos donos de escravos, que possuíam grande influência política da época (BRITO, 2003, p. 54).

Essa política, imposta ao Brasil pela Coroa Portuguesa e que perdurou durante o Império brasileiro teve como embasamento o pensamento que dominou os estados europeus no decorrer do século XV. Segundo Medeiros (2006), aqueles Estados controlavam o acesso e protegiam apenas seus recursos naturais que tivessem um valor econômico ou político, como a madeira que representou à época “um importante recurso militar (construção de embarcações) e econômico (construção de residências e combustível para aquecer os palácios e castelos da nobreza)” (Ibid., p. 43).

Neste período, a ideia de demarcação de áreas com finalidade de preservação não existia no Brasil. O primeiro caso de delimitação do espaço territorial com escopo de proteção de recurso natural ocorreu na metade do século XIX, “quando a Floresta da Tijuca foi declarada uma área a ser reflorestada e desocupada, processo iniciado em 1844 culminando em 1861 com a instituição das “Florestas da Tijuca e das Paineiras”, com o objetivo de resguardar os recursos hídricos da região” (CASTRO, 2012, p. 133).

Porém, o destaque às áreas protegidas com o cunho preservacionista se deu a partir da publicação do “Mapa Florestal do Brasil”, em 1912, por Luís Felipe Gonzaga Coutinho de Campos que especificou as áreas relativas aos ecossistemas brasileiros que deveriam ser transformadas em áreas protegidas (CASTRO, 2012).

Essas áreas a serem preservadas foram sugeridas com a finalidade de “conservação da beleza natural e de bons exemplos da natureza ainda intacta, antes de sua destruição pelo desenvolvimento humano” (MEDEIROS, 2006, p. 45), demonstrando a clara influência dos parques nacionais americanos.

Mesmo com a referida publicação, a criação das áreas protegidas não foi incentivada uma vez que sua gestão estava a cargo dos Estados da Federação, “estes dominados pelas elites rurais que se estabeleceram, às vistas grossas do poder da Coroa, depois participando do Império e da própria República” (CASTRO, 2012, p. 134).

Esta conduta omissiva dos Estados frente à tutela dos recursos naturais incentivou a manutenção do processo de derrubada das florestas nativas para a exploração de madeira, iniciada no período colonial. Este quadro levou a aprovação, em 1934, no governo de Getúlio Vargas, do primeiro Código Florestal.

O Decreto nº 23.973/34 trazia uma visão exclusivamente utilitária, porém consciente da necessidade de regular o uso das florestas, para que ele pudesse ser continuado. Trazendo uma classificação de florestas que diferenciava aquelas que se destinavam diretamente à exploração econômica daquelas que deveriam auxiliar a atividade econômica florestal e sua continuidade, esta primeira norma de florestas inaugura o ideário de que os recursos da natureza devem ter um uso racionalizado em função da necessária continuidade da exploração (ZAKIA; DERANI, 2006, p. 172).

Tal diploma estabeleceu dentre as categorias de áreas protegidas, o Parque Nacional ficando a cargo da União, sua criação. Neste contexto são criados o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937 e os Parques Nacionais da Serra dos Órgãos e do Iguaçu, em 1939.

Mesmo com esses “esforços” poucas áreas protegidas foram criadas. Os Parques Nacionais, por exemplo, somente depois de 20 anos da criação do Iguaçu, criou-se novo exemplar, o Parque Nacional da Ilha do Bananal, em 1959. Ao todo, de 1937 até próximo à publicação do Código Florestal de 1965 foram criados 16 Parques Nacionais, “(...) alguns deles minúsculos e/ou incluindo áreas ambientalmente degradadas. Esses 16 parques, criados entre 1937 e 1961, não conseguiram compensar o atraso dessa política preservacionista” (DRUMMOND, 1999, p. 136).

A preocupação de racionalizar o uso dos recursos naturais não teve efetividade prática na coibição da exploração dos mesmos. O conceito trazido pelo Código Florestal de 1934 às áreas protegidas também contribuiu para a manutenção desta situação. Segundo a WWF

(1994 apud BRITO, 2003, p. 54), as áreas protegidas estabelecidas pelo Código de 1934 eram:

Parque Nacional: florestas remanescentes de domínio público, onde era proibida qualquer atividade contra a flora e a fauna;
 Floresta Nacional: florestas de rendimento. Eram suscetíveis de exploração econômica;
 Floresta Protetora: florestas remanescentes em propriedade privada. Eram de preservação perene.

Posteriormente, em 1948, o Brasil aprovou as disposições da Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América (Convenção Panamericana) ocorrida em 1940, em Washington. Por meio do Decreto Legislativo nº 3⁹ (BRASIL, 1948) foram estabelecidas novas categorias de áreas protegidas. Mesmo assim, a aprovação desta conferência não representou o fim da destruição dos recursos florestais em nosso país (BRITO, 2003).

Com o intuito de coibir esse cenário, aprovou-se o Novo Código Florestal, em 1965. Este documento trouxe nova conceituação às áreas protegidas, as quais foram divididas entre aquelas onde não haveria permissão de exploração dos recursos naturais, conceituadas como restritivas/ou de uso indireto (Parques Nacionais e Reservas Biológicas) e aquelas áreas em que a exploração era permitida, definidas como não restritivas/ou de uso direto (Florestas Nacionais, Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Reservas Florestais, Parques de Caças Florestais).

Apesar da edição do Novo Código Florestal, o modelo de desenvolvimento econômico estabelecido no Brasil, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, não auxiliou à efetiva proteção da biodiversidade brasileira.

Conforme observa Viola (1987, p. 7):

⁹ Artigo 1

Definição dos termos e das expressões empregadas nesta Convenção.

1 - Entender-se-á por Parques Nacionais:

As regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postos sob a superintendência oficial.

2 - Entender-se-á por Reservas Nacionais:

As regiões estabelecidas para a conservação e utilização, sob a vigilância oficial, das riquezas da naturais, nas quais se protegerá a flora e a fauna tanto quanto compatível com os fins para os quais estas reservas são criadas.

3 - Entender-se-á por Monumentos Naturais:

As regiões, os objetos, ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interesse estético ou valor histórico ou científico, aos quais é dada proteção absoluta, com o fim de conservar um objeto específico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações científicas devidamente autorizadas ou inspeções oficiais.

4 - Entender-se-á por Reservas de Regiões Virgens:

Uma região administrada pelos poderes públicos, onde existem condições primitivas naturais de flora, fauna, habitação e transportes, com ausência de caminhos para o tráfico de veículos e onde é proibida toda exploração comercial.

O crescimento econômico brasileiro tornou-se ponto de consenso das elites brasileiras desde que o presidente Juscelino Kubitschek o erigiu em ideologia dominante através da palavra de ordem: "avançar 50 anos em 5". A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e revistas do 1º Mundo convidando as indústrias poluidoras a transferirem-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente, e a delegação brasileira na Conferência Internacional do Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascenso dos países em desenvolvimento.

Durante as duas décadas do governo militar buscou-se exclusivamente o crescimento econômico excluindo dos debates governamentais a questão ambiental brasileira. Exemplo disso, a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1974, pelo então presidente Ernesto Geisel, só aconteceu para conseguir juntos aos órgãos internacionais aprovação de empréstimos para execução de obras públicas brasileiras, uma vez que aqueles exigiam relatórios de impacto ambiental para a aprovação desses valores.

Em termos de representatividade (Ibid., p. 7) menciona-se que “durante todo o regime militar a SEMA foi uma agência marginal do Ministério do Interior chefiado patrimonialisticamente (sic) por Paulo Nogueira Neto”, permanecendo nesta situação durante a Nova República mesmo com a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Foi também no decorrer do regime militar que mais áreas protegidas foram criadas, porém sem o escopo de se preservar a biodiversidade, mas em função do pensamento militar de que esses “espaços controlados” facilitariam na defesa contra os inimigos (URBAN, 1998). Esta conduta fica evidente na forma autoritária em que essas áreas foram criadas sem a participação da população residente e da sociedade em geral (CÂMARA, 2009).

Os estudos para a criação de um sistema integrado de áreas protegidas só ocorreram no final da década de 70, por influência dos debates levantados pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e pela publicação das legislações ambientais dos países vizinhos como Chile, Peru e Colômbia.

Esses fatores somados à redemocratização do Brasil e ao surgimento de novos movimentos sociais, nos anos 80, influenciaram não somente a legislação referente às áreas protegidas, mas todo o ordenamento jurídico ambiental brasileiro. Milaré (2011) afirma que neste período a legislação começou a se preocupar com o meio ambiente de uma forma global, integrada e articulada.

É nesse contexto que surgem a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81); Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85); Constituição Federal de 1988; Lei de Crimes

Ambientais (Lei nº 9.605/98) e, ainda, a promulgação do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, em 18 de julho de 2000, a respeito dos quais passamos a discorrer.

3.3 Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei nº 9985/2000

3.3.1 Do Projeto à Promulgação da Lei nº 9985/2000

As primeiras discussões para criação de um sistema de áreas protegidas no Brasil iniciaram-se a partir da conclusão do trabalho “Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia”, em 1976. Com base neste trabalho elaborou-se o “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil” que teve sua primeira etapa publicada em 1979 e a segunda etapa em 1982 (MERCADANTE, 2001).

Este documento, cuja segunda versão revisada foi lançada em 1982, tinha por objetivo identificar as áreas mais importantes para a conservação da natureza no país, propondo a criação de um conjunto integrado de áreas protegidas. Uma das novidades deste documento era a utilização da terminologia Unidades de Conservação para designar o conjunto de áreas protegidas que seriam contempladas pelo sistema. Esta proposta, no entanto, por razões políticas, acabou não se mostrando viável (MEDEIROS, 2006, p. 56)

Os estudos tinham como embasamento a definição proposta pela UICN à área protegida como “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos (UICN, 1994, p. 7 apud MEDEIROS, 2006, p. 41).

Nesta ocasião, diversos países como “Colômbia, Cuba, Chile, Equador e Peru já possuíam, em junho de 1986, um sistema legalmente estabelecido” de Unidades de Conservação (UCs) (MERCADANTE, 2001, p. 192).

Apesar do Plano de UCs não ter prosperado, os debates suscitados na sua elaboração foram determinantes para o pedido encaminhado à Fundação Pró-Natureza (Funatura), em 1988, pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com a finalidade de elaboração de um projeto de Lei que instituísse um sistema nacional de Unidades de Conservação.

O projeto desenvolvido pela Funatura foi aprovado pelo Conama e encaminhado ao Congresso pelo então presidente Fernando Collor de Mello, em maio de 1992 (SANTILLI, 2005). Sob o nº 2892/92 foi aprovado somente em 2000, somando-se oito anos de debates os quais passaremos a discorrer.

Trata-se de um período em que:

Preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas e ruralistas travaram uma verdadeira batalha que mobilizou a imprensa, ONGs, além de fortíssimos lobbys no Congresso na defesa de suas posições sobre a forma e os critérios de proteção da natureza (MEDEIROS, 2006, p. 57)

Isto porque o projeto inicial retratava uma orientação claramente preservacionista:

Inspirada em um modelo de unidade de conservação preocupado unicamente com o valor de espécies e ecossistemas e com a perda da biodiversidade em si sem atentar para as exigências e necessidades humanas concretas, e sem nenhuma referência à perda para a qualidade de vida das pessoas (SANTILLI, 2005, p. 112/113).

Estava incluído neste projeto de lei três categorias de UC: proteção integral composta pela Reserva Biológica, Estação Ecológica, Parque Nacional, Estadual e Municipal, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre; UC de manejo provisório composta apenas pela Reserva de Recursos Naturais e, por fim, UC de manejo sustentável formada pela Reserva de Fauna, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Estadual e Municipal e Reserva Extrativista. Diante do caráter preservacionista do Projeto de Lei, valorizou-se as UCs de Proteção Integral, que excluía a possibilidade da presença humana.

Apesar da inserção das Reservas Extrativistas nesta discussão, esta UC já havia sido criada pelo Decreto 98.897/90 (BRASIL, 1990), com redação dada pela Lei 7804/89 (BRASIL, 1889) que a conceituava como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.

Mesmo com o destaque para a presença da população extrativista, a referência da população tradicional no projeto original foi praticamente excluída e, mais ainda, não houve menção da “contribuição das populações tradicionais para a conservação da diversidade biológica e a possibilidade de envolvê-las em tal objetivo, e considera as suas atividades tradicionais e práticas de uso da terra como fatores de perda e diminuição da biodiversidade” (SANTILLI, 2005, p. 114).

No Congresso, o projeto foi distribuído ao deputado Fábio Feldmann, que na condição de relator do Projeto de Lei apresentou sua proposta de substitutivo com alterações ao projeto inicial. Destacamos a seguir suas principais sugestões:

Acrescentou-se ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) os seguintes objetivos: valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; proteger as fontes de alimentos, os locais de moradia e outras condições materiais de subsistência de populações tradicionais, respeitando sua cultura e promovendo-as social e economicamente; proteger e encorajar o uso costumeiro de recursos biológicos, de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e uso sustentável; proteger e valorizar o conhecimento das populações tradicionais, especialmente sobre formas de manejo dos ecossistemas e uso sustentável dos recursos naturais (MERCADANTE, 2001, p. 204).

Como podemos depreender da leitura acima, o relator insere importante discussão ao projeto de lei, com relação às populações tradicionais e a valorização do conhecimento deste grupo social destinado ao manejo e proteção da biodiversidade. Para isso, apresentou a seguinte definição ao grupo:

População tradicional: população culturalmente diferenciada, vivendo há várias gerações em um determinado ecossistema, em estreita dependência do meio natural para sua alimentação, abrigo e outras condições materiais de subsistência, e que utiliza os recursos naturais de forma sustentável (MERCADANTE, 2001, p. 207).

Além destes objetivos, o autor do substitutivo acrescentou como princípios do SNUC a valorização e inserção de todos os setores sociais na implantação deste sistema buscando apoio científico a partir de parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs), universidades e, principalmente, inserindo nas discussões da criação e implantação de UC, a população tradicional residente na área.

Além disso, sugeriu a exclusão da categoria Reserva Biológica mantendo apenas a Estação Ecológica, dado que têm os “mesmos objetivos de manejo e podem, portanto, ser consideradas conceitualmente idênticas” (Ibid., p. 207). Por fim, incluiu no Projeto de Lei a criminalização das ações danosas à integridade das UCs.

Destacamos também a concepção que o deputado Fábio Feldmann defendia sobre unidade de conservação, presente em seu relatório da apresentação do substitutivo:

É fundamental abandonar a ideia negativa de que a unidade de conservação constitui um meio para se restringir, coibir, limitar a ação do homem sobre a natureza. As unidades de conservação, ao contrário, são criadas para promover a conciliação das necessidades humanas com os imperativos ecológicos do uso equilibrado, inteligente e informado, ou, numa palavra, sustentável dos recursos naturais (Ibid., p. 203).

Importante ressaltar que apesar da inclusão das populações tradicionais no Projeto de Lei, o relator defendia uma posição bastante restritiva sobre esse grupo dentro das Unidades de Conservação (SOUZA, 2012).

Entendia que aplicar o conceito por extensão a qualquer morador de UCs por apenas viver tempos nela era inaceitável. Justamente por temer que sua conceituação tivesse uma aplicação extensiva a qualquer grupo de moradores de UCs, Mercadante (2001, p. 209) afirmou que o deputado “recuou em relação às propostas que vinha defendendo e entregou um texto muito próximo ao da proposta original do Poder Executivo”.

Após a propositura do seu substitutivo, Fábio Feldmann encerrou sua legislatura em 1994 passando ao deputado Fernando Gabeira a condição de relator do Projeto de Lei. Por sua vez, Gabeira propôs novo substitutivo resgatando as proposições daquele relator, além de inserir novas propostas.

Um dos temas mais debatidos pelo novo relator diz respeito às populações tradicionais. Na ocasião defendeu que a expulsão desses grupos das UCs traria consequências negativas ao grupo mas também à conservação da natureza local.

Essas comunidades são, em grande medida, responsáveis pela manutenção da diversidade biológica e pela proteção das áreas naturais. Ao longo de gerações desenvolveram sistemas ecologicamente adaptados e não agressivos de manejo do ambiente. Sua exclusão, aliado às dificuldades de fiscalização dos órgãos públicos, muitas vezes expõe as unidades de conservação à exploração florestal, agropecuária e imobiliária predatórias. Com isso perde-se também o conhecimento sobre o manejo sustentável do ambiente natural acumulado por essas populações.

O isolamento das unidades de conservação gera uma série de problemas que impossibilitam sua adequada implantação. A criação de um parque sempre implica, em certo sentido, em uma perda para as comunidades locais, na medida em que estas perdem o acesso à área e não podem mais explorar os seus recursos naturais. A sua exclusão do processo de criação e gestão coloca-as inevitavelmente na situação de opositoras da unidade. Sem o apoio local, e considerando as já referidas crônicas limitações dos órgãos governamentais para uma fiscalização eficaz, torna-se quase impossível, muitas vezes, impedir a depredação dos parques e reservas (MERCADANTE, 2001, p. 211).

Seu substitutivo apresentou as seguintes propostas:

- Sugeriu nova definição de “população tradicional”, entendida por: “população vivendo há pelo menos duas gerações em um determinado ecossistema, em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental” (MERCADANTE, 2001, p. 214);
- Acrescentou quatro novas categorias de unidades de conservação: Reserva Produtora de Água, Reserva Ecológico-Cultural; Reserva Ecológica-Integrada e Reserva Indígena de Recursos Naturais;
- Propôs como solução para as populações residentes em UCs de proteção integral o reassentamento, a reclassificação da UC e a permanência temporária da mesma na UC. Além disso, admitiu a permanência deste grupo em Floresta Nacional, nas seguintes condições: “É permitida a presença de populações tradicionais nas Florestas Nacionais, conforme o disposto no artigo desta Lei, em regulamentação específica e no Plano de Manejo da unidade” (Ibid., p. 221).

As UCs de Proteção Integral passaram a dispor de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, ainda, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. As APAs, à semelhança do que já estava previsto para as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, passaram também a ser geridas por um conselho deliberativo (Ibid., p. 222).

- Exigiu a realização de consulta pública antes da criação de uma UC; inseriu a possibilidade das UCs públicas serem geridas por ONGs ambientalistas e “introduziu-se o princípio da remuneração pelos produtos e serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais das UCs” (Ibid., p. 222).

No final de 1996, Fernando Gabeira apresentou seu substitutivo para que pudesse ser votado pela Congresso Nacional. Entretanto, o projeto do deputado contrariou os interesses de setores do governo, principalmente da bancada ruralista que impediram a votação do projeto supra “alegando a existência de dispositivos inconstitucionais e outros que implicariam em aumento de despesa por parte do Governo” (Ibid., p. 226).

Deste momento até a aprovação do projeto, em 2000 ocorreram grandes debates e divergências entre as entidades ambientalistas “preservacionistas” e “socioambientalistas”, além dos interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional que impediu diversas vezes que o projeto de lei fosse votado.

Após a aprovação da Câmara em 1998, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal sob o número 27/99. Para que fosse aprovado nesta Casa, o então presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a definição de população tradicional sob a seguinte justificativa:

O conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil. De fato, determinados grupos humanos, apenas por habitarem continuamente em um mesmo ecossistema, não podem ser definidos como população tradicional, para os fins do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios, assim como o número de gerações não deve ser considerado para definir se a população é tradicional ou não, haja vista não trazer consigo, necessariamente, a noção de tempo de permanência em determinado local, caso contrário, o conceito de populações tradicionais se ampliaria de tal forma que alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais. Sugerimos, por essa razão, o veto ao art. 2o, inciso XV, por contrariar o interesse público.

Além disso, vetou o art. 21, §2º, III que permitia a extração de recursos naturais em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com exceção de madeira e o art. 56 que obrigava o Executivo a reclassificar as áreas de UCs de Proteção Integral ocupadas por população tradicional ou a reassentá-las em um período de 10 anos.

Dessa forma, em 21 de junho de 2000 aprovou-se o Projeto no Congresso e no dia 18 de julho foi publicado no Diário Oficial, o qual foi transformado em Lei sob o número 9985/2000.

3.3.2 Análise da Lei nº 9985/2000

Visto o contexto das discussões que culminaram na promulgação do SNUC, passamos agora à análise da Lei, juntamente com a apreciação do seu Decreto Regulamentador nº 4340, de 22/08/2002. Conforme art. 58 do SNUC, esta lei deveria ser regulamentada no prazo de 180 dias da sua publicação, porém isto só aconteceu após 19 meses¹⁰.

Inicialmente, importante frisar que o SNUC encontra amparo constitucional no artigo 225, §1º, I, II, III e VII da Carta Magna (BRASIL, 1988):

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Trata-se de um direito fundamental. Sarlet (2003 apud LUNARDI, 2011, p. 56) afirma “é possível sustentar, em qualquer hipótese, ao menos uma eficácia mediata (ou indireta) dos direitos fundamentais”.

Em seu “*caput*” estão contidas as normas-matrizes ou normas-princípios que segundo Silva (1999), revelam a garantia aos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Já em seu §1º e incisos, encontramos os instrumentos para aplicabilidade das normas previstas no “*caput*”. Mais especificamente, o inciso III do artigo supra dispõe o embasamento constitucional para a regulamentação do SNUC, objeto do nosso estudo.

Do exposto, iniciamos a abordagem da Lei 9985/00 a partir dos conceitos definidores desta legislação, a começar pela definição de Unidades de Conservação, em seu art. 2º, I:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com

¹⁰ O Decreto nº 4340/02 regulamentou os artigos 15, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 36, 41, 42, 47, 48 e 55 e revogou o Decreto nº 3834/01 que regulamentava o artigo 55, todos da Lei 9985/00.

objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A partir da leitura do artigo indicado, para criação de uma UC exigem-se a confluência de todos os aspectos elencados no conceito, quais sejam, relevância natural; criação por meio de ato do poder público e delimitação expressa do seu território. Por “recursos ambientais” a lei assim definiu em seu inciso IV do mesmo artigo: “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora”.

Ressaltamos que Unidades de Conservação¹¹ e áreas protegidas não são sinônimas, estas são mais abrangentes, pois compreendem as UCs, além das Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente, Reserva da Biosfera, entre outras. O Decreto nº 2519/98, que recepcionou a Convenção da Diversidade Biológica definiu em seu art. 2º “área protegida” como “área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” (BRASIL, 1998).

Os artigos 4º e 5º elencam os objetivos e diretrizes do SNUC, respectivamente. Com relação aos objetivos, “pode ser dividido em três grandes campos: conservação da diversidade biológica, proteção cênica e criação de meios e incentivos para a pesquisa científica” (DERANI, 2001 apud SOUZA, 2012, p. 91). Além dos temas mencionados, incluem-se aos objetivos, a promoção ao desenvolvimento sustentável, a partir dos recursos naturais e a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, a fim de respeitar e valorizar o conhecimento e cultura dessas comunidades. Já as diretrizes servem de instrumentos orientadores para a criação e estruturação das UCs.

O artigo 6º traz a estrutura que compõe o SNUC, gerido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que constitui um órgão consultivo e deliberativo com atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; pelo Ministério do Meio Ambiente, que é o órgão central deste Sistema com a finalidade de o coordenar e também pelos órgãos executores que compreendem o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, em caráter supletivo, o IBAMA, além dos órgãos estaduais e municipais, todos com a função de implementar o SNUC.

3.3.2.1 Categorias de Unidades de Conservação

¹¹ Para efeito deste trabalho, utilizamos a terminologia “Unidade de Conservação” referindo-se sempre ao conceito trazido pelo SNUC, pelo motivo do termo ter sido introduzido por esta legislação.

As unidades de conservação que integram o SNUC dividem-se em dois grupos, conforme art. 7º, I e II:

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Integram o grupo de Proteção Integral, Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Já o grupo de UCs de uso sustentável compreende a Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Tabela 1 – Características das Unidades de Conservação previstas no SNUC

Tipos	Objetivos	Categorias
Proteção Integral	Preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais	Estação Ecológica
		Reserva Biológica
		Parque Nacional
		Monumento Natural
		Refúgio da Vida Silvestre
Uso Sustentável	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais	Área de Proteção Ambiental
		Área de Relevante Interesse Ecológico
		Floresta Nacional
		Reserva Extrativista
		Reserva de Fauna
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável
		Reserva Particular do Patrimônio Natural

3.3.2.1.1 Proteção Integral

Conforme dispomos anteriormente as Unidades de Conservação de Proteção Integral são criadas com o objetivo principal de preservação da natureza, admitindo-se o uso indireto

dos seus recursos naturais. Segundo art. 49 da Lei 9985/00, a área desse tipo de UC, incluindo a Zona de Amortecimento são consideradas zona rural, para efeito legal.

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2013), em sua última atualização, em 30/08/2013, publicou o número total de UCs brasileiras. No que tange às de proteção integral, o Brasil possui 170 UCs federais, equivalente a 361.802 Km²; 325 UCs estaduais, que equivalem a 158.053 Km² e 94 UCs municipais que representam 353 Km² de áreas municipais protegidas, totalizando 559 UCs e 520.208 Km².

a) Estações Ecológicas

As Estações Ecológicas foram regulamentadas pela Lei nº 6902/81 que as considerou como “áreas representativas de ecossistemas brasileiros destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista” (MILARÉ, 2011, p. 915).

A motivação para o surgimento das Estações Ecológicas deve-se à necessidade de uma categoria de Unidade de Conservação tão restritiva quanto os já existentes Parques Nacionais, porém com objetivos voltados à pesquisa científica, uma vez que os parques destinavam-se prioritariamente ao ecoturismo. “Desse modo, surgiu a ideia de nomear a nova UC que aliava proteção ambiental com pesquisa de Estações Ecológicas” (NUNES, 2003, p. 56).

Com a edição do SNUC, as Estações Ecológicas receberam nova base conceitual e natureza jurídica, quais sejam, preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, que deverão ser autorizadas previamente pelo órgão responsável. Esta UC é de posse e domínio públicos, por isso as áreas particulares incluídas deverão ser desapropriadas. Além disso, proíbe-se a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional ou conforme as disposições do Plano de Manejo.

Art. 9º §4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

- I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;
- II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;
- III- coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;
- IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares (BRASIL, 2000).

Segundo o CNUC (2013) no Brasil totalizam 95 Estações Ecológicas que equivalem a 115.646 Km² sendo 31 federais, 63 estaduais e uma municipal.

b) Reserva Biológica

O Código Florestal de 1965 (Lei nº 4771/65), em seu art. 5º, conferiu à Reserva Biológica a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza com intuito de equilibrar proteção da biodiversidade com objetivos educacionais, recreativos e científicos.

A Lei 5197/67 que disciplinou o Código de Caça proibiu as atividades que resultassem na degradação da flora e da fauna inseridas nos limites das Reservas Biológicas.

Ambas as legislações foram revogadas e esta UC foi incorporada pelo SNUC com o seguinte objetivo:

Art. 10 A preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais (BRASIL, 2000).

Assim como as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas são de posse e domínio públicos e, por isso, as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas. Proíbe-se também a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

Segundo o CNUC (2013) no Brasil totalizam 57 Reservas Biológicas que equivalem a 52.613 Km² sendo 30 federais, 23 estaduais e quatro municipais.

c) Parque Nacional

Conforme verificamos no capítulo anterior, a modalidade de Unidade de Conservação mais antiga no mundo (Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872) e no Brasil (Parque Nacional de Itatiaia, em 1937) foi criada para “incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas” (MILARÉ, 2011, p. 916/917).

Com a incorporação desta categoria ao SNUC, o objetivo desta UC passou a ter a seguinte redação:

Art. 11 Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Também tem posse e domínio públicos devendo as áreas particulares serem desapropriadas. A visitação pública e a pesquisa científica estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

Quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Para Dourojeanni e Pádua (2001, p. 61):

Devem ser áreas de porte grande a muito grande, capazes de conter amostras representativas de um ou mais ecossistemas não alterados, ou minimamente alterados, e da biodiversidade que lhes corresponda, que, em geral, também incluem fenômenos físicos excepcionais ou paisagens de grande valor cênico. Neles não se aceita nenhuma forma de exploração direta dos recursos naturais, nem infraestrutura que possa alterar as características naturais de modo significativo. Nos parques, é aceito o uso indireto dos recursos naturais, essencialmente por meio da visitação.

Atualmente, existem 69 parques nacionais federais, 190 estaduais e 79 municipais, totalizando 338 UCs desta categoria e representando 346.821 Km² (CNUC, 2013).

d) Monumento Natural

Segundo Souza (2012) esta categoria de UC foi prevista nas Constituições Federais de 1934, 1946, 1967 e 1969. Acrescenta que nossa Carta Magna atual apesar de não citar o termo “Monumento Natural” fez referência genérica aos monumentos como dispõe seu art. 23, III.

O objetivo que define sua criação é a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. O Monumento Natural (MN) pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja compatível com os objetivos dessa UC. No caso de incompatibilidade a área particular deverá ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei. A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e pelo órgão responsável por sua administração.

Existem três MN federais, 27 estaduais e nove municipais, totalizando 39 unidades de conservação desta categoria que equivalem 1392 km² de extensão (CNUC, 2013).

e) Refúgio da Vida Silvestre

Esta unidade de conservação tem por objetivo proteger “ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória” (art. 13). Também é permitida a criação desta UC em áreas particulares, desde que haja compatibilidade entre a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. No caso de incompatibilidade, a área particular deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

A visitação pública e pesquisa científica estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e pelo órgão responsável por sua administração.

Para Souza (2012, p. 103), as maiores ameaças à esta UC são “a caça, a conversão do uso do solo, a presença de espécies exóticas invasoras, influências externas e a presença de populações humanas”.

Há, no Brasil, sete UCs desta categoria no âmbito federal, 22 estaduais e uma municipal, totalizando 30 UCs e 3736 km² de extensão (CNUC, 2013).

3.3.2.1.2 Uso Sustentável

a) Área de Proteção Ambiental (APA)

As APAs foram criadas em 1981, pela Lei n. 6902 e incorporadas ao SNUC com o seguinte objetivo:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Permite-se a constituição de APA em terras públicas ou privadas. “Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental” (art. 15, § 2º).

As pesquisas científicas e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade e nas áreas particulares pelo proprietário. Para tanto, esta UC disporá de um Conselho “presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente” (art. 15 § 4º).

Atualmente, existem 32 APAs federais, 184 estaduais e 55 municipais que totalizam 271 unidades e, em extensão, 441.973 Km² (CNUC, 2013).

b) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)

A ARIE foi prevista pela Lei 6938/81, que disciplinou a Política Nacional do Meio Ambiente, como um dos instrumentos para aplicabilidade desta política. Em 1984, o Decreto nº 89.336 justificou a criação desta UC em áreas com características naturais extraordinárias ou que abrigassem exemplares raros da biota regional.

Paulo Nogueira-Neto foi o idealizador desta UC, assim como das Estações Ecológicas. Segundo Nogueira-Neto (2001 apud Souza 2012, p. 107) considerava a ARIE como o “único tombamento ambiental disponível na legislação brasileira”.

O SNUC incorporou a ARIE em seu rol de unidades de conservação com a seguinte definição:

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (BRASIL, 2000).

Esta UC pode ser constituída em terras públicas ou privadas, podendo haver restrições para a utilização da propriedade privada que esteja localizada dentro de uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Por fim, segundo o CNUC (2013) há 16 ARIEs federais, 25 estaduais e seis municipais, totalizando uma área de 920 km² e 47 unidades.

c) Floresta Nacional

Conforme Milaré (2011), esta UC foi criada pelo Código Florestal em 1965 (art. 5º, b). Posteriormente, foi disciplinada pelo Decreto nº 1298/1994 cujo diploma permitiu a presença de populações tradicionais que habitassem a área quando da sua criação e consentiu a realização de atividades como a minerária nas dependências desta UC, sob autorização do IBAMA ou de licença ambiental.

Com a edição do SNUC, esta UC passou a ser considerada, conforme art. 17:

Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

A partir do novo conceito apenas atividades de “exploração sustentável de florestas nativas” eram permitidas o que gerou divergências com relação à criação de novas UCs desta categoria para exploração minerária. Para sanar tais dúvidas a Procuradoria Geral do IBAMA emitiu diversos pareceres todos proibindo a realização desta última atividade, exceto aquelas criadas antes da promulgação do SNUC.

Com o SNUC, as Florestas Nacionais tornaram-se de posse e domínio públicos. Com isso, as áreas particulares deverão ser desapropriadas. Admite-se a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

A visitação pública e a pesquisa científica são permitidas, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade e pelo órgão responsável por sua administração.

Além disso, a Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

Quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Existem, atualmente, 65 Florestas federais e 38 estaduais que totalizam 103 unidades e que correspondem a 300.069 km² de extensão.

d) Reserva Extrativista

As Reservas Extrativistas foram criadas em 1989, pela Lei nº 7804 com a finalidade de solucionar e regulamentar a questão das atividades seringueiras na Amazônia. Em 1990, o Decreto nº 98897 as definiu como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas” (MILARÉ, 2011, p. 922).

Com a edição do SNUC, conforme art. 18, esta UC passou a ser classificada como:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

Trata-se de área de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, onde áreas particulares deverão ser desapropriadas. Será gerida por Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área. Este conselho aprovará o plano de manejo da UC.

A visitação pública e a pesquisa científica são permitidas com observância no plano de manejo e autorização prévia do órgão responsável. Proíbe-se a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. Já a exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Pelos dados do CNUC (2013) há 59 reservas extrativistas federais e 28 estaduais totalizando 87 unidades e 143.539 km² de extensão.

e) Reserva de Fauna

Unidade de conservação destinada às “populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos” (art. 19).

Área de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Proíbe-se a caça amadorística ou profissional e a visitação pública poderá ser permitida desde que compatível com o manejo da unidade e normas estabelecidas pelo órgão responsável pela administração.

Segundo CNUC (2013) ainda não foi criada nenhuma Reserva de Fauna no Brasil.

f) Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

A primeira RDS brasileira foi criada em 1996 pelo Estado do Amazonas, denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá. Seu modelo inspirou a incorporação desta UC no SNUC que a definiu como:

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL, 2000).

Trata-se uma UC que busca compatibilizar a preservação da natureza e assegurar as condições e os meios necessários para a “reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações” (art. 20 §1º).

Esta UC é de domínio público assim as áreas particulares devem ser desapropriadas. Também será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado por contrato sendo que:

Art. 23 §1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso (BRASIL, 2000).

A visitação pública e a pesquisa científica são permitidas e incentivadas com observância das normas do plano de manejo e autorização do órgão responsável pela administração. Admite-se a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis.

O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável, de amortecimento e corredores ecológicos, que serão aprovados pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Para (CNUC, 2013) há uma RDS federal, 29 estaduais e três municipais que totalizam 33 unidades e 116.670 Km² de extensão.

g) Reserva Particular do Patrimônio Natural

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma “área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (art.21)”.

“Surgiu da ideia de engajar o cidadão no processo efetivo de proteção dos ecossistemas, dando-se incentivo à sua criação, mediante isenção de impostos” (MILARÉ, 2011, p. 926).

“O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis” (art. 21 §1º).

Durante o processo de votações do Projeto de Lei que originou o SNUC, Fernando Gabeira em seu substitutivo sugeriu que esta UC fosse transferida para a categoria de proteção integral. Porém, por sugestão do Deputado Luciano Pizzatto, incluiu-se no art. 21, §2º, III “a possibilidade de extração de recursos naturais, exceto madeira, que não coloque em risco as espécies ou os ecossistemas que justificaram a criação da unidade”. Com esta redação esta categoria de UC foi transferida para o grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

A redação do inciso citado recebeu veto presidencial e com isso a RPPN voltou a ter características de UC de Proteção Integral porém manteve-se na condição de UC de Uso Sustentável já que ao Presidente da República “cabe apenas vetar total ou parcialmente um projeto de lei, mas não alterá-lo” (SOUZA, 2012, p. 120).

Por fim, permite-se a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais nos limites desta UC. Conforme o CNUC (2013) há 574 RPPNs federais, 108 estaduais e apenas uma municipal que totalizam 683 unidades e 5402 Km² de extensão.

3.3.2.2 Da Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação

As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público seja por meio de lei ou decreto, após a realização de estudos técnicos e consulta pública “que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade”, conforme art. 22 §2º, (BRASIL, 2000).

Os dois requisitos devem ser integralmente cumpridos sob pena de nulidade na criação da UC pois quando observados conferem ao processo publicidade, ampla participação da população, além de evitar abusos e arbitrariedades por parte do poder público. Só há dispensa de exigibilidade na ocasião da criação das Estações Ecológicas e Reservas Biológicas.

Conforme o Decreto 4340/02:

Art. 2º O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar:

I - a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração;

II - a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável;

III - a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e

IV - as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

Art. 3º A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais (BRASIL, 2002).

Além disso, o SNUC prevê a possibilidade de ampliação nos limites de uma Unidade de Conservação e a transformação total ou parcial das UCs de Uso Sustentável em UCs de Proteção Integral, mas, em ambos os casos, exige-se que seja feita por meio de instrumento normativo do mesmo nível hierárquico que a criou e mediante realização de consulta pública com a comunidade envolvida. Já a redução ou desafetação dos limites de uma UC somente poderá ser feita por lei específica¹².

Com relação às populações residentes nas UCs, o texto legal introduziu as expressões: “população local” e “população tradicional”. Em ambos os casos, o diploma não os conceituou de forma expressa. Porém, pela leitura de diversos artigos desta lei conseguimos extrair orientações à sua definição.

Por “população local” o texto legal o referenciou apenas em seu art. 5º, incisos III, V e IX:

¹² “A desafetação é o fato ou manifestação de vontade do poder público, mediante o qual o bem de domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado do Estado ou do administrado” (CRETELLA JUNIOR, 1978 apud MACHADO, 2012, p. 945).

- III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;
- X - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

As demais referências destinam-se às populações tradicionais. Como visto anteriormente, o conceito deste grupo foi vetado na ocasião da promulgação do SNUC. No entanto, a partir da leitura dos art. 17, §2º e art. 20¹³ podemos extrair orientações à sua definição. Trata-se de “população que exista numa área antes da criação da unidade de conservação, cuja existência seja baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais” (MACHADO, 2012, p. 965).

Ressaltamos ainda segundo o art. 36 do Decreto 4340/02, “apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento”. Neste caso, o texto refere-se às UCs de Proteção Integral.

Art. 39 Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.

§1º O termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida.

§2º O termo de compromisso será assinado pelo órgão executor e pelo representante de cada família, assistido, quando couber, pela comunidade rural ou associação legalmente constituída.

§3º O termo de compromisso será assinado no prazo máximo de um ano após a criação da unidade de conservação e, no caso de unidade já criada, no prazo máximo de dois anos contado da publicação deste Decreto.

§4º O prazo e as condições para o reassentamento das populações tradicionais estarão definidos no termo de compromisso (BRASIL, 2002).

Já as populações residentes em Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável terão a posse e o uso das áreas ocupadas, ambos regulados por contrato.

O SNUC também disciplinou questões envolvendo o subsolo e o espaço aéreo das Unidades de Conservação. Com a finalidade da manutenção da estabilidade do ecossistema

¹³ Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

que integra a UC, o SNUC prevê a incorporação do subsolo e do espaço aéreo nos limites das unidades de conservação, além da obrigatoriedade na constituição da Zona de Amortecimento e, quando possível, dos Corredores Ecológicos, com exceção das Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Além disso, dispõe em seu art. 26 a possibilidade da criação de um Mosaico de Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas. Neste caso, a criação do Mosaico será reconhecida por ato do Ministério do Meio Ambiente e a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

No que tange à implantação do SNUC, o art. 27 prevê que as Unidades de Conservação deverão dispor de um Plano de Manejo que abranja a “área da Unidade de Conservação, sua Zona de Amortecimento e os Corredores Ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”¹⁴.

Trata-se do documento mais importante das UCs. Conforme Machado (2012, p. 958): “O Plano de Manejo, na prática, será a lei interna das Unidades de Conservação”.

Conforme art. 2, XVII:

É um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Mesmo tratando-se de documento relevante, o SNUC destinou a obrigatoriedade da participação pública na elaboração do Plano de Manejo apenas às Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, às Florestas Nacionais e às Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

O Plano de Manejo deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data da criação da UC. No seu teor poderá dispor ainda, segundo art. 27 §4º:

Sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas zonas de amortecimento das demais categorias de unidade de conservação, observadas as informações contidas

¹⁴ Buscando os conceitos de Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos no art. 2º, incisos XVIII e XIX do SNUC, respectivamente, encontramos a seguinte definição: zona de amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” e corredores ecológicos são “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais”.

na decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio sobre:

- I - o registro de ocorrência de ancestrais diretos e parentes silvestres;
- II - as características de reprodução, dispersão e sobrevivência do organismo geneticamente modificado;
- III - o isolamento reprodutivo do organismo geneticamente modificado em relação aos seus ancestrais diretos e parentes silvestres; e
- IV - situações de risco do organismo geneticamente modificado à biodiversidade (BRASIL, 2000).

Segundo dados da ICMBIO (2011 apud SOUZA, 2012, p. 125): “das 310 UCs de âmbito federal, apenas 111 possui (sic) plano de manejo, o que dá uma média de 35,8% do total de UCs”. “(...) Já o grupo das UCs de uso sustentável, das 173, somente 38 possuem plano de manejo, o que não chega a 22% do total desta categoria”.

Nas UCs de Proteção Integral exige-se a criação de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável pela administração e composto por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural e, quando for o caso, pelas populações tradicionais.

O SNUC prevê ainda a gestão das UCs por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com objetivos afins aos da unidade de conservação, por meio de instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. Além disso, incentiva parcerias com a comunidade científica para desenvolvimento de estudos sobre a fauna, flora e ecologia das UCs, além da valorização do conhecimento das populações tradicionais.

Os órgãos que administram as UCs podem “receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação” (art. 34).

Art. 35 Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios:

- I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade;
- II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;
- III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral (BRASIL, 2000).

Além disso, permite-se a exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto nas Áreas de Proteção Ambiental e

Reservas Particulares do Patrimônio Natural, dependendo de prévia autorização e sujeitando o explorador a pagamento.

Outra importante contribuição trazida pela Lei 9985/00 diz respeito à compensação ambiental e consequente aplicação do princípio do usuário-pagador¹⁵. Isto porque estabelece aos empreendimentos classificados pelos órgãos ambientais de significativo impacto ambiental, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), a obrigação do empreendedor apoiar a implantação e manutenção de UC de Proteção Integral.

O §1º do art. 36 institui:

O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento (BRASIL, 2000).

Este artigo, porém, foi considerado parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 2008, conforme ADIN nº 3.378-6, de 2008 no quesito “não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento”. O Egrégio entendeu que o valor da compensação deve ser fixado proporcionalmente ao impacto ambiental e não sobre os custos do empreendimento. A fixação do *quantum* deverá ocorrer em processo que assegure o contraditório e ampla defesa.

Cabe ao órgão ambiental licenciador definir qual UC será beneficiada, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA, após ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas Unidades de Conservação. Se o empreendimento afetar UC específica ou sua Zona de Amortecimento, o licenciamento só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável pela administração desta UC e esta, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação do empreendimento.

Além das Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável, a Lei n. 9985/00 incorporou a Reserva da Biosfera (RB), “reconhecida pelo Programa Intergovernamental *Man and Biosphere* (‘O Homem e a Biosfera’) – MAB, da UNESCO” (MILARÉ, 2011, p. 928).

¹⁵ O princípio do usuário-pagador, segundo art. 4º, VII da Lei 6938/81 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente dispõe: “à imposição, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos (...) à imposição ao poluidor e ao predador da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados” (MACHADO, 2012, p.93).

O art. 41 dispõe:

A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

§ 1º A Reserva da Biosfera é constituída por:

I - uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza;

II - uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e

III - uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis (BRASIL, 2000).

A RB pode ser constituída em áreas de domínio público ou privado, integrando Unidades de Conservação já criadas pelo Poder Público. Sua gestão se dá por um Conselho Deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento e no ato de constituição da unidade.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (2014), o Brasil conta com sete Reservas da Biosfera: Mata Atlântica; Cinturão Verde da Cidade de São Paulo; Cerrado; Caatinga; Pantanal; Amazônia Central e Serra do Espinhaço.

Por fim, a respeito da proteção penal das unidades de conservação, estavam previstos no SNUC:

Art. 40 Causar significativo dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das Unidades de Conservação de Proteção Integral e das suas zonas de amortecimento: Pena – reclusão, de dois a seis anos.

Art. 40-A Causar significativo dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e das suas zonas de amortecimento: Pena - reclusão, de um a três anos.

Ambos os artigos foram vetados. Com isso, atualmente aplica-se o art. 40 da Lei 9605/98 (Crimes Ambientais) que dispõe:

Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274¹⁶, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre. (Redação dada pela Lei nº 9.985, de 18.7.2000)

¹⁶ Art. 27 Decreto 99274/90: Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota ficará subordinada às normas editadas pelo Conama. Com a edição do SNUC essas áreas passaram a ser classificadas de “zonas de amortecimento”.

§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena. (Redação dada pela Lei nº 9.985, de 18.7.2000)

§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.

Um vez que a promulgação da Lei de Crimes Ambientais precedeu o SNUC, justifica-se a conceituação trazida no §1º. Apesar de citar apenas as UCs de Proteção Integral, o *caput* faz referência às “Unidades de Conservação”. Com isso, a aplicação do art. 40 supra também é extensivo às UCs de Uso Sustentável. Por fim, no §2º identificamos uma circunstância agravante da pena e no §3º uma circunstância atenuante da pena.

4 ÁREA DE ESTUDO

4.1 Caracterização Física e Ambiental

Nosso objeto de estudo compreende a área classificada como Estação Ecológica Jureia-Itatins, criada em 20 de janeiro de 1986, por meio do Decreto Estadual nº 24.646, posteriormente regulamentada pela Lei Estadual nº 5649/87. Trata-se de uma área de 79.240 ha, abrangendo terras pertencentes aos municípios de Peruíbe (10,55%), situado na Baixada Santista e Iguape (79,15%), Itariri (4,10%) e Miracatu (6,20%), situados no Vale do Ribeira, conforme demonstrado nas figuras 2 e 3.

Figura 2 - Estação Ecológica Jureia-Itatins, conforme Decreto Estadual 24646/86 (SÃO PAULO, 1986)
Fonte: Estação ([2007?])

Figura 3 – Municípios que compreendem o Vale do Ribeira/São Paulo

Fonte: Todesco (2010)

Apesar da área de estudo ter se transformado, por duas ocasiões, em um conjunto de Unidades de Conservação (mosaico), nosso objeto de estudo manteve-se na configuração de Estação Ecológica, uma vez que nosso enfoque dirige-se ao histórico desta UC e não apenas em um momento pontual. Porém os dados provenientes dos mosaicos foram considerados em nossas avaliações.

A EEJI situa-se “na sub-região da Baixada do Ribeira, pertencente à Província Costeira” (SUGUIO, 2004, p. 34). Trata-se de uma das cinco feições geomorfológicas que compõem o Estado de São Paulo: Província Costeira, Planalto Atlântico, Depressão Periférica, Cuestas Basálticas e Planalto Ocidental (FERREIRA, 2005).

Em seu interior distinguem-se três principais unidades geomorfológicas, quais sejam, Morros e Serras, Planície Costeira e Praias (SOUZA; SOUZA, 2004), conferindo grandes variações de altitude que vão desde o nível do mar até picos rochosos, como exemplo, o Morro Três Pontas com 1240 metros de altitude.

A unidade de Morros e Serras compreende uma faixa de direção E-W com 50 km de comprimento e 10 km de largura formada pela Serra do Bananal, na porção oeste, Serra do Itatins e Serra de Peruíbe, na porção leste e por unidades isoladas como a Serra da Jureia e os morros de Maceno-Itu e do Grajaúna (SOUZA; SOUZA, 2004).

A Planície Costeira tem como característica principal a topografia baixa, com altitudes inferiores a 12 m e que compreende a Jureia, Una, Rio Verde e Guaraú.

Em todas elas, predominam depósitos marinhos formados por areias, em geral finas e localmente retrabalhadas pelo vento. Ocorrem também depósitos de origem fluvial e sedimentos pelíticos lagunares geralmente recobertos por depósitos coluviais de baixada (SOUZA; SOUZA, 2004, p. 17).

Por fim, a Estação Ecológica Jureia-Itatins compreende duas principais praias: Rio Verde e Una, com 3,6 km e 16,5 km de extensão, respectivamente. As praias menores compreendem as do Itacolomi, Arpoador e do Guaraúzinho, todas com menos de 1 km de extensão.

Com relação à formação geológica, segundo Oliveira (2004, p. 9):

As rochas do Complexo Costeiro Pré-Cambriano predominam na área, com exceção do trecho Sul-Sudeste, onde estão cobertas por sedimentos cenozóicos, marinhos e mistos, eluvio-coluviais e areias marinhas da Formação Cananéia. As serranias costeiras são denominadas Maciço de Itatins, representado por um bloco rochoso alçado por falha e que secciona a linha de costa neste trecho do litoral sul, ficando, deste modo, submetido ao trabalho das ondas originando pequenas falésias e pontas. Ao longo da extensa planície fluviolitorânea do trecho leste da Baixada do Ribeira ocorrem inúmeras elevações, com altitudes variando de 40 a 150 metros e, com destaque, seccionando a linha costeira, o Maciço da Juréia, com altitudes em torno de 870 metros. Este se apresenta como um “pontão” rochoso que avança para o mar, nos locais onde recebem a denominação local de “Ponta da Juréia” e “Ponta do Grajaúna”. É constituído predominantemente por migmatitos xistosos e/ou gnáissicos.

RELEVO DA JURÉIA-ITATINS

Figura 4 – Formações do relevo da Jureia-Itatins
Fonte: Plano Diretor de Peruíbe (2007)

Toda a Estação Ecológica Jureia-Itatins está inserida no domínio da Floresta Tropical Úmida “Mata Atlântica - com vários ecossistemas associados: dunas, restingas, manguezais,

campos de altitude, representando elevada importância ambiental para os estudos ecossistêmicos e suas inter-relações” (NUNES, 2003, p. 51), além do valor intrínseco que o bioma possui. Segundo Olmos e Galetti (2004, p. 361), “abrange um total de quase 793 km² de florestas de encosta, restingas (incluindo formações inundáveis como guanandizais e caxetais), manguezais e formações pioneiras e secundárias”.

O Vale do Ribeira é considerado uma das poucas regiões no Estado de São Paulo onde a Floresta Atlântica se apresenta relativamente bem preservada, através do *continuum* entre a floresta de encosta que recobre a Serra do Mar e os ecossistemas costeiros, situados sobre uma grande heterogeneidade de ecossistemas de Floresta Atlântica, como duna, restinga, mangue, floresta de planície, floresta de encosta, formações de topo de morro, campos de altitude, e diversidade de espécies da fauna e flora (SANCHES, 2004, p. 29).

Segundo Nunes (2003, p. 51), “a área abriga também inúmeras espécies da fauna e flora, algumas endêmicas, além de grande concentração de sambaquis e outras evidências arqueológicas”.

A flora é bastante diversificada, com alto grau de endemismo, havendo o predomínio da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica) e Floresta de Restinga, entre outros ecossistemas associados. Souza e Souza (2004) afirmam que na área referente à EEJI ocorrem os mais importantes e melhor preservados remanescentes do ecossistema de restinga.

São encontrados amplos maciços contínuos de vegetação e representações de todas as nove fisionomias de vegetação de restinga existentes no litoral paulista, a saber: praia, dunas, escrube, entre-cordões, brejo, paludosa, floresta baixa, floresta alta e floresta de transição restinga-encosta (SOUZA; SOUZA, 2004, p. 29).

Conforme dados provenientes do Instituto Florestal (INSTITUTO FLORESTAL, [1996]) foram registradas 756 espécies de fanerógamas, distribuídas em 84 famílias de dicotiledôneas, 21 de monocotiledôneas e 88 espécies de Pteridófitas. Dentre as espécies endêmicas da Mata Atlântica, algumas foram catalogadas na EEJI, como o antúrio-da-juréia, *Anthurium jureianum* e a begônia, *Begonia jureiensis*. Ainda segundo o Instituto Florestal ([1996]), a EEJI abriga 25 espécies de vegetais ameaçadas de extinção.

Segundo Oliveira (2004, p. 10):

Dentre as espécies de importante valor econômico encontra-se a caxeta, *Tabebuia cassinoidea* e o palmito, *Euterpe edulis*. É grande a abundância de epífitas representadas por Bromeliaceae e Orchidaceae. Nos manguezais encontram-se as três espécies halófitas típicas desse ecossistema no Brasil: *Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa*, *Avicenia shaweriana*.

Além disso, a posição geográfica da EEJI, situada na fachada Atlântica Sul Oriental do Brasil, “confere-lhe características climáticas zonais típicas dos climas controlados por massas tropicais e polares” (TARIFA, 2004, p. 42).

Com isso, o clima com predomínio do tropical úmido, tem temperatura média de 22,7°C. Segundo Oliveira (2004, p. 9): “A pluviosidade em quase todo o litoral de São Paulo é alta e a pluviosidade média anual está em torno de 4.170 mm, sendo fevereiro e março os meses mais chuvosos”. Os meses menos chuvosos são junho, julho e agosto (TARIFA, 2004).

Os principais rios da região são o Una do Prelado, Rio Verde e o Rio Guaraú, todos com nascentes nos domínios das serras e drenagem nas planícies costeiras (SOUZA; SOUZA, 2004). Acrescentam os autores que a hidrologia Jureia-Itatins também é composta por três pequenas sub-bacias, quais sejam, Bananal-Água Vermelha, Espriado-Itinguçu-Una da Aldeia e Pedras-Aguapeú.

Segundo Por (1986 apud FERREIRA, 2005) os rios que cortam a EEJI classificam-se em rios de “águas claras”, caso dos rios Verde e Guaraú e rios de “águas pretas”, como o rio Una do Prelado. Os de “águas claras” são “rios transparentes devido à sua proveniência do alto das Serras e consequentemente da baixa quantidade de sedimentos transportados em seu trajeto” (FERREIRA, 2005, p. 24). Já os rios de “águas pretas”, “adquirem uma coloração mais escura devida à sua distribuição por terrenos podzólicos da planície flúvio-marinha que apresentam maior quantidade de sedimentos minerais” (FERREIRA, 2005, p. 24).

Com relação à fauna local, segundo o Instituto Florestal ([1996b]), a EEJI abriga mais de 79 espécies de abelhas, 274 espécies de aracnídeos, 45 espécies de peixes, 36 espécies de répteis, 26 espécies de anuros, de 318 espécies de aves, 80 espécies de mamíferos (das quais 40 espécies são morcegos), apresentando casos de endemismos como as espécies de pererecas *Hyla littoralis* e *Scinax jureianun*.

São Paulo (1991) identificou exemplares da fauna local ameaçados de extinção como o macaco-prego (*Cebus apella*), o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), o bugio (*Alouatta fusca*), a anta (*Tapirus terrestris*), a onça pintada (*Panthera onça*) e o tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vittelinus ariel*).

Sanches (1997 apud FERREIRA, 2005, p. 26) cita que a EEJI:

Apresenta extenso inventário etnobiológico de mamíferos (39 espécies) e avifauna (mais de 200). Cita a ocorrência da sussuarana (*Felis concolor*), o quati (*Nasua nasua*), a paca (*Agouti paca*), o veado (*Mazama americana* e *Mazama gouazubira*), o cateto (*Tavassu tajacu*), a queixada (*Tavassu pecari*), o cachorro-do-mato (*Cerdodyon thous*), a preguiça (*Bradypus torquatus*), a lontra (*Lutra* sp.) (todos mamíferos), e de aves como a jacutinga (*Pipile jacutinga*), o jacú (*Penelope* sp.), o jaó (*Crypturellus noctivagus*), o macuco (*Tinamus solitarius*), o sabiaca (*Trichlaria malachitaceae*), o gavião-pombo (*Leucopternis polionota* e *Leucopternis lacernulata*), além dos répteis composto pelo jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), jabutis (*Geochelone*), tartarugas-marinhas (*Caretta caretta*) e por variadas espécies de cobras (jararacas, corais – *Bothrops* sp. e *Micrurus* sp, respectivamente).

4.2 Histórico das Mudanças na Categorização da Jureia-Itatins

A primeira iniciativa legal para a conservação da Mata Atlântica na área de estudo data de 1958, quando foi criada a Reserva Estadual da Serra de Itatins (Decreto Estadual nº 31.650). Neste momento, a área que atualmente situa-se a EEJI exerceu a função de Zona de Amortecimento da UC recém criada.

Em 1963, criou-se a Reserva Indígena de Itariri, através do Decreto Estadual nº 41.058. Posteriormente, em 1979, o Maciço da Jureia e toda a extensão da bacia do Rio Verde foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) por solicitação da Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, liderada por Ernesto Zwarg (FERREIRA, 2005).

Durante o processo de tombamento do Maciço da Jureia, as empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos propuseram, na Praia do Rio Verde, entre o Morro do Grajaúna e o Maciço da Jureia, um empreendimento composto por um condomínio para mais de 70.000 pessoas com “pista de pouso, marinas, clubes, pousadas, edifícios, campos de golfe e até mesmo um hotel (...) além da construção de uma estrada a partir da rodovia Régis Bittencourt que cortaria a planície do Rio Una do Prelado” (MOURÃO, 1971 apud FERREIRA, 2005, p. 16).

O empreendimento, de grandes proporções, ameaçaria diretamente o ecossistema de restinga que representa 47% da área da antiga EEJI. Para aprovação do complexo, a empresa ofereceu uma área de 1.100 ha para criação de uma Estação Ecológica. Com isso a CONDEPHAAT realizou o tombamento do Maciço da Jureia, em 1979, mas reservou a área que seria destinada ao empreendimento.

Neste ínterim, um ano após a aprovação do condomínio, o processo foi interrompido pelo governo militar, sob a administração de João Figueiredo que decidiu desapropriar uma área de 23.600 ha (área que corresponde a EEJI) para instalação de duas usinas nucleares (Empresa Nuclear Brasileira - NUCLEBRAS) com base no acordo firmado entre Brasil-Alemanha e que deu origem ao Programa Nuclear Brasileiro.

Essa decisão repercutiu negativamente entre os moradores de Iguape e ambientalistas que protestaram contra o projeto nuclear. O contexto político da época, marcado pelo processo de abertura política brasileira, com a reforma partidária no final de 1979 e aprovação pelo Congresso das eleições diretas para governador fortaleceram as manifestações populares, inclusive os movimentos ambientalistas, ocasião em que são criadas a Associação em Defesa da Jureia (Pró-Jureia), em 1986 e a SOS Mata Atlântica, em 1987, responsáveis pela defesa da região contra a instalação das usinas nucleares. Com intuito de amenizar o cenário de

protestos, o governo federal destinou uma área para a criação da Estação Ecológica da Jureia (FERREIRA, 2005).

O projeto federal nuclear, porém, não obteve êxito e, conjuntamente, a NUCLEBRAS não realizou as desapropriações na área, perdendo o direito de permanecer com a posse da terra. Este cenário foi determinante para o ressurgimento de novas propostas de loteamentos na região. Entretanto, o cenário político já era outro, marcado pelas mobilizações sociais que ganharam força neste período de redemocratização.

As pressões sociais juntamente com o apoio do governo estadual paulista (governo Franco Montoro) que tinha acabado de criar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (1986) foram determinantes para a criação, em 20 de janeiro de 1986, mediante Decreto Estadual nº 24.646, a Estação Ecológica de Jureia-Itatins (EEJI), com uma área inicial de 82.000 ha.

No ano seguinte foram editados quatro decretos com o objetivo de desapropriação da área da EEJI. São eles: Decretos Estaduais n. 26.714, 26.715, 26.716 e 26.717. Com o objetivo de vigorar o Decreto de criação da Estação Ecológica foi sancionada a Lei Estadual n. 5.649, em 1987, que alterou e excluiu uma porção dos limites da EEJI reduzindo a área para 79.240 ha (NUNES, 2003; FERREIRA, 2005).

No entanto, observamos no contexto da criação da EEJI, a inexistência de discussões relativas ao direito das populações que já habitavam a área antes da criação desta UC. Com a promulgação da EEJI, dado seu caráter restritivo, menos espaço esta comunidade dispôs para defesa dos seus direitos.

Com a finalidade de estabelecer condições para implantação da EEJI principalmente no tocante a permanência das populações tradicionais foi editado o Decreto Estadual n. 32.412/90.

Neste ato legal foram asseguradas aos integrantes das comunidades tradicionais que comprovadamente subsistiam da pesca, agricultura e prestação de serviços aos moradores locais, suas respectivas atividades, desde que realizadas de forma compatível com os objetivos da Estação Ecológica, e nos termos de seu plano diretor e respectivo zoneamento. Essa medida paliativa apresentava claros limites para solucionar os conflitos, visto a dificuldade em associar comunidades humanas com os objetivos de uma Estação Ecológica. Assim, nos casos em que a presença humana inviabilizasse o zoneamento da Estação Ecológica, o que provavelmente aconteceria, o Estado se incumbiria de estudar medidas para a realocação dessas pessoas (PAYES, 2010, p. 43/44).

E de fato os conflitos entre Estado e comunidade local permaneceram e foram se agravando com o passar dos anos. O próprio criador desta UC, Paulo Nogueira-Neto afirmou: “A Jureia-Itatins deveria constituir um Mosaico Ambiental, formado pela justaposição de

áreas com diferentes características: Estação Ecológica, Parque, Reserva Extrativista, Áreas de Relevante Interesse Ecológico” (NOGUEIRA-NETO, 2004, p. 15).

Com intuito de compatibilizar a permanência desta população com a conservação da biodiversidade local, foi editada a Lei Estadual n. 12.406/06 (SÃO PAULO, 2006) que transformou a área da EEJI em um Mosaico de Unidades de Conservação, composto por dois Parques Estaduais, duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável e dois Refúgios Estaduais de Vida Silvestre, além de uma área que permaneceu como Estação Ecológica.

Figura 5 – Disposição do primeiro mosaico Jureia-Itatins conforme Lei Estadual n. 12406/06 (SÃO PAULO, 2006)

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente (2006)

Porém, em 2009, a partir da impetração de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), de autoria do Procurador Geral da Justiça, o referido mosaico foi extinto retornando a área à sua condição inicial de Estação Ecológica.

A propositura da ADIN justificou-se nos seguintes argumentos: a mudança na categorização das unidades de conservação foi realizada sem estudos técnicos, como o Estudo de Impacto Ambiental, além de ser fruto de uma lei de autoria do legislativo enquanto uma proposição desta matéria deveria ser de autoria do Executivo, ou seja, do governador do estado de São Paulo.

Mesmo com o fim do mosaico, as comunidades locais mantiveram as discussões com os representantes da Assembleia Legislativa para elaboração de novo mosaico de UCs na área estudada. Os debates culminaram na promulgação da Lei estadual nº 14.982, em 2013 (SÃO PAULO, 2013), que instituiu novo Mosaico de Unidades de Conservação constituído pela área que se manteve como Estação Ecológica, porém com os limites alterados, além da criação dos Parques Estaduais do Itinguçu e Prelado e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una e Despraiado, conforme demonstrado na figura 6.

Figura 6 – Disposição do segundo Mosaico Jureia-Itatins conforme a Lei estadual 14.982/13 (SÃO PAULO, 2013)
Fonte: Diário (2013)

Nesta Figura, toda a área verde escuro representa a Estação Ecológica que teve parte da área original diminuída. Em contrapartida recebeu toda a área da Estação Ecológica Banhados do Iguape. A área laranja representa a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Despraiado; área amarela RDS Barra do Una; área verde claro à esquerda Parque Estadual (PE) do Prelado e verde claro à direita PE do Itinguçu. As áreas em tons de azul representam as APAs Marinhas Litoral Centro e Litoral Sul.

Entretanto, em novembro de 2013 nova Ação Direta de Inconstitucionalidade foi proposta pelo Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo (processo n. 0199748-62.2013.8.26.000) sob o argumento que o novo Mosaico também foi criado sem Estudo de

Impacto Ambiental. A ADIN suspendeu o Mosaico liminarmente, retomando a área o *status* de Estação Ecológica que permanecerá nesta condição até o julgamento final do processo¹⁷.

¹⁷ No momento da finalização da redação desta tese de doutorado, a ADIN sob o nº 0199748-62.2013.8.26.000 foi julgada improcedente.

Figura 7 – Histórico das principais mudanças na categorização da Jureia-Itatins

4.3 Caracterização dos moradores locais – origem; modos de produção e subsistência; contingente populacional

a) Origem

Um dos aspectos mais relevantes para compreensão da Jureia-Itatins refere-se à constituição da população local e à dinâmica estabelecida entre ela e o meio ambiente natural.

A ocupação humana nesta região data de tempos remotos. A existência de sítios arqueológicos nesta área demonstra que a área foi ocupada desde a pré-história pelos homens dos sambaquis, há mais de 8.000 anos, além de ser habitada por populações indígenas, contemporâneas do colonizador europeu (NUNES, 2003).

A ocupação deu-se por volta do século XVII, sob duas formas básicas:

Doação de sesmarias a portugueses, que assumiam o compromisso de se assentar, de cultivar a terra e de fazer benfeitorias. Tratava-se do modo legal de possuir terras no período colonial; pela ocupação de terras não doadas pela coroa portuguesa. As famílias dedicavam-se à agricultura de subsistência. Foi desta forma que se estabeleceram a maioria das pequenas posses na Juréia e em todo país (NUNES, 2003, p. 53).

Neste período, a partir do contato entre o colonizador europeu e o indígena surge o caiçara “que se origina das primeiras vilas litorâneas que se desenvolveram no período colonial” (SANCHES, 2004, p. 61). O descendente mestiço do português, ao longo do tempo, manteve seu sustento através da caça, da coleta, da roça, da agricultura itinerante de subsistência e da pesca.

Por fim, estabeleceram também na Jureia, os escravos negros trazidos pelos portugueses para o cultivo do arroz.

Queiroz (1983, p. 38) distingue os moradores locais nos seguintes grupos: “caiçaras: caboclos do litoral; ribeirinhos: caboclos que vivem às margens dos rios e capuavas: caboclos habitantes das serras”.

Cali (1999), em sua pesquisa de mestrado, analisou o povoamento da Jureia-Itatins, entre os anos de 1800 e 1921. Como resultado, verificou que ocupação humana na área foi feita por caiçaras, índios, ribeirinhos, fazendeiros e escravos. O autor observou a existência de três grandes ocupações, os quais ele denominou de “assentamento”¹⁸, feitas pelos caiçaras,

¹⁸ Segundo Cali (1999), o levantamento da ocupação na área, o qual denomina de “assentamento” foi realizado com base nos conceitos da Arqueologia da Paisagem (BOADO, 1992). Considera o espaço “não como uma realidade unicamente de ordem física e ambiental, mas como uma categoria cultural, um conceito específico de cada sociedade ou, exclusivo de cada grupo de poder ou resistência dentro de uma sociedade dada” (CALI, 1999, p. 125).

entre os séculos XVII e XX; pelos capuavas e ribeirinhos, nos séculos XVIII e XX e, por fim, pelos fazendeiros, neste mesmo período.

Abaixo segue tabela com o histórico da ocupação da região de Jureia-Itatins, a partir de (CALI, 1999 apud NUNES, 2003).

Tabela 2 – Ocupação da Jureia-Itatins

Tipo de Assentamento	Período	Localização
Caiçara	Séculos XVII – XX	Áreas de restinga, próximas da praia ou adentrando um pouco a Mata Atlântica e a várzea dos Rios Verde, Una, Grajaúna etc. As casas estavam entre 150 a 800 m da costa e em torno de 10 metros de altitude em relação ao nível do mar.
Capuava e Ribeirinho	Séculos XVIII – XX	Distante da costa, no interior da Juréia e da Serra dos Itatins. Ocupavam áreas desfavoráveis desprezadas pelas fazendas como as encostas dos morros.
Fazendeiro	Séculos XVIII - XX	Ao longo dos rios Una do Prelado, Una da Aldeia, Pedras, Itimirim. Estavam a 20 metros de altitude em relação ao nível do mar.

Fonte: Cali (1999 apud NUNES, 2003, p. 54)

A partir dos colonizadores europeus, indígenas, negros e dos descendentes nascidos na Jureia, muitas pessoas se dirigiram à região e formaram as comunidades que estão presentes até hoje.

Segundo Queiroz (1992) a população residente da Jureia foi se constituindo ao longo do tempo por posseiros expulsos de outras regiões; desempregados das grandes cidades; construtores de estradas; pedreiros que vieram construir casas de praias e caseiros que vieram cuidar dessas residências; operários, vigias e engenheiros vindos por ocasião da construção das usinas nucleares, além de turistas, curiosos, técnicos, pesquisadores, policiais e ecologistas, vindos com a construção da EEJI.

A diversidade na origem dessa população reflete a heterogeneidade cultural da mesma, principalmente no que tange às diferenças da localidade em que se estabeleceram, caso dos caiçaras que vivem na área litorânea e sobrevivem principalmente da pesca e dos ribeirinhos e capuavas que sobrevivem das atividades agrícolas. Queiroz (1992) se utiliza do termo “morador da Jureia” por não encontrar termo mais apropriado dada as diferenças culturais e também pelos próprios habitantes que lá residem se intitulem como tal.

Os moradores da Jureia constituem-se em uma unidade de ação política, embora dificilmente poderíamos considerá-los como um grupo com homogeneidade cultural. Somente em uma situação de conflito político é que eles se colocam como “iguais” diante do movimento ecológico e do Estado. Fora isso, o que encontramos são mais diferenças do que similitudes dentro desta categoria “moradores da Jureia” (QUEIROZ, 1992, p. 102).

b) Modos de produção e subsistência

A diversidade na origem da população da Jureia também gera reflexos nos modos de produção e subsistência desta região.

Segundo os dados levantados por Cali (1999), entre os anos de 1800 e 1921, os caiçaras caracterizam-se pela roça de subsistência, com predomínio da mandioca, além do cultivo do arroz, feijão e milho; da pesca, caça e alguns sítios com espaço para criação de gado. “É provável que algum excedente de sua produção fosse comercializado para a aquisição de remédios, vestuário, sal etc.” (Ibid., p. 129).

Os capuavas e ribeirinhos, conforme o autor, apresentavam a roça predominantemente de arroz nas várzeas, além da caça e coleta de vegetais, como o palmito. Por fim, o grupo denominado pelo autor de fazendeiros, por deterem propriedades maiores dedicavam-se ao cultivo do arroz para exportação. Também havia “áreas de mata para extração de madeira e lenha, pastos e áreas para cultivo de produtos para subsistência da família e dos trabalhadores” (NUNES, 2003, p. 54).

Queiroz (1992), no decorrer de sua pesquisa de doutorado, também identificou diferenças nos modos de subsistência/produção desenvolvidos na Jureia. A maioria dos moradores desenvolvia uma pequena agricultura como fonte de subsistência, tendo como atividades complementares a caça, a pesca e o extrativismo; outra parcela sobrevivia basicamente da pesca; os caseiros se mantinham dos salários pagos pelos proprietários das casas e sítios; havia ainda os funcionários públicos – professores do Estado e dos Municípios e funcionários da Secretaria do Meio Ambiente.

Também identificou uma parcela que sobrevivia dos serviços de turismo, bares e *campings*; os aposentados que recebiam contribuições da Previdência Social e, por fim, uma pequena parcela que vivia de práticas ilegais da caça e extração para comercialização de palmito e caxeta.

Sanches (2004) publicou relevante estudo referente aos ciclos econômicos observados ao longo da história da EEJI, os quais repercutiram e repercutem até o presente momento nos modos de vida da população caiçara. Para isso, a autora divide o histórico desta UC em quatro

fases, denominadas: “o tempo dos antigos”; “o tempo da caxeta ou do palmito”; “o tempo da Nuclebrás” e “o tempo da ecologia”.

Caracterizada como “o tempo dos antigos”, esta fase compreende o período do final do regime escravocrata até meados da década de 40 do século XX. Trata-se de um período onde ocorreu o povoamento do Vale do Ribeira, a partir da antiga vila Nossa Senhora das Neves de Iguape (atual Município de Iguape)¹⁹ e do nascimento do caiçara através da mestiçagem entre portugueses, índios e negros africanos (QUEIROZ, 1983).

Neste período, além da constituição dos primeiros núcleos populacionais, há uma intensa atividade econômica com base no uso e exploração dos ambientes naturais que hoje estão abrangidos pela área da EEJI. “A unidade doméstica sempre foi a base da organização desses ‘povoados’ e as atividades econômicas sempre atenderam em primeiro às necessidades de subsistência das famílias, garantindo-lhe autossuficiência” (SANCHES, 2004b, p. 352)

O primeiro ciclo econômico na região foi o do ouro que perdurou até a descoberta deste metal em Minas Gerais, no ano de 1700. Porém será com o ciclo do arroz que Iguape viveu seu apogeu. A partir do século XVIII, tornou-se um importante entreposto comercial da Colônia com a produção em larga escala do arroz para abastecer as vilas e principalmente o mercado externo.

Diante da importância econômica de Iguape, foi aberta uma trilha, a mando de Martim Afonso de Souza, ligando São Vicente, então sede da capitania hereditária, à Cananéia e Iguape. Já em 1865, sob essa trilha foi implantada uma linha de telégrafo para ligar o Rio de Janeiro ao sul do país, conhecida como Trilha do Imperador. Neste contexto, muitos engenhos foram implantados com a mão-de-obra escrava que representou a “força propulsora” para a produção do arroz em Iguape.

A inexistência de Leis e Decretos ambientais que protegessem a Mata Atlântica neste período aliada às práticas exploratórias e rudimentares dos recursos naturais, resultaram nos primeiros grandes impactos negativos à biodiversidade local. Para o cultivo do arroz, parte do fluxo das águas do rio proveniente da Cachoeira do Guilherme foi desviado. Para isso abriu-se um pequeno valo com o objetivo de se criar um canal de escoamento do volume das águas, principalmente na época das cheias. Após quase um século, tal desvio adquiriu a conformação de um pequeno rio e “nos últimos dez anos, houve um aumento do assoreamento na margem

¹⁹ Na região do Vale do Ribeira, os colonizadores portugueses fundaram, inicialmente dois núcleos: Cananéia e Iguape. A partir desses dois núcleos partiram as expedições ao interior, dada as posições geográficas privilegiadas que facilitavam o adentramento e, ao mesmo tempo, mantinha o controle da navegação do Mar Pequeno (NUNES, 2003).

direita desse rio comprometendo as moradias que ocorrem ao longo do mesmo” (MENEZES, 1994 apud SANCHES, 2004, p. 64).

Além desse desvio, neste período também houve a abertura do Valo Grande no rio Ribeira de Iguape para ligar o rio ao Mar Pequeno facilitando o acesso de canoas e de grandes navios para o escoamento da produção agrícola. Esse valo, inicialmente, com três metros de largura e dois de profundidade resultou em um desastre ambiental ao destruir o porto e assorear o Mar Pequeno (TELEGINSKI, 1993).

O sistema agrícola neste período, além da produção de arroz, também estava voltado para a subsistência dos caiçaras que praticavam uma agricultura de subsistência baseada no corte-e-queima ou “coivara” como se denomina localmente. Neste período, os caiçaras praticavam-na com o conhecimento que desenvolveram do ecossistema local, o que propiciou a construção de calendários ecológicos para agricultura, pesca e caça.

Com isso, respeitavam períodos de “pousio” e rotatividade da terra e de reprodução da fauna. Isto propiciou, aos caiçaras, excedentes que eram comercializados à base de troca nos “multirões” agrícolas e que resultou à época, segundo Mourão (1971), uma intensa e equilibrada organização social das famílias, dentro de uma economia de troca.

Em suma, o “tempo dos antigos”, conforme Sanches (2004, p. 70) apresentou:

As condições ideais para o desenvolvimento da agricultura itinerante (disponibilidade de terras e fertilidade), até o início do século XX, e o uso e a exploração de uma diversidade de ambientes naturais que hoje são abrangidos pela EEJI. Até o final da década de 1940, a agricultura, a caça e a pesca artesanal, inseridas em uma ampla rede de trocas e de sociabilidade, encontraram “plenas condições” para se desenvolver. Esse tempo caracteriza também o valor histórico-cultural da estação ecológica, que está guardado não só nos vestígios de sua ocupação pré-histórica, como também nas memórias de seus atuais ocupantes.

O assoreamento do Mar Pequeno com a destruição do Porto, além da tecnologia de baixa produtividade empregada no cultivo do arroz foram responsáveis pelo declínio desta cultura na região do Vale do Ribeira.

Porém, a partir de 1950, a descoberta e a comercialização de madeiras de lei, do palmito e da caxeta alteram novamente o cenário econômico desta região. Várias “empresas” atraídas para exploração desses recursos utilizaram a mão-de-obra dos caiçaras, que foram instigados por duas décadas a exploração intensiva e desenfreada desses recursos naturais.

Neste período, denominado por Sanches (2004) como “o tempo da caxeta ou do palmito”, os caiçaras alteraram drasticamente seus hábitos e costumes.

Em alguns casos, o empenho nessa atividade levou ao “abandono” das unidades domésticas; as famílias ou apenas seus chefes embrenhavam-se no mato, construindo temporariamente casas de pau-a-pique em busca de palmito, até o momento em que esse recurso se esgotasse, para novamente partirem (SANCHES, 2004, p.72).

Com isso, os caiçaras abandonaram suas atividades agrícolas tradicionais. A caça, a pesca e a agricultura de subsistência foram praticamente substituídas pelo ciclo do extrativismo vegetal. Mesmo assim os caiçaras não se enriqueceram com essa atividade econômica, uma vez que recebiam baixos pagamentos das empresas que exploravam a caxeta e o palmito.

Diante da exploração sem controle desses recursos, podemos afirmar que esse período também é marcado pela degradação ao meio ambiente natural, uma vez que a atividade extrativista gerou o esgotamento da caxeta e do palmito nesta região. Além disso, tal atividade alterou também o meio ambiente cultural com a mudança nos costumes dos caiçaras.

Tais mudanças também refletiram no plano social, pois, se antes com a agricultura havia uma grande integração para os trabalhos coletivos, a exploração do palmito e da caxeta impôs um meio de vida voltado à individualização da produção, de afastamento entre a família e seus “vizinhos” e, até certo ponto, de isolamento e desorganização das relações sociais (SANCHES, 2004, p. 77).

Na década de 70, em razão do esgotamento desses recursos naturais, proibiu-se sua exploração. Inicia-se assim uma nova fase econômica na região, classificada por Sanches (2004) como “o tempo da Nuclebrás”. Foi marcada inicialmente pela intensa especulação imobiliária motivada pelo turismo em todo o litoral paulista e as terras, que se tornariam a Estação Ecológica Juréia-Itatins, também não fugiram à regra.

“Esse processo é interrompido no final da década de 1970, quando o governo federal declarou uma grande área de utilidade pública com a finalidade de instalar as usinas nucleares Iguape 4 e 5” (SANCHES, 2004, p. 79). Tal decisão teve o amparo legal do Decreto Federal n. 84.973/80 que dispunha sobre a co-localização de estações ecológicas e usinas nucleares, onde aquelas serviriam de proteção a estas, além de servir como zona tampão para o entorno.

A notícia da instalação de usinas nucleares e os possíveis impactos que gerariam à biota local provocaram inúmeros protestos de ambientalistas, da comunidade local e de cientistas que desenvolviam estudos na região. Em audiência com o então governador de São Paulo, Franco Montoro, diversos ambientalistas pressionaram-no no sentido da promulgação de um Decreto que declarasse utilidade pública a Juréia, os Itatins e a área intermediária, pedindo urgência para a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Neste ínterim, a

Nucleobrás já havia decidido pela sua retirada da região. Assim em 20 de janeiro de 1986 criou-se a Estação Ecológica Juréia-Itatins, pelo Decreto Estadual nº 24.646.

Com relação à agricultura, neste período, com o declínio da caxeta e do palmito, os caiçaras retomaram a agricultura de subsistência e a pesca artesanal gradativamente. Porém uma nova atividade econômica surgiu aos caiçaras: fiscal da área que porventura seria instalada as usinas nucleares.

Tal atividade gerou um conflito social entre os caiçaras, pois aqueles contratados para fiscalizar a área e abrir trilhas denunciavam os próprios colegas que cassassem ou desmatassem a região. “Criou-se uma “hierarquia político-econômica” entre aqueles contratados como fiscais para com os demais” (SANCHES, 2004, p. 80).

A quarta e última fase “o tempo da ecologia” Sanches (2004) compreende um período marcado pela promulgação das Leis e Decretos ambientais, no intuito de conservar a Mata Atlântica remanescente e pela criação da Estação Ecológica, gerando diversas limitações à comunidade local, científica e turística.

Os caiçaras continuaram proibidos de caçar e tiveram a pesca e a agricultura limitadas a determinados locais, mediante autorização do Órgão Ambiental Estadual. Com menos áreas para cultivo, os caiçaras reduziram o tempo destinado ao “pousio” da terra, intensificaram o cultivo sobre uma mesma área e perderam algumas variedades agrícolas. Além disso, as restrições provenientes da Unidade de Conservação alteraram os calendários ecológicos para o plantio.

Os caiçaras que permaneceram na EEJI – muitos deles se mudaram para os Municípios de Iguape e Peruíbe, retomaram a agricultura de subsistência e aqueles que eram fiscais da Nuclebrás se tornaram guarda-parque da Estação Ecológica mantendo o conflito estabelecido anteriormente, em virtude da fiscalização.

Por fim, ainda com relação ao modo de subsistência e produção dos moradores da EEJI, Panzutti (2002) pesquisou por três décadas (1970 a 2000) uma região específica dessa UC, Itinguçu, que atualmente compreende o Parque Estadual de Itinguçu.

Este núcleo foi formado na década de 1970 por migrantes com tradição de trabalho na lavoura, vindos dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e da própria região do Vale do Ribeira, em virtude de crise da agricultura de subsistência e da sociedade cabocla nos lugares de origem. Em outros termos, trata-se aqui de uma migração rural-rural.

O bairro de Itinguçu foi ocupado por famílias que se dedicam à pequena agricultura de subsistência, com um padrão tradicional de trabalho característico da cultura cabocla. O sistema de produção, que era inicialmente itinerante, baseava-se em técnicas rudimentares de derrubada da mata e queimada, cultivo no sistema de roça com aproveitamento da fertilidade natural do solo e utilização de plantas de crescimento fácil e rápido, trabalhando com instrumentos simples, como enxada, cavadeira e bastão (PANZUTTI, 2006, p. 25)

Com a criação da Estação Ecológica, a atividade econômica destes moradores alterou-se significativamente. A agricultura de subsistência passou a ser associada ao comércio direcionado aos turistas que visitam a região. “Gradativamente a renda oriunda do comércio se sobrepõe à da agricultura, induzindo ao abandono dessa segunda atividade” (Ibid., p. 13).

No início não havia limitação das áreas e as roças ficavam entremeadas umas com as outras, fazia-se o rodízio de áreas em uma agricultura itinerante. Quando a área transformou-se em Unidade de Conservação (Estação Ecológica), em 1986, iniciam-se as restrições de área e mesmo da prática do cultivo, proibindo-se o uso de herbicidas e adubos. Com isso, a produção comercial principal, da banana, gradativamente vai se extinguindo. Do ponto de vista da posse da terra, são sitiantes posseiros que passaram para a condição de moradores da Estação Ecológica (Ibid., p. 26).

c) Contingente Populacional

Após a criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins (EEJI), em 1986, buscou-se o mapeamento da população local. No ano de 1990, durante os meses de novembro e dezembro, a Equipe Litoral Sul da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo foi responsável por elaborar o Cadastro Geral de Ocupantes (CGO) da EEJI e, com isso, definir dentro da UC recém criada quais populações seriam classificadas como tradicionais.

Para tanto, estabeleceram a seguinte definição:

Tradicional: oriundos da própria região do Ribeira, descendentes de portugueses, índios e/ou negros e que vivem há mais de duas gerações na EEJI. Possuem características peculiares de sua cultura e praticam tradicionalmente a agricultura de coivara, ou de corte-queima, uma herança indígena e principal prática que lhes garante a subsistência. Os principais produtos cultivados por essas famílias são a mandioca doce, mandioca brava (para a fabricação da farinha), o arroz (plantado secularmente nas áreas inundáveis e nos brejos), feijão e milho. A principal fonte proteica hoje advém da pesca, embora no passado a caça também era frequente e complementar na dieta.

Adventícios: aplicado às famílias provenientes de outras regiões, mas que chegaram na EEJI no período anterior à data de sua criação em 1986 (“adventícios antigos”) ou posterior a mesma (“adventícios recentes”) e que, em alguns casos, incorporaram elementos da cultura de subsistência local. Geralmente sua agricultura está voltada ao cultivo da banana. (SÃO PAULO, 1991)

O CGO, na ocasião, contabilizou um total de 365 famílias que representavam 1.200 indivíduos aproximadamente. Deste montante, 118 famílias foram classificadas como moradores tradicionais. Ou seja, comprovaram laços históricos com a região e subsistência a

partir de atividades agrícolas e/ou pesqueiras compatíveis com o manejo e preservação dos ecossistemas, conforme (SÃO PAULO, 1991).

Além disso, do total de 365 famílias, 51% foram classificados de posseiros, 34% caseiros, 15% meeiros e apenas uma família (tradicional) classificada como proprietária. Do montante das famílias tradicionais, 68% foram classificados como posseiros e 31% como caseiros²⁰ (SANCHES, 2004).

Segundo o relatório apresentado no CGO, São Paulo (1991 apud QUEIROZ, 1992, p. 103):

Consideramos que as famílias tradicionais e as adventícias antigas (...) devem permanecer na área por terem direitos adquiridos e desenvolverem atividades compatíveis com o meio. Os caseiros que são moradores adventícios antigos devem ter definida sua situação após a regularização fundiária, estudos socioeconômicos e o Microzoneamento da área. As demais famílias, por fazerem parte de uma população flutuante, sem nenhum vínculo com a região, não devem ser contempladas na reordenação das áreas. As ocupações tradicionais e as adventícias antigas correspondem a menos que 3% do total da unidade.

Na figura a seguir identificamos, no mapa da EEJI, a distribuição do contingente populacional, a partir da pesquisa realizada pela Secretaria do Meio Ambiente em 1990.

²⁰ Segundo São Paulo (1991 apud SANCHES, 2004, p. 36): Posseiros são indivíduos que não possuem título de propriedade, mesmo ocupando há muito tempo uma determinada área. Existem aqueles indivíduos que “abriram posse” (desbravaram uma área), subsistindo das atividades de cultivo, e aqueles que adquiriram a terra através da compra de direitos possessórios. Os caseiros são indivíduos que trabalham para um posseiro ou proprietário, cuidando da área ocupada. Podem ter ou não registro em carteira profissional e receber um salário mínimo pelos serviços prestados. Os meeiros são produtores e não são donos da terra, dividem a produção agrícola com o proprietário ou o posseiro da área. Há os comodatários, isto é, indivíduos que ocupam há muitos anos uma área, sem vínculo empregatício, e embora cultivando e comercializando a produção, não reconhecem o próprio direito sobre a terra (a terra é de outro). Por fim, estão os proprietários, que têm o título de propriedade da terra e cuja legitimação foi feita em juízo.

Figura 8 – Ocupação humana na Estação Ecológica Jureia-Itatins em 1990
Fonte: Plano Diretor de Peruíbe (2007)

Em 1998, Sanches (2004) em sua pesquisa de doutorado realizou nova contagem da população local. Em seus dados, verificou uma redução para 323 famílias devido às migrações ocorridas para a zona urbana dos Municípios de Peruíbe e Iguape e em decorrência do falecimento de alguns habitantes. No que tange aos moradores tradicionais, a redução foi de 73 para 37 famílias.

Nunes (2003) afirma que o CGO, quando apresentou o total de 365 famílias vivendo na EEJI, em 1991, deixou de computar outras dezoito que viviam como agregadas nas casas. Com isso, o total de famílias seriam 383, perfazendo 1.285 pessoas aproximadamente. A autora verificou em 2003 a redução para 200 famílias.

Somente em 2005, a Secretaria do Meio Ambiente realizou nova contagem da população local para construção do Plano Diretor de Peruíbe. Nesta pesquisa observou-se que o número de famílias residentes na EEJI foi reduzido de 365 para 313 famílias.

Na figura a seguir visualizamos, nos limites da EEJI, os bairros que tiveram modificação do contingente populacional.

Figura 9 – Revisão do cadastro de ocupação na EEJI
 Fonte: Plano Diretor de Peruíbe (2007)

Os motivos para a constante redução das famílias da EEJI se devem principalmente, conforme Oliveira (2004) observou, aos limites impostos pela natureza desta UC tais como a proibição do extrativismo e da caça (entre outras restrições). Com isso, segundo a autora, os moradores ficaram impossibilitados de desenvolver suas atividades econômicas tradicionais, mesmo porque durante vários anos após a implantação da UC, não foi oferecida nenhuma alternativa econômica que viabilizasse a sobrevivência das famílias. Todos estes fatores ampliaram a motivação e a necessidade das pessoas deixarem essa área.

Na ocasião da criação do primeiro Mosaico de Unidades de Conservação, em 2006, foi realizado um estudo técnico com o objetivo de elaborar o Plano de Manejo deste mosaico. A pesquisa foi desenvolvida pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e pelo Instituto Socioambiental – ISA, entre fevereiro de 2008 e junho de 2009 (ESTUDO, [2009]).

Neste estudo buscou-se entre outros dados, o levantamento dos núcleos de população humana, inclusive para identificação dos tradicionais. Para tanto foram adotados os seguintes critérios: a população deveria constar no cadastro geral de ocupantes de 1990, independente da categoria de classificação (tradicional ou adventício) e da localidade que residia no mosaico; constar do cadastro de 2005 e ser morador efetivo na área e/ou ser seu descendente direto (inicialmente filhos e netos) para posteriormente incluir pais, cônjuges e companheiros de união estável.

Dessa forma, entendeu-se que constar cumulativamente nos cadastros de 1990 e 2005 (ou ser seu familiar direto) e ser morador efetivo em 2008 comprovava documentalmente a tradicionalidade do morador.

Os requisitos acima foram adotados observando o conceito de comunidade tradicional extraído do artigo 3º, I, Decreto Federal n. 6040/2007:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

A partir deste conceito, o estudo técnico concluiu que o tradicional residente da Jureia-Itatins tem consciência da sua identidade e que possui uma cultura específica e diferente de outros grupos; são caracterizados por uma família nuclear e extensa; os conhecimentos e práticas que possuem e utilizam (usos, costumes, crenças, técnicas, linguagem, alimentação) foram transmitidos pela tradição, geralmente oral e passam de pais para filhos (geração para geração).

Em termos quantitativos, o estudo realizou a contagem por regiões populacionais, divididos em Jureia, Itinguçu, Prelado, Barra do Una e Despraiado.

A região da Jureia compreendeu 11 núcleos populacionais. A partir das características culturais e econômicas, as famílias foram divididas em 3 grupos: Grupo 1 – constituídos predominantemente por moradores tradicionais, que vivem ou viviam basicamente da agricultura de subsistência, extração de palmito, caxeta e da pesca; Grupo 2 – formado, na grande maioria, por veranistas e com núcleos localizados próximos da sede da EEJI, ligados à especulação imobiliária; Grupo 3 - constituído pelos núcleos que se caracterizam principalmente pela atividade econômica da bananicultura.

Dos 11 núcleos levantados verificou-se a presença de 221 famílias perfazendo 431 indivíduos. Por divisão de grupo, o Grupo 1 somou-se 46 famílias; Grupo 2 – 38 famílias e no Grupo 3 – 137 famílias. Analisando os dados oficiais de 1990 e 2005, houve coincidência de 22 famílias com o levantamento de 1990 e de 50 famílias no cadastro realizado em 2005.

Na região de Itinguçu foram contabilizados 8 núcleos populacionais que indicaram a existência de 123 famílias. Segundo o (ESTUDO, [2009], p. 71), “é um número maior que o registrado em 1990 (+15,44%), mas menor do que o registrado para 2005 (-7,31%)”. Porém, o número de indivíduos por família reduziu significativamente, se comparado a 1990. Nesse período existiam 449 indivíduos e no levantamento desta pesquisa, realizada em 2008, somaram-se 278 indivíduos.

A região de Prelado, composto unicamente pelo núcleo conhecido como Praia da Juréia, com ocupações de comunidades tradicionais, posseiros e caseiros, teve o menor número de famílias levantadas, em comparação à contagem de 1990 e 2005.

O número de indivíduos por família se manteve, proporcionalmente comparando as mesmas famílias. Mas, a composição da família não é a mesma que aquela indicada em 1990. Em 2005 foi registrado um total de 11 residentes, hoje, foram encontrados 8, distribuídos igualmente em 2 famílias (...). A primeira família é constituída por 5 filhos, sendo que 3 deles residem em Iguape. A segunda família, possui um filho que trabalha em Iguape, mas reside no local. Esse movimento dos filhos indica uma situação de evasão para a busca de oportunidades de trabalho e de complementação dos estudos, mesmo fenômeno observado para os demais núcleos do Mosaico (ESTUDO, [2009], p. 78)

Por fim, na região de Despraiado a referida pesquisa estimou a existência de 51 a 55 famílias residentes e 31 famílias não-residentes perfazendo uma estimativa de 170 a 190 indivíduos. Já na região do Barra do Una, estimou-se a existência de 49 famílias e 143 indivíduos.

Todos esses dados levantados ficaram suspensos com a revogação do primeiro mosaico, em 2009, já que a área retornou a condição de Estação Ecológica.

Em 2013, essa discussão foi retomada com a promulgação da Lei Estadual n. 14.982 que criou o novo mosaico da Jureia-Itatins (SÃO PAULO, 2013). As Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Despraiado e Barra do Una) passariam a legitimar a permanência do povo tradicional local, conforme artigo 20 da Lei 9985/00 (BRASIL, 2000).

A legislação estadual, por sua vez, trouxe em seu conteúdo o conceito definidor de comunidade tradicional conforme artigo 6º, parágrafo único: “Será considerada comunidade tradicional a população que viva em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental” (SÃO PAULO, 2013).

Já as comunidades tradicionais que residem nas áreas das Unidades de Conservação de Proteção Integral (Estação Ecológica da Jureia-Itatins e Parques Estaduais do Itinguçu e Prelado firmariam Termo de Permissão de Uso, outorgado pela Fazenda Pública Estadual conforme *caput* do artigo 6º da legislação estadual supra.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas pesquisas realizadas neste estudo, colocamo-nos com nitidez frente ao objetivo principal deste trabalho: avaliar a eficácia da Lei 9985/2000 no processo histórico da Estação Ecológica Juréia-Itatins, com relação à conservação da sociobiodiversidade.

Conforme destacado em nossa metodologia estabelecemos alguns indicadores que nortearam nossa investigação a respeito da eficácia do SNUC na área de estudo. Por uma questão didática, os resultados foram apresentados e discutidos em dois grupos, para melhor elucidação, seguidos de uma discussão final sobre a temática com a não rejeição da hipótese proposta por esta pesquisa.

Elucidamos ainda que apesar do nosso objetivo maior concentrar-se na análise do SNUC na EEJI, o fato desta Unidade de Conservação preceder à promulgação da Lei n. 9.985/00 nossas considerações incluíram as normas jurídicas que tutelaram a EEJI desde sua criação. Esta decisão é relevante ao estudo uma vez que os conflitos atuais nesta UC têm como cerne o momento da sua criação e todo o histórico que antecedeu àquela legislação.

Dessa forma, nossa abordagem considerou um questionamento sugerido da banca do exame de qualificação desta pesquisa. Segundo questão levantada, a eficácia da Lei n. 9.985/00 já estaria comprometida pelo fato da EEJI ter sido criada em área onde residiam diversos grupos de pessoas, levando em consideração que o SNUC não permite a presença humana em Estações Ecológicas.

Tal situação não foi avaliada sob a ótica do SNUC uma vez que a EEJI, criada em 1986, teve como embasamento legal a Lei n. 6.902/81, anterior ao SNUC, que por sua vez foi promulgado em 2000. Aquela legislação que regulamentou as Estações Ecológicas (EE) e Áreas de Proteção Ambiental (APA) tinha objetivos distintos daqueles previstos atualmente pela Lei n. 9.985/00 e por isso não poderia ser analisada sob a ótica dessa lei.

Esta consideração é relevante à nossa pesquisa uma vez que a Lei n. 6.902/81 não regulamentou em seu texto normativo a situação das populações tradicionais residentes em áreas protegidas. Esta situação resultou no maior conflito existente no local de estudo: as divergências de interesses e opiniões entre conservação do ambiente natural e permanência da população tradicional.

Conforme pontuado pela revisão bibliográfica, os Parques Nacionais representaram, durante anos, as únicas áreas protegidas brasileiras, que na ocasião eram gerenciados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Para não divergir do objetivo dos Parques Nacionais, que se destinavam prioritariamente ao ecoturismo, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) criou uma nova categoria de área protegida, tão restritiva como os Parques Nacionais, porém com objetivo voltado às pesquisas científicas, aliando, portanto proteção ambiental e pesquisa, com denominação de Estação Ecológica.

Dessa forma, em 27 de abril de 1981 promulgou-se a Lei n. 6.902, regulamentando as Estações Ecológicas e também as Áreas de Proteção Ambiental. Em 1986, essa legislação disciplinou a criação da EEJI.

Passamos aos resultados e discussão.

Tópico 1: Plano de manejo, zona de amortecimento e corredores ecológicos; constituição dos conselhos consultivo e deliberativo; realização de pesquisa científica e educação ambiental; desapropriação das propriedades particulares inseridas nos limites da EEJI; conservação da biodiversidade.

Segundo art. 2º, inciso XVII da Lei n. 9.985/00, o plano de manejo representa:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Acrescenta o art. 27 da mesma Lei, que as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo que abrangerá a área da UC, sua Zona de Amortecimento e os Corredores Ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Além disso, o documento deverá ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da criação da UC.

Prevê ainda ampla participação da população residente na construção do Plano de Manejo nas Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, nas Florestas Nacionais e nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

No Plano de Manejo devem constar as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas Zonas de Amortecimento das demais categorias de Unidade de Conservação.

Por fim, o art. 28 proíbe quaisquer atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os objetivos das UCs, seus Planos de Manejo e seus regulamentos. Destaca em seu § único:

Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Pela leitura dos artigos destacados, concluímos que o Plano de Manejo representa documentalmente a UC, visto que dispõe de todas as informações pertinentes à sua constituição e manutenção, principalmente no que se refere ao zoneamento da área da UC onde se estabelecem as regras de uso e ocupação da mesma. Segundo Milaré (2011, p. 935), “a lei atribui-lhe ações ou cometimentos de grande alcance, revestindo-o, por assim dizer, de um duplo caráter: preventivo e normativo”.

Sobre o caráter normativo, o autor acrescenta:

É possível extrair da definição da Lei do SNUC que se trata de norma jurídica preordenada a disciplinar de forma expressa as condutas proibidas e admitidas em cada uma das áreas da unidade de conservação. (...) Assim, o Plano de Manejo consiste em verdadeiro regulamento destinado a disciplinar as atividades a serem incentivadas, controladas, limitadas e proibidas em cada uma das áreas delimitadas pelo zoneamento (Ibid., p. 936).

Levando em consideração a relevância deste documento, a EEJI ainda não dispõe de um Plano de Manejo. Levando em consideração que a exigência do documento adveio com o SNUC uma vez que as normas jurídicas que regulamentaram a criação da EEJI (Lei Federal n. 6902/81; Decreto Estadual n. 24.646/86; Lei Estadual n. 5.649/87) não tutelaram a figura do Plano de Manejo, mencionando apenas a obediência ao Plano Diretor e Plano de Zoneamento da Estação Ecológica.

A primeira tentativa de constituição do Plano de Manejo da EEJI se deu na ocasião da transformação da EEJI em seu primeiro mosaico de UCs, em 2006. Os estudos para esta finalidade foram desenvolvidos e coordenados pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pelo Instituto Socioambiental (ISA), com o objetivo de elaboração dos Planos de Manejo de cada Unidade de Conservação constituída pelo mosaico.

Foram realizadas diversas atividades de pesquisa como oficinas com a população local, mapeamento das áreas, levantamento do meio físico, da biodiversidade, do meio antrópico etc., envolvendo profissionais de várias instituições brasileiras.

Com a suspensão do primeiro mosaico, esses estudos foram interrompidos. De acordo com o antigo gestor da EEJI, Roberto Nicácio, em entrevista à presente pesquisa, os dados levantados pela Unicamp/ISA seriam mantidos na finalização do Plano de Manejo da EEJI, em 2013. Haveria apenas uma complementação de informações, diante da modificação do território, já que os trabalhos foram desenvolvidos para a implantação do mosaico e agora deveriam ser voltados para a Estação Ecológica.

A princípio, todos os diagnósticos são válidos, se tiver que fazer um complemento ou outro. É uma coisa pequena. Certamente você tem que fazer todas as oficinas, porque o território mudou um pouquinho. É um outro momento. Então as oficinas partem do zero. Agora os diagnósticos, que levaram um tempão, um recurso alto e tal, são válidos e a gente vai partir daí pra frente (Roberto Nicácio, Anexo A).

Sem Plano de Manejo, todas as decisões referentes à EEJI são deliberadas pela Fundação Florestal (FF) através de Portarias e Resoluções e pela gerência da EEJI por meio de atos administrativos do próprio gestor local frente às necessidades locais.

Um exemplo de decisão proveniente da Fundação Florestal refere-se ao caso da Cachoeira do Paraíso, situada nos limites da EEJI. Sua visitação, conforme o SNUC, poderia ser permitida apenas com fins de educação ambiental, por estar em área de Estação Ecológica. Mas, na realidade sempre foi visitada por um número expressivo de turistas, com a finalidade de lazer e sem qualquer controle do órgão ambiental. Segundo dados colhidos pelo gestor, esta área chegou a ser visitada por três a quatro mil pessoas/dia gerando problemas de diversas naturezas ao local como o estabelecimento de barracas de alimentos e até óbitos.

Nesta ocasião não havia disposição legal de controle ou mesmo de proibição emitido pela FF. Em virtude da propositura de uma Ação Civil Pública pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) - Baixada Santista, a SMA regulamentou com a Portaria Normativa n. 144/2010 a quantidade limite de 270 visitantes/ dia para visita à Cachoeira do Paraíso. Além disso, a visitação passaria a ser com cunho educacional, em horários determinados e agendados.

Outro exemplo colhido em entrevista com o antigo gestor refere-se aos atos administrativos emitidos por ele próprio frente às necessidades locais da EEJI.

Tem muita coisa que eu fiz enquanto gestor que não foi discutido com a fundação. Foi um ato administrativo direto de fechar as praias do Arpoador. Todas. Então eu fechei a (Cachoeira do Itu), eu fechei as praias do Arpoador, só deixei uma pessoa conduzir com um número limitado, que era um morador que dependia economicamente da atividade turística. Ele é guia, monitor. E assim, então o resto que fazia exploração... Não que eu não tenha que me preocupar com isso, essa relação com o Município é muito importante com o entorno, muito. Mas assim, diretamente eles tinham uma outra área de trabalho, são monitores e pessoal de (Peruíbe) que operava dentro da unidade e eu tinha um que era tradicional, Então eu chamei todo mundo para a reunião. Fechei todo o complexo de praia, que são as áreas mais bonitas de praia aqui (na Jureia) e condicionei a só esse cara conduzir, porque esse cara eu tinha que me preocupar e era o cara que tinha respaldo legal (Roberto Nicácio, Anexo A).

A nosso ver, a inexistência do Plano de Manejo (PL) gera insegurança jurídica à EEJI, pois a simples mudança partidária no governo estadual pode alterar a linha de trabalho da SMA e, conseqüentemente, alterar a gestão local comprometendo as atividades em curso na EEJI.

Dispondo daquele documento, as mudanças administrativas não influenciariam na manutenção da EEJI, uma vez que as regras previstas no PL deverão ser observadas por qualquer pessoa que esteja na administração, seja da FF ou da gestão local. Vejamos o entendimento do antigo gestor concedido à pesquisa em questão: “(...) você fica à mercê da iniciativa dos gestores, você tem gestor um pouco mais proativo, você tem outros mais cômodos que ficam ali no dia-a-dia respondendo as coisas que chegam” (Roberto Nicácio, Anexo A).

A inexistência do Plano de Manejo da EEJI comprometeu a investigação de outros indicadores estabelecidos nesta pesquisa, uma vez que aquele documento disciplina também a Zona de Amortecimento, os Corredores Ecológicos e a visitação pública. Sem Plano de Manejo, essas matérias e demais assuntos, são disciplinados pela FF e pela gestão local. Vejamos.

Segundo o art. 2º do SNUC:

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;

XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Acrescenta o art. 25 que todas as Unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma Zona de

Amortecimento e, quando conveniente, Corredores Ecológicos e deverão ter sua ocupação e uso regulamentados pelo Órgão Ambiental no ato de criação da UC ou posteriormente.

O art. 49, § único, do mesmo diploma legal acrescenta que uma vez definida a Zona de Amortecimento de UCs de Proteção Integral aquela será considerada zona rural e não poderá ser mais transformada em zona urbana.

Até 1990, a Resolução Conama 13/90 estabelecia como Zona de Amortecimento uma proteção de dez quilômetros na área circundante da UC. Esta disposição legal foi revogada pela Resolução Conama 428/10 que fixou uma faixa de três mil metros a partir do limite da UC, quando a Zona de Amortecimento não estiver sido estabelecida, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas.

No caso específico da EEJI, em decorrência da ausência do Plano de Manejo, a Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos não foram definidos legalmente. Segundo dados do antigo gestor, a FF considera três quilômetros como Zona de Amortecimento e entende que a EEJI representa um “‘grande corredor’ se assim considerarmos. Porém, conceitualmente, estabelece conexão clara somente com a região do Banhados de Iguape, Quilombo da Aldeia, Una da Aldeia etc.” (Roberto Nicácio, via email, 02/06/2014).

Com relação à constituição de Conselhos Consultivo e/ou Deliberativo, o SNUC dispõe:

Art. 20 § 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade;

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2o do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Nossa área de estudo, enquanto condição de Estação Ecológica teve por anos um Conselho Consultivo informal, constituído com representantes de ONGs, órgão públicos, moradores etc., “com média de vinte representantes”, conforme nos relatou o antigo gestor em entrevista.

A partir da criação do primeiro Mosaico, em 2006, conforme art. 20 §4º do SNUC, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) criadas no local passaram a dispor de Conselhos Deliberativos. Com o fim do mosaico, em junho de 2009, esses Conselhos deixaram de existir formalmente e o Conselho Consultivo da EEJI não retomou suas reuniões.

“Com a criação do segundo Mosaico, em abril de 2013, os Conselhos das RDS’s estavam prestes a serem publicados. Mas, com a liminar tudo está paralisado, as reuniões são pontuais nas comunidades e conforme demanda” (Roberto Nicácio, via email, 02/06/2014).

Conforme verificamos anteriormente, um dos objetivos almejados pela Estação Ecológica é a realização de pesquisas científicas, que exigem autorização do Órgão Ambiental responsável pela EE. Além disso, proíbe-se a visitação pública nas EEs, exceto quando com objetivo educacional, conforme disposição do Plano de Manejo ou regulamento específico (art. 9º “caput” e parágrafos da Lei n. 9.985/00).

Neste sentido, o art. 32 do mesmo diploma legal estabelece que os órgãos executores deverão se articular com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

A respeito das atividades científicas realizadas na EEJI, a submissão dos projetos de pesquisa a serem desenvolvidas nesta Estação Ecológica e demais UCs do Estado de São Paulo é feita perante o Instituto Florestal (IF), órgão vinculado à SMA. No IF, a aprovação e avaliação das pesquisas científicas são realizadas pela Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal (COTEC). Ao ser proposta junto a esta comissão, a mesma envia para a UC a ser desenvolvida a pesquisa. O gestor confere o projeto e elabora seu parecer, podendo inclusive sugerir indeferimento. As considerações do gestor são encaminhadas novamente à COTEC que analisa o parecer do gestor e decide pela aprovação ou não do projeto, comunicando ao pesquisador sua decisão.

Desde a criação da EEJI, diversas pesquisas de mestrado e doutorado foram desenvolvidas nessa UC, as quais compreendem a revisão bibliográfica do trabalho em questão. Entretanto, não tivemos acesso ao número exato de estudos realizados.

Exceto a matéria referente às pesquisas científicas, a cargo do IF, todos os demais assuntos referentes à EEJI, inclusive as regras de visitação à Estação Ecológica são de competência da FF. A visitação no local ocorre somente com fins educativos e necessita de agendamento prévio com o gestor local.

Com relação às atividades de Educação Ambiental realizadas em UCs, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) que dispõe das informações referentes às UC brasileiras, estabeleceu como atividades de educação ambiental aquelas vinculadas ao ensino formal a UC; atividades interpretativas/educativas oferecidas aos visitantes; campanha de

educação ambiental para usuários dos recursos naturais; campanha de educação ambiental no entorno e/ou outros programas de educação ambiental (SOUZA, 2012).

Sobre as atividades de Educação Ambiental desenvolvidas na EEJI, conforme comunicação por email dos responsáveis pelas atividades na UC, desde 2011, é realizada anualmente a Maratona de Educação Ambiental a partir do uso de trilhas na EEJI. Trata-se de uma atividade com escolas de ensino fundamental e médio do Município de Peruíbe, com o objetivo de aproximar a comunidade escolar desta região às áreas remanescentes da Mata Atlântica. O projeto é desenvolvido em dois núcleos fixos da EEJI, Arpoador e Itinguçu e compreende atividades teóricas e práticas com os docentes e discentes.

Questionados sobre outras atividades com cunho educacional, desenvolvidas com a população local, os responsáveis responderam via email que realizam juntamente com a comunidade da Vila Barra do Una, a Maratona de Educação Ambiental na Cultura Caiçara, “onde um pescador artesanal faz uma conversa com os professores e coordenadores pedagógicos sobre os Saberes da Pesca Artesanal realizada na Barra do Una”.

Levando em consideração os conflitos existentes na EEJI, no que tange às divergências de interesses entre conservação do meio ambiente natural e cultural (Estado x comunidade local), entendemos que a Educação Ambiental representa um importante instrumento de composição destes conflitos utilizando-a como forma de diálogo entre as partes opositoras, principalmente no momento atual de possível alteração da configuração da área, com a implantação do mosaico de Unidades de Conservação.

Entendemos que a inserção da comunidade externa na EEJI como forma de conhecimento e conservação da Mata Atlântica e Cultura Caiçara atinge uma das finalidades da Educação Ambiental. Mas, dado o tempo de existência da EEJI e as dificuldades de diálogo entre a gestão e a comunidade local, ela clama pelo desenvolvimento de atividades que envolvam todas as comunidades locais e esteja voltada principalmente para as necessidades internas.

Neste sentido, sugerimos programas educativos com o objetivo de diminuição das infrações ambientais cometidas pelas comunidades locais e turistas que visitam a EEJI, pois muitos visitantes desconhecem as restrições impostas pela Estação Ecológica.

Conforme estudo desenvolvido por Abessa e Magini (2012, p. 1337) sobre o perfil dos visitantes à Cachoeira do Paraíso, situada na EEJI, “é variável o número de pessoas que sabem o que é uma Unidade de Conservação, em especial uma Estação Ecológica, indicando que mesmo pessoas de maior nível econômico e cultural desconhecem o que são áreas especialmente protegidas”.

Acreditamos ainda que práticas educativas representam um importante instrumento de diálogo entre a população local e pesquisadores. Nesse sentido, conforme pesquisa desenvolvida por Narezi (2012), com a comunidade de Despraiado, região da EEJI, em entrevista concedida à pesquisa em questão:

No que se refere aos moradores da RDS do Despraiado o que pude observar, de maneira informal, é que os moradores (considerados tradicionais) possuem um acúmulo de conhecimento sobre a biodiversidade local extremamente interessante para contribuir com as estratégias de conservação. Penso que um diálogo mais construtivo entre moradores e pesquisadores poderia ser uma ótima ferramenta tática para atingir os objetivos de conservação e de manejo sustentável, conforme as referências sobre extensão rural agroecológica apresentam (ANEXO E).

Outro indicador avaliado refere-se à regularização fundiária das terras inseridas na EEJI. No ano de 1987, os Decretos Estaduais n. 26.714, n. 26.715, n. 26.716 e n. 26.717, declararam as terras da EEJI de utilidade pública para fins de desapropriação. Posteriormente, o SNUC dispôs em seu art. 9º, §1º que as Estações Ecológicas são de posse e domínio públicos. Sendo assim, as terras incluídas nas áreas particulares serão desapropriadas.

Os trabalhos de regularização fundiária na EEJI iniciaram-se no ano de 1989 e foram realizados até 1992.

No ano de 1988, instituiu-se o Programa de Assuntos Patrimoniais e Fundiário, da EEJI, com a finalidade de executar os levantamentos fundiários das áreas particulares e identificação das terras devolutas inseridas na unidade [...]. Os trabalhos de levantamento e identificação fundiária foram iniciados com recursos destinados pelo governo do Estado no ano de 1989 e perduraram até o ano de 1992. Foram levantadas e cadastradas 639 propriedades e ocupações (em sistema de mutirão de funcionários), com a montagem dos respectivos processos administrativos que iriam subsidiar os processos de desapropriação, que seriam propostos pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, totalizando uma área de 56.772,48 hectares ou, 70,49% do total da área da Estação (BRITO, 2005, p. 10/11 apud COSTA NETO, 2006, p. 181).

Porém Queiroz (1992, p. 131) ressalta:

Segundo os técnicos da SMA, depois de 5 anos de vigência do Decreto que permite a desapropriação apenas 10% da área tinha sido desapropriada. Dois fatores contribuem para tal situação: 1) a indisponibilidade de verbas do governo para tal finalidade; 2) a dificuldade técnica para resolver a confusa situação fundiária da área.

A complexidade da questão fundiária na EEJI tem como condição agravante o fato de que suas áreas, antes mesmo da criação desta UC, não tiveram parte de suas terras públicas discriminadas das terras dos particulares desde o século XIX.

Com o fim de regulamentar a Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi editado o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 que, dentre outras coisas, estabeleceu a obrigatoriedade do registro das terras possuídas, por quaisquer títulos, perante o vigário da freguesia. Foi daí que surgiu o famoso registro paroquial ou registro do vigário. Esse amadorismo gerou títulos não fidedignos, cujos reflexos são as constantes sobreposições de áreas, impossibilidade de sua localização, dimensões desproporcionais, que demonstram a impossibilidade de serem possuídas por uma só família, entre outras tantas irregularidades. Em consonância com a Constituição de 1891, que transfere aos Estados o domínio das terras devolutas, São Paulo editou o Decreto nº 734, de 5 de janeiro de 1900, através do qual se determinou que, após um ano da execução do regulamento, se iniciaria a discriminação do domínio público do particular, procedendo-se à demarcação, medição e descrição das terras devolutas. Outros decretos o sucederam, alterando o processo de discriminação. Entretanto, o que se tem conhecimento, é que o território paulista ainda hoje não tem as terras públicas discriminadas das terras do particular (ORÉFICE, 2008, p. 79).

A autora acrescenta que a extensa área da EEJI, antes do primeiro mosaico de unidades de conservação, “abrangia o 9º, 10º, 20º, 22º, 25º, 26º, 27º, 28º e 29º Perímetros de Iguape, além do 18º Perímetro de Peruíbe, sendo que cada perímetro apresenta estágio diferenciado no processo discriminatório” (Ibid., p.79). Segundo o levantamento dessa autora, apenas o 9º e o 10º de Iguape e o 18º de Peruíbe já se encontram demarcados, enquanto os demais estavam *sub judice*.

Neste contexto, outro fator que corroborou para acirrar os conflitos no processo de demarcação e desapropriação da EEJI diz respeito aos casos de grilagem ocorridos com frequência na região do Vale do Ribeira. O caso de maior repercussão e desdobramentos na regularização fundiária da EEJI refere-se ao chamado Grilo Roncatti, ocorrido no início do século XX.

O grilo Roncatti constitui um exemplo das fraudes de documentação imobiliária com desdobramentos prejudiciais à implantação de unidades de conservação. Essa grilagem foi descoberta e denunciada por volta de 1930, pelo então juiz de Direito na Comarca de Iguape, à Corregedoria de Justiça de São Paulo. Todavia, por muito tempo, nada se fez objetivando a interrupção da comercialização da documentação imobiliária falsificada (BRITO, 2005 apud COSTA NETO, 2006, p. 182).

De acordo com Teleginski (1986 apud COSTA NETO, 2006, p. 182):

A grilagem foi feita por meio da criação criminosa de imóveis fictícios como a Fazenda Posses da Ribeira ou Una do Prelado, com 90.000 ha. Essa fazenda (Transcrição número 3.983, fls.83 do Livro 3-C de Iguape) foi criada com base numa precária e extremamente abrangente descrição cartográfica: Uma parte de terras na fazenda Posses da Ribeira ou Una do Prelado, fazenda essa que em seu todo confronta com as serras de Peruíbe e Itatins, até contraverter com o Rio Ribeira e por este até o mar e com terras de marinha, até a Serra de Peruíbe, onde teve o começo. A descrição abrange enorme área no litoral sul do Estado, que jamais existiu, e que se sobrepôs a inúmeros títulos preexistentes e a imensas porções de terras devolutas.

A obtenção de registros dos documentos falsificados no Cartório de Registro de Imóveis de Iguape (Foram feitas violações e alterações no livro número 22 de Registro de Sesmarias, exercícios de 1782 a 1786 e respectivo índice, no livro de Sisas da Coletoria de rendas de Iguape, exercícios de 1832 e 1833 e no livro de Rendas Gerais da Coletoria de Iguape, exercícios de 1857 e 1858) foi acompanhada da ação de divisão para camuflar as fraudes e, em seguida, da negociação de títulos, inaugurando uma “nova e fictícia” cadeia sucessória. As violações de livros e falsificações de documentos foram comprovadas por exames grafotécnicos realizados pelo Instituto de Polícia Técnica do Estado de São Paulo, sendo que os falsários tiveram a conivência de funcionários do Arquivo do Estado para lavrarem, em diversas folhas encontradas em branco, registros de cartas de sesmarias imaginárias, justificando posses em terras devolutas. Dentre os procedimentos podem ser citados a substituição de folhas arrancadas dos livros, alteração da encadernação para incorporação das folhas substituídas e a lavagem química de algarismos.

Com a descoberta da fraude, Luiz Roncatti foi processado e recluso em presídio, onde veio a falecer. Porém, os títulos falsificados não foram devidamente cancelados nos cartórios, “gerando uma nova cadeia sucessória que agregou à confusão da documentação imobiliária existente no Vale do Ribeira e litoral paulista, novas superposições de títulos, inclusive sobre toda a extensa área da EEJI” (COSTA NETO, 2006, p. 183).

Segundo o Instituto Florestal (1998 apud PANZUTTI, 2001), no que tange à situação fundiária e dominial da EEJI, levando em consideração a área total de 79.830ha, 67.868,70ha de áreas se encontravam sob domínio definitivo ou relativo e áreas *sub judice*, representando 85% da área total (lembrando apenas que deste total apenas 4% estão sob domínio definitivo do Estado) e 11.961,30ha de áreas pendentes de regularização fundiária, representando 15% da área total.

Tabela 3 - Áreas de Domínio Definitivo ou Relativo e Áreas Sub Judice²¹, EEJI, São Paulo, 1998

Área	Hectare	Porcentagem
Domínio definitivo	3.470,97	4,35
Imissão de posse provisória	5.450,02	6,83
Ajuizadas	54.446,5	68,2
Desapropriação indireta	1.932,35	2,42
Julgadas devolutas não ajuizadas	1.036,40	1,30
Vagas não reivindicadas	1.532,45	1,90
Total	67.868,70	85,00

Fonte: Instituto Florestal (1998 apud PANZUTTI, 2001, p. 92)

Tabela 4 - Áreas Pendentes de Regularização Fundiária, EEJI, São Paulo, 1998

Área	Hectare	Porcentagem
Processos de expropriação extintos	310,00	0,39
Não levantadas	1.145,02	1,43
Não ajuizadas por critérios PGE	2.769,43	3,37
Montagem de processos	7.736,85	9,70
Total	11.961,30	15,00

Fonte: Instituto Florestal (1998 apud PANZUTTI, 2001, p. 92)

Os dados mais recentes levantados por esta pesquisa de doutorado demonstram que, a partir do levantamento iniciado em 1988, foram distribuídas aproximadamente 160 ações dessa natureza, sendo a maior parte delas em 1992.

Estas ações possuem andamentos diversos, sendo que algumas delas não possuem ainda uma sentença judicial em primeira instância; outras estão aguardando o julgamento de recursos (no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal); algumas aguardando o início da execução e outras em fase de pagamento de precatórios (ESTUDO, [2009]).

Segundo Estudo ([2009]), que analisou as ações judiciais referentes a cada núcleo do primeiro mosaico da Jureia-Itatins, observou-se a seguinte situação:

²¹ Segundo Panzutti (Ibid., p. 92): Área de domínio indefinido: toda porção de terra economicamente apreciável que esteja, simultaneamente, matriculada no registro Imobiliário em nome de mais de um dono, em continuação de transcrições ou matrículas diversas. Tais áreas compreendem diversas sobreposições de títulos numa mesma área; área de domínio definitivo: são áreas que foram desapropriadas e indenizadas totalmente e que, posteriormente, serão incorporadas ao patrimônio do Estado; desapropriação direta: é uma ação movida pelo Poder Público que se inicia pela declaração de utilidade pública sobre um bem individual, para incorporá-lo ao seu patrimônio, a fim de atender ao objetivo específico da administração pública; desapropriação indireta: é uma ação movida pelo particular que teve seu bem imóvel apossado pelo Poder Público ou seus agentes; imissão de posse provisória: é o mandado judicial expedido na ação de desapropriação que autoriza a Administração Pública a imitir-se na posse do bem. A imissão na posse é provisória, quando o depósito é inicial e definitiva quando total; terras devolutas estaduais: são terras apuradas nas ações discriminatórias, sobre as quais não incidem nenhum título de domínio considerado legítimo.

- Despraiado: seis processos, sendo dois em execução de sentença; três aguardando julgamento de recursos e um em instrução, sem sentença;
- Barra do Una: um processo aguardando julgamento de recurso;
- Itinguçu: 26 processos, sendo cinco em execução de sentença; sete aguardando julgamento de recursos; cinco em instrução, sem sentença e nove processos sem informações;
- Prelado: sete processos, sendo três aguardando julgamento de recursos; um em instrução, sem sentença e três em pagamento de precatório;
- Estação Ecológica Jureia-Itatins: 101 processos, sendo oito em execução de sentença; 32 aguardando julgamento de recursos; quatro em instrução, sem sentença, 31 em pagamento de precatório e 26 sem informações.

Figura 10 - Quadro Geral dos processos de desapropriação direta por núcleos
Fonte: Estudo ([2009])

Figura 11 - Quadro geral dos processos de desapropriação
Fonte: Estudo ([2009])

Figura 12 – Regularização Fundiária Estação Ecológica Jureia-Itatins (2005)
Fonte: Plano Diretor de Peruíbe (2007)

Figura 13 – Áreas julgadas devolutas
Fonte: Plano Diretor de Peruíbe (2007)

Ainda sobre a questão fundiária, nossos resultados apontaram outro fator que corrobora com os conflitos fundiários no local. A área foi contemporaneamente ocupada em 1998 por indígenas, inicialmente da tribo Guarani Mbya oriundos de Cananeia onde ocuparam uma área próxima ao Rio Ipiranga, na Praia da Jureia, município de Iguape. Em 2000 outra área da EEJI, na região da Utinga-Grande foi ocupada por indígenas Guarani (RESENDE et al., 2010).

Ainda na primeira ocupação, os Guarani Mbya “suprimiram 2 hectares de vegetação de Restinga para fixação de um aldeamento. (...) Recebiam cestas básicas e trouxeram consigo galinhas e cachorros” (Ibid., p. 793).

Já em 2000, a ocupação dos Guaranis, inicialmente na região da Utinga-Grande foi deslocada para a Jureia após decisão junto à Procuradoria da República de Santos. Conforme Resende et al. (2010), este grupo que era formado por 20 famílias se situaram nas proximidades do Rio Itinguçu. Meses depois a Fundação Florestal foi informada que a área ocupada pelos Guaranis já estava em processo de desapropriação direta através do Processo n. 63/92 junto ao Fórum da Comarca de Iguape (RESENDE et al., 2010).

Apesar da previsão expressa do art. 57 do SNUC, a área denominada pela Fundação Florestal de “Aldeia Paraíso” não chegou a ser demarcada.

Art. 57. Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação.

A situação deste grupo de indígenas é bastante conflituosa com a área que estavam localizados. Ainda em 2000, a equipe de fiscalização da EEJI detectou “o transporte de aproximadamente 60 unidades de palmito juçara *in natura*, em ônibus de linha, carregados pelos indígenas Guarani ocupantes da EEJI” (RESENDE et al., p. 794). Os mesmos informaram que tal atividade era rotineira e com a finalidade de comercialização em feiras nos Municípios de Itanhaém e Peruíbe.

Após trâmite processual interposto pela Fundação Florestal contra a prática indígena, a Procuradoria da República emitiu parecer proibindo o Órgão Ambiental Paulista de adotar medidas repressivas em face das atividades de extração de palmito em terras indígenas, “em quantidade compatível com o sustento de cada um (na extração, aquilo que o índio, por sua própria força física, pode carregar)” (Ibid., p. 795).

Segundo os autores a decisão “prejudicou sobremaneira qualquer atividade de fiscalização ambiental sobre tais atividades dos indígenas, que começaram a explorar um volume grande de palmito *Euterpe edulis*” (Ibid., p. 795) estimado em 20 dúzias por semana, no total de aproximadamente 960 unidades de palmito por mês.

Em entrevista concedida à pesquisa em questão, em 2013, ainda na gerência da EEJI e outras UCs paulistas, Roberto Nicácio mencionou que restava apenas uma ou duas famílias do grupo Guarani residindo na área especificada e que o cacique Davi já residia na cidade visitando a EEJI semanalmente. Complementou afirmando que a Fundação Florestal nunca os reconheceu e por isso indeferiu ao longo dos anos qualquer pedido elaborado pelos indígenas como energia, saneamento etc.

Atualmente, a área foi abandonada pelo grupo indígena, que a visita esporadicamente. A área não foi demarcada pela FUNAI até o presente momento e, segundo informação concedida pelo antigo gestor (via email, 01/07/2014), não deverá acontecer a demarcação.

Por fim, verificamos a situação da conservação da biodiversidade da EEJI como indicador de eficácia do SNUC. Neste caso, as recategorizações que a área de estudo sofreu ao longo do tempo interferiram sobremaneira nesta avaliação. Isto porque na condição de

Mosaico, a EEJI mesclou UCs de categorias diferentes – Proteção Integral e Uso Sustentável²², com níveis de intensidade de proteção ao ambiente natural distintos²³.

Além disso, em nosso levantamento bibliográfico constatamos uma pequena disponibilidade de dados técnicos com o escopo de monitorar a biodiversidade local, desde a criação da EEJI até os dias atuais. Segundo esclarecimento do antigo gestor, Roberto Nicácio, por *email* (2014), o mesmo desconhece estudos que demonstrem o histórico da situação da biodiversidade desde a criação da EEJI e que evidenciem possível redução, aumento ou manutenção da mesma.

A insuficiência de estudos técnicos somada às recategorizações que a área de estudo sofreu ao longo do tempo obstaram nossas conclusões com relação à eficácia do SNUC no que tange à conservação da biodiversidade da EEJI.

Entretanto, os estudos levantados pelo presente trabalho, seja avaliando a conservação florestal em um dado período, ou ainda, a condição da fauna e flora local, em outra ocasião nos permitiram constatar o que o SNUC estabelece e a real situação da biodiversidade na EEJI para cada período avaliado.

Neste sentido, destacamos o trabalho de Payés (2010) que apesar de ter investigado apenas uma área específica da EEJI, a região do Despraiado, fez importantes inferências à discussão da matéria. O objetivo da autora foi avaliar a efetividade das medidas de conservação em UC, para identificar o quanto, realmente, seus objetivos estão sendo

²² Conforme Lei n. 9985/00:

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

²³ Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

atingidos, investigando a distância entre o estado de conservação florestal real e o cenário de conservação florestal esperado à área destacada.

Para tanto, a autora considerou em seu estudo as diferentes situações de proteção legal que incidiram sobre a área de estudo (Despraiado) ao longo de 45 anos, ou seja, antes mesmo de se tornar uma Unidade de Conservação (PAYÉS, 2010).

Em linhas gerais obteve a seguinte conclusão:

Foi possível concluir que apesar do grau de obediência às restrições legais de proteção florestal ter melhorado ao longo dos anos, principalmente após a implantação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, a área sempre permaneceu distante dos objetivos de conservação para todas as categorias de proteção a qual esteve sujeita (Estação Ecológica, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Zona de Amortecimento). A efetividade de conservação nunca foi superior a 55%, independentemente do tipo de categoria incidente. Ainda que a área tenha sido formalmente uma Estação Ecológica durante 19 anos, a evolução de sua paisagem aproximou-a muito mais de um perfil de Zona de Amortecimento ou RDS, evidenciando as incoerências do seu gerenciamento (Ibid., p. XI).

A autora destacou dois principais períodos contemporâneos de alteração no cenário da área estudada. O primeiro período (1962-1981) marcado pela expansão dos usos antrópicos do local: ciclo do arroz; exploração do palmito e caixeta; especulação imobiliária; ameaça da construção das usinas nucleares e aumento da população caiçara a partir da migração de famílias vindas da redondeza. “Esses vetores de mudanças foram incisivos principalmente devido à ausência ou debilidade das restrições ambientais vigentes até essa época, já que apesar da área de estudo ser vizinha a uma UC, na década de 1960 o conceito de Zona de Amortecimento era precariamente aplicado” (Ibid., p. 56).

O segundo período destacado (1981-2007) é marcado pela “retração dos usos antrópicos, com abandono das áreas antigamente ocupadas e regeneração de uma grande porção da área de estudo” (Ibid., p. 56), em virtude das limitações impostas pela criação da Estação Ecológica.

Conclui a autora que a criação da EEJI:

(...) Restringiu a degradação sem, no entanto, atingir a meta prevista pela Lei n. 6902/81; Decreto Estadual n. 26.715/87; Lei Estadual n. 5.649/87 e Lei Federal n. 9.985/00. Assim, muitos fatores conduzem à conclusão de que a UC de Proteção Integral não foi suficiente para impedir a permanência e a ocupação da paisagem, apesar de ter proporcionado uma diminuição do desmatamento.

Há, todavia um fato que agrava o cenário de degradação da área de estudo, pois além da legislação não ter sido respeitada, houve uma rotatividade intensa na utilização das terras, caracterizada pela falta de planejamento dos espaços usados independentemente dos atributos legais a que eles estiveram sujeitos (Ibid., p. 57/58).

Destacamos ainda os dados apurados por Azevedo (2007) que analisou, no ano de 2007, a situação do desmatamento da EEJI, da RDS do Despraiado e da Área de Exclusão, durante a constituição do primeiro mosaico de UCs da Jureia-Itatins, conforme figura 13.

Figura 14 – Disposição do primeiro mosaico Jureia-Itatins conforme Lei Estadual n. 12406/06 (SÃO PAULO, 2006)

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente (2006)

Em seus resultados, a autora observou nos limites da EEJI, 294 polígonos de desmatamento, equivalente a 2.773,74 ha (4,04%) da sua antiga área. Conforme destacou a autora, a área desmatada é superior àquela prevista pelo SNUC (máximo de 3% do total da área e até o limite de 1500 ha). Constatou ainda outras áreas desmatadas, porém fora da área classificada como Estação Ecológica, em virtude da recategorização provocada pela constituição do mosaico.

Acrescenta a autora que as áreas desmatadas se deram principalmente pelo cultivo da bananicultura “a qual está presente no entorno da Estação e está se estendendo para os limites da EEJI, invadindo e desmatando a área protegida por lei. Na face noroeste é onde encontramos os maiores desmatamentos cercados pelo cultivo de banana” (AZEVEDO, 2007, p. 32).

Em seus resultados, verificou ainda na área destinada à Estação Ecológica que os menores desmatamentos se deram onde estão localizadas as comunidades tradicionais relacionando-os com a agricultura caíçara. Já as localidades de maior desmatamento, que representam 1.942,12 ha localizam-se próxima à RDS do Despraiado e estão ligadas ao plantio de bananas. Tem como características áreas mais baixas e planas; próximas às vias de acesso (rodovias) e aos centros urbanos.

Já a área destinada à RDS do Despraiado, durante o primeiro mosaico de UCs da Jureia-Itatins, da área total de 2.029,99 ha, a autora constatou 906 ha de desmatamento representando 45% da área total. A presença de uma via de acesso que corta a RDS foi um fator determinante para o resultado obtido, além do contingente populacional.

A área classificada como Zona de Amortecimento da EEJI também apresentou áreas desmatadas. De um total de 1.220 ha, 621,42 ha apresentaram desmatamento, o equivalente a 50,94%.

Por fim, ressaltamos os dados provenientes do estudo técnico realizado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Instituto Socioambiental (ISA), entre fevereiro de 2008 e junho de 2009, com a finalidade de elaboração dos planos de manejos das UCs que compuseram o primeiro mosaico da Jureia-Itatins.

Segundo os diagnósticos produzidos sobre a fauna e flora na área pesquisada concluiu-se:

Em relação aos mamíferos, a presença humana, seja pela caça, perseguição ou a simples movimentação de pessoas, significa impacto para espécies como onça-pintada, anta, queixada, paca, muriqui, consideradas ameaçadas localmente.

Observa-se nos núcleos de populações humanas e de concentração de visitação, a proliferação de espécies exóticas invasoras, principalmente o cachorro doméstico, e espécies generalistas, associadas a perturbações, principalmente o gambá de orelha preta.

A comunidade de répteis é particularmente suscetível a alterações do ambiente. Em áreas na Estação Ecológica onde ocorreu substituição da vegetação nativa por bananais ou lavouras, há evidente modificação da fauna de répteis. Alguns não arborícolas (*Diploglossus fasciatus* e *Micrurus corallinus*) parecem depender muito de ambientes úmidos e sombreados e provavelmente também são prejudicados pela ausência da cobertura vegetal nativa em áreas degradadas.

Foi detectada a presença de búfalos na área (Rio Branco/Divisor). Esses animais são conhecidos como uma ameaça à biodiversidade em diversos locais do país (p.e., Vale do Guaporé e Ilha do Marajó) e constituem preocupação para a região. O pisoteio destrói o sub-bosque, compacta o solo e cria valas de drenagem (nesse caso, a área torna-se mais seca e favorece a propagação de incêndios), o que gera impacto na comunidade florestal, especialmente para as aves de sub-bosque. Também merece destaque as doenças e vetores externos que estes animais e seus excrementos podem trazer para a fauna local (ESTUDO, [2009]).

Segundo ainda o diagnóstico levantado, em toda a área do mosaico, a fauna local estava sendo ameaçada pela prática da caça, da introdução de espécies exóticas, da pesca e da presença de intensa rede de acessos. Já a vegetação, era pressionada pela extração de palmito, do corte seletivo de madeira, limpeza de sub-bosque, pisoteio, produção de lixo, emissão de esgoto, introdução de espécies exóticas e presença de intensa rede de acessos (ESTUDO, [2009]).

Além disso, o Estudo ([2009]) detectou na Ilha de Guararitama e Abrigo, a ocorrência da pesca, desembarque de pessoas, lixo no mar e região costeira, facilidade de acessos e bananal abandonado. Na região do Despraiado, a prática da piscicultura e domesticação de animais, além do desmatamento para cultivo de mandioca, banana e pasto. Na Barra do Una, verificaram-se a pesca, criação de animais domésticos e rede de acessos e trilhas (Ibid., 2009).

Por fim, segundo posição do antigo gestor Roberto Nicácio sobre a situação da biodiversidade da EEJI, quanto a se mesma foi reduzida ao longo dos anos:

Isso é relativo, pois se o estudo for pontual (determinada área) pode comprovar que houve prejuízo ambiental, poucas áreas, mas em quase todo território a situação foi mantida ou melhorou.

A região Norte da Juréia e Banhados de Iguape teve (sic.) prejuízo, nas demais áreas manutenção ou aumento. Isso é minha percepção, pois não conheço nenhum estudo que trate exatamente desta questão, estabelecendo esse comparativo temporal.

Frente aos resultados observados, concluímos que os objetivos previstos pelo SNUC à Estação Ecológica e até mesmo às Reservas de Desenvolvimento Sustentável não foram alcançados nos períodos destacados pelos estudos supramencionados.

Tópico 2: População local²⁴: classificação; indenização, reassentamento e termo de compromisso para permanência provisória dos tradicionais; possíveis mudanças na estrutura familiar, nas práticas culturais e nas atividades econômicas.

Para investigação deste grupo de indicadores mantivemos a mesma abordagem, à luz da análise da Lei n. 9.985/00 e de seu Decreto Regulamentador n. 4340/02. Nossos apontamentos partiram dos objetivos e diretrizes previstos no SNUC, especificamente no que tange à proteção do meio ambiente cultural.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

II - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

²⁴ A escolha pelo termo “população local” ou “residente” justifica-se por residirem na EEJI não apenas populações tradicionais, mas também aqueles denominados “adventícios antigos” e “adventícios recentes” pelo Cadastro Oficial de Ocupantes (SÃO PAULO, 1991).

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.

Acrescenta o art. 28 § único, que até a elaboração do Plano de Manejo serão assegurados às populações tradicionais residentes na UC, as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

O art. 32 prevê a valorização do conhecimento das populações tradicionais no desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, flora e ecologia das Unidades de Conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais pelos os órgãos executores e a comunidade científica.

Por fim, o art. 42 e seus respectivos parágrafos estabelecem que as populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação nas quais sua permanência não seja permitida, no caso das Estações Ecológicas, serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

As populações tradicionais terão o reassentamento priorizado e até que sejam realocadas, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

O art. 35 do Decreto n. 4340/02 estabelece que o processo indenizatório das populações tradicionais residentes em UC de proteção integral respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais. O art. 36 acrescenta que apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento. Quanto às benfeitorias realizadas pelo Poder Público, a título de compensação, na área de reassentamento, serão descontadas do valor indenizatório, conforme previsto pelo art. 37.

Por sua vez, o art. 38 dispõe que o órgão fundiário competente, quando solicitado pelo órgão executor, deve apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data do pedido, programa de trabalho para atender às demandas de reassentamento das populações tradicionais, com definição de prazos e condições para a sua realização.

Por fim estabelece o art. 39:

Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.

§1º O termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida.

§2º O termo de compromisso será assinado pelo órgão executor e pelo representante de cada família, assistido, quando couber, pela comunidade rural ou associação legalmente constituída.

§3º O termo de compromisso será assinado no prazo máximo de um ano após a criação da unidade de conservação e, no caso de unidade já criada, no prazo máximo de dois anos contado da publicação deste Decreto.

§4º O prazo e as condições para o reassentamento das populações tradicionais estarão definidos no termo de compromisso.

Com base nesses dispositivos legais, passamos às considerações da área de estudo desta pesquisa.

A EEJI foi criada com a promulgação do Decreto Estadual n. 24.646/86. No ano seguinte a Lei Estadual n. 5.649/87 alterou os limites e excluiu uma área que já tinha sido alterada nos limites da EEJI. Somente em 1990, com a promulgação do Decreto Estadual n. 32.412/90 foram estabelecidas as condições e regras para implantação desta UC, com intuito de identificação das comunidades tradicionais locais, considerando a necessidade de compatibilizar as atividades dessas comunidades com os objetivos da EEJI.

A importância do Decreto Estadual n. 32.412/90, com relação às populações tradicionais residentes na EEJI, justifica-se pois a Lei n. 6.902/81 que disciplinou as Estações Ecológicas como áreas protegidas não regulamentou a matéria em seu texto legal. Além disso, o Decreto Estadual n. 24.646/86 e a Lei Estadual n. 5.649/87, legislações essas que criaram a EEJI também não disciplinaram a questão. Por fim, o SNUC só tutelou a matéria em 2000, ano da sua publicação.

Dessa forma, apesar do nosso objeto de pesquisa concentrar-se na análise da Lei n. 9.985/00 faz-se mister iniciarmos a discussão desta matéria a partir da análise do Decreto Estadual n. 32.412/90 pois este refletirá na análise do SNUC na área de estudo.

Conforme art. 1º do Decreto n. 32.412/90:

A Secretaria do Meio Ambiente, para a implantação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, criada nos termos da Lei nº 5.649, de 28 de abril de 1987, concluirá, com a colaboração das associações de moradores na área, e no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste decreto, o cadastro que identificará os moradores integrantes das comunidades tradicionais situadas na mencionada Estação, cuja caracterização é definida no artigo 3º.

Parágrafo único - Aos integrantes das comunidades tradicionais referidas no "caput", que comprovadamente subsistam da pesca, agricultura e prestação de serviços aos moradores locais, será assegurado o exercício dessas atividades, desde que

realizadas de forma compatível com os objetivos da Estação Ecológica, nos termos de seu plano diretor e respectivo zoneamento.

O art. 2º do mesmo diploma legal considerou que a Secretaria do Meio Ambiente concluiria, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação deste Decreto, o plano diretor da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, e respectivo zoneamento, submetidos à aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA.

Art. 2º § único - Após a aprovação pelo CONSEMA, a Secretaria do Meio Ambiente terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão do detalhamento do plano diretor e zoneamento mencionados no "caput", para o qual serão convidados representantes dos moradores e de entidades ambientalistas.

O art. 3º deste Decreto trouxe a definição dos integrantes das comunidades tradicionais, como aqueles que têm moradia habitual e principal atividade de subsistência no local, em área de ocupação efetiva de até 10 (dez) hectares. Acrescentam os parágrafos deste artigo:

§1º - Os ocupantes de áreas que excederem o limite previsto no "caput" poderão ser qualificados como integrantes de comunidades tradicionais, a critério do órgão administrador competente, e nos termos do plano diretor da unidade e do respectivo zoneamento.

§2º - Somente serão considerados integrantes das comunidades tradicionais, nos termos deste artigo, aqueles que exercerem suas atividades de subsistência de forma compatível com os objetivos de conservação previstos para a Estação Ecológica, conforme o respectivo plano diretor.

Por sua vez, o art. 4º dispôs que não poderão ser invocados em caráter de urgência expropriações relativas às áreas que estiverem configuradas nas hipóteses definidas no artigo 3º, ou seja, das comunidades tradicionais. Por fim, segundo art. 5º caso seja indispensável a relocação de ocupantes integrantes de comunidades tradicionais, por motivos técnicos e de conformidade com o plano diretor e zoneamento da unidade, o órgão administrador competente estudará e proporá as medidas necessárias para identificar e prover áreas destinadas à referida relocação.

Dessa forma, as considerações trazidas pelo Decreto Estadual comprovam o reconhecimento por parte do Estado, representado neste ato pela SMA, da presença da população tradicional residente na área da EEJI antes mesmo de sua criação. A edição deste Decreto inclusive é uma tentativa de solucionar o impasse gerado entre Estado e população residente, a partir da criação da Estação Ecológica.

Conforme previsto pelo Decreto Estadual n. 32.412/90, buscou-se cadastrar a população local classificando os tradicionais de acordo com a definição do art. 3º deste Decreto.

O levantamento que ocorreu durante os meses de novembro e dezembro de 1990, pela Equipe Litoral Sul da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo foi responsável

pela elaboração do Cadastro Geral de Ocupantes (CGO) da EEJI e, com isso, definir dentro da UC recém-criada quais populações seriam classificadas como tradicionais.

Com base no conceito definido pelo Decreto Estadual supra, o CGO estabeleceu a seguinte definição:

Tradicional: oriundos da própria região do Ribeira, descendentes de portugueses, índios e/ou negros e que vivem há mais de duas gerações na EEJI. Possuem características peculiares de sua cultura e praticam tradicionalmente a agricultura de coivara, ou de corte-queima, uma herança indígena e principal prática que lhes garante a subsistência. Os principais produtos cultivados por essas famílias são a mandioca doce, mandioca brava (para a fabricação da farinha), o arroz (plantado secularmente nas áreas inundáveis e nos brejos), feijão e milho. A principal fonte proteica hoje advém da pesca, embora no passado a caça também era frequente e complementar na dieta.

Adventícios: aplicado às famílias provenientes de outras regiões, mas que chegaram na EEJI no período anterior à data de sua criação em 1986 (“adventícios antigos”) ou posterior a mesma (“adventícios recentes”) e que, em alguns casos, incorporaram elementos da cultura de subsistência local. Geralmente sua agricultura está voltada ao cultivo da banana. (SÃO PAULO, 1991)

De acordo com a definição da população residente na EEJI, a Secretaria do Meio Ambiente propôs:

Consideramos que as famílias tradicionais e as adventícias antigas, num total de 199, devem permanecer na área por terem direitos adquiridos e desenvolverem atividades compatíveis com o meio. Os caseiros que são moradores adventícios antigos devem ter definida sua situação após a regularização fundiária, estudos socioeconômicos e o Microzoneamento da área. As demais famílias, por fazerem parte de uma população flutuante, sem nenhum vínculo com a região, não devem ser contempladas na reordenação das áreas. As ocupações tradicionais e as adventícias antigas correspondem a menos que 3% do total da unidade (SÃO PAULO, 1991 apud QUEIROZ, 1992, p. 103).

Dessa forma, uma vez classificada e reconhecida a população tradicional residente na EEJI, o Estado assegurou a essas famílias, que comprovadamente subsistiam da pesca, agricultura e prestação de serviços, o exercício dessas atividades, desde que realizadas de forma compatível com os objetivos da Estação Ecológica (art. 1º § único do Decreto Estadual n. 32.412/90).

Porém, os dados levantados por esta pesquisa de doutorado revelaram que a pouca disponibilidade de área para agricultura e demais limitações impostas em virtude da modalidade de UC (Estação Ecológica), além da postura repreensiva do Estado fizeram com que a maioria da população tradicional da EEJI abandonasse a área.

Ao verificarmos os levantamentos quantitativos dos moradores locais constatamos uma diminuição gradativa na população humana da EEJI. Além disso, observamos também

alteração na estrutura familiar, nas práticas culturais e nas atividades econômicas de várias famílias residentes na EEJI.

Tais consequências são observadas a partir da criação da EEJI, mesmo com a previsão do Decreto Estadual n. 32.412/90, de proteção à população tradicional residente naquela UC. Esta realidade manteve-se com a promulgação do SNUC, demonstrando também um quadro de ineficácia dos artigos referentes à proteção das comunidades tradicionais previsto nesta lei.

Neste caso, não há inobservância apenas do SNUC e demais legislações infraconstitucionais. Em sede constitucional, os arts. 215 e 216²⁵ asseguram a proteção aos direitos culturais brasileiros e todas as formas de manifestações culturais. Já os arts. 231 e 232 tutelam os índios e seus costumes, crenças, línguas e territórios²⁶. Por fim, o art. 68 do Ato

²⁵ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

²⁶ Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

das Disposições Constitucionais Transitórias assegura a proteção aos quilombolas: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Além da previsão constitucional, o Brasil promulgou por meio do Decreto n. 5.051/04, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais em países independentes e que já se encontrava em vigor desde 25/07/03.

Em tese, com a adoção desse novo instrumento jurídico internacional, outros grupos culturalmente diferenciados passam a vislumbrar a proteção de sua cultura e do seu território, bem como o direito à ampla participação prévia em tomadas de decisão que os envolvem (SILVA, 2012, p. 148).

Essa Convenção ganha força e repercussão no país com a aprovação da Emenda Constitucional n. 45/2004 que insere no art. 5º da Constituição Federal (CF), o §3º com a seguinte redação: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

Dessa forma, a Convenção 169 da OIT passa equivaler no ordenamento jurídico brasileiro a uma Emenda Constitucional, submetido à jurisdição do Tribunal Penal Internacional em caso de violação de suas recomendações (art. 5º§ 4º da CF).

Nesse diapasão, o debate sobre a proteção cultural dos povos culmina na edição do Decreto Federal n. 6.040/07 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Apesar de sua tímida atuação no campo jurídico,

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

ressaltamos sua relevância ao disciplinar o conceito de povos, comunidades e territórios tradicionais, além de instituir a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais²⁷.

“Segundo dados apresentados pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, pode-se afirmar que cerca de um quarto do Território Nacional Brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais” (POLÍTICA, 2006), entre eles indígenas, quilombolas, seringueiros, entre outros representantes.

Com base nesta discussão, passamos à análise da área de estudo. Panzutti (2011), que realiza pesquisas desde 1970 na região de Itinguçu, situada na EEJI, no qual residem migrantes mineiros e nordestinos que antecederam à Estação Ecológica, constatou que a criação da UC teve como consequência à população local “desdobramentos no que se refere à resignificação da sua identidade - passagem de posseiro-agricultor, a ‘multifuncional-morador’ - e, no que se refere ao modo de vida, a alteração é marcante” (Ibid., p. 13).

A agricultura de subsistência associada à comercialização incipiente de alguns produtos (banana, por exemplo) passa a ser associada ao comércio direcionado a turistas. Gradativamente a renda oriunda do comércio se sobrepõe à da agricultura, induzindo ao abandono dessa segunda atividade. A condição restritiva de uma estação ecológica impede a construção de novas “residências”, os filhos que se casam não têm o direito de edificar uma casa para si, restando como alternativas sair da área ou morar nos mesmos cômodos da casa originalmente concebida para a primeira família, já bastante exígua. Por isso a afirmação dos moradores de que quem casa deve sair de casa, em alusão à necessidade dos filhos se estabelecerem independentes dos pais. Ao retirar dos posseiros a perspectiva de ter uma propriedade, de exercer as atividades de extração e agricultura comercial, e com a criação da EEJI, alterou-se a coesão familiar. Em suas relações com o meio externo, o posseiro muda da sua condição de morador para transgressor, enquanto internamente à família, fragiliza o papel do chefe, provedor e autoridade. Devidas à precariedade da inserção no mercado de trabalho por deficiências deste, e a falta de instrução ou qualificação técnica dos trabalhadores para o exercício de funções, as condições de reprodução social são substancialmente precarizadas (Ibid., p. 13).

A autora verificou também o surgimento de conflitos dentro das famílias em virtude de escassez de moradia, de área para plantio e de “ponto” para o comércio o que leva à busca de outras formas de sobrevivência nem sempre adequadas, “pois não raro os filhos se iniciam no descaminho de atividades marginais” (Ibid., p. 13).

²⁷ Art. 3º Decreto n. 6.040/07:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas (...).

No plano político e dos valores, observa-se a neutralização do papel da família na mediação entre indivíduo e sociedade e o ingresso de estratégias concorrentes e antagônicas entre indivíduo e família, em acelerado processo de individualização. O contato, principalmente dos jovens, com a sociedade mais ampla, cria outro quadro valorativo, dando margem à pseudo “autonomização” dos sujeitos sociais em relação ao antigo empreendimento coletivo familiar (Ibid., p. 13).

Concluindo, a autora constata uma nova configuração de um novo território, EEJI, a partir da criação da UC, que alterou fundamentalmente a condição da população que ainda hoje habita o local, “com importantes desdobramentos socioculturais de exclusão social” (Ibid., p.13).

Nesse sentido, as famílias estão cada vez menos agrícolas, não só pelas condições legais da unidade de conservação, que comprometem a transmissão do patrimônio material (a herança) e a transmissão da exploração agrícola (a sucessão), como pela fragilização dos laços valorativos familiares referidos a um projeto econômico comum (Ibid., p. 13).

Por fim, em entrevista concedida pela autora à presente pesquisa, ao ser questionada sobre as mudanças na estrutura familiar e atividades econômicas das demais comunidades residentes na EEJI, afirmou que apesar de ter estudado a região de Itinguçu, observadas as diferenças entre as demais comunidades que residem na EEJI “pode-se deduzir que, todas as comunidades abrangidas pela lei, sofreram os impactos das restrições legais dessa categoria (Estação Ecológica) de UC. Em entrevistas feitas *in loco*, posteriormente, em 2007, pude também comprovar isto” (Entrevista Nilce Panzutti, Anexo D).

A modificação na estrutura familiar também foi observada por Narezi (2012) que analisou a região do Despraiado na condição de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, durante a constituição do primeiro mosaico da Jureia-Itatins. Conforme nos relata em entrevista:

Com relação à estrutura familiar, na RDS do Despraiado era nítida a presença masculina. Pelas dificuldades geradas por anos de conflitos junto à gestão da EE as mulheres e crianças migraram para as cidades com vistas a garantir outras formas de renda e de acesso à educação e serviços de saúde. Assim, os homens continuaram na área com o objetivo de manutenção das roças e de resistência na defesa do acesso à terra. Não cheguei a averiguar a questão da pluriatividade em termos quantitativos, mas creio que sim, esta era uma forma de garantir a geração de renda para algumas famílias (Entrevista Gabriela Narezi, Anexo E).

Andriolli et al. (2013), com base no estudo antropológico realizado na Jureia, entre os anos 2012 e 2013, a pedido da União dos Moradores da Jureia, observaram também alterações na prática agrícola e relações sociais dos caiçaras, a partir da criação da EEJI.

Tradicionalmente, as roças estavam localizadas em um raio de 3 km em relação às residências, o sistema itinerante de agricultura, no qual pequenas áreas eram cultivadas em um ciclo de alguns anos e deixadas em pousio de longa duração, durante o qual a floresta se regenerava. Atualmente, devido às proibições e vigilância decorrentes da condição de Estação Ecológica, os roçados são menores e mais espalhados. Na visita aos roçados e capoeiras antigas da localidade “Despraiado”, observamos essa alteração no padrão da dimensão dos roçados ao compararmos, utilizando um aparelho receptor GPS, o período anterior à EEJI e os dias atuais. Os roçados, naquela época, se espalhavam pelas encostas dos morros e mediam em torno de um ou um hectare e meio. Esses roçados hoje são capoeirões, áreas muitas vezes, segundo os moradores, identificadas pela fiscalização da EEJI como sendo de mata virgem, mas que são áreas que foram deixadas em pousio há mais de vinte anos pelos moradores. Atualmente essas áreas de roçado foram diminuídas para 0,2 hectares, fato que causa inúmeras alterações no modo de vida, bem como na paisagem, (...).

O pequeno tamanho dos roçados na atualidade, feitos pelos moradores mesmo correndo o risco de serem punidos pelo órgão ambiental, levou ao fim dos mutirões, fato que desarticulou a antiga sociabilidade. Hoje grande parte das atividades tradicionais foi proibida; o tempo antigo ficou no passado, o presente é marcado por proibições (Ibid., p. 278).

Acrescentam que as dificuldades encontradas para realização da agricultura fizeram com que os moradores buscassem no turismo um complemento da renda familiar. Segundo morador local: “Hoje, ninguém mais vive como antes, a gente depende do veranista. Limpa casa, faz um servicinho, vende um peixe. Depende do veranista. Eles ajudam no dinheiro, não é grande, mas é uma ajuda” (Ibid., p. 284). Porém, constataram que nem todos os moradores conseguiram encontrar alternativas para o sustento, “o que os levou a um processo de expulsão compulsória de dentro da EEJI. Parte dos moradores foi para os centros urbanos de Iguape e parte para Peruíbe” (Ibid., p. 284).

Além da evasão da população tradicional da EEJI, os autores citaram a perda das tradições desta população como a realização da dança fandango, do mutirão e ajutório.

Os relatos dos moradores com quem conversamos apontam para o modo como os conhecimentos associados ao território eram gerados e mantidos por um complexo sistema de reciprocidade e vizinhança fomentado pela tradição do ajutório, do mutirão e do fandango.

O ajutório é a troca de dia de trabalho. Um grupo pequeno de pessoas era convidado para ajudar na abertura de uma nova roça. Era considerado um dia trocado, isto é, aquele que convidou ficava obrigado a retribuir o dia em outra ocasião. O mutirão, por sua vez, era uma empreitada maior, na qual “ninguém cobra nada de ninguém”, como nos explicou seu Pedro. As pessoas iam voluntariamente, trabalhavam durante o dia abrindo uma roça e, à noite, a família beneficiada pelo mutirão retribuía com um baile, o fandango (Ibid., p. 276).

Sanches (2004b), a partir das pesquisas etnográfica e etno-ecológica, realizadas entre os anos de 1989 e 1997 com os caiçaras residentes na EEJI verificou também alterações na ocupação e organização socioeconômica desta população.

Segundo a autora, os caiçaras sempre realizaram as atividades de caça, pesca e agricultura antes da implantação da EEJI obedecendo a calendário ecológico que restringia, por exemplo, a caça e pesca em determinados períodos (reprodução dos animais) e a agricultura também observava períodos de pousios da terra já que dispunham de uma área maior para plantio.

Com a criação da Estação Ecológica, o calendário ecológico foi bastante alterado. A caça que já estava proibida legalmente desde 1967 com o Código de Fauna passa a ser definitivamente proibida. A agricultura passou a ser condicionada a autorizações emergenciais e em determinadas áreas.

Para se ter uma ideia, entre os anos de 1992 e 1997, o total de área autorizada foi de 73,26 ha para 67 famílias, correspondendo a aproximadamente 0,14% da superfície da EEJI, estando 50% desse total situado em área de planície. Uma das consequências verificadas dessa medida foi a redução do tempo destinado ao “pousio” da terra, a intensificação do cultivo sobre uma mesma área e a perda de algumas variedades agrícolas (SANCHES, 2004b, p. 357).

A soma destes aspectos levantados pela autora, acrescidos da falta de escola e dificuldade de acesso aos centros urbanos levaram à saída de muitas famílias tradicionais para “fora” dos limites da EEJI, que migraram principalmente para os municípios de Peruíbe e Iguape.

Das 38 famílias tradicionais que habitavam a planície do Una (Rio das Pedras, Aguapeú, Rio Una do Prelado e Cachoeira do Guilherme) até 1992, restam apenas 14. Entre aqueles que “saíram”, muitos ainda retornam às suas áreas para limpeza das roças e das casas ou mesmo para participar das comemorações locais (Ibid, p. 357).

Sobre a previsão na Lei n. 9.985/00 de realocação e indenização das populações tradicionais, não identificamos em todas as fontes pesquisadas casos de famílias tradicionais residentes na EEJI que tenham sido reassentadas ou indenizadas. Ao nosso ver, os fatores que contribuíram para tanto devem-se à regularização fundiária precária da área e pelas sucessivas alterações sofridas pela EEJI com a criação dos mosaicos de UCs e posterior suspensão dos mesmos.

A todos os entrevistados foi formulada a questão sobre possíveis casos de reassentamento e indenização das populações tradicionais, mas todos foram unânimes no desconhecimento desta situação na EEJI.

“Ao meu ver, de acordo com os relatos orais dos moradores locais, as indenizações e reassentamento eram ‘lendas’. Todos ouviam falar, mas não conheci nenhum morador que já havia passado por essa situação” (Entrevista Gabriela Narezi, Anexo E).

“Desconheço a existência de desapropriações, indenizações ou reassentamentos destinados a essa população. Ao contrário, nunca os moradores mencionaram uma dessas alternativas” (Entrevista Nilce Panzutti, Anexo D).

Do tempo que eu peguei, que eu estou, nenhuma (*desapropriação*). As que aconteceram foram nas fazendas, e ali as ocupações não são tradicionais, são de invasores e tal, os projetos estão rolando e elas estão saindo. Não teve, porque também o Estado tinha novamente a tentativa de criar o mosaico e, criando o mosaico, já atendia, como eu falei, 85, 90% das ocupações residentes, não de propriedades, de residente em dia, criando a RDS as pessoas podem ficar (Roberto Nicácio, 2013).

Com relação à exigência do SNUC à celebração do termo de compromisso com a população tradicional residente para permanência provisória na Estação Ecológica, segundo dado proveniente de entrevista com o antigo gestor não houve durante o período de sua gestão ou gerência nenhum termo ou autorização que tratasse de direito de permanência da população mencionada. Segundo o entrevistado, as autorizações realizadas com os tradicionais destinavam à permissão de roçados, pesca, construção e reforma de suas residências e obtenção de energia elétrica. Acrescentou que as autorizações foram concedidas diretamente pelo gestor e outras pela Fundação Florestal.

O único que de fato era Termo de Compromisso foi o acordo de Pesca na Vila de Barra do Una, [em] que fiz [realizei] mais de um ano de discussão, com vários envolvidos, entidades, pescadores etc. Montei o processo, tramitei e depois de muita luta consegui autorização para assiná-lo. Mas não o fiz, pois era precário e o Mosaico estava prestes a ser criado. Na prática ele funcionava como acordo de gestão e funcionava, implicando em mudança significativa ao tema. Mas não quis assinar. (Roberto Nicácio, via email, 10/06/2014).

Ainda sobre a população da EEJI, conforme verificado em nossa revisão bibliográfica, residem nesta UC pessoas que não são classificadas como tradicionais e que não mantêm costumes e práticas tradicionais. A conduta apresentada por essas pessoas nem sempre coaduna com os objetivos previstos pela UC. Muitas vezes, um olhar mais desatento generaliza esta conduta como se fosse praticada por todos que ali residem.

Dessa forma, é importante a contribuição que Machado (2012, p. 965) nos trouxe sobre a questão:

Temos duas condições para analisar uma população encontrada no espaço territorial a ser conservado: tempo de presença e modo como vem utilizando os recursos naturais. Uma das acepções aceita para o termo “tradição”, é daquilo (bem, ideias, etc.) que se transmite de uma geração para outra. Assim, a população tradicional seria aquela que estaria na área, desde pelo menos seus pais. A tradição exigiria a prova dos ascendentes ligados à área ou ali presentes. Além dos laços de parentesco, leva-se em conta a população “que opta por adotar ou concertar uma série de práticas que são pouco invasivas, que são pouco destruidoras, ou que faz opção por um certo tipo de uso de recursos”. Caso contrário, pessoas recentemente chegadas de fora, ou forasteiros, isto é, populações adventícias estariam apresentando-se falsamente como populações tradicionais. Se a farsa fosse aceita, fomentar-se-ia a “indústria das indenizações”.

Conclui o autor:

A Lei 9.985, com seu posicionamento sobre as ‘populações tradicionais’, quer valorizar ao mesmo tempo o ser humano e a natureza. Não admite que nenhum deles seja aviltado e menosprezado. Por isso, constatada a existência da presença de população tradicional em uma área, na qual se entenda necessária a criação de uma unidade de conservação, essa população não poderá ser expulsa ou levada a sair do local, sem indenização e a adequada realocação pelo próprio Poder Público. Quando a lei diz “população tradicional” parece-me razoável entender “habitante tradicional” (seja de que etnia for), pois basta haver uma pessoa nessa situação, para ter os direitos assegurados pelo art. 42 (Ibid., p. 966).

DISCUSSÃO FINAL

Diante dos resultados levantados por esta pesquisa e, com base na discussão apresentada sobre a eficácia das leis (capítulo 3.1), compreendida aqui como a capacidade da norma jurídica de produção concreta de efeitos, ou ainda, como o cumprimento e reconhecimento da norma jurídica no plano social, as fontes pesquisadas apontaram pela ineficácia de quase a totalidade dos indicadores da Lei n. 9.985/00 estabelecidos pelo presente trabalho.

Segundo os resultados obtidos, a ineficácia dos indicadores propostos a partir do próprio SNUC e avaliados na área de estudo foi diagnosticada em função dos seguintes fatores: no tópico 1 destacamos principalmente a inexistência de Plano de Manejo, da Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos legalmente estabelecidos e dos Conselhos Consultivo e/ou Deliberativo formalmente constituídos. Além disso, a situação fundiária é precária e a Educação Ambiental local não é destinada para orientar os visitantes/turistas sobre as regras e limitações impostas pela EEJI, nem tampouco para auxiliar na composição dos conflitos entre a população tradicional e o Estado.

No tópico 2, elucidamos as alterações nos costumes e na estrutura familiar da população tradicional, além da indisponibilidade por parte do Estado de indenizá-la ou mesmo de realocá-la, ocasionando a evasão dessa população para a periferia dos Municípios vizinhos.

Neste sentido, Payés (2010, p. 66) com pesquisa também realizada na EEJI concluiu pela “incapacidade do Estado em efetivar a Unidade de Conservação e solucionar o conflito” existente no local desde a criação da EEJI.

O quadro observado na EEJI no que tange à ineficácia do SNUC, se repete na grande maioria das Estações Ecológicas brasileiras. Segundo Souza (2012), das 31 EE federais apenas 15 têm Conselhos Consultivos constituídos; nove têm plano de manejo; 23 não disponibilizaram informações sobre a visitação e oito estão fechadas para esta finalidade. Sobre atividades de cunho educacional, 20 não apresentaram as informações a respeito, nove EEs não realizam qualquer atividade de educação ambiental e apenas uma realiza todas as atividades educacionais prevista no CNUC.

No que se relaciona à regularização fundiária, vinte e uma não informaram sua situação para o CNUC, quatro estão totalmente regularizadas e 100% demarcadas, uma está totalmente regularizada, mas ainda não demarcada, três estão parcialmente regularizadas, com em diferentes estágios a demarcação, e duas não estão regularizadas (SOUZA, 2012, p. 230).

Complementa a autora que o quadro se repete quando analisa as EEs estaduais. De um total de 59 unidades, apenas cinco dispõem de Conselhos Consultivos; oito têm Plano de Manejo aprovado e apenas duas, com regularização fundiária, demonstrando um quadro de fragilidade das UCs que apenas são criadas, porém não são implementadas e ainda são mal administradas.

Payés (2010), com base nos estudos publicados pela WWF, em 2004 e 2007, pontua que os contrassensos na implantação das UCs federais são observados em 80% delas demonstrando uma situação de falha na gestão das mesmas.

Entre as falhas estão inclusas a falta de insumos humanos e financeiros, planejamento da gestão, como plano de manejo e outras ferramentas de planejamento e amparo legal das unidades de conservação, como a regularização fundiária, a fiscalização e a delimitação física da UC (Ibid., p. 72).

Treves (2005; DUDLEY, 2008 apud PAYÉS, 2010) observam que embora as UCs representem um passo importante em direção à conservação, muitas delas não foram integralmente implementadas ou manejadas. “Muitos autores reconhecem que uma UC não tem seu sucesso garantido simplesmente pelo ato legal de sua implantação” (Ibid., p. 72).

As razões da inefetividade, segundo a revisão da autora:

São relacionadas às ações indiretas das atividades desenvolvidas em seu entorno, ou mesmo atividades ilegais seguem ocorrendo no interior de muitas UC brasileiras, pois com frequência, elas costumam estar inseridas em um território de relações complexas que podem representar ameaças desde plantas e animais domésticos, a patógenos, insumos agrícolas, a extrativismo ilegal de recursos naturais, caça, entre outros (PAYÉS, 2010, p. 73).

A realidade dessa UC corrobora o quadro brasileiro de déficit de execução das leis ambientais. Adverte Krell (2004, p. 89) que “os verdadeiros problemas, porém, costumam surgir no momento da aplicação das Leis ambientais”. Em referência à questão, Leite e Melo (2007, p. 209) responsabilizam o *déficit* de execução da legislação ambiental ao sistema de controle e comando público ambiental onde “os Estados, apesar de disporem de aparato normativo ambiental viável, não implementam suas tarefas de proteção ambiental”.

Este quadro justifica-se em virtude da previsão constitucional do federalismo cooperativo, onde boa parte da matéria relativa à proteção ambiental pode ser disciplinada a um só tempo pelos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) representando, portanto, importante instrumento de tutela ao meio ambiente gerou na prática uma sucessiva transferência de responsabilidades.

Em decorrência da competência concorrente²⁸ “caso a União não legisle sobre as normas gerais, poderão os Estados ocupar o vazio, exercendo a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades” (MILARÉ, 2011, p. 227). O mesmo pode ser atribuído aos Municípios diante da omissão dos Estados. A faculdade e não a obrigatoriedade da previsão constitucional gera na prática a inércia dos entes federativos frente à matéria ambiental.

Além do federalismo cooperativo, a multiplicidade de órgãos que compõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, além do Sistema Nacional do Meio Ambiente e demais órgãos que atuam supletivamente em matéria ambiental superpõe as atribuições, burocratiza o acesso às informações e dilui as responsabilidades. “Tal estrutura dificulta o acesso às informações sobre o andamento da administração, inviabilizando a fiscalização por parte da sociedade civil e terminando por tornar ineficazes os dispositivos legais existentes” (RAMOS, 2005, p. 140).

²⁸ Segundo a Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

(...)

Além do mais, os conceitos indeterminados previstos na Constituição Federal, no que tange à proteção do meio ambiente também contribuem para a ineficácia das leis em função da inoperância dos Estados. “Importa consignar, dito isso, que a própria Constituição Federal, ao trazer conceitos indeterminados em seus preceptivos determinantes das competências, acaba por contribuir para a carência de efetividade da norma ambiental” (NERY JUNIOR; NERY, 2006, p. 209).

Acrescenta Krell (2004, p. 59-60):

(...) a densificação dos conceitos indeterminados do Direito Ambiental certamente permite não só uma, mas diversas respostas em cada caso, consoante o grau de envolvimento ideológico do intérprete-aplicador com o ideal de proteção do meio ambiente, que determina a escolha entre os possíveis argumentos de interpretação jurídica.

Observamos ainda a função preponderantemente simbólica da legislação ambiental, também observada na Lei n. 9.985/00. Segundo Neves (2011, p.25), “o ‘direito’ é concebido como uma maneira de referir-se às instituições governamentais ‘em termos ideais’, em vez de concebê-las realístico-objetivamente”.

Nesse sentido, complementa o autor “pode-se definir a legislação simbólica como produção de textos cuja referência manifesta à realidade é normativo-jurídica, mas que serve, primária e hipertroficamente, a finalidades políticas de caráter não especificamente normativo-jurídico” (Ibid., p. 30). Ou seja, “a referência deontica-jurídica de ação e texto à realidade torna-se secundária, passando a ser relevante a referência político-valorativa ou ‘político-ideológica’” (Ibid., p. 31).

Defende ainda o autor a existência da legislação-álibi, como espécie do gênero legislação simbólica, a qual “decorre da tentativa de dar a aparência de uma solução dos respectivos problemas sociais ou, no mínimo, da pretensão de convencer o público das boas intenções do legislador” (Ibid., p. 39). “O legislador, muitas vezes sob pressão direta do público, elabora diplomas normativos para satisfazer às expectativas dos cidadãos, sem que com isso haja o mínimo de condições de efetivação das respectivas normas” (Ibid., p. 36).

Essa situação foi observada no que se refere à discussão das áreas protegidas. As organizações internacionais pressionaram o Brasil para que o mesmo disciplinasse uma legislação de áreas protegidas que culminou na discussão e promulgação do SNUC.

Neste sentido, Ramos (2005, p. 96-97) acrescenta:

(...) A evolução da legislação ambiental no Brasil se deu “de fora para dentro”, como reflexo da interferência da ordem jurídica internacional sobre a ordem jurídica interna, com a introdução de vários mecanismos de proteção jurídica do ambiente no ordenamento jurídico brasileiro a partir da preocupação crescente da sociedade internacional sobre as questões ambientais e a pressão sobre os Estados para a

adaptação da legislação interna aos instrumentos internacionais de proteção ambiental.

Do exposto, diante da importância ambiental que o remanescente da Mata Atlântica, inserido na EEJI, representa à manutenção da biota local somado ao patrimônio cultural da população tradicional residente concluímos que a categoria Estação Ecológica (EE) não é indicada para todo o espaço geográfico da Jureia-Itatins. Pelos resultados alcançados por esta pesquisa e com base nos diversos estudos realizados nesta UC, a manutenção de toda a área como EE só corrobora para aumentar os conflitos existentes entre conservacionistas e ambientalistas.

Ficou claro em nossa discussão que a modalidade de UC de proteção integral – Estação Ecológica não representou a preservação conforme previsto em seu objetivo. Segundo Payés (2010) a área nunca se aproximou do modelo de UC escolhido no ato da sua criação, apesar de ter obstado a degradação ambiental. Conclui a autora, que a EEJI “não foi suficiente para interromper qualquer tipo de uso que já existia ou mesmo alterar as atividades que ocorriam” (Ibid., p. 66).

Além disso, em nenhum momento de sua história a EEJI ficou isenta de pessoas que a habitassem ou a visitassem em busca de lazer demonstrando mais uma vez que o nível de proteção da UC não significa uma proteção efetiva na prática. Além do mais, restou evidente que as áreas que continuam conservadas são aquelas de difícil acesso e manejo do solo, “ou seja, em declividades superiores a 25° e altitudes acima de 120 metros” (PAYÉS, 2010, p. 63).

Há resistência por parte de uma parcela dos operadores do Direito que defendem que a mudança de categoria mais protetiva, como a EE, para um Mosaico que compreende UCs de Proteção Integral e Uso Sustentável, como RDS, equivale um retrocesso ambiental por diminuir a proteção ao meio ambiente natural. Se os objetivos do SNUC fossem de fato concretizados na EEJI e se não houvesse populações tradicionais residindo no local, antes mesmo da criação desta UC, concordaríamos que a modalidade de EE é mais protetiva ao ambiente natural.

Porém, frisamos, caso o Estado esteja considerando o Mosaico de UCs como forma de compor os conflitos, principalmente de natureza fundiária, a nova configuração só manterá as discussões que perduram há anos. Deverá após a criação do mosaico, implementá-lo de forma efetiva. Ou seja, criando os Planos de Manejos e Conselhos; reconhecendo a população tradicional residente e oferecendo-lhe condições para desenvolver sua agricultura e moradia.

Portanto, em face dos dados obtidos e analisados na presente pesquisa, não rejeitamos a hipótese proposta inicialmente e concluimos de que fato:

“Embora a letra da lei (Lei n. 9.985/00) se proponha a efetivar uma proteção socioambiental e a regular as relações que se desdobram na Juréia-Itatins, na prática não consegue atingir sua finalidade”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do exposto, resta possível concluir que há uma discrepância expressiva entre a possibilidade jurídica de aplicação do SNUC e o cumprimento efetivo dessa legislação na EEJI. Os resultados do presente trabalho confirmam que quase a totalidade dos indicadores estabelecidos neste trabalho para análise da eficácia da Lei n. 9.985/00 na EEJI não se concretizaram nessa UC.

A promulgação do SNUC representou importante passo na defesa das áreas protegidas brasileiras, pois concentrou em um único diploma legal, Unidades de Conservação que eram regulamentadas por leis esparsas, além de ter criado outras novas modalidades dessas áreas protegidas.

Mas sua maior relevância deve-se ao fato de apresentar um roteiro de diretrizes para criação, implementação e gestão das UCs. Neste sentido, segundo posição do antigo gestor da EEJI, quando questionado sobre a eficácia do SNUC, elucidou que embora existam vários aspectos dos quais discorda, em termos de sim ou não, objetivamente afirma que:

Sim, hoje em dia o SNUC lhe dá base para autorizar muita coisa que no passado não podia. O segredo é definir e estabelecer critérios de quem pode, porque dentro de uma Unidade de Conservação desse tamanho você tem de tudo: tem o tradicional de fato e tem o invasor. Se você aplica a Lei para todo mundo, você é injusto. Agora para o tradicional que de fato tem esse contexto, o SNUC dá uma base para fazer tudo. Com o SNUC, chegou um momento que eu nem esperava sair Portaria da Fundação. Para mim o SNUC era básico permitindo autorizar os pedidos dos tradicionais. Além disso, é importante por criar outras figuras de UC e não aquela coisa fechada que ou era APA ou Estação Ecológica ou Parque. Pois a APA também é frágil. Se fosse criada APA ao invés de EE na Jureia em 1986, não tinha mais um tradicional, porque a APA não interfere no direito de propriedade, com isso os tradicionais já tinham sido “engolidos” pela especulação imobiliária que aconteceu em todo o litoral do Estado de São Paulo. Só tem tradicional hoje dentro da EEJI, apesar do conflito e brigas, por inoperância do Estado de não ter indenizado os tradicionais no dia seguinte à criação da EEJI. Esse motivo está permitindo a discussão, desde 2006, da criação das RDS e RESEX. A APA não daria essa condição. Assim o SNUC é eficaz, ele necessita de adaptações e melhorias como todo mecanismo mas se tenho que ser taxativo, ele é eficaz, por criar condições que não se tinha antes (Roberto Nicácio, Anexo B).

Muito embora o SNUC estabeleça condições para gerir uma UC, conforme observamos pela citação acima, o estudo em questão apontou pela ineficácia de quase a totalidade dos indicadores propostos a partir do próprio SNUC e analisados na Estação Ecológica Jureia-Itatins. Dessa forma, nossos resultados confirmam o posicionamento de Bittar (2005, p. 205), em que “a eficácia comporta gradações, fazendo com que o grau de ineficácia também seja medido de modo relativo. Uma norma pode ser ineficaz num sentido, porém eficaz em outro”.

Apesar de a criação da EEJI ter precedido a promulgação do SNUC, passados catorze anos de sua edição, esta legislação ainda carece de implementação nesta UC. Em destaque, a

ausência de Plano de Manejo, Zona de Amortecimento, Corredores Ecológicos e Conselhos Gestores; o precário quadro de desapropriação de suas áreas e a inexpressiva situação da Educação Ambiental local.

No que tange à proteção cultural da população tradicional, a situação é ainda mais grave, conforme demonstraram os resultados desta pesquisa. Apesar da previsão legal de respeito e incentivo às práticas culturais observamos um processo de exclusão e consequente evasão dessas populações. Não foram identificados ainda casos de indenizações ou realocações dessas comunidades por parte do Estado.

Restou evidenciado que os indicadores supra destacados revelaram a ineficácia do SNUC em virtude da ineficiência da Política Ambiental paulista confirmando a situação de grande parte das UCs brasileiras. “As políticas públicas para implementação das UCs não têm sido efetivas. A média da efetividade da gestão ficou entre 35% e 44%, em todas as categorias avaliadas pelo Relatório Efetividade de Gestão das UC Federais do Brasil” (SOUZA, 2012, p. 321).

As UCs carecem de regularização fundiária, Planos de Manejo, Constituição do Conselho Gestor, Infraestrutura, Equipamentos, recursos humanos. São constantemente ameaçadas pela caça, pesca, presença de exóticas invasoras, influências externas, conversão do uso do solo, presença de populações humanas, entre outros. As UCs não obedecem aos objetivos básicos de promover a educação ambiental e fomentar a pesquisa científica, não correspondendo para a sociedade com todos os seus potenciais (Ibid., p. 321).

Entendemos que a simples transformação da EEJI em um Mosaico de UCs não representa o mecanismo que trará efetividade ao SNUC. Isto porque as novas UCs criadas, principalmente as RDs demandam uma mudança paradigmática por parte do Estado ao gerenciar uma UC em parceria com a população residente.

Neste sentido, o posicionamento da entrevistada Dr^a Gabriela Narezi reflete de forma clara a ferramenta de disputa ideológica em que o SNUC se constitui:

Creio que o SNUC é uma boa ferramenta para a conservação e também uma lei poderosa, pois mesmo no seu histórico de construção já é possível notar a disputa ideológica e paradigmática que ocorre a partir da defesa de diferentes interesses dos atores sociais envolvidos. (...) O SNUC é uma lei poderosa, no sentido de que está ligada às relações de poder estabelecidas no nosso contexto social. Se você entrar no site do ICMBio e contar quantas UCs de proteção integral e quantas de uso sustentável existem poderá notar que os números encontram-se em desvantagem. E então eu pergunto: por que só uma parte da lei vale mais do que a outra? Será que os gestores do ICMBio acreditam que o Brasil não possui vocação para a prática do desenvolvimento sustentável? Acho que a questão dos conselhos (deliberativo e consultivo) respondem bem isso. O conselho deliberativo empodera uma camada da população (muitas vezes analfabeta) que sempre esteve alocada num cenário de exclusão, invisibilidade e negligências aos olhos da sociedade colonial e coronelista brasileira. O mesmo ocorre nos processos de reforma agrária. Não é à toa que os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil são crucificados pela mídia brasileira. Há nesses espaços uma nítida, porém não declarada disputa de poder. Uma UC de proteção integral é ainda utilizada como uma forte estratégia de reserva de terras, de especulação ao interesse do capital para acesso de recursos naturais. Acho que os objetivos de criação de UCs portados pelo SNUC são realmente louváveis, mas o problema ainda está no uso que se dá para esta ferramenta da lei e na apropriação que ocorre de maneira não democrática (Gabriela Narezi, Anexo E).

Entretanto, o Mosaico representa uma alternativa viável na tentativa de solucionar o grande conflito local. Ou seja, legitimar a permanência das famílias tradicionais que residem na área e anteceder à criação da EEJI²⁹.

Além disso, a condição protetiva da Estação Ecológica não conseguiu manter o nível de preservação do ambiente natural exigido nesta modalidade de UC, ou mesmo realocar e/ou indenizar a população tradicional residente. Além do mais, a configuração estabelecida pela Lei Estadual n. 14.982/2013, que instituiu o atual Mosaico, ampliou a área da Estação Ecológica que passou de 79.270 hectares para 84.425 hectares.

De qualquer forma, a nova configuração da Jureia-Itatins exigirá uma mudança imediata na conduta do Órgão Ambiental Estadual frente às questões da EEJI. A criação das novas UCs exigirá a contratação premente de novos gestores e guardas-parques, além da urgente constituição dos Planos de Manejos e Conselhos Gestores. Deverá ainda regularizar a questão fundiária, desapropriando as áreas que se manterão em domínio público como a Estação Ecológica e os Parques Estaduais.

Deverá atualizar os dados do contingente populacional para confirmação das famílias tradicionais e retirada, com possível indenização, da população que não tem vínculo tradicional com a área.

²⁹ Não fez parte do escopo de análise desta pesquisa investigar qual modalidade de UC melhor se adequa às necessidades de cada região da Jureia, ou mesmo averiguar os limites geográficos que cada UC deverá possuir. Dessa forma, não podemos balizar a disposição da atual configuração do Mosaico de UCs da Jureia-Itatins, instituído pela Lei Estadual n. 14.982/2013.

Por fim, vislumbramos a necessidade de se estabelecer uma nova forma de diálogo com a população local a fim de inseri-la efetivamente na gestão das novas áreas protegidas. Além disso, deverá o Estado dar maior aproveitamento às pesquisas realizadas na EEJI, pois essas representam uma importante ferramenta no desenvolvimento de atividades para conservação da biodiversidade e sustentabilidade da população local.

Em suma, ressalvadas as limitações observadas no SNUC, essa Lei dispõe de importantes mecanismos para conservação das áreas protegidas. Resta, porém, encontrar na área de estudo condições adequadas para produzir seus efeitos, ou ainda, atingir seus objetivos. Ou seja, compatibilizar a conservação da biodiversidade e a manutenção da cultura tradicional local.

REFERÊNCIAS

ABESSA, D.M.S.; MAGINI, C. Perfil dos visitantes na Cachoeira do Paraíso, Estação Ecológica Jureia-Itatins, Peruíbe, SP. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v. 8, n. 14, p. 1333-1342, 2012.

ABRAMO, P. Pesquisa social. In: HIRANO, S. (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1979. p. 19-87.

ANDRIOLLI, C.S.; FRANCESCO, A.A. de; POSTIGO, A.A.; CASTRO, R.R. de. Ações, discursos e conflitos no território: O caso dos caixaras da Jureia. **OLAM - Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 269-297, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/8049/5807>> . Acesso em 20 jun. 2014.

ANTUNES, P.B. **Direito ambiental**. São Paulo: Lumen Júris, 2001. 657p.

AZEVEDO, T.N. **Levantamento de áreas desmatadas na Estação Ecológica Jureia-Itatins/SP**. 2007 53 p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Rio Claro, 2007.

BARROSO, L.R. **Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. 410 p.

BITTAR, E.C.B. **O direito na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 456 p.

BOBBIO, N. **Positivismo jurídico: lições de filosofia do Direito**. São Paulo: Ícone, 1995. 239 p.

_____. **Teoria da norma jurídica**. 4. ed. Bauru: EDIPRO, 2008. 192 p.

BRASIL. Leis, decretos, etc. **Decreto Legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948**. Aprova a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América de 1940. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/decreto%20leg%20n3%201948.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. **Lei 6902, de 27 de abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Decreto 2519, 16 de março de 1998**. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 05 de junho de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Lei 9985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.soleis.com.br/L9985.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2008.

_____. **Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.** 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/maparea.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

_____. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Portal da Legislação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 06 jan. 2014.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução 13, de 06 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre normas referentes às atividades desenvolvidas no entorno das Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=110>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução 428, de 17 de dezembro de 2010.** Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988. 168 p.

_____. (2014). Ministério do Meio Ambiente. **Reserva da Biosfera.** 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

BRITO, M.C.W. de. **Unidades de conservação:** intenções e resultados. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003, 230 p.

CADASTRO nacional de unidades de conservação. 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CALI, P. **O processo de povoamento do litoral sul de São Paulo:** Jureia-Itatins. 1999. 258 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CÂMARA, J.M. **O Parque Itinguçu, Município de Iguape – SP:** a problemática da relação estado e população local. 2009. 91 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.

CASTRO, C.E. de. **A política nacional de proteção da natureza e seus desdobramentos no território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2012. 253 p. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.

COSTA NETO, J.B. **A questão fundiária nos parques e estações ecológicas do Estado de São Paulo**: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário. 2006. 236 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DERANI, C. A estrutura do sistema nacional de unidades de conservação – Lei n. 9.985/2000. In: BENJAMIN, A.H. (Coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 232–275.

DEUS, A.M. de; CUNHA, D.E.S.L.; MACIEL, E.M. **Estudo de caso na pesquisa qualitativa em educação**: uma metodologia. 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_14.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

DIÁRIO Oficial do Estado de São Paulo. 2013. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2013/executivo%2520secao%2520i/abril/09/pag_0001_BBT3UL4HKG9H2eB4BS8OIIA7T8T.pdf&pagina=1&data=09/04/2013&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100001>. Acesso em: 20 maio 2013.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP, NUPAUB, 2008. 163 p.

DINIZ, M.H. **Norma constitucional e seus efeitos**. São Paulo: Saraiva, 1989. 153 p.

_____. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 578 p.

DOUROJEANNI, M.J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. 308 p.

DRUMMOND, J.A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 3/4, p. 127-149, 1999.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA JUREIA-ITATINS. [2007?] Disponível em: <<http://www.jureia.com.br/mostramateria.asp?idmateria=300>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

ESTUDO técnico para recategorização de unidades de conservação e criação do mosaico de UCs Juréia-Itatins. [2009?]. Disponível em: <<http://www.jureia.com.br/jureiaitatins.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.

FERRAZ JUNIOR, T.S. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 364 p.

_____. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 346 p.

FERREIRA, C.P. **Percepção ambiental na Estação Ecológica de Jureia-Itatins.** 2005. 152 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FIORANTE, F.B. **A trajetória escolar dos alunos (as) do curso de educação física:** um estudo das Faculdades Integradas Einstein de Limeira. 2011. 129 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

GHIMIRE, K. **Parques e populações:** problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e em Madagascar. 1993. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/unidades_conservacao/informacoes.asp?cod=66&area=>. Acesso em: 22 nov. 2011.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 107 p.

HADDAD, C.L. **A tutela da diferença no direito socioambiental pós-moderno:** um estudo de caso sobre a prática da agricultura de corte e queima pela comunidade quilombola de Ivaporunduva. 2012. 160 p. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

INSTITUTO FLORESTAL. **Flora.** [1996a]. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/unidades_conservacao/informacoes.asp?cod=66&area=flora>. Acesso em: 27 jan. 12.

_____. **Fauna.** [1996b]. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/unidades_conservacao/informacoes.asp?cod=66&area=fauna>. Acesso em: 27 jan. 12.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito.** Coimbra: Arménio Amado, 1979. 484 p.

_____. **Teoria pura do direito.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 427 p.

KRELL, A. J. **Discrecionalidade administrativa e proteção ambiental.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. 151 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 975 p.

_____. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012. 99 p. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

LEITE, J.R.M.; MELO, M.E. As funções preventivas e precaucionais da responsabilidade civil por danos ambientais. **Revista Sequência**, Florianópolis, n. 55, p. 195-218, dez. 2007. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15053/13724>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

LUNARDI, T. **A efetividade da legislação ambiental e suas bases constitucionais**. 2011. 95 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

MACHADO, P.A.L. **Direito ambiental brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. 1280 p.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, A.H (coord.); **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. São Paulo: Editora RT, 2011. 1647 p.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MOURÃO, F.A.A. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial**. 1971. 2 v. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

NALINI, J.R.; LEVY, W. Interdisciplinaridade e direitos fundamentais: reflexões para uma nova metodologia do ensino de direito ambiental. In: MILARÉ, E.; MACHADO, P.A.L. (Org.). **Doutrinas essenciais direito ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 1, p. 955-975.

NAREZI, G. **A agroecologia como estratégia de gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Vale do Ribeira – SP, Brasil**. 2012. 323 p. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

NEIVA, C.M. A. **A eficácia como problema do positivismo jurídico**. 2004. 120 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NERY JUNIOR, N.; NERY, R.M.A. **Constituição federal comentada e legislação constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 990 p.

NEVES, M. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011. 263 p.

NOGUEIRA-NETO, P. Breve história da área Jureia-Itatins como unidade de conservação. In: MARQUES, O.A.V.; DULEBA, W. (Ed.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins: ambiente físico, flora e fauna**. Ribeirão Preto: Holos, 2004. p. 13-15.

NUNES, M. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Jureia-Itatins/SP**. 2003. 162 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, E.R. Populações humanas na Estação Ecológica de Jureia-Itatins. **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa**, São Paulo, n. 10, p. 1-50, 2004.

OLMOS, F.; GALETTI, M. A conservação e o futuro da Jureia: isolamento ecológico e impacto humano. In: MARQUES, O.A.V.; DULEBA, W. (Ed.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins: ambiente físico, flora e fauna**. Ribeirão Preto: Holos, 2004. p. 360-377.

ORÉFICE, C. **Implementação e manutenção de espaços territorialmente protegidos: décadas de desafios**. Jureia-Itatins, de Estação Ecológica a mosaico de Unidades de Conservação. 2008. 192 p. Dissertação (Mestrado em Direito) -Universidade Metropolitana de Santos, Santos, 2008.

PÁDUA, M.T.J. **Confusão na gestão das florestas nacionais**. 2011. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/maria-tereza-jorge-padua/24998-confusao-na-gestao-das-florestas-nacionais>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

PANZUTTI, N.P.M. Agricultura familiar em Itinguçu: Estação Ecológica Juréia-Itatins, Estado de São Paulo. **Instituto de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 89-98, 2001.

_____. **A caminho da terra: a Mata**. 2002. 196 p. Dissertação (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. Significados e identidades nas transformações da agricultura familiar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 11, p. 21-30, nov. 2006.

_____. Desenvolvimento, multifuncionalidade e território. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 5-16, abr. 2011.

PAYÉS, A.C.L.M. **Medida de conformidade da proteção legal na conservação ambiental - estudo de caso: Despraiado, SP**. 2010. 109 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas. 2010. 109 p.

PLANO diretor de Peruíbe. 2007. Disponível em: <http://www.peruibe.sp.gov.br/planodiretor/downloads/PDPeruibe13_IF.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

POLÍTICA nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais. 2006. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/texto-contextualizacao-e-texto-base-da-politica.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

QUEIROZ, R.C. **Atores e reatores da Jureia**: ideias e práticas do ecologismo. 1992. 229 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

QUEIROZ, R.S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1983. 136 p. (Série Antropologia, 1).

RAMOS, E.P. Direito ambiental sancionador: conexões entre as responsabilidades penal e administrativa. In: KRELL, A.J. (Org.). **Aplicação do direito ambiental no estado federativo**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. p. 83-142.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 1976. 381 p.

RESENDE, M.A.C.S.; BRITO, V.C.; MOURA, C. de; MARCO NETO, J. do. Aspectos jurídicos e ambientais da extração do palmito *Euterpe edulis martius* por indígenas na Estação Ecológica Jureia-Itatins, Iguape, SP. In: BENJAMIN, A.H.; IRIGARAY, C.T.; LECEY, E.; CAPPELLI, S. **Florestas, mudanças climáticas e serviços ecológicos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. v. 1, p. 791-807.

RYLANDS, A.B. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-35, jul. 2005. Disponível em: <http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2014.

SANCHES, R.A. **Caíçaras e a Estação Ecológica de Jureia-Itatins**: litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2004a. 208 p.

_____. **Caíçaras e a Estação Ecológica de Jureia-Itatins**: histórico de ocupação no contexto político, econômico, social e ambiental do Vale do Ribeira. In: MARQUES, O.A.V.; DULEBA, W. (Ed), **Estação Ecológica Jureia-Itatins**: ambiente físico, flora e fauna. Ribeirão Preto: Holos, 2004b. p. 349-359.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis, 2005. 303 p.

SÃO PAULO. **Decreto 24646, de 20 de janeiro de 1986**. Cria a Estação Ecológica de Jureia-Itatins e dá providências correlatas. Jus Brasil. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/193585/decreto-24646-86>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

_____. **Lei 5649, de 27 de abril de 1987**. Cria a Estação Ecológica Jureia-Itatins. Jus Brasil. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/190534/lei-5649-87>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

_____. **Decreto 32412, de 01 de outubro de 1990**. Estabelece condições para a implantação da Estação Ecológica da Jureia-Itatins, fixa critérios para a identificação das comunidades tradicionais locais e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/183810/decreto-32412-90>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

_____. **Lei 12.406, de 12 de dezembro de 2006.** Altera a Lei nº 5.659, de 28 de abril de 1987, que criou a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, exclui, reclassifica e incorpora áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, regulamenta ocupações e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/131089/lei-12406-06>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Lei 14982, de 08 de abril de 2013.** Altera os limites da Estação Ecológica da Jureia-Itatins na forma que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20130409&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Cadastro geral de ocupantes.** São Paulo, 1991. 17 p.

_____. **Mosaico de áreas protegidas aumentará território da Juréia-Itatins para 117 mil há.** 2006. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/mosaico-de-reas-protegidas-aumentar-territrio-da-juria-itatins-para-117-mil-ha/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

SILVA, A.L.F. da. **Onde os direitos ambientais sobrepoem direitos humanos na mata Atlântica brasileira:** estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP. 2012. 198 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, J.A. da. **Aplicabilidade das normas constitucionais.** 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1999. 270 p.

SOUZA, C.R.G.; SOUZA, A.P. Geologia e geomorfologia da área da Estação Ecológica Jureia-Itatins. In: MARQUES, O.A.V.; DULEBA, W. (Ed), **Estação Ecológica Juréia-Itatins:** ambiente físico, flora e fauna. Ribeirão Preto: Holos, 2004. p. 16-33.

SOUZA, M.F.R. **Política pública para unidades de conservação no Brasil:** diagnóstico e propostas para uma revisão. 2012. 345 p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SPÍNOLA, A.W.P. Metodologia do trabalho científico em ciências ambientais. In: PHILIPPI JR., A.; ALVES, A.C. (Ed.). **Curso interdisciplinar de direito ambiental.** Barueri: Manole, 2005. p. 915-942.

SUGUIO, K. O papel das variações do nível relativo do mar durante o quaternário tardio na origem da baixada litorânea de Jureia, SP. In: MARQUES, O.A.V.; DULEBA, W. (Ed.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins:** ambiente físico, flora e fauna. Ribeirão Preto: Holos, 2004. p. 34-41.

TARIFA, J.R. Unidades climáticas dos maciços litorâneos da Jureia-Itatins. In: MARQUES, O.A.V.; DULEBA, W. (Ed.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins:** ambiente físico, flora e fauna. Ribeirão Preto: Holos, 2004. p. 42-50.

TELEGINSKI, A. **Situação fundiária da Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Grilo Roncatti.** São Paulo: Grupo da Terra; Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista, 1986. 14 p. (Relatório Técnico).

_____. Aspectos históricos e fundiários no Vale do Ribeira e sua influência no desenvolvimento econômico da região. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA BRASILEIRA, 3., 1993, Serra Negra. **Anais...** Serra Negra: Finpe, 1993, v. 1, p. 104-106.

TODESCO, C. Presença ausente e ausência presente do Estado na produção do espaço para o turismo no Vale do Ribeira paulista. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 9, 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6484>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia das Letras, 2010. 537p.

URBAN, T. **Saudade do matão**: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR, 1998. 371 p.

VIANNA, L.P. **Considerações críticas sobre a construção da ideia de população tradicional no contexto das unidades de conservação**. 1996. 207 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. 207 p.

VIOLA, E.J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 5-26, 1987.

ZAKIA, M.J.B.; DERANI, C. Situação jurídica das florestas plantadas. In: LIMA, W.P.; ZAKIA, M.J.B. **As florestas plantadas e a água**: implementando o conceito da microbacia hidrográfica como unidade de planejamento. São Carlos: Rima 2006. p. 171-184.

ZANON JÚNIOR, O.L. Positivismo jurídico: conceitos e características centrais. **Revista Jurídica Científica do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau**, Blumenau, v.17, n. 33, p. 99-126, 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/3271/2376>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

ANEXOS

Anexo A – Entrevista com Roberto Nicácio (Dia 27/07/2013)

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(palavra) → siglas ou nomes próprios.

Transcrito por Audiotext

(INÍCIO)

Flávia: Bom, começa pelos dados, seus dados. Acho que nem preciso digitar, depois eu transcrevo, assim eu não perco o seu tempo. Bom, os seus dados pessoais, (Roberto), seu nome completo?

Roberto: (Roberto Nicácio).

Flávia: A sua formação?

Roberto: Eu sou biólogo, mestrando em áreas protegidas, pela (UFSCar).

Flávia: Certo. Agora você não é mais o gestor específico da (Jureia), da estação? Bom, depois da legislação, acho que...

Roberto: Eu fui contratado pela (Fundação Florestal) em março de 2009, quando (Mosaico) existia e eu assumi a estação ecológica e o refúgio de vida silvestre. 4 ou 5 meses depois o (Mosaico) caiu por conta da (Dilma) e aí aos poucos os gestores foram saindo, porque cada unidade tinha 1 gestor, das 6, e aí depois de sei lá, 6, 7 meses, eu acabei ficando sozinho, o território era o mesmo, não mudou, as demandas eram parecidas, as pessoas estavam lá, as pessoas eram as mesmas e eu acabei ficando quase 3 anos sozinho nesse território todo, mas do ponto de vista legal era uma estação ecológica, porque tudo (inint) [00:01:29.04] estação ecológica (inint) [00:01:29.23]. Em agosto de 2012 a (Fundação Florestal) passou por uma reestruturação, algumas pessoas saíram e nesse momento eu fui convidado a assumir a gerência do (Vale do Ribeira e Litoral Sul), que contempla 17 unidades de preservação e a (Jureia) está dentro. Até acredito e acabou até de fato sendo comprovado, porque tinha uma pessoa indicada para a parte do litoral sul, a gerência do litoral sul, o que me fez ficar nessa gerência, que o convite era para a gerência do (Alto Vale), foi o meu conhecimento na (Jureia), o trabalho que eu tinha feito na (Jureia), então se inverteu o convite, essa pessoa foi para o (Médio e Alto Ribeira) e eu fiquei no litoral sul. A (Jureia) continuava, de certa forma, comigo, porque ela estava dentro da gerência que eu coordenava, e nesse tempo que essas coisas aconteceram o projeto continuava sendo discutido na assembleia, reuniões, um monte de coisas, tal, tal. Em abril de 2013 agora ele foi aprovado em janeiro, fevereiro, março na (Assembleia Legislativa) ele foi aprovado e em 8 de abril o governador assinou, sancionou a lei e aí se cria oficialmente mais 3 unidades com destino ao primeiro mosaico com um desenho um pouquinho diferente, não tão diferente, mas um pouquinho diferente, ampliando especialmente a (RBS da Barra do Una) e a fundação não dispõe de cargos nesse momento para contratar gestor como fez à época, a gente está tentando, enfim, criar essas vagas ou realocar, mas eu indiquei, quando da minha saída para a gerência eu tinha indicado o (Messias), que era chefe da fiscalização e já vinha me substituindo nas minhas férias para ficar com a estação ecológica, então hoje ele responde pela estação ecológica e pelo refúgio de vida silvestre, o (Oto), que foi gestor à época do primeiro (Mosaico) do (Prelado), do (Parque Estadual do Prelado), de novo com o (Prelato) e com o (Parque Estadual do Itinguçu) e eu, temporariamente, essa é a ideia, não por falta de vontade, mas por falta de tempo, eu acumulo a gerência com as 2 (RDSs), (Barra do Una) e (inint) [00:03:44.18], porque eu me comprometi a constituir o conselho dessas 2 unidades e depois eu preciso arrumar alguém

para tocar, porque eu não respiro unidade como eu deveria como gestor, porque eu saio das reuniões do (Barra) e do (Espiraído) e eu volto para uma outra realidade que tem mais 17 unidades me demandando. Mas por conhecer bem e por ter ficado 3 anos, ter uma relação com a comunidade que eu sei mais ou menos por onde as coisas pendem e ter conseguido dar uma padronizada em muita coisa durante 3 anos, eu pedi até para ficar com essas 2 também porque o conselho é deliberativo, diferente das outras, que são consultivos, a intenção é deixar ele criado e aí a fundação precisa colocar alguém para tocar as unidades. Então eu hoje estou na gerência do litoral sul, que a (Jureia) está dentro, mas também sou gestor de 2 (RDSs) do (Mosaico) e da (Jureia).

Flávia: Entendi. Só vou confirmar se está...

Roberto: Confirmar se está gravando. (inint) [00:04:42.03].

Flávia: É. Não, está gravando, está certinho. Como o meu trabalho se deu todo o processo antes dessa legislação, então até as questões que eu te enviei tudo antes, e na verdade toda a história está antes.

Roberto: Antes do (Mosaico) você está falando?

Flávia: É. Desde a constituição mesmo da estação. Então eu acrescentei 1 questão da legislação até pela experiência ser nova, bom, eu vou começar falando de antes dessa legislação desse ano. A primeira é sobre a questão dos habitantes, que em 91 foi feito esse cadastro de 365 famílias pela secretaria, 1200 indivíduos, sendo 120 famílias tradicionais, esse é o dado da (Roseli Sanches).

Roberto: (Sanches)?

Flávia: Isso. Atualmente não se falando nessa legislação, uma promulgação da legislação desse ano, mas você tem um número de quantos tradicionais eles residem e que não são considerados tradicionais os adventícios ou se não se utiliza mais essa terminologia atualmente na área.

Roberto: Um pouco. Porque assim, esse dado da (Sanches) é do primeiro levantamento que foi feito na (Jureia), então a (Jureia) é de 86 por decreto, 87 lei e aí 90 também acho que por decreto se constitui, se coloca essa obrigação de fazer o cadastro que é finalizado em 91, a gente chama de (CGO de 90), (Cadastro Geral de Ocupantes de 90), que de fato apresenta esse número que você falou.

Flávia: É.

Roberto: Mas a (Jureia), assim, ao longo do tempo, ela vem passando por atualizações de cadastro, então teve em 2005, teve em 2008, teve em 2010 de manejo, teve em 2010, comezinho de 2010 o antropológico, que aí passa a diferir um pouquinho de cadastro que conta cabeça e faz essa diferença em tradicional, adventício antigo, adventício recente e é um estudo técnico-científico, não é simplesmente um cadastro, então o antropológico tem esse peso, até porque uma resolução que saiu na secretaria em 2010, a (S6029), estabeleceu alguns procedimentos para várias coisas e laudo histórico antropológico para recategorização de dado de conservação. A (Jureia) tinha muito dado especialmente pelo plano de manejo que quase foi finalizado e parou, então isso deu uma condição técnica de estudo assim significativa para a proposta, mas não tinha o laudo. O laudo foi contratado no final de 2010 e hoje consta com o laudo também. Bom, como eu estava falando, primeiro que e ao longo do tempo, assim, um trecho muito pequeno da (Jureia) foi regularizado questão fundiária.

Flávia: Uma das questões minhas também.

Roberto: É, algumas fazendas grandes foram adquiridas, mas isso não significa diminuir ocupação, via de regra. Em (Fazenda Rio Branco), você tinha meia dúzia de ocupantes para uma fazenda grande, se emitiu na posse, está se emitindo, faltam 3 áreas para se emitir porque o proprietário está negociando com os seus posseiros. (Fazenda Barra Funda) (inint) [00:08:02.10] o estado se emitiu na posse quase que total da fazenda e o proprietário, que o estado negociou e pagou, não tirou os posseiros. Então o estado está agora entrando com

reintegração de possa contra esses caras para poder tirar uma área que ele já pagou, que tem características, esses todos tinham características de adventícios recentes, pessoas que entraram em 2003, 2004, 2005, bem aqui pra frente, mas enfim, a (Jureia) é bem grande e no território todo, por conta de várias dificuldades, não só a criação da unidade, a criação da unidade impõe uma restrição de fato, mas na (Jureia) ela foi superada, a meu ver, no início da década de 90 com o primeiro grupo, pelo menos que eu tenha conhecimento, na fundação na época do (IF), a secretaria que era o grupo do terra para discutir a agricultura dentro de uma ação ecológica para poder regularizar essa situação e autorizar as roças das pessoas, então isso foi superado no início da década de 90, as autorizações de reformas sempre aconteceram, então deve ter tido um momento de fato de dificuldade acho que de o estado entender que estava com uma estação no colo, e aí a gente está falando de uma coisa bem antes do (SNUC) [00:09:16.03], não tinha esses respaldo legal que o (SNUC) [00:09:18.08] traz e facilita a vida do órgão gestor e do direito da pessoa que está morando lá dentro, mas outras dificuldades existiam, não só o que é posto por muita gente, que o estado impôs isso, que o estado não sei o que, que o estado não sei o que, a geografia do lugar dificulta muita coisa. Então tinha a (Escola Caiçara) da (Cachoeira do Guilherme) com o pessoal do (Nupalbi), (Diegues) e tal e não deu certo, não foi por conta da estação, a estação incentivava, era parceira inclusive, não deu certo porque tem um monte de dificuldade. De professores, de deslocamento, de inúmeras situações. Algumas coisas, o acesso é difícil mesmo, como saúde, escola, a gente está dando exemplo de escola, a (Escola Caiçara), bom, que fez com que boa parte das pessoas que estavam lá dentro aos poucos fossem migrando. As crianças tinham que estudar, as pessoas saíam, então alguns bairros próximos você encontra muita família tradicional morando fora, o exemplo é a (Barra do Ribeira) no município de (Iguape), muita gente que morava no (Guilherme), morava no (Rio Verde), morava no (Grajauna) migrou para o lado do (Iguape) na (Barra do Ribeira). Alguns migraram para o lado (Peruíbe), então a (Barra do Una) ainda hoje é uma (RBS) dentro da (Jureia), ficou uma concentração razoável, já tinha antes disso inclusive, de famílias, porque tem um acesso melhor, tem uma escola que chega lá, tem energia, tem algumas coisas, mas muitas famílias foram também para (Peruíbe). Então teve uma migração por N motivos, a gente podia ficar falando aqui o dia todo que eu não vejo como a única culpada da história e com um papel que ela tem sua parcela nessa conversa toda, mas talvez não tão grande como colocam da unidade de conservação em si. Bom, então isso vai diminuindo o número de famílias que moram lá dentro. Dando uma esticada nisso e chegando hoje, tem uma divergência inclusive de um posicionamento pessoal meu que foi posto nessa discussão do projeto de lei e de um laudo oficial do próprio estado que contrata o antropológico que diz que algumas áreas, um exemplo emblemático assim nessa discussão do novo projeto de lei, (Praia do Una), (Rio Verde) e (Grajauna) sempre foram estação ecológica na primeira proposta do (Mosaico) só o pessoal do (MJ) que propunha que ele virasse (RDS), mas ganhou força novamente nessa segunda discussão do mosaico por conta do nosso próprio laudo, que dizia que lá viviam 13 famílias, 13 a 16 famílias. Existem 2. Então um pouco o que eu questiono dos laudos não é a questão técnica, muito pelo contrário, dos antropólogos que vão lá e caracterizam aquelas ocupações como ocupações tradicionais por conta do estudo que eles têm, não é isso que eu estou dizendo, o que eu acho que precisava ficar claro nesses estudos, porque eles têm uma importância diferente do cadastro, é a responsabilidade de dar a informação que ela vai ser gerada e como vai ser usada, porque se você não evidencia, tudo bem, seu (João de Lima) é um tradicional indiscutivelmente, com todas as características, está aqui, o laudo comprovou, porém o seu (João) não reside mais aqui. Porque quando a gente parte para uma discussão de recategorização, você está vendo quem reside no território, então a gente quase recategorizou uma área de... uma das áreas mais conservadas do estado de (São Paulo), não sei se haveria divergência ou não na conservação se elas fossem categorizadas, a nossa conversa não é essa, mas em 2013, onde eles estabelecem critérios senão totalmente

claros, bem mais claros do que foi um dia para criar unidade e recategorizar, e você vai criar uma (RDS) em 25, 26 quilômetros de faixa de praia, uma das áreas mais preservadas, como eu falei, que tem 2 famílias que residem. Não tem critério para isso, por mais que essas 2 sejam tradicionais. Então a lei, se você for dar uma lida com calma, prevê a permanência dessas pessoas que estão lá hoje, mas isso é assim, as pessoas que estão lá hoje, isso na é hereditário, porque é uma estação ecológica que ele vai ter que ser resolvido um dia. Então aproximadamente, isso ainda precisa ser afinado, que pese isso na informação, tem como levantar isso no seu trabalho, aproximadamente 85, se bobear, quase 90% das famílias tradicionais residentes estão contempladas hoje por (RDS). As que não estão, estão espalhadas por um território gigante, então você tem 3 famílias (Aguapeú), (Rio das Pedras), 2 famílias na (Praia do Una) e (Rio Verde), nenhuma na (Cachoeira do Guilherme), 2, 3 famílias na região do complexo de praias (inint) [00:14:04.13], que são 4 praias, 3, 4 praias, eu sei que somando as famílias tradicionais residentes que estão dentro da proteção integral hoje, ou seja, parque e estação ecológica, nós temos 16 famílias. Então, sei lá, nós contemplamos aí com o mosaico umas 90 famílias mais ou menos, um pouco mais, um pouco menos, entre (Barra do Una) e (Despraiado) e aproximadamente 15, 16 ficaram dentro de (PI). Ainda assim a lei teve alguns cuidados, para ver se ampara essas pessoas, mas os que estão residindo, não dá pra gente prever a continuidade da posse dele, para o filho, para o neto, não sei o que, nem expandir isso, porque cada pessoa que tem 1 propriedade lá dentro tem 5, 6 filhos, os netos já estão todos criados, já tem 7, 8, 10 netos, é uma loucura a gente pensar nessa condição e a gente abriria esse leque se fosse categorizado como (RDS), porque prevê esse direito hereditário e tal. Não tinha mais critério, não tinha mais condição e quase, por problemas inclusive de interesse de algumas pessoas que militavam, militam até hoje em nome das comunidades da (Jureia), mas muitas vezes em causa própria, que tem um braço político que os faz ouvir, então eles são ouvidos politicamente, tem espaço para isso, um problema interno da própria fundação florestal, que isso não se colocou de forma firme como deveria, dando condição para que isso ganhasse corpo e isso quase foi votado. Isso que eu digo é o projeto que não tinha muito critério social, técnico, ambiental do desenho que quase foi votado, mas isso não evoluiu quase, como eu falei, quase foi votado e não evoluiu, a conversa voltou, a proposta original, e depois de muita discussão foi aprovado o que está aí hoje. Bom, não sei se ficou claro, eu dei uma volta para falar dos dados, mas assim, eles são bem diferentes do cadastro de 90, o número é muito menor (inint) [00:16:09.05], tem um dado de 360, 320?

Flávia: 365 famílias.

Roberto: Hoje, tradicional tem 16 residindo, na (Barra do Una) e (Despraiado), aproximadamente 90, então vamos para 100. Tem um lugar que ainda tem uma ocupação razoável, não é tão grande também, eu tenho esses dados lá, mas deve ter umas 12 famílias, não sei, um pouco mais, um pouco menos, que é a região do (Barro Branco) e (Itinguçu). O (Parque do Itinguçu), (Cachoeira do Paraíso) são todos adventícios, tem 1 tradicional só lá.

Flávia: Só um parêntese, o adventício se manteve com o mesmo conceito do cadastro inicial? Manteve aquele critério de 5 anos após a constituição da estação ecológica, da instituição ecológica ou não, mudou esse conceito do adventício?

Roberto: Então, o laudo não trata, não usa esses termos que foram estabelecidos lá atrás.

Flávia: No antropológico?

Roberto: É, o antropológico não trata, tradicional e não. Para a unidade e para a gestão a gente considera o adventício o que está antes da unidade, antes de 86 e o pós 86 o recente. Então no (Itinguçu) basicamente temos adventícios recentes, que chegaram depois da criação.

Flávia: Nordeste, (Minas).

Roberto: (Minas), de todos os cantos, o número não é tão grande como foi um dia também, não chegaríamos nem perto desse número do cadastro de 90, também não deu para resolver na

recategorização do mosaico, embora tivesse proposta de virar (RDS), emendar uma (RDS) só, (Barra do Una), (Estrada do Una), (Itinguçu), (Cachoeira do Paraíso), 1 (RDS) só, uma coisa até pouco não sei se impensada, mas a relação entre as comunidades não é nada boa ou não é das melhores, pelo menos. Colocá-los dentro da mesma (RDS) seria uma dificuldade de gestão, teriam 2 gestões paralelas dentro da mesma unidade, mas também, enfim, há quem defendesse essa proposta e ela não venceu porque ela também não tinha esse amparo técnico legal, inclusive o (SNUC) [00:18:15.07] diz isso, que (RDS) é população tradicional para a região do (Itinguçu). Então ainda tem algumas famílias lá em número baixo hoje em dia, como em quase todo lugar e que não foi resolvido e continua dentro do parque. Essas questões fundiárias e números de cadastros são muito loucas porque uma coisa é você levantar a propriedade. O que eu usei é uma coisa pessoal, e eu usei durante a discussão durante muito tempo e ganhou força para os que defendiam essa proposta, eu trabalhava com um mapa no bolso, eu andava com ele debaixo do braço e um cadastro da unidade, que não tinha, de certa forma, validade, mas teve peso, porque de fato ele era fidedigno, é considerar morador residente, porque você passa assim, se a gente tem, sei lá, 70% da (Jureia) que não está resolvido fundiário, as áreas tem dono. Que seja uma casa de segunda residência, que seja a posse de um cara que não vai lá, se você passa fazendo um cadastro, vai levantar, aí vai aparecer, aí depois pega o número na mão e fala, "nossa, 400 ocupações na (Jureia)". Ai cada um trabalha como quer com o dado, cara que quer evidenciar um número muito maior de famílias que foram expulsas da (Jureia) pelo (Governo do Estado de São Paulo), obviamente que ele vai fazer discurso, dar entrevista que o estado está tirando 400 famílias, olha o cadastro que o estado fez. O nosso antropológico diz que o número de tradicional é muito maior do que ele é de fato. Eu contestava o nosso laudo que foi contratado por nós. Tinha áreas que tinha 13, 14 famílias e eu íamos para a reunião falando que tinha 2. "Não, mas o laudo que vocês fizeram tem 14". "Não tem, eu estou dizendo que tem 2, seu (Onésio) e o (Valdir), não tem 14. Vocês querem discutir em cima disso é uma outra questão, mas saibam que vocês estão talvez recategorizando um território que não tem mais condição, com base em um dado que não é real. O seu (João) está com 90 anos, o seu (Cisenando) faleceu agora, essas pessoas estão fora, mas a propriedade deles está lá, (inint) [00:20:23.00] fundiária". Então é muito complicado cadastros, dados, não sei o que, porque não que eles são manipulados, não me entenda mal, mas cada um usa como quer, não é muito claro, e eu, para a gestão, considere durante muito tempo morador tradicional residente, esse era o meu foco.

Flávia: Mas e a secretaria, a fundação florestal, enfim, ela tem algum, apesar de você ter feito, estar usando esse levantamento antropológico, mas ele tem 1 para ele que até é uma dessas questões, de que forma vocês se utilizam daquela resolução do conceito de tradicional, como vocês se utilizam para categorizar o tradicional, é a partir dessa resolução ou é a partir do tempo, da herança e de alguma prática? Como então isso chegou ao final da promulgação da legislação de março agora?

Roberto: A discussão de o que é, quem é população tradicional é uma coisa complicadíssima.

Flávia: Sim.

Roberto: E que, embora eu tenha minha opinião, eu não me atrevo a definir isso, quem é tradicional e quem não é, é bem complexo e também cada um utiliza o decreto 6040 como lhe convém, a questão do autoreconhecimento, eles confundem tudo isso e querem reconhecer pessoas que não têm a mínima condição. Bom, durante o tempo na (Jureia), isso tem reflexo em tudo assim, o cara que vai pedir para trocar uma telha que caiu da casa dele, o cara que vai pedir para uma roça, o cara que vai pedir, enfim, para reformar a casa, a gente estabelecia critérios para dizer sim e para dizer não, então eu faço até hoje, utilizo os dados desde o início, o de 90, 2005, 2008, 2010 e o antropológico, então quando eu vou... eu tenho um pedido da (Flávia) aqui de reforma, a gente vai lá, faz o laudo, faz a vistoria e leva o parecer. No parecer conclusivo, "(Flávia), conta no cadastro de 90 como moradora tradicional, consta

no cadastro não sei o que... no laudo histórico antropológico, (Flávia) é moradora tradicional da região do (Itinguçu), porquanto indefiro o pedido ou defiro o pedido". Eu não entro na discussão, mais do que eu tenho na mão de dados, que são esses cadastros e o antropológico, do tradicional ou não, entoa se a pessoa está dentro daquilo, está residindo, possivelmente ela vai ser autorizada a fazer o que ela está pedindo, desde que possa fazer. Ainda que ela tenha todas as condições que eu te disse, é o tradicional incontestável, nasceu ali na (Jureia), mas se não está residindo, talvez eu indefira. Porque por trás disso tem um monte de outras coisas que acontecem no dia-a-dia que a gente sabe que não é tão simples, muitas pessoas se usam deles para umas coisas e tem um espaço para ir, enfim. A gestão tem uma coisa diferente, um pente fino diferente, se o cara estiver lá tiver interesse, o gestor e os técnicos tiverem interesse de conhecimento que só a unidade tem, se fosse lá em (São Paulo), na secretaria, não sabem, elas vão no máximo olhar esse dado. Então ela vai olhar esse dado, aí eu volto aquela conversa antropológica, estão 13 famílias morando lá, se chegar um pedido para (São Paulo) responder do seu (João de Lima), digamos, pedindo isso, pedindo aquilo, ela vai deferir, porque o seu (João) atende tudo o que precisa, ele é amparo legal, ele tem tudo, só que se chegar para mim, com todo esse amparo legal, com todo esse direito, eu vou falar não possivelmente, porque o seu (João) não mora mais lá. Esse pente fino é muito da unidade assim, a gente sabe o dia-a-dia, sabe quem está, sabe quem não está e eu me perdi na sua pergunta, eu estou viajando.

Flávia: Não, não, imagina. De como vocês adotaram o conceito, de que forma vocês adotaram até para chegar na promulgação agora da legislação e da permanência de um conceito, então é nesse sentido.

Roberto: Finalizando o conceito, aí eu entro na questão de como isso foi discutido no projeto de lei, é isso, a gestão utiliza dos dados que ela tem no colo sem entrar na discussão conceitual e tradicional, a gente não tem essa conversa, (inint) [00:25:08.20] pra gente.

Flávia: E uma adoção legal de alguma resolução até da própria secretaria?

Roberto: Não, a gente cita, se a gente cita o 27, cita o 42 (SNUC) [00:25:18.04], cita o 39 do decreto de 2002 (SNUC) cita quando tem que citar... cita um monte de coisa para também nos amparar naquilo que a gente está fazendo, para dizer sim ou para dizer não, mas as informações que a gente usa foram essas que tiveram origem em 90, aí terminam pelo menos por enquanto no laudo de 2010/2011 e uma coisa da unidade, que é a residência.

Flávia: Certo.

Roberto: Aí a gente autoriza ou não autoriza, pode ter condições, como eu te falei, de o cara se adequar ou se enquadrar a todos os critérios, mas não residir e só a unidade sabe. Aí eu posso dizer não e sustento a minha resposta, "não, porque não reside há tanto tempo, estava (inint) [00:25:55.10]", se voltar a residir, a conversa é outra. Então é basicamente isso assim, os dados que a gente tem e a residência, sem entrar na questão conceitual do tradicional ou não, que não é nada fácil. Como isso foi utilizado para a discussão do (PL), aí a conversa é muito mais complexa ainda, porque primeiro que foge ao controle da gestão, segundo que esses são os dados, e aí as pessoas usam os dados como querem, dizendo que até hoje tem 320 famílias, que até hoje eles não podem plantar, que até hoje eles não podem reformar, e eu tenho isso em gráfico, tenho todo ano com essas coisas, quanto foi autorizado. Bom, então eles também têm acesso a essas informações e com isso usam as que convêm, como usaram o nosso próprio lado de 2010/2011, dizendo que tinha tantas famílias lá dentro. A conversa muda um pouco de figura porque sai do colo da gestão, porque assim, uma vez o projeto discutido pelo executivo, que era a fundação florestal, secretaria, e esse foi o motivo da (inint) [00:27:09.25], quem apresentou foi o legislativo.

Flávia: E não o executivo.

Roberto: Não o executivo, do primeiro mosaico, então ela faz discussão aqui, ela utiliza os dados dos cadastros e os dados que foram levantados pelo (inint) [00:27:25.11] de manejo que

quase foi concluído, um monte de oficina com comunidade e ela faz 3, logo após a queda do mosaico, ela prepara o calhamaço do estudo, contrata o antropológico, faz 3 reuniões pontuais quase com uma... não tiveram uma conotação de audiência pública, mas foram 3 pequenas localizadas apresentando a nova proposta para as comunidades, 3 ou 4 distribuídas pelo território, ainda em 2010 ela faz oficialmente 2 audiências públicas... 2010? 2010, fevereiro de 2010, 1 em (Peruíbe) e outra em (Iguape) mobilizando todas as comunidades para participarem e aí depois de um tempo isso fica sendo discutido meio parado, tal, tal, tal... vai para assembleia, aí foge do nosso controle. Nosso papel qual era? Era esse, proposta técnica, audiência pública, quem vota são os deputados, legislativo. E aí começa uma outra articulação política que é justa, válida, cada um... mas que tem reflexo em tudo isso, porque a principal representação do território social, que também nasce de uma causa justa lá no início quando eu acho, eu acredito que existiam conflitos mesmo de o próprio estado saber se podia deixar ou e não podia deixar, se podia autorizar, se na podia autorizar, eles precisando fazer as coisas, o estado falando não, porque acho que eram 2 lados assustados com a coisa, o estado não sabia o que fazer exatamente com uma estação ecológica e eles ali que se viram podados de algumas coisas. Como eu falei, isso foi superado logo, logo, não demorou muito tempo, isso foi superado. Mas enfim, até hoje eles carregam esse discurso, mesmo sendo ultrapassado. Assim, eu estou falando da (União dos Moradores da Jureia), que nasce de uma causa incontestavelmente justa, consegue muita coisa com essa articulação deles, mobilização, tem uma entrada muito grande para as comunidades e acho que faziam um papel fundamental à época para os moradores da (Jureia). O que eu vejo de problema, o que acontece infelizmente com muito movimento social, movimento ambiental e por aí vai é que nasce de uma causa justa, só que chega em algum momento da história deles, muitas vezes passam a defender interesses pessoais e obviamente se usam de uma voz coletiva, porque ganha muito mais força, não fala em causa própria, mas fala em nome de todas as comunidades da (Jureia), mas claramente tem um interesse particular e político-partidário, e também não há crítica ao político-partidário, a questão não é essa, a questão é que uma vez político partidário, isso aí é oposição a quem está lá, quando é oposição, e o (Governo do Estado de São Paulo) está na mão do mesmo partido há muito tempo, então por mais que o trabalho lá tivesse sido feito maravilhosamente, não tivesse nenhuma objeção a fazer, estivesse dando tudo certo, ainda assim seria alvo de crítica, porque o partido político que dá voz a essas pessoas faz oposição ao partido que está na situação. Isso também causa um conflito de interesses assim, e isso ficou muito claro na última discussão do mosaico, que para tentar atender interesse político partidário e pessoal eles claramente não defendem interessa da comunidade, muitas vezes não defendiam. Mas isso ganha corpo na (Assembleia), e voltando aos dados, eles usam esses dados, foi quando os dados da gestão acabaram tendo um peso para quem estava discutindo, porque quando eles vinham com esses dados, a gente apresentava os dados reais, e aí avisava quem ia tomar decisão, falar que é temerário, tinha que falar com o secretário no meio da reunião contestando inclusive diretores da fundação, que estavam indo na onda desses dados, falei, "isso é temerário, secretário, isso é uma exposição, assim que sair...", primeiro que não tem condição técnica, eu acho que a gente já parte, se isso for aprovado, já parte de um argumento muito forte para o (MP), que se coloca contrário antes de qualquer coisa, o (MP) falou na reunião do (Consema) quando o projeto foi apresentado e passou pelo (Consema), eu faço (inint) [00:32:06.09], e já entraram com um pedido, eu estava respondendo esses dias. E eu falei, isso, primeiro é uma exposição para o senhor, tecnicamente não tem nenhum respaldo, nós não temos essa ocupação, não se cria (RDS) para retorno de população tradicional, se cria para manutenção de população tradicional, e isso certamente deixa uma janela escancarada para uma (inint) [00:32:28.04]. Isso contestando a minha diretora, que estava do meu lado, na frente do secretário, na frente do deputado, inclusive eu achei que sairia dessa reunião demitido, porque dias depois essa

proposta quase foi votada, a proposta do pessoal da (UMJ). Mas assim, ficou claro ao longo do processo, principalmente mais lá na frente, que eles estavam defendendo interesses próprios. Pessoas da (UMJ) tem propriedade na região do (Iguapeu) e (Rio das Pedras), onde tem 2 famílias residindo, mas queriam expandir a (inint) [00:32:58.05] do (Despraiado) até lá. Tem entrevista no (Estado), tem uma entrevista no (Estado), no (Estadão) e acho que na (Tribuna) que eu dei, o presidente da (Associação dos Moradores do Espraiado) deu e o presidente da (Barra do Una) deu dizendo que eles eram contrários à proposta da (UMJ), que para eles estava bom aquilo, que eles nunca fizeram uso do (Iguapeú) e (Rio das Pedras), que a (UMJ) estava tentando criar um conflito, e fazia isso mesmo, mas por quê? Quem se faz ouvir lá fora? A (UMJ). Todo mundo ou quase todo mundo, com todo respeito que eu tenho ao trabalho das pessoas, que chegaram para falar comigo durante seus trabalhos aí, era a (UMJ) que ia falar, era com a (UMJ) que conversavam, era só com a (UMJ). A (UMJ) sem dúvida é a maior representação ou foi e está perdendo muito espaço, infelizmente, podia ser um puta parceiro da gestão se não perdesse a mão da coisa, mas ela foi mesmo historicamente a maior, talvez desses movimentos no estado de (São Paulo), movimentos de população tradicional dentro da unidade (inint) [00:33:59.13], mas que sem dúvida é a que tem a maior expressão da (Serra da Jureia). Mas é isso, ao longo do caminho acontece... as coisas acontecem. E o que eu... não era uma crítica, mas assim, vá falar com outras pessoas, porque o cara da (Barra do Una), uma por não ter o braço político que o faz ouvir na assembleia, por não sair dali, por ter um outro comportamento individual, social de caíçara como os caras do (Despraiado) também não são caíçaras, mas tem uma outra relação, não tem essa articulação, então se você quiser ouvir os caras, você vai lá, ele vai falar, "não, eu concordo ou não concordo com isso, pra gente está bom". Se você não for, não via saber. Vai saber o que? O que fala é (UMJ). O (UMJ) ciente dessa... ela fala para todo mundo. São todas entrevistas que eu insisti para a pessoa do jornal, "vá falar com o presidente da associação", porque existe uma associação constituída, a (UMJ) fala, mas tem a (Barra do Una), tem o (Despraiado), 2 ou 3 associações constituídas, são as 2 maiores ocupações da (Jureia), vá falar com os caras. Aí quando vai falar, assim, a (Iguapeú) estica a (inint) [00:35:09.11] para (Iguapeu), aí você vai escutar o presidente e ele fala, "pra gente não vai mudar nada", só que o que o cara da (UMJ) fala lá? É para aumentar a área de manejo do (Despraiado), porque tem palmito, tem cachoeiras e (inint) [00:35:21.08], ali tem uma propriedade de 1 dos presidentes ou ex-presidentes da (UMJ). (Rio Verde) e (Grajauna), 1 das pessoas que eu estou falando, nem tradicional é, o (Arnaldo), mas tem uma relação muito forte com o território, de ter criado a (UMJ) e por aí vai, cacheteiro, palmiteiro enquanto foi possível, legalmente até era. O outro é o (Dauro), que hoje é o atual presidente, (Dauro do Prado). De família tradicional, sem dúvida, nascido lá na região do (Rio Verde) e (Grajauna). Não mora mais lá. Aí a gente volta para outra discussão, por que saiu? Se você for falar com eles, vai falar porque o estado não sei o que, porque o estado não deu condição, porque o estado criou uma unidade, porque o estado não queria deixar fazer roça, o estado não deixava fazer... o estado tudo isso, essa é a versão dele. Eu tenho outra, que não é o foco da conversa, mas ele é de família tradicional também incontestável. Quem está lá até hoje? O pai dele, seu (Onésio) e o irmão dele, o (Valdir do Prado), só. Morando, só. Agora, aquilo ali, eu não sei se você já foi lá, é uma pérola do ponto de vista cênico, do ponto de vista turístico, eles sabem disso. Então querer morar lá é uma coisa, querer ter direito de fazer uso daquilo é outra. Se a gente não tivesse cuidado, e tem que ter inclusive nas (RDSs), a gente vai criar uma outra figura, a gente tem uma nomenclatura que eles não gostam lá, que é o veranista, especificamente na (Barra do Una), porque o proprietário saiu da residência, eles não gostam que fale isso, mas é (inint) [00:37:05.23] aposta. Se a gente não tomar cuidado, a gente está criando o veranista tradicional, que é um (Dauro) da vida, que é um tradicional, ninguém vai falar que não é, que é o irmão dele, que é o filho dele que já tem a minha idade quase, que são tradicionais, tem

origem, mas não moram mais lá, dificilmente voltem para ter aquele tipo de vida. Embora isso tenha mudado, a cultura não é... assim, é óbvia, nem que as pessoas (inint) [00:37:28.26], não é isso, mas é questão de não mais residir, de ter um emprego fora. Mas se você dá o direito de recategorizar algum espaço desse, certamente vai ter, eu também queria, vou ter minha casinha e explora aquilo de outra forma, e você cria, você monta uma configuração do território criando essa possibilidade, então deixa de ser estação e vai criar, ali dentro seria isso, seria a figura do veranista tradicional, é um cara que vai lá de vez em quando, é um cara que vai explorar, é um cara que vai não sei o que, mas não vai morar lá. A gente está falando, isso é legal colocar, a (Jureia) no estado de (São Paulo) de longe, não tem ninguém, ninguém que eu digo de unidade, que tenha essa condição que a (Jureia) tem. A gente está a 150 quilômetros da segunda, terceira, quarta maior cidade do mundo, que é (São Paulo), que exerce uma pressão por áreas litorâneas gigantescas. Se você pega a ocupação do estado de (São Paulo) da faixa litorânea, ela é toda ocupada por casas de veraneio, por prédios, por não sei o que, não sei o que e esse processo é interrompido aonde você tem a unidade de conservação. O (Pesme) [00:38:47.13], por parte da (Serra do Mar), acho que tem 2 ou 3 núcleos, (inint) [00:38:52.11], 2 em (São Sebastião) que tocam (inint) [00:38:54.13], ainda assim é interrompido por uma estrada, a (Rio-Santos). A (Jureia) tem 45 quilômetros de costa de praia até a (Serra do Itatins), toda a planície, não sei o que, sem 1 interrupção, então aqui na passa 1 duto, aqui não passa 1 gasoduto, aqui não passa uma estrada, aqui não tem antena, aqui não tem nada. Então a conexão de ecossistemas que se estabelece por conta disso, de não interrupção, é singular desse tamanho. Por ser desse tamanho, 44, 45 quilômetros de praia, que vai da cota 0 até a serra sem interrupção, nesse tamanho é singular, para o estado de (São Paulo), nenhuma unidade chega perto, nenhuma. Do bioma eu acho que é a terceira nessas condições, eu estou falando de unidade de exposição integral com esse grau de restrição, você pega a área comprida a mapa, mas não impõe essa restrição toda de ocupação de área e tal. E que isso pesa na discussão, a discussão não é só social, ela é social, ela tem um peso muito grande, mas do ponto biológico também. E aí você muda 30, quase 20 e poucos quilômetros dessa condição que eu estou colocando para ti para beneficiar por mérito 2 famílias hoje que ainda residem e abrir uma janela gigantesca, porque eu fiz uma conta aqui em uma reunião com eles uma vez, terminando esses 13 e aumentando os filhos e os netos, que já teriam direito, porque os netos estão todos adultos, você partia de 2 ocupações para quase 50. Aí você pega aquele (Rogério), um cara que trabalha com mamíferos, com pintada, mas geralmente pintada, mas mamíferos de uma forma geral, os estudos deles apontam isso, é uma coisa meio clara, que independente do modo de vida que leva, muitas vezes muito... o impacto que esse modo de vida gera é muito menor do que os convencionais aí, ao espaço que ocupa, ainda assim interfere na ocorrência desses animais, tem alguns artigos publicados que mostram isso. Então você passa de uma ocupação de 2 para 40, 50, e isso aconteceria. O conselho é deliberativo da (RBS), da hora que a (RDS) cria o conselho deliberativo, você pode ter certeza que ia chover pedido para esses caras voltarem a ter sua casinha lá, (inint) [00:41:08.08] que eles voltariam a ter a sua casinha lá, quer dizer que eles teriam o direito de. Iam pedir, eu pediria se fosse neto, eu quero um espacinho lá, mas não vou largar, eu estou com uma outra vida, meus filhos estão nas escolas, mas eu quero ter as coisas aqui. E como eu comecei falando, aquilo é uma pérola, não sei se você conhece lá.

Flávia: Conheço.

Roberto: Você viu fotos, assim, puta de um atrativo, eles fazem uso disso há um tempo já levando gente pra lá e tal. Bom, não sei se eu confundi mais.

Flávia: Não, de jeito nenhum, até porque é uma coisa que está mesmo atrelada, e na verdade o que e a gente está falando eu iria inserir em outras questões. Só para finalizar essa questão da tradicionalidade, mas antes mesmo dessa promulgação dessa legislação, de que forma o (SNUC) [00:41:55.01] prevê esse termo de compromisso. Isso aconteceu durante esse período

antes da promulgação e agora com a promulgação, as que estão fora do (RDS) vão, de certa forma, ter esse tipo de... existe esse termo de compromisso ou senão, de que forma as práticas são permitidas, há um regulamento que é passado de prática agrícola? Antes e depois agora.

Roberto: Foram vários momentos, a (Jureia) é um dos primeiros exemplos do estado com a criação do grupo da terra, que cria um grupo especialmente para cuidar das áreas que passava por (inint) [00:42:46.13] culturais da unidade, roças e tal lá no começo da década de 90, como eu falei, mas sempre teve, e os mecanismos legais foram sendo alterados, mas eles sempre tiveram direito de fazer. Eu vou repetir, porque esse discurso é muito forte ainda hoje, embora mentiroso, e eu estou falando mentiroso, porque eu pego os papéis e mostro há quanto tempo eles têm a autorização para fazer roça, mas se você for entrar em uma reunião hoje, eles vão falar isso, não pode plantar, na pode não sei o que, eu tenho que ir embora por causa disso, mas não foi por causa disso, a conversa não é essa. Aconteceu no início, que eu acho que até para o estado aquilo era uma... "puta, o que eu faço com esse monte de gente aqui dentro agora me pedindo coisa, a lei diz que não pode fazer nada, só pesquisa e educação ambiental e esse cara quer fazer roça, não pode". Mas isso foi superado no começo e não foi por isso que todos migraram ou muitos migraram, mas enfim, os mecanismos legais foram sendo alterados, então as roças eram autorizadas antes pelo (DPRN), que hoje nem existe mais, (Agência Ambiental do Cetesb), então a gente fazia os laudos, caracterizava, mandava para eles, vinha um técnico, olhava, autorizava... Hoje em dia tem uma resolução, a resolução 027SMA que estabelece procedimentos para autorização de roça em produção integral, que em base real a gente autoriza. Reforma tem uma portaria, a portaria 138 da fundação, de 2010, que também estabelece critérios para instalação de energia elétrica, reforma e construção. Isso não é feito através de termo, embora possa, as reformas, energia e construção nova é uma autorização simples do próprio gestor, que pode submeter na área jurídica se ele quiser, mas se ele quiser deferir ou indeferir direto pelo menos ele pode. Isso tem andado a rodo lá. Tendo critério, uma das coisas que eu me comprometi quando eu assumi, quando os outros gestores foram saindo foi políticas distintas que tinha dentro da fundação inclusive, eram diretorias diferentes que cuidavam de produção integral e sustentável, isso era muito explícito e muito preocupante inclusive, mas eles criaram alguns hábitos que quando eu cheguei eu tentei colocar de uma outra forma. Teve uma certa resistência, bastante resistência inclusive, e o que eu disse é o seguinte, eu respondo rápido, se vocês me pedirem esse mês para fazer reforma de roça, eu respondo no próximo mês na reunião. A velocidade da resposta não vai interferir no resultado dela, se você não tiver direito, vai vir um não, você entrega (inint) [00:45:22.03], vem uma resposta oficial. Se você tiver direito, eu vou dizer sim, agora, eu não abro mão desse controle ainda, que estava meio solto assim, "faz (inint) [00:45:32.02] de gestor, vocês podem, são tradicionais", e a conversa não é bem assim. Talvez a gente chegue nesse estágio um dia, não está assim ainda. Então eu não abro mão, se fizer sem autorização eu vou embargar, eu vou autuar e vocês vão responder por isso, porque para quase todos vocês aqui é meramente um pedido de controle, mas tem que pedir. Aí entra naquela conversa, "mas isso é vexatório, porque não sei o que, na sua casa você não pede". Mas infelizmente ou felizmente, existe um (inint) [00:45:56.20] distinto aqui, vocês moram dentro de uma área de conservação. Eu espero junto com vocês chegar a esse estágio que vocês façam e me avisem só, hoje não. Estava muito solta a gestão quando tinha uma leitura diferente, tudo podia, era tudo bonito, era questão assim do romantismo, o tratamento romântico aos tradicionais, eu gosto do tratamento real aos tradicionais, eles não são extraterrestres, são seres humanos que a legislação se aplica a eles, eles estão em um território diferenciado, então algumas coisas... Mas enfim. E esses mecanismos legais que eu estou te falando, como vocês fazem, ajudou muito. Ajudou muito porque com ele eu autorizava um monte de coisa, não autorizava também quando não tinha direito tanto para reforma quanto para roça, energia e por aí vai. Termo, assim, a 138 não prevê termo, assinatura de termo de compromisso para isso, a 027

prevê. Embora eu tenha dado as primeiras autorizações de lá sem assinatura do termo, nesse ano já vai sair acho que via termo. Um outro exemplo que não estava previsto em portaria, mas tem também amparo legal para fazer, o próprio (inint) [00:47:03.03] um monte de coisa, a 027 também diz um monte de coisa que foi discutido quando era (RDS) e não conseguiram fazer, tem 2 processos abertos da fundação e o jurídico indeferiu, depois como estação ecológica eu consegui fazer, que é o termo de compromisso para pesca da (Barra do Una), limite de pesca e condições de pesca e tal, isso eu consegui fazer depois, há pouco tempo inclusive, que ela não queria assinar termo de compromisso e ia sair por portaria, mas foi uma briga gigante com o jurídico da fundação, que entendia que a subsistência deles bastava por pescar e comer, essa é a leitura que o advogado tem do 42 e do 39 do decreto. Ele indeferiu o meu pedido da primeira vez e aí quando eu fui falar com ele o porquê, porque a gente sabe, quando manda pode deferir ou indeferir e a leitura do advogado é muito mais fina que a nossa para as questões legais, mas quando eu mandei eu fui também me amparar em algumas coisas legais. Mas esperava que pudesse ser negado, era uma chance que tinha. Mas eu queria entender por que, se ele me dissesse e me convencesse, tudo bem, não dá, não dá. Mas o argumento que ele usou, ele falou, "olha, o 42 diz que eles precisam... que a pesca é para subsistência, eles têm que pescar e comer". Ele está falando sério comigo? A subsistência é a atividade econômica deles, a subsistência deles passa por vender o peixe deles. Que queira a gente ou não, fazendo o termo ou não, eles vão continuar fazendo o que eles fizeram a vida toda. O termo previa um monte de coisas, entre elas um controle muito maior nosso, todo mundo na (Barra do Una) tinha uma notinha que a gestão da primeira (RDS) deu, todo mundo. Então ia alguém pescar lá, como sai com o peixe? Tem o portal, que era da estação, que o turista parava, tivesse peixe e mostrava essa nota, que acenava com que ele tivesse comprado peixe de um tradicional. Todo mundo da (Barra) tinha essa nota, quem pescava, quem não pescava. Era só ir à gráfica e pedir para tirar, você não tinha controle nenhum disso e a gestão à época sabia disso e não estava nem aí, porque tinha que se comprovar, pelo menos é a impressão que eu tenho, a qualquer custo, que as (RDSs) do estado de (São Paulo) eram viáveis, davam certo, e aí você fecha o olho para um monte de coisa que é irregular, você está vendo que é irregular, mas deixa aí para dar certo esse negócio. Então era isso, dera nota lá para todo mundo, daqui a pouco os caras não estão pescando mais, estão vendendo nota para turista. Esse termo de compromisso que foi feito com o pessoal da (Barra), então eu liberei até aonde eles queriam pescar, só que tinha critérios, primeiro, quem podia. De um número, sei lá, digamos que tenham 50 famílias na (Barra), cento e poucos moradores, 18 assinariam esse termo a princípio, porque atenderam aos critérios propostos. Nota, eu dou nota, ela é nominal e numerada, quando acabar a sua nota, você me pede, que eu vou bater os canhotos e te entrego outra. Barco era cadastrado, rede era cadastrada, coloquei gente para o (Posto do Barreirinho), que uma área de rio, então o controle aumentou muito mais, só que o advogado se negava a entender que a gente estava criando um controle muito maior e que para a questão do recurso e do próprio pescador de verdade, que depende de vender peixe para viver, isso era bom, então é benefício para ele, um benefício para a gestão, o advogado se negava a ver e ficou parado lá que o 42 é para subsistência e o cara tem que pescar e comer, não pode vender peixe. Como se o seringueiro fosse tirar o látex e comer a borracha, não pode vender, e a subsistência dele passa por isso. Mas depois de muita briga teve um indeferimento, aí nós fizemos voltar para o jurídico, o jurídico liberou. Então existem algumas ferramentas mais fáceis de autorizações, como resoluções e portarias, existem algumas que não estão claras. A gestão precisa demandar e amparo legal tem. Se é com o tradicional, se é uma atividade prevista, se é uma atividade tradicional, uma atividade de subsistência mesmo não tendo portaria ou resolução, ampara na 42, ampara no 39, empara em um monte de coisa e manda bala. Então esse termo saiu quando era estação ecológica ainda, não era nem (RDS), estação.

Flávia: Bom, aqui a gente já falou da indenização. Nesse período... a gente estava falando da questão fundiária, alguma família tradicional foi indenizada como prevê o (SNUC) e realocada para algum outro local? E se ela teve algum amparo do estado nesse sentido de indenização e se chegou a vias de fato de ser retirado mesmo e agora as que não foram, após essa legislação, se essas que ficaram fora têm, o estado tem alguma intenção de ser retirado na área que vai ficar parque estação ou elas vão permanecer sob controle? Bom, primeiro se foi realocada, indenização e realocado.

Roberto: Então, deve ter uma coisinha ou outra pontual há muito tempo, que eu acho que vale a pena conversar com mais antigos ou com próprio núcleo, talvez até com os mais antigos na unidade, porque o núcleo tem uma rotatividade grande, não sei se eles vão encontrar essas informações, vão ter isso muito fácil, mas o atual gestor da (Jureia) é o cara que está lá desde que ela foi criada, praticamente. Tem uma memória... então acho que vale a pena conversar com ele sobre essas questões também, que é o (Messias). Mas do tempo que eu estou, e mesmo conversando com eles, assim, porque eu sempre quis saber como as coisas aconteceram, tal, tal, se teve, foi pouco para tradicional, indenização, realocação, eu acho que (inint) [00:52:52.15] nem ter tido, muito pouco. Do tempo que eu peguei, que eu estou, nenhuma. As que aconteceram foram nas fazendas, e ali as ocupações não são tradicionais, são de invasores e tal, os projetos estão rolando e elas estão saindo. Não teve, porque também o estado tinha novamente a tentativa de criar o mosaico e, criando o mosaico, já atendia, como eu falei, 85, 90% das ocupações residentes, não de propriedades, de residente em dia, criando a (RDS) as pessoas podem ficar, e ficariam esses que hoje estão ainda pingados. Chegando para a lei atual, que também prevê, não pode ser diferente, porque (SNUC) diz em realocação, indenização, não sei o que, ela cria uma condição que diz, não sei que artigo, mas diz o seguinte, morador tradicional residente, nem usa a palavra residente, residente é uma coisa minha, morador tradicional, mas tem que ser residente, senão não vai (inint) [00:53:48.00] lá, dentro de proteção integral podem pleitear o direito de ser reconhecido como beneficiário de (RDS), desde que o conselho aprove. Então desses 15, 16 que estão espalhados por aí, se eles quiserem, eles podem pleitear através do conselho deliberativo da (RDS) o direito de ser reconstituído como tradicional, se a (RDS) falar, "não, beleza, de fato nós reconhecemos", ele passa a ser um beneficiário da (RDS). Então a realocação se dá dessa forma e ele passa a ser um beneficiário como todos os outros, família, essas coisas todas.

Flávia: Isso vai ser aplicado a partir dessa legislação?

Roberto: É, tem um artigo da lei que foi aprovada agora, de abril, que prevê isso. Muitos não vão pedir, talvez alguns peçam e não seja aprovado, talvez alguns peçam e seja aprovado. Uma coisa que eu acho que daria, mas eu não sei se eles vão fazer, a família do (Dauro), a família dos (Prado) que está lá dentro ainda o pai e o irmão, tem família na (Barra do Una), boa parte não, mas alguns dos (Prado) moram na (Barra do Una) e são beneficiários do (RDS), então eles teriam grandes chances de serem aceitos se tivessem pedido e continuariam sua vida no território. Não é o mesmo, eles têm uma relação com o território, essa questão antropológica trata muito disso, mas assim, geograficamente muito parecido, praia, restinga na mesma área, não teria assim, "estão tirando um cara de uma área de restinga e está mandando para o serrado do estado de (São Paulo)", não é isso. Geograficamente é muito parecida, tem uma relação familiar muito próxima, porque tem família deles na (Barra do Una), essa relação sempre existiu ao longo do tempo, talvez fossem aceitos, não sei se vão querer. E tem outros que estão espalhados por aí que talvez seriam (Despraiado), não sei se também vão pedir. Mas assim, é um avanço na lei nova que dá essa possibilidade. Não dando certo essa, a ideia lá, não é explícito isso, isso é caráter, é título precário, porque se não fosse também título precário, é uma (inint) [00:55:51.21], se você coloca na lei que o seu (Onésio) vai ficar de forma definitiva na estação e tal, mas subentende-se no texto que assim, até que o seu (Onésio) venha a faltar, falecer. Isso não é explícito, mas é o que deve acontecer e é o que

a gente espera que aconteça, (inint) [00:56:10.03], eu não gostaria, nem ele nem o (Valdir), os velhos que ficam, saiam quando quiserem ou quando infelizmente vierem a faltar, mas quando isso acontecer, acabou. A discussão é de direito, então se tem direito de propriedade, os filhos vão receber, o estado vai pagar, não tem que realocar ninguém, porque as pessoas já estão fora nesse caso, mas isso não também impede que se o estado também quiser antecipar essa conversa de realocar ou indenizar, não é nem antecipar, é fazer, porque a lei está criada há 26 anos, ela pode. Só que essa lei que foi sancionada agora em abril, ela tem essas variantes, dá a possibilidade de o cara pleitear o direito de ir para a (RDS), dá o direito de o cara ficar até que um dia venha a faltar, embora isso fique explícito na lei, não é claro, mas a intenção de quem discutiu foi essa, se colocar, evita (inint) [00:57:05.02] não é precário, e dá o outro, que é o que prevê a lei também, que é que prevê o (SNUC) e outras de o direito dele de propriedade, se indenizado, realocado, reassentado, enfim. Mas, finalizando a pergunta, eu não acompanhei nenhuma situação dessa ainda, de um tradicional sendo retirado, seja qual seja a forma.

Flávia: Esse aqui eu já falei. Já fazendo um gancho, quais são as ações, a comarca de (Peruíbe) que responde pelas ações de desapropriação, a parte judiciária é (Peruíbe) que responde ou não, tem outras comarcas?

Roberto: Tem.

Flávia: Tem outras?

Roberto: Então, tem processo correndo para a reintegração de posse pela comarca de (Miracatu), que pega um pouquinho dessas situações que eu falei de invasão, área de banana, área que o estado se omitiu na posse e os caras estão lá dentro, então corre pela comarca de (Miracatu) via (PGE), tem 1 ação que tem até... eu já escutei advogado falando, eu não entendo muito sobre isso, que ela tem algumas falhas, especialmente política, a comarca de (Peruíbe), tem uma liminar da comarca de (Peruíbe) que, assim, a origem é (Ministério Público), (MP Santos), mas que estoura na comarca de (Peruíbe) e tem uma liminar aí para que o estado retire todas as pessoas no prazo X, tem uma multa diária se não fizer. Comarca de (Peruíbe) e fala de todo o território. Há quem diga que tem um problema legal aí porque está interferindo na comarca que já tem ação rolando e eu não sei muito bem, mas a liminar está aí, parece que não derrubaram ainda, só ganharam prazo. Tem por (Iguape) rolando, até ontem eu respondi na ouvidoria uma pessoa que queria saber da região do (Costão do Despraiado) e (Estrada da Telefônica) de processo de indenização, retirada, enfim. Tem também rolando um processo, a gente viu o número ontem, eu não lembro mais, mas por (Iguape) e que pega toda a região do (Despraiado), que está 100% dentro de (Iguape), então tem várias, tem várias rolando. Tem as próprias ações assim da (PGE), uma vez também rola por alguma comarca depois, nessas fazendas que eu estou falando, na (Barra do Una) está tendo demolição, ontem foi sexta? Quinta-feira teve demolição, então toda hora está tendo demolição, que assim, a fundação fez um laudo de dano ambiental, encaminhou para o fundiário, que (inint) [00:59:30.16] (PGE), que entrou com processo e a comarca de (Peruíbe) tem... ali é (Peruíbe), que mandaram derrubar casa de veranista, e vai indo.

Flávia: O (Ministério Público) então quer dizer que são de diversas... não é um grupo específico do (Ministério Público) que atua, que eu venho acompanhando, por exemplo, (inint) [00:59:50.17], etc. é do estado de (São Paulo) ou é um promotor específico de alguma comarca que tem trabalhado mais especificamente na (Jureia)? Esse grupo (Gaema)?

Roberto: A (Jureia) está dentro de 2 (Gaemas), porque até (Peruíbe) é região metropolitana da baixada santista, pega o (Gaema) da baixada santista, que fica em (Santos), que era, já saiu parece o (Akaoui), (Fernando Reverendo Vidal Akaoui), que é um dos, pelo menos que eu vi, que assim, bem críticos ao mosaico e a essa cultura do estado de criar mosaico ele entende que tenta resolver a questão fundiária e resolver problema, problema dele (inint) [01:00:33.11] de forma... e eu compartilho com algumas coisas que ele fala, outras não,

compartilho com algumas, mas que se mostrou sempre muito, assim, ferrenho nessa discussão, foi ele que levantou nessa reunião do conselho, falou, "olha, façam o que vocês quiserem, que a gente vai entrar com (inint) [01:00:49.29]". Uma coisa é entrar, outra é conseguir, o direito todo mundo tem que ter, mas eu acho que dessa vez vai ser um pouco difícil, porque tem muito mais respaldo, estudo, enfim, por aí vai. Ele é da baixada, acho que não está mais na baixada, mas eu não sei se há uma posição, um articulação onde as coisas saem pelo (inint) [01:01:08.05] (São Paulo), mas a (Jureia) pega... então, como eu falei, o (Gaema) da baixada e o (Gaema) do (Vale do Ribeira) que tem registro, 2 (Gaemas), então fala por 2. Eu nunca vi o (Gaema) do (Vale) se posicionando com relação à (Din) [01:01:22.22], essas coisas, o da baixada é bem mais...

Flávia: Entendi.

Roberto: E essa que chegou pra gente responder, na verdade chegou na (Assembleia Legislativa), que mandou para a fundação responder, nós respondemos, eles pedem uma coisa que... até uma exposição, não precisava ter feito isso, (EIA-RIMA) para a criação do mosaico, se nós tínhamos feito o (EIA-RIMA) e não é para isso, tem um calhamaço de estudo, mas (EIA-RIMA) se aplica a outras condições, a outros empreendimentos, não é o caso de recategorização de unidade de conservação, mas eles já estão... estão dando uma cutucada sobre isso assim, sobre (inint) [01:01:59.14].

Flávia: Então na verdade... bom, eu acho que já vou trazer o da implantação então do primeiro mosaico, porque eu acompanhei até através da (Gabriela) os estudos da (Unicamp), do (ISA) e durante esse período ficaram o que, chegou a 3 anos de mosaico? 2006 a 2009?

Roberto: Vou contar 2007, 2007 todo, 2008 todo, metade de 2009, 2 anos e 7 meses, porque foi dezembro de 2006 que criou também, então nem considero praticamente, 2 anos e meio.

Flávia: E nesse sentido, foi, se conseguiu... porque assim, pelo que eu tenho acompanhado, é que mesmo com a constituição do primeiro, muitas das questões não foram solucionadas, até os próprios moradores, vários não tiveram seus interesses...

Roberto: Entendidos?

Flávia: Atendidos pela... pela constituição, que ficou fora e queria incluir, que não fosse incluído dentro de algumas unidades de (RDS), enfim, qual é, assim, um período pequeno que aconteceu o mosaico de duração, mas conseguiu ter algum resultado no sentido de atender os interesses seja da comunidade, seja da legislação do (SNUC), esse primeiro mosaico, essa primeira configuração, ela teve mesmo um pequeno período?

Roberto: Então...

Flávia: Em termos de legislação, porque a gente tem que fazer, de certa forma, um recorte, são muitos os interesses, mas no sentido do (SNUC), de morador.

Roberto: Então, do (SNUC) a gente volta para os números que eu falei, se a gente tem uma área com... vamos mudar os dados, mas 100 famílias dentro de 1 estação, do ponto de vista legal, todas tem que sair um dia, e você cria o mosaico, que (inint) [01:04:18.28] que dessas, 80, um número até maior 85 você consegue contemplar dentro da (RDS) de tirar das costas deles o peso que tem que sair um dia, porque em (RDS) eles podem ficar, do ponto de vista legal você resolve uma questão, não é total. Esse não total toca na ferida das pessoas que falam supostamente em nome de todo mundo, e aí não é crítica, eu fico preocupado com os trabalhos que são gerados, viram... são verdades ou não verdades, mas são documentos que ficam aí, as pessoas consideram, leem e... não é ter interferência nisso não, muito pelo contrário, mas um exemplo, a (Gabriela) nunca falou comigo, ela andava com o (UMJ), eu não li o trabalho dela todo, mas se eu ler, eu quero estar enganado, mas possivelmente vai refletir o que a (UMJ) diz, não contemplou todos os moradores, os moradores não sei o que, os moradores... Não mesmo, porque você tem 10 neguinhos lá que não foram contemplados e não dá para ser.

Flávia: Sim.

Roberto: Porque não dá para criar uma (RDS) para 2 famílias, entendeu? Mas assim, aonde eu ia, ela e o (Leo) era (UMJ), nunca vieram falar comigo. Não que tenha que falar comigo, porque eu tenho muito conhecimento, mas a figura do gestor da unidade, por mais que tenha crítica ou não ao trabalho dele, tem que ser ouvida. Então eu nunca falei com eles. Eu não sei o que reflete o trabalho deles, é uma pena, mas que outras pessoas poderiam ser ouvidas, mas sempre que eu vi, eles estavam com (UMJ), então talvez não seja diferente o que conste lá, que não contemplou todo mundo. Não contemplou mesmo. Por quê? Essa pergunta foi feita, por que não contemplou todo mundo? Você acha que tem que ter uma (RDS) para 2 famílias? Então me mostre um amparo legal aqui para reconhecer (RDS) para 2 famílias. Se você quiser fazer uma conversa histórica dizendo, "mas essa área foi ocupada", é outra coisa. Essa área foi? Foi, pega os dados. Essa área foi ocupada? Foi, muito mais. Se você pegar a não (inint) [01:06:24.19] da unidade, ela era muito mais ocupada do que pós-criação, só que eles não falam que todos tinham vendido a área deles, todos trabalhavam de caseiro e se não fosse um louco que todo mundo mete o pau, fala, "(inint) [01:06:35.17] unidade de conservação do gabinete no carpete, não sei o que", e tivesse dado uma canetada, a (Jureia) talvez fosse outra (Riviera) da vida, e aí quem ia estar lá? Eles iam estar no máximo trabalhando com 1 desses caras, eles iam estar aí sim excluídos na serra, como aconteceu em todo o litoral, os caiçaras foram afastados, porque os caiçaras não ocupavam a (Praia Grande), (São Vicente), (Ubatuba), ocuparam essa faixa de praia. Por que eles não estão lá hoje, se lá não tem uma unidade de conservação e (inint) [01:06:59.27] integral? Quem excluiu, foi o estado? Graças a Deus um cara fez isso e hoje mete o pau nele, "criou no território ocupado". Ainda bem, porque senão não ia ter ninguém lá, nem vegetação, nem bicho nem caiçara. Aí quando o estado faz isso e hoje os caras metem o pau, hoje, em 2013, depois de existir o (SNUC), cria essas condições e aí tem méritos o (UMJ) também dessas cobranças, de reconhecer 2 (RDSs) contemplando 85% das pessoas que ainda ocupam a (Jureia). Todo mundo não dá, porque tem 2 famílias lá, (RDS) é para manutenção de população tradicional, não para o retorno de população tradicional, criando o veranista tradicional, entendeu?

Flávia: E você acha que se não tivesse tido essa (DIN) [01:07:45.23] e, bom, esse na verdade foi uma questão bastante burocrática de autoria do legislativo e tal. Você achava que aquela figura inicial do mosaico conseguiria atender ou não? Dessa da lei última sancionada tem uma categorização que atende mais a todos esses interesses?

Roberto: Então, aí entra um pouco na gestão, que implica também a questão legal, mas quando foi criado o primeiro mosaico, como eu falei, eu fui contratado justamente nesse período, cada unidade tinha 1 gestor, o plano de manejo estava quase sendo finalizado, tinha um convênio que ainda está vigorando com o (BID) de 18 milhões de dólares, o dinheiro das (RDSs) que quando foram planejados, elas existiam, ele foi congelado e agora está sendo liberado para gastar... deixa eu falar mais próximo aqui, senão não pega o negócio. Então tinha um planejamento de gestão de implementação do mosaico, planejar assim, que era o oposto. Quando a (DIN) vem, a primeira coisa que se faz, o dinheiro das (RDSs) congela, porque é uma (RDS) e o banco, "opa, eu não vou ficar colocando dinheiro em áreas que eu não posso colocar para essa finalidade. Estado, resolva a sua questão entre você, executivo e legislativo, cria o mosaico de novo, que a fundação disse que criaria, que a gente vai esperar, o dinheiro está aqui congelado". O que estava previsto para a proteção integral, território de parque ou estação, depois futura estação, mas era produção integral ainda, o banco executou, estruturou, está formando base, comprou carro, comprou um monte de coisa, está estruturando a unidade. E o dinheiro planejado para a (RDS), que é uma outra questão, a capacitação, fomento, atividade, ordenamento, infraestrutura, tal, tal, estava congelado. A cada 6 meses a gente era obrigado a fazer uma busca ativa com o banco, porque o banco tem um prazo, o convênio tinha um prazo para ser finalizado e o banco falava, "olha, mais 6 meses, se não aprovar o mosaico, nós vamos gastar esse dinheiro com produção integral". "Não, espera aí,

tal, tal". Caiu em 2009, junho de 2010, junho de 2011, junho de 2012, deu quase 4 anos. O banco já não estava aguentando, "não dá, não sei o que". E o que a gente escutava? Talvez você já tenha escutado isso, não sei com quem você tem conversado, mas a internet falou muito disso, os blogs da vida aí do nosso amigo (Plínio), em reunião eles falavam isso, que a fundação estava correndo com a aprovação do mosaico (inint) [01:10:26.21] porque queria gastar o dinheiro do (BID). O dinheiro do (BID) nós estamos gastando faz tempo, a gente só não quer gastar o dinheiro do (BID) previsto para (RDS) com (inint) [01:10:39.04] integral, porque lá atrás, quando foi previsto o convênio, planejado, se considerou as (RDSs) e era um gás na gestão e, assim, o ordenar essas coisas ou ter recurso para dar esse gás na gestão e essas atividades ajudam, devem ajudar agora porque é um dinheiro, graças a Deus ainda deu tempo de o banco segurar um pouco mais, mas a gente escutava muito isso, "a fundação está correndo com o mosaico da (Jureia), não está fazendo conversa". Eu nunca vi processo tão participativo e tão discutido como foi o da (Jureia), eu nunca vi, porque eu até te falei das audiências públicas, depois que caiu na assembleia fizeram mais 3 audiências públicas, já tinham feito 2, 3 pontuais, 2 oficiais, aí fizeram mais 3, (Iguape), (Peruíbe) e na (ALESP). Depois, não satisfeitos, porque assim, quando eles viam que o que eles queriam não estava lá, "não, a conversa não, a gente não esgotou, esse processo não é participativo, não ouviu as comunidades". Não ouviu as comunidades? Aí criaram um grupo dentro da assembleia com deputados, técnicos, representantes da secretaria pra continuar discutindo, porque não discutimos muito ainda. Enquanto eles não viam... eu nunca vi processo tão participativo. Então, mas assim, tinha uma coisa posta para a gestão, que aí é uma condição de a gente avaliar hoje em dia a efetividade dessa recategorização, não só do ponto de vista fundiário, que você resolve a questão, e essa é a crítica local, você resolve a questão que o fundiário do estado deixando 80 famílias lá, 100 famílias praticamente para fora das (RDSs), mas tem a questão da gestão. Essa crítica é muito forte e ela vai sempre acontecer, isso é uma opinião minha, por isso que eu acho que vale a pena escutar outras frentes, vale a pena escutar o (Ministério Público), vale a pena escutar o gestor da unidade, o guarda parque está lá, a (UMJ) também, mas só ficar no colo da (UMJ) vai sair uma coisa, porque se você for falar com eles, eles vão falar, "não contemplou todos os moradores". Por que não contemplou? Porque não contemplou a área deles, porque o dado prova que você tem 100 famílias, você contempla 85, não dá para contemplar todo mundo.

Flávia: E com essa... com a nova lei eles, de certa forma, se sentiram mais inseridos agora em comunidade ou ainda continuam discussões? Eu digo de maioria, já que não dá para...

Roberto: Então, assim, tem os processos da perda da confiança da coisa. Eles vão, eles voltam, aí eles começam, aí vem uma (DIN), aí para, não sei o que, você vai lá de novo, aí os caras ficam sempre com o pé atrás, já é difícil a figura do estado, é sempre vista de uma forma... então nós estamos retomando tudo isso, especialmente com as 2 (RDSs), eu sinto um ambiente um pouco mais favorável, embora não seja fácil trabalhar lá na (RDS) do (Despraiado), está um pouco mais favorável, e na (RDS) da (Barra do Una) está um pouco mais difícil até pela interferência de outras fontes, outras esferas como de veranista, como da possibilidade do pessoal (inint) [01:14:08.07]. Tanto que o conselho do (Despraiado) saiu, porque não foi publicado ainda, mas saiu, falta por o edital no (site), enfim, dar o prazo legal, e o da (Barra) ainda vai e volta, porque eles querem colocar veranista como pessoa física no conselho e não dá.

Flávia: Entendi.

Roberto: Mas está indo devarginho, é um processo de retomar a confiança, de começar a fazer as coisas e perceberem que as coisas estão andando, estão sendo feitas para a coisa entrar de novo no que talvez tenha sido pensado lá atrás e a gente não conseguiu ter tempo de aferir a efetividade disso, porque o mosaico caiu, o dinheiro não chegou, dispersou, as pessoas saíram, o gestor foi embora, mudou a fundação, enfim. E por outro lado, esse discurso vai

continuar existindo, de que não contemplou todo mundo. Eu estou dizendo que não contemplou todo mundo. Você tem famílias no (Itinguçu), você tem famílias 2 no (Rio Verde), 4 no (Aguapeú), não contemplou todo mundo. Mas dava? A pergunta é essa, dava? Não dava. Porque você coloca no taxa para mexer todos esses critérios que eu te disse, a (Jureia) tem essa condição ambiental, a (Jureia) tem 2 famílias nesse território que a gente está falando, a (Jureia) tem não sei o que. Não dá, o que deu é isso, são 2 (RDSs), 2 parques, 1 estação ecológica e 1 refúgio de vida silvestre. Pessoalmente, porque eu acho que politicamente seria irreversível quando lá no primeiro mosaico em 2006 você criou o (RDS) do (Despraiado). Eu, tecnicamente, acho, e é pessoal, que ela também não devia existir. Para mim, o desenho da (Jureia) tem 1 (RDS), (Barra do Una). A (RDS) do (Despraiado) acho que é uma forçadinha de barra, é muito mais pelo número de ocupantes do que pelos critérios e inclusive traz finalidade e de relação com o território que eles têm, mas é uma opção, assim, eu sempre deixei isso muito claro na fundação enquanto eu fui ouvido, mas depois que me envolvi mais no segundo mosaico, na discussão, seja de forma oficial ou de forma oficiosa, eu participei ativamente e tinha muito mais conhecimento, eu até entendo que era difícil reverter politicamente o mosaico do (Despraiado), a (RDS) do (Despraiado), uma vez que ele já tinha existido, uma vez que tem uma quantidade de famílias razoável e você entra na discussão de um segundo mosaico com uma pressão muito maior para criar mais (RDSs) em áreas não ocupadas, então falar, "não vou criar (RDS) nem a do (Despraiado)", politicamente ninguém segurava isso, secretário, deputado, ninguém ia fazer isso. Eu entendi, mas sou contra a (RDS) do (Despraiado). Isso não quer dizer que eu trabalhe contra, uma vez criada, vamos fazer dar certo esse negócio, mas não é fácil, não tem muitas condições que uma (RDS) precisa ter, o (Despraiado) não tem.

Flávia: Bom, na ocasião do mosaico, do primeiro mosaico, começou a constituição do plano de manejo. Foi parado e agora que vai ser retomado daquele ponto, vai ser ligado no plano de manejo, ele já existe?

Roberto: Não.

Flávia: Oficialmente não?

Roberto: Não, ele foi paralisado, suspenso quando o mosaico caiu, ele já tinha feito todos os diagnósticos, ele já tinha feito diagnóstico, já tinha definido zoneamento nas oficinas, mas se eu não estou enganado, estava partindo para as oficinas de programas. Então a previsão era que em 2, 3 meses o programa estivesse concluído, estava quase acabando. Então a gente está retomando agora as conversas, estou tentando falar com a (Professora Rosa), que foi quem coordenou pela (Unicamp), mas está na (USP) agora pra ver se tem interesse, se tem condição, se quer, porque pra gente o ideal seria que ela pudesse retomar pela relação que ela tem, o histórico e tal, mas se não der certo por algum motivo, tomara que dê, a gente precisa ver quem vai poder finalizar. É lógico que a gente vai dar uma olhada com mais carinho.

Flávia: Mas vai ser retomado daquele?

Roberto: É.

Flávia: Todo o trabalho que teve de levantamento?

Roberto: A princípio, todos os diagnósticos são válidos, se tiver que fazer um complemento ou outro, é uma coisa pequena e talvez a gente tenha que, aí sim, certamente você tem que fazer todas as oficinas, porque o território mudou um pouquinho, é um outro momento, então as oficinas partem do 0, agora, os diagnósticos, que levaram um tempão, um recurso alto e tal, são válidos e a gente vai partir daí pra frente. Não deve demorar tanto tempo para ser finalizado depois que ele for iniciado, e eu espero deixar isso redondo esse ano ainda, sabe? Estamos começando as conversas já para ver como fica. Mas não teve, em nenhuma das unidades não teve.

Flávia: Era essa a minha questão e justamente nesse sentido, você me falou sobre decisões do gestor, da gestão em si e da secretaria. O plano de manejo, segundo a legislação, é o

documento até de informar a visitação como é feita, educação ambiental, enfim. Ele não tendo, as decisões partem somente da gestão ou da secretaria? Porque eu sei que tem, as pesquisas partem do termo da... do pedido de pesquisas, acho que de coletas, etc.

Roberto: Do (Cotec) [01:19:26.07]?

Flávia: Isso. Mas lá mesmo, não só de moradores você já me falou, mas que seja de visitas e etc., são locais, são decisões só da gestão ou não, é sempre gestão e secretaria?

Roberto: Tem os 2. Tem posições óbvio que discutido com o órgão gestor da fundação que podem vir da secretaria, tem um pessoal que cuida de (inint) [01:19:51.28] na secretaria, então às vezes tem alguma discussão com eles, no caso da (Jureia) é muito pouco, mas pode ter, pode ter demanda da fundação que eu digo do órgão gestor, que é a fundação mais de (São Paulo), de querer discutir alguma coisa, mas especialmente enquanto não tem plano, que define seus programas, mesmo depois é muita iniciativa da unidade, que às vezes para regulamentar demanda esses órgãos, aí sai uma resolução do secretário, aí sai uma portaria, que nem, (Cachoeira do Paraíso).

Flávia: Isso.

Roberto: Nunca pode, porque era uma estação, mas sempre foi muito visitada, muito visitada, um monte de problemas, barracas, óbitos, e aí tem um processo do (Ministério Público) de (Santos), está errado, aí é (Iguape), mas o acesso é todo por (Peruíbe), então (Peruíbe) você chega na cachoeira, mas você olha no mapa é (Iguape), mas enfim, o (Gaema) da baixada tem um processo por conta da visitação na (Cachoeira do Paraíso) e a fundação tentou se antecipar, era até a (inint) [01:20:53.27] que estava lá à época a gestora, fazendo uma portaria, a comunidade não topou, se mobilizou, invadiu a sede, fez um monte de coisa, a fundação voltou atrás, mas o processo do (MPU) estava andando. E a fundação recorria e deixava os caras lá. Quando a fundação não tinha mais para onde correr, e aí foi o período que eu estava sozinho, a gente teve que colocar em prática, assim, você fechar uma cachoeira que tinha visitação livre e chegou a picos de 3, 4.000 por dia e uma comunidade que vivia disso, aí teve uma discussão com o (MP) depois dessa liminar, que não tinha para onde correr, aí caiu para 270 pessoas por dia. Hoje só entram 270 pessoas por dia. Aí a fundação fez uma portaria, então a fundação, discutindo com a gente a gestão, mas o órgão gestor fez uma portaria que regulamenta a atividade, a visitação na (Cachoeira do Paraíso) 270 por dia, porque é uma estação ecológica, a promotória entendeu que não tinha um dado técnico para contestar o fluxo de capacidade, mas aí foi educação ambiental (inint) [01:21:50.05]. Como foi regulamentado? Portaria. Tem muita coisa que eu fiz enquanto gestor que não foi discutido com a fundação, foi um ato administrativo direto de fechara as praias do (inint) [01:22:05.15], todas. Então eu fechei a (Cachoeira do Itu), eu fechei as praias do (inint) [01:22:10.15], só deixei 1 cara conduzir com um número limitado, que era um morador que dependia economicamente da atividade turística, ele é guia, monitor, e assim, então o resto que fazia exploração, não que eu não tenha que me preocupar com isso, essa relação com o município é muito importante com o entorno, muito, mas assim, diretamente eles tinham uma outra área de trabalho, são monitores e pessoal de (Peruíbe) que operava dentro da unidade e eu tinha 1 que era tradicional, então eu chamei todo mundo para a reunião, fechei todo o complexo de praia, que são as áreas mais bonitas de praia aqui na (Jureia) e condicionei a só esse cara conduzir, porque esse cara eu tinha que me preocupar e era o cara que tinha respaldo legal, fala, "tá bom, (Roberto), você está fechando as praias que eu vivo, vou fazer o que?". O resto é um outro momento, o que eu quero discutir agora é parque, vamos ordenar a atividade que pode. Então teve muito ato administrativo de eu fechar muita coisa assim, de eu fechar ou de eu reduzir ou de eu mudar o controle, então de iniciativa da unidade. O ideal é que nem sempre seja assim, porque você fica à mercê da iniciativa dos gestores, você tem gestor um pouco mais proativo, você tem outros mais cômodos que ficam ali no dia-a-dia respondendo as coisas que chegam. É legal que tem alguém em (São Paulo) sempre de olho nessas coisas e

pensando. A gerência agora, porque a gerência ficava em (São Paulo), com esse convite, essa mudança da fundação, a gerência fica no território, eu não fico em (São Paulo), eu fico de (Peruíbe) a (Cananeia). Então estar mais próximo consegue sentir isso e demandar isso para (São Paulo) e ordenar via (São Paulo) portaria e tal. Mas como a nossa conversa é (Jureia) e a minha experiência maior na fundação é (Jureia), os 4 anos e pouco que eu fiquei lá, tem um pouquinho de tudo, resolução da secretaria, portaria da fundação, mas muito de iniciativa minha de tomar um ato administrativo de gestão que eu podia e assim, e assado, e está fechado, está aberto, pode isso, não pode aquilo, criando até um cenário, a minha estratégia era essa, de quando as coisas estavam meio que bagunçadas, você ia falar com os caras, "mas sempre foi assim", uma coisa gritante, (Flávia), não podia, estava a casa da mãe (Joana), os caras faziam como queriam, aí você toma um ato desses, a primeira coisa que fala, "mas sempre foi assim, ninguém nunca fez nada, por que você vai inventar moda agora, (Roberto)?" Então muita coisa foi proposital, foi estratégico assim, eu não imaginava que ia sair da (Jureia), eu estava criando um ambiente de trabalho para agora. Agora lá é um parque, vamos conversar, pode, mas vamos conversar não como sempre foi, do jeito de vocês e aí eu vou conversar com vocês, "mas sempre foi, sempre pode". Eu estou dizendo que agora pode, é um parque, agora pode, vamos conversar quem opera, quem trabalha, quem tem relação, todo mundo, vamos conversar. Vai abrir, mas vamos construir isso junto, não eu ficar correndo atrás de você. Então esse ambiente foi pensado para isso, só que agora o mosaico é criado, a gente não tem mão de obra suficiente, porque não tem gestor (inint) [01:24:57.00] como tinha, eu estou acumulando com outras áreas, com a gerência e estou bem chateado com essa situação, porque assim, o que eu pensei em fazer, eu estou tendo um pouco de dificuldade pelo pouco tempo que eu tenho, então ela está em uma condição legal de fazer, mas o próprio recurso das (RDSs), eles já estão disponíveis. Mas precisa da dedicação de uma pessoa indo todo dia na unidade, conversando com os caras, voltando para o escritório, escrevendo. Eu não tenho esse tempo, isso me frustra um pouco assim, eu ter planejado muita coisa lá atrás que hoje, que as coisas estão um pouco mais interessantes para trabalhar, eu tenho pouco tempo. Mas espero que as coisas se acertem.

Flávia: Até deixa eu falar de tempo, dá pra gente seguir um pouquinho?

Roberto: Dá, dá.

Flávia: Nossa, eu estou preocupada com também o seu sábado.

Roberto: Não, a (Maíra) foi fazer alguma coisa e ela falou que vinha para cá quando acabar.

Flávia: Meu Deus, deixa eu correr aqui, assim não te tomo.

Roberto: Não, faça, mas (inint) [01:25:55.18].

Flávia: Bom, isso já... as pesquisas científicas e visitas então são nesse sentido as decisões passam pelo (Cotep), é (Cotep)?

Roberto: (Cotec). Então, só 1 ponto, você falou (Cotec), eu não citei, eu falei de iniciativas administrativas de gestão, falei de demanda secretaria, resoluções e portarias da fundação de uma forma geral para ordenar a gestão do território, mas em especial pesquisa, porque assim, até 2006 as unidades de conservação eram geridas pelo (IF).

Flávia: Certo.

Roberto: E aí em 2006 teve o (Sieflor), que é o (Sistema Nacional de Florestas), assinaram (Sieflor) e as unidades foram passadas para a fundação florestal a gestão, a fundação florestal fazia (inint) [01:26:39.11] 1 unidade (inint) [01:26:39.21], aí inverteu, passou tudo para a fundação florestal e o (IF) ficou com uma comunidade ou outra experimental e tal, por aí, bem pouco, mas com a incumbência de pesquisa, é o instituto de pesquisa o (IF). Então quando você submete uma pesquisa, vou trabalhar na (Jureia), o pedido inicial é (Cotec) e (IF), que pega o seu projeto e manda para a unidade, aí o gestor dá o parecer de importância, de considerações, pode até indeferir ou sugerir indeferimento, quem faz é o (Contef), pode ser, eu nunca fiz, pouco provável, e aí depois do parecer da fundação florestal, que se dá

através do gestor, volta para o (Cotec), parece que eles têm um conselho, se reúnem, aprova e comunica o pesquisador. A relação mais próxima do (IF) com a fundação na gestão dos programas, até então não tem problema de pesquisa, então a relação é muito próxima com o (IF) porque eles que autorizam junto com a gente, mas é por lá que nasce. Agora, de fiscalização, de uso público, de educação ambiental, sócio não sei o que, é tudo... é gestão direta da fundação. A pesquisa vale esse ponto, é (IF).

Flávia: Certo. A fiscalização é basicamente de guarda parques? Quer dizer, de guarda parques, mas de... são pessoas que são residentes? Tem alguma literatura que menciona que ao longo da estação os próprios moradores se tornaram agentes de fiscalização e isso procede mesmo ou há algum... teve algum concurso, alguma coisa nesse sentido da fiscalização?

Roberto: Assim, tem 2 momentos, tem o momento de contrato direto, muitos desses funcionários, por vários motivos muita gente coloca como estratégia de tirar o cara que é e contratar para fiscalizar o parente dele. Não sei se é toda essa... mas é isso, você está em um espaço para contratar pessoas, as pessoas estão aí. Bom, do primeiro momento lá atrás, eu não lembro exatamente a data, (Flávia), e a (Jureia) tinha muito funcionário, outras unidades também, mas tinha muito funcionário, porque eram contratos diretos, depois de sei lá, 10 anos trabalhando com esse pessoal, um pouco menos, um pouco mais, e eu também não sei que governador estava à época, veio uma ordem para demiti-los, que não podia ser mais contratado dessa forma e abriu um concurso. Nesse concurso, muitos passaram, dos mesmos, muitos passaram no concurso e muitos não passaram, então teve um número maior de funcionários moradores, hoje ainda tem, alguns já aposentaram, moradores já aposentaram, estão fora, alguns ainda estão trabalhando no (Rio Verde) e no (Grajauna), você tem o (Leopoldo) e o (Plínio), 2 guarda parques, os 2 são de lá. Lá atrás eu não lembro exatamente quantos tiveram e já aposentaram, alguns faleceram que conseguiram passar no concurso, outros não, hoje esse número não é tão grande, boa parte dos guarda parques hoje não residem mais, alguns têm um laço, mesmo fora, um laço com pessoas de dentro, familiar, mas é pequeno também, mas a equipe de fiscalização um pouco mais ativa, efetiva na concepção da palavra fiscalização não tem essa relação, é um grupo pequeno que planeja e executa de fato a fiscalização de forma um pouco mais ostensiva e muitos, que nem, eu estou falando do (Plínio) e do (Leopoldo), que são tradicionais, estão lá dentro. Não que eles não façam, a fiscalização deles se dá pelo controle, "não pode entrar aqui, tem que ter autorização, essa parte é estação ecológica, não pode, vai ao escritório, pega autorização, o senhor precisa sair". Não é uma fiscalização como faz o (Núcleo do Perequê), que tem 5 ou 6 guardas parque que pensam a fiscalização no território e daí sai. Esses não têm relação ou se tem é um outro e é muito pequeno, agora, esse histórico aconteceu e ele é resgatado sempre que é oportuno. Essa discussão se resgata o número de 360, se resgata que eles não podem fazer roça, se resgata que eles não podem fazer não sei o que e se resgata que o estado copito moradores para trabalhar fiscalizando a própria família.

Flávia: Até para te passar, devia até ter falado no início, a minha intenção até nem é número, sabe (Roberto), porque eu acho que até a minha intenção de se trabalhar em lei em um ambiente (inint) [01:31:22.23] e em um programa que é tão interdisciplinar é justamente tentar entrar em uma discussão que não é feita no direito, que é visualizar a lei com uma eficácia diferente, não a eficácia da letra da lei, porque se a gente for falar de eficácia do (SNUC) de forma jurídica, lá ele não é. Você vai falar, "a estação ecológica é isso, isso, isso", certo? Se a gente for falar das letra da lei, tipo assim, "tem que estar 100%, não pode estar 1 pessoa ali", então levantar essa discussão do que é a eficácia da lei.

(Roberto atende o celular).

Flávia: E daí só nesse sentido é assim, é tentar ver outras formas, porque na cadeira do direito, dentro das instituições de direito a gente não tem esse olhar, então foi a minha intenção de buscar, isso já desde o mestrado, desde o final, são quais outros instrumentos a gente pode

trazer para o direito de análise de eficácia, o que é eficaz, entendeu? Tipo assim, eficaz é o plano de manejo ou é toda essa discussão das necessidades diárias de um ambiente do gestor com a relação do ambiente, entendeu? Então é levantar, não que vai ser uma solução, mas assim, novos instrumentos de discussão, e eu tenho visto isso dentro da minha área jurídica, que é pequeno, mas começa a se falar, pelo menos nessa área ambiental, no direito ambiental, de sempre buscar essa relação. Então a minha intenção assim, não é nem a questão de números, sabe, é levantar uma discussão de como a gente interpretar uma eficácia de uma lei.

Roberto: Falando do (SNUC), já que você está dizendo que essa é a sua base, tem coisas que são meio complicadas, mas (inint) [01:34:01.18] que deu condição e ajuda em muita coisa, veio dar um respaldo em muita coisa para a gestão de territórios com essa condição, e o estado está cheio deles, de conflito de coisas que legalmente não podem fazer, mas precisam ser feitas, as pessoas estão lá, e a morosidade do estado em resolver a questão fundiária é grande e isso vai ficando no colo de quem está lá, então o (SNUC), por mais que tenham outras coisas que se pese, ele dá uma condição interessante em alguns momentos e, em especial, em áreas ocupadas pela população, se é tradicional ou não, no 42 e o 39 lá do decreto de 2002, que dá através dele, se tiver um pouquinho de boa vontade, de autorizar bastante coisa ou de regularizar, regulamentar e conseguir fazer gestão no território com um pouco menos de conflito do que já existe sem você fazer nada. E a outra é criar essa condição, porque assim, o mosaico, no caso da (Jureia), nós temos (Jacupiranga), nós temos (Penape) e nós temos outros que inevitavelmente vão acontecer, o (Maneco Cardoso), não tem o que fazer, você não vai ficar eternamente com uma unidade que nem o (Marujá) [01:35:17.06] como parque eterno. Ele cria essa condição também de prever recategorização, criação de mosaico, então ele abre um pouco, assim, você sai de 2 ou 3 tipos de unidade de conservação que existia antes deles, basicamente parque, (APA) e não lembro mais qual e você passa para 12, então quando você vai criar um mosaico, essa área é ocupada por tradicional, dá para criar uma (RDS), tem condição para isso. Acho que o (SNUC) ajuda bastante, já ajudou bastante nesse sentido e um pouco da gestão com os artigos que eu falei assim, que antes o cara olhava lá, "estação ecológica", "puxa, não pode nada". Mas o cara está pedindo para trocar a telha dele que caiu e não sei o que, e aí o cara ficava, "puxa, mas autorizar eu não posso, mas o que eu faço?", sabe o que eu estou querendo dizer? E aí o (SNUC) acho que (starta) [01:36:10.09] outras coisas e outras resoluções de decretos e por aí vai, portaria, cada estado vai regulamentando, tem estado fazendo já há tempos o sistema estadual, a fundação está discutindo o sistema estadual, acho que ele deu o (start) [01:36:21.26] para um monte de coisa, que aí se o cara tiver um pouquinho, o órgão gestor, um pouquinho de boa vontade, não tiver... dá para, "olha, o tempo do estado para resolver o fundiário vai continuar sendo lento, mas até que isso acontecer, vamos minimamente manter as condições de vida de quem está aqui, da nossa de gestão", acho que o (SNUC) tem isso de bom, agora, eu não sei quanto você está esmiuçando ele e eu também não conheço tão bem assim, a gente acaba ficando um pouco mais viciado no que nos toca no dia-a-dia, mas acho que ele foi muito importante, muito importante por essas questões.

Flávia: Agora é uma questão que isso não tem como fugir, eu acho que pela sua experiência... bom, a própria (Roseli) menciona isso, tem bastante trabalho que surgiu essa discussão (inint) [01:37:17.07] da preservação a partir da tradicionalidade. E desse período, seja mosaico ou estação, independente da categoria, ali na região há um avanço em preservação, eu sei que ali é uma área grande ou não, você acredita que pelo levantamento da secretaria, teve diminuição de preservação de área verde, agora falando mesmo do meio ambiente natural e a posição da secretaria a sua posição, você fique à vontade também com relação a isso, mas de fato de preservação, porque isso é uma coisa que também a lei visualiza, e muito, sobre isso. Ali a gente pode mencionar, pode afirmar que está tendo uma preservação e que fez diferença? É claro que no tacho tem muita...

Flávia: Então, acho que é mais como (Roberto) do que como instituição, mas quer ver, primeiro eu vou começar pelas 2 áreas de (RDS), (Barra do Una) e (Despraiado). A (Barra do Una) tem aproximadamente 80 casas de veraneio com processo, então todas essas áreas tem o supressor de vegetação, construção de uma casa, dejetos, que são por conta da ocupação, sanitários e por aí vai, ninguém mensura isso, mas isso causa impacto, nenhuma dessas 80 casas tem tratamento, esgoto, o lençol freático lá é dessa altura. Bom, não sei como mensurar isso. Grosso modo, não causa um grande impacto no espaço, mas causa. O impacto da comunidade é muito baixo, pelo menos na relação da (Barra) com o recurso natural, a gente está falando de recurso nesse momento, ele não é tão impactante no meu modo de ver, por isso eu acho que a (Barra) é uma área que de fato teria que ser (RDS), mas quem deixou que aquela área fosse ocupada nesse discurso bonito de, "está assim porque o morador conservou, porque o estado não tem - e não tem mesmo às vezes condição de tomar conta", talvez não se aplique ali, porque quem vendeu a posse para mais de 80 casas de veranistas foi morador e um espaço pequenininho, concentrado, então você mensurar o impacto não é uma coisa para visualizar assim tão forte. Mas você tem uma área lá dentro, aí você já cai para um grau, para um estágio de conservação muito maior, (Rio Verde), (Grajauna), (Praia do Una) e por aí vai, que os moradores estavam lá em número de 13, 14, 15, 16, 20, foi diminuindo e hoje tem 2, e a relação desses caras com o ambiente é de baixo impacto, aí entra um pouquinho a conversa do (Dieres) [01:40:18.22], a ponto de até se expor dizendo que o manejo, tipos de culturas tradicionais há muita diversidade. Há muita diversidade de que? Mas tudo bem. Que ela é menos impactante é indiscutível, esse é um ponto, mas estaria assim se não tivesse a intervenção do estado? Aí a minha opinião, não, já teriam vendido e eram caseiros. Não seria. Então se você apaga isso se não tivesse a intervenção do estado e diz, "a presença deles traz um grande problema para a conservação". Não. Concordo com isso, dentro dos impactos que podem acontecer, o deles é o menor, indiscutivelmente. Mas aí depende como a gente quer fazer a conversa, a gente quer fazer a conversa como ela de fato aconteceu? Então se eu tirar a restrição legal de cima daquilo e falar, "é seu, ano tem mais estação, não é mais (RDS), faz o que você quiser com a área", não vão ficar lá, porque por mais que tenham uma relação muito próxima (inint) [01:41:16.14], que não sei o que, não dá para competir com a questão imobiliária, os caras te engolem, como tinha engolido se não tivesse a intervenção do estado. Acho que depende de como a gente quer fazer a coisa. Eu não sou contra, e óbvio que a relação deles com o ambiente, o manejo que eles têm do recurso, o modo de vida deles é muito menos impactante do que o que tem por aí. Então nesse sentido colaboraram, mas só colaboraram porque teve a intervenção do estado, que também impediu a pressão que eles sofreriam se eles tivessem. Então o estado impedia que aquilo fosse... virasse loteamento, tivesse uma especulação, o estado proibia aquilo. E aí é melhor ter um cara assim lá dentro do que ter um outro. Ou em alguns trechos que o acesso, e aí isso na (Jureia) é muito claro, as pessoas consideram uma geografia do negócio, como eu te falei, a (Jureia) não tem estrada, não passa dentro, não tem essas coisas, os acessos são controlados, então você tem aqui em cima a (BR) passando. Onde eu tenho invasão, que é plantação de (inint) [01:42:16.24], que é banana, não sei o que, não sei o que? Aqui. Aqui também em número baixo, mas tem, porque tem esse acesso que a gente não tem muito controle. Aqui, que é o filé do negócio, onde todo mundo discursa, nasce isso da (Jureia), (Grajauna), isso aqui é tudo praia, (Praia do Una), (Barra do Una) aqui, aqui tem a estrada que leva até o (Una), aqui tem o (Portal do Perequê), aqui tem uma base nossa, aqui tem uma base nossa, aqui tem uma base nossa, aqui tem uma base nossa. Aqui não tem acesso, o acesso é muito ruim por aqui. Então a geografia da coisa também me dá condição de falar hoje que acho que mesmo que não tivesse ninguém aqui morando, estaria do mesmo jeito. Porque aqui a gente controla, então eu tenho gente aqui, eu tenho gente aqui, eu tenho gente, se subir o maciço, vai cair em uma base nossa, que tem gente 24 horas, se quiser entrar por fora, vai cair aqui, que tem gente, vai passar aqui, que tem

gente. Então essa condição aqui, eu acho que mesmo não estando ocupado seria melhor do que está hoje, um pouquinho melhor, o impacto que eles causam é muito pequeno, mas tem estudo do (Rogério) que diz isso, é aqui o estudo do (Rogério), aqui é ocupação, embora baixa, interfere na ocorrência e no hábito alimentar de mamíferos de pequeno e médio porte. Acho que aqui não mudaria estando eles ou não, estaria um pouquinho melhor se não estivessem. Aqui se tivesse gente, talvez, gente com essas características de (inint) [01:43:42.16], fazendo um pouquinho o papel do estado de forma indireta, que ele não trabalha para o estado e não tem essa obrigação, não tivesse tão ruim quanto está, porque aqui eu não dou conta de fiscalizar, eu não tenho base como eu tenho aqui, eu não tenho essa geografia que me ajuda e eu tenho acesso pela (BR). Então aqui, talvez esse cenário bonito que os caras falam, "está assim porque eu conservei", pudesse ajudar. Aqui é indiferente, a geografia nos ajuda, aqui é uma serra, aqui é uma serra, aqui tem base, aqui é outra serra, aqui tem base. Então não sei se dá para entender o que eu estou dizendo, é um meio termo da coisa.

Flávia: Sim.

Roberto: (Despraiado), (Despraiado), diferente da (Barra). Como eu te falei, embora os caras tenham vendido, tal, tal, propiciado esse impacto que a gente não consegue mensurar muito bem, eles não tem uma relação muito conflituosa com o recurso, o (Despraiado) tem. Uma das coisas que eu sou contra o (Despraiado) é essa, muito problema com o uso do recurso, muito problema de caça, muito problema. Caça na é caça para subsistência, é caça para venda. A última onça pintada que foi abatida na (Jureia) foi abatida aqui no (Iguapeú) por um morador do (Despraiado). Eles seccionam a maior serra que tem na (Jureia), que é a (Serra do Itatins). A serra está passando aqui, o (Despraiado) corta assim. A relação é difícil com o recurso, nem todos têm traços claros e indícios de tradicionalidade, então por vários motivos eu acho o (Despraiado) diferente. Então aqui eu acho que inclusive a presença da comunidade ou de sua maioria, eu não digo na íntegra, é um problema para a gestão. Essa conversa de que os caras ajudam aqui é teórica. Na teoria ela é muito legal mesmo, porque eu também concordo, "a gente ajuda, a gente está aqui, a gente depende do recurso, por que eu vou deixar que os caras venham aqui tirar o recurso?". A prática é completamente diferente, a gente sabe disso. E aqui a fundação também fechava os olhos para os caras. Quando tinha a divisão diretoria, a diretoria de uso sustentável e proteção integral, ninguém daqui era fiscalizado, ninguém era parado, nada, nada. Eu era proibido de parar um carro de morador de (RDS) se parasse na outra ponta da estrada, que é a (Fazenda Rio Branco), que é estação, era proibido, "não se meta, que isso não é com você". E a gente sabia que estava na nossa cara, as coisas sendo feitas de forma irregular. Uma coisa é você dar a mão para o cara e falar, "vamos trabalhar junto contigo", a outra coisa é você fechar os olhos para as coisas que são irregulares. É aquela conversa de novo, eles não são extraterrestres. Discussão de pesca na (Barra do Una), foi 1 ano e meio discutindo acordo, onde eles quiserem pescar eu deixei, criei critério, veio o (Instituto de Pesca). 1 ano e meio. Primeiro mês eu estou voltando aqui da (Praia do Una), estou atravessando a foz do (Rio Una), 5 redes armadas na boca da barra. Prendi, aí foi aquele chororô, "antes o pessoal não prendi as nossas redes, nós somos tradicionais. Pô, (Roberto), não sei o que, tal, tal, tal". Delegacia e apreenderam as redes. "Sabe quanto custa 1 rede, (Roberto)? Não sei quantos mil". "Meu, eu fiquei 1 ano e meio discutindo com vocês, vocês pediram para pescar na casa do chapéu e eu deixei lá para cima, vocês estão com a rede na boca da barra?". Boca da barra, Flávia, não é lei minha, é legislação de pesca, esses caras sabem desde que nasceram. Isso está claro no termo que eles iam assinar. Legislação de pesca se aplica, porque vocês não são diferentes de ninguém. A única diferença que vocês têm de outros pescadores é que só vocês podem pescar aqui dentro, o resto é lei de pesca. Delegacia, aprenderam as redes. Então tinha uma diferença muito clara de posicionamento, porque eu acho que assim a gente evolui em longo prazo, senão, se ficar sempre passando a mão na

cabeça deles em coisa que não pode passar, porque nós vamos prevaricar, aí fica fácil na gestão, eu fecho o olho para tudo, é mais fácil as coisas andares. Então, não sei se deu para entender essa conversa toda que eu fiz.

Flávia: Sim, com certeza.

Roberto: Mas tem muito da teoria da coisa, que na teoria isso é lindo, eu também gostaria que isso acontecesse, tem da prática, que aqui eu acho que é diferente, porque a geografia ajuda, e em situações que a presença às vezes até...

Flávia: Com certeza.

Roberto: Pode falar.

Flávia: Não, não, imagina. Deixa eu só, eu acho que era... pode atender.

Roberto: Não, pode falar, eu estou só respondendo mensagem que ela está escrevendo.

Flávia: Não, a gente já finalizou, eu só tenho 1 questão, que eu até... assim eu já te libero, nossa.

Roberto: Que sala é aqui? Número?

Flávia: Aqui é (P6) [01:48:07.27].

Roberto: Pode falar.

Flávia: A última questão, que é também um problema ali que eu pelo menos... em um dos congressos, porque a gente tem todo ano congresso nacional e internacional de direito ambiental, ocorre todo ano em (São Paulo), e aí teve um trabalho sobre a presença indígena lá e o uso, a comercialização de palmito e se utilizando dessa situação de indígena. Como está atualmente essa situação, como é a relação com a (Funai) e se eles ainda estão, o tamanho desse grupo, onde eles ficaram agora com essa...

Roberto: Então, tem várias coisas, (inint) [01:49:17.28] a posição institucional da fundação, tenho a minha opinião sobre isso. Bom, do que de fato acontece lá? A aldeia, a gente chama de aldeia, mas não é uma área demarcada em um lugar, é ocupação indígena.

Flávia: Não é demarcada?

Roberto: Não.

Flávia: É dos (Guaranis)?

Roberto: (Guarani). Que fica no (Paraíso), (Aldeia Paraíso) o pessoal chama, depois do (Rio Tingu), do (Rio Paraíso) que desce para o (Tinguçu).

Flávia: Ele é grande?

Roberto: Não, então. Ela hoje tem 1 ou 2 famílias que ficam lá, tem o cacique que já mora na cidade e vai 1 vez por semana, o (Davi). A ocupação sempre foi baixa, sempre foi por volta desse número, aí entra um pouco da relação fundação florestal e (Funai). A fundação florestal não os reconhece, e tem outras brigas mais famosas que acabou tendo que engolir, que nem (Intervales), no (Cardoso) tem um problema maior, que tem 16 famílias que o acesso para demarcar e homologar está em andamento, tem um laudo também que a (Funai) fez. Bom, mas a fundação continua com uma posição, deve ser uma estratégia jurídica deles e não reconhecia a ocupação desses territórios no entorno da área de conservação, então a gente é proibido de participar de reuniões com a (Funai), dos grupos de trabalho que eles fazem e por aí vai. (Inint) [01:50:41.14], não os reconheço, então quando eles pedem alguma coisa, eles têm pedido energia, tem pedido para entrar com (inint) [01:50:48.09] de juçara, a questão do saneamento básico a gente indefere. O controle para passar é do (Portal do Perequê), lá os guardas não têm autorização, não passa nada, material. Acho que a fundação entende assim, se eu te dou autorização para qualquer coisa, eu reconheço a sua presença. Uma vez que eu não autorizo, aí eu não reconheço. No despacho vem, "não reconheço a presença indígena tal, tal", e há uma discussão jurídica entre (Ministério Público Federal), (PGE), (PGU), (Funai), (Funasa). Bom, eles têm indeferido bastantes coisas a ponto de, depois eu conto uma coisa louca para você, que é advogada, você vai achar engraçado. Tem indeferido bastantes dessas coisas. Outra é uma discussão interna que eu fui para (Brasília) até em setembro, eu e o

procurador do estado representando o (Estado de São Paulo) e lá estava uma juíza de conciliação, o pessoal da (Funasa), da (Funai), que queria dar andamento no processo de saneamento e, posteriormente, de demarcação e tal, e a reunião começou com um laudo de 13 famílias, aí falou o seguinte, "eu não conheço a informação, que com base nela, a gente nem conversa, porque não tem isso lá, o número é muito menor, tal, tal" Bom, eu estou sentindo que assim, a questão do (Paraíso) tem retrocedido até por parte do (Governo Federal), sentindo, tenho essa convicção, porque eles estão em número muito pequeno. Lá atrás o (MP Federal) já tentou um acordo e apresentou 3 áreas para que eles saíssem da (Jureia), eles não aceitaram, a gente continua indeferindo o pedido deles de coisas que eles têm feito, a última foi energia, o (Davi) pediu, aí eles estão ameaçando invadir lá e fazer as coisas lá na sede, mas enfim, não tem feito ainda. Dia 29 agora, terça feira, tem uma reunião com o (MP Federal), quem defende os direitos lá dos índios é o (MP Federal) de (Santos) lá no nosso caso, está vindo a promotora fazer uma reunião na sede lá na (Jureia) comigo e uma vistoria no dia 30 na aldeia, eu não sei exatamente o que eles querem ver, se são as condições, se é o número de ocupantes, eu não sei, eu vou ver, mas eu acho que é em relação à conversa de (Brasília), onde nós contestamos os dados que eles estavam apresentando de família. Essa é a situação, eles estão em número muito baixo, no caso da (Jureia), isso não é no estado todo, no caso da (Jureia) estão em número muito pequeno, a gente, enquanto instituição, nega qualquer coisa que eles peçam, não reconhece a ocupação e a coisa segue. Eu pessoalmente acho que esse não é o melhor caminho, acho que a conversa inclusive para evidenciar essa questão de baixa ocupação, tentar dar uma gelada em outras áreas do estado, porque isso vai acontecer toda hora na conservação, são áreas... é fácil para um antropólogo comprovar que ali é um território (Guarani). Não é difícil eu acho, não sou antropólogo, mas não deve ser tão difícil (inint) [01:53:44.23] eles fazem... e eu não sei se essa distância e essa estratégia de não conversar com o (MP) vai ter um resultado lá na frente bom, não sei. A fundação tem seus advogados que analisam isso, mas é isso, tem.

Flávia: Mas a intenção do estado de não reconhecer é uma coisa de questão de terra ou de prejuízo da prática deles? Porque nesse documento, nesse estudo era das práticas irregulares até de comercialização de palmito e etc. Qual é a intenção do estado, por que não reconhecer?

Roberto: Eu não sei exatamente, mas acho que um pouquinho dos 2, de território, de ter uma área conservada por ele. Porque assim, eu até coloquei, foi uma discussão na prova até do mestrado, quando eles falavam de áreas protegidas, eu coloquei (Quilombola) e (Indígena) como área protegida e ela é conceitualmente protegida, ela não é legalmente protegida, os índios guaranis inclusive têm direitos que outros não têm. Então a gente pode discutir o conceito da conservação, e eu entendo que dependendo na mão de quem está, é melhor estar na mão do (Guarani) e de um quilombo, mas ele é conceitual, ela não é legal. Legal você tem a reserva legal, você tem as unidades de conservação, isso é legal, embora nem sempre tão efetivo. Bom, mas uma conversa conceitual. Então a fundação tem essas questão do território e também tem, isso a gente passa no dia-a-dia, eu já passei isso, essa questão do guarani e o recurso de pessoas que tiram proveito do direito que o guarani tem. A gente está falando de palmito, nós pegamos situação lá de... e não era nem guarani do (Paraíso), era um pessoal que estava vindo de outro canto, tem uma área lá que tinha bastante palmito ainda, nós pegamos eles tirando e tinha 1 branco junto, eles estavam tirando, provavelmente esse branco faria a comercialização desse palmito usando os caras com esse possível direito que eles têm. Aí nós pegamos, botamos o palmito no carro, recolhemos e mandamos eles embora, porque dá rolo maior para nós do que para eles. E aí eles encostaram do lado do carro e queriam ir para a delegacia. Isso é uma coisa muito louca, aí cai no conceitual de novo de discussão, que o entendimento que eles tinham, provavelmente instruídos, era, "você está me roubando, esse recurso é meu, eu tenho direito, não seu eu que estou roubando. Se você está pegando o meu palmito, nós vamos para a delegacia". E aí a gente sabe quão delicada é essa questão, para

quem estoura a corda quando essas coisas... aí no palmito, foram embora, para não ir para a delegacia, "toma o seu palmito". Aí isso aconteceu de novo semanas depois, a mesma coisa. Aí nós pegamos tudo nas costas do branco, "você vai para a delegacia, aí você fala o que você quiser, o que você está fazendo com os índios, explica lá para o delegado".

Flávia: Isso está acontecendo acho que de uma forma geral no (Brasil) todo.

Roberto: É.

Flávia: Mas então é essa a situação dos índios?

Roberto: Mas isso é tão arriscado, perigoso, ruim, porque ainda assim você tem os guarani por aí. Você poderia ter um espaço ocupado por eles mantendo o seu modo de vida, que não seria um problema, aquela questão do conceito, eu acho que não seria um problema tão grande, mas que poderia ter inclusive uma afinidade, uma proximidade com eles para algumas coisas, mas como você não tem essa garantia, porque eles são muito utilizados para outras coisas, isso comprovadamente acontece, talvez aconteça com todo mundo. Você fica em uma saia justa e você pega situações como essas, você sabe que o atravessador estava ali com eles.

Flávia: E agora na nova recategorização eles ficaram aonde?

Roberto: Parque.

Flávia: No parque?

Roberto: (Estadual do Itinguçu).

Flávia: Certo.

Roberto: Então dentro do parque. Eu acho, é uma percepção, eu posso estar enganado, inclusive a visita dia 29 e 30 da promotora pode dar um norte e eu fui autorizado a participar da conversa dessa vez, porque muitas vezes a gente não pode, a impressão que eu tenho para a (Jureia) é que está difícil para que eles mantenham essa discussão para homologar e demarcar. Diferente do (Cardoso), que não é nossa conversa, mas... o número é maior.

Flávia: É maior?

Roberto: Tem um antropológico que a (Funai) contratou e tem processo andando lá em (Brasília) para demarcar e homologar, é um território muito menor, a (Jureia) tem 100.000 hectares, o (Cardoso) tem 3.000. Eles costumam demarcar uma área muito grande, área de uso, não só de ocupação, e aí eu não sei nem o que seria (Ilha do Cardoso), depende do tamanho da coisa, e o que me preocupa enquanto postura institucional é que a gente sabe que isso está acontecendo, eu tenho informado (São Paulo), (São Paulo) fica aguardando chegar o momento dele. Não sei se isso está certo ou se está errado, os advogados lá que analisam isso, mas a gente pode acordar um belo dia com uma área demarcada e aí não tem o que fazer, demarcou, demarcou e a autonomia é total deles, você não tem autonomia nenhuma naquele espaço demarcado, é área deles e não pise lá. E uma área pequena, 3.000 hectares é uma área grande, mas as aldeias também não são pequenas quando demarcadas, não sei, e a gente com uma proposta, pelo menos eu com uma proposta de tentar internalizar essa discussão e partir para uma discussão de recategorização do (Cardoso), que é uma área muito ocupada, antropológico diz que é 100% tradicional, mas isso é um parque e a gente poderia entrar com uma discussão com boa parte das áreas já definidas que é uma área indígena, a gente não tem feito nada. Bom, sei lá, mas a (Jureia) é isso.

Flávia: Agora, aí só finalizando, já você falando das outras unidades, de uma forma geral, agora com a gerência nessa área que englobam 17, de uma forma geral, as questões se repetem, essa é uma situação dessas necessidades, se elas se repetem de forma geral nas outras unidades, o (SNUC) tem essa característica dessa... das dificuldades dele que você sente da (Jureia) nas demais assim de uma forma geral?

Roberto: Tem muita semelhança. De novo falando do (Cardoso), o (Cardoso) tem muita similaridade com algumas áreas da (Jureia), presença tradicional, caixas, adaptação a atividade outrora para turismo, ainda assim continua no território, (inint) [02:00:27.19] um exemplo que eu falei no (Cardoso) muito parecido com a (Barra do Una) na (Jureia),

comunidade caiçara e os pescadores que ao longo do tempo foram se adaptando à atividade turística, então ambos vivem do turismo, mas ainda mantém um pouco da atividade tradicional de uma rocinha e a pesca. Então as demandas são muito parecidas nessas áreas assim, a reforma do cara, e a calha que ele quer ampliar, autorização para a roça, é muito parecido. Em unidades de outra categoria tem umas demandas diferenciadas, mas em (APA), (APA) com restrição que não deveria existir, no caso da (Ilha Comprida) você tem 75% do município com (inint) [02:01:11.21] que ao mesmo tempo em que o estado impõe uma restrição quase igual a uma proteção integral, ela não interfere no direito de propriedade. Então é quase que dizer, "tome conta para mim e não faça nada e eu não vou te pagar nunca por isso", o que eu acho inconstitucional, está sendo o (inint) [02:01:31.13] da (Ilha Comprida) que deve mudar esse cenário, mas você tem um município que 100% dele é (APA), 100%, 75% é zona de vida silvestre, se você vai ver o que é, ele tem uma restrição quase igual a um parque e uma estação, só que parque e estação mesmo que o estado demore tudo aquilo que a gente já sabe e prevê que ele vai ter que te pagar, porque ele entendeu que era uma área ali que merecia ser conservada e a área é sua, eu vou te pagar um dia. Nesse caso ele prevê todo esse congelamento para uso, mas não prevê que vai te pagar, é loucura.

Flávia: É loucura.

Roberto: Isso também, assim, tem uma discussão bem interessante ali na (Ilha Comprida), diferente do que tem nessas áreas, você está falando de similaridade e de unidades, e aí você tem unidades que não têm problema fundiário, algumas menores no caminho, que nem (Campina) do (inint) [02:02:21.23], que você se dedica à execução dos programas e (inint) [02:02:25.06] fiscalização e educação ambiental e por aí vai. Agora, área ocupada e especialmente proteção integral ocupada ainda, as demandas são muito parecidas, muito parecidas. O que muda é o tamanho do bicho, (Jureia) é a segunda maior unidade do estado de (São Paulo) geograficamente, a primeira é o (Pesne) e a segunda é a (Jureia). Administrativamente, agora não, porque virou mosaico, talvez tenha alguns gestores, mas durante o tempo que era só estação, você tinha 1 administração, que era 1 gestor. O (Pesne) tem 300 e poucos mil hectares, mas são 9 núcleos, e quando eu digo 9 núcleos, são 9 gestores, 9 equipes administrativas. Então geograficamente a (Jureia) é a segunda maior do estado, administrativamente ela é a maior do estado. Aí tem o peso político histórico da (Jureia), político social, ambiental, movimentos que nascem a partir da criação da (Jureia), da história da usina, que você deve ter lido, os movimentos ambientalistas fortes que existem hoje no estado de (São Paulo), figuras que estão politicamente reposicionadas que nascem nessa discussão ambiental lá na década de 80 na (Jureia), os movimentos sociais que eu considero que estão perdendo força hoje em dia, infelizmente, mas talvez seja um dos maiores articulados, melhores articulados, com maior força na (Jureia), que é o (UMJ), sem dúvida, o representante de povos e populações tradicionais (inint) [02:03:52.19], que representa os caiçaras no (Brasil) é o (Dauro), para ajudar a (UMJ) da (Jureia), então tudo isso tem um peso diferente nessa conversa toda, a (Jureia) tem um peso muitas vezes maior que outras unidades. Mas tem muita singularidade sim. A unidade de produção integral ocupada, as necessidades são as mesmas. E aí eu acho que o (SNUC) ajuda, então a gente tendo boa vontade de fazer, o (SNUC) ajuda a dar uma minimizada pelo menos, ele não resolve, ele minimiza até que o estado resolva, porque só o estado pode resolver fazendo o que tem que fazer.

Flávia: (Roberto), só para finalizar mesmo, mesmo, eu só queria, se você puder, indicar algumas pessoas que você acha que são interessantes, que vão contribuir nesse sentido dentro da secretaria ou até da... porque eu não tive nenhum contato ainda com a...

Roberto: (UMJ).

Flávia: Com a (UMJ), se tem alguma pessoa que você acha que é interessante.

Roberto: Então, eu não sei como está o seu tempo, todas essas coisas, os seus prazos e tal, mas assim, pessoas que eu acho que não tem como não falar, não poderia deixar de falar, se tiver tempo, a (UMJ).

Flávia: Que é representado hoje?

Roberto: Pelo (Dauro).

Flávia: Pelo (Dauro).

Roberto: E eu conversaria com o representante da (Associação do Despraiado) e o representante da (Associação da Barra do Una).

Flávia: Certo.

Roberto: Enquanto representação de moradores. No estado eu conversaria com o (José Pedro de Oliveira Costa), foi o primeiro secretário do meio ambiente do estado de (São Paulo), foi o primeiro gestor mesmo que de forma provisória da (Jureia), é um cara que, mesmo distante, e muita gente critica, (inint) [02:05:34.13], quando precisa, ele participa, participou do primeiro quando foi necessário, no segundo, quando o bicho começou a pegar, ele entrou na conversa e conhece a região, está sempre (inint) [02:05:48.25], está em uma outra esfera hoje em dia, está na secretaria assessorando o secretário, mas conhece muito bem aquilo e sempre nos momentos cruciais esteve presente na discussão, então (José Pedro de Oliveira Costa). E acho que um cara também do estado que vale a pena você conversar é o (Manoel Messias), que é o gestor da (Jureia) hoje e foi chefe de fiscalização durante muito tempo e conhece aquilo lá.

Flávia: Os da associação, o acesso é por e-mail, por telefone?

Roberto: Hoje em dia, já foi pior, já foi tanto da (Barra) quanto do (Despraiado), você consegue falar por e-mail, o telefone da (Barra)... do (Despraiado) não, você consegue pegar ele mais por telefone também, e-mail e telefone, o da (Barra) mais e-mail e o telefone tem que combinar, quando ela está fora da (Barra), porque lá não pega. O (José Pedro) é fácil de encontrar, secretaria, (Zé Pedro), telefone, é fácil encontrar e-mail, telefone, ele fica em (São Paulo), e o (Messias), na sede da (Jureia), eu posso passar todos os contatos que você precisar por e-mail, te passo os telefones e o e-mail de todos.

Flávia: Eu posso te escrever então?

Roberto: Isso, eu passo os e-mails e nome de todos, e-mail.

Flávia: E o (Dauro) ele... também a mesma forma?

Roberto: O (Dauro) também, acho que eu tenho o telefone do (Dauro), devo ter ainda e o e-mail dele, eu tenho também. Te passo todos, aí você entra em contato. Mas que vale a pena mesmo, (UMJ), (Barra) e (Despraiado), (Messias) e (Zé Pedro).

Flávia: Algum promotor ou juiz que atue mais assim que você tenha para indicar?

Roberto: Como eu acho que o trabalho tem que ser... o que eu sentia falta no uso e eu acabei de citar outros, enfim. Eu teci elogios e críticas à (UMJ), mas a primeira instituição que eu lembro de falar quando alguém me... tem que falar com eles, puta histórico que não tem nem o que falar. Eu sei o que eles vão falar, mas tem que falar e o trabalho assim eu considero tudo isso. Um cara que eu acho que vale a pena, tem muita gente que fala que não tem que falar, esse cara só cria problema, enche o saco, é o (Akaoui), que eu não sei se está mais na baixada, acho que ele está em (São Paulo), ele é um cara fácil de achar também, (Fernando Reverendo Vidal Akaoui), promotor. E assim, aí também pessoal, tem coisas que eu acho que é absurdo o posicionamento deles, é ficar insistindo com a questão da estação que não dá, tem que resolver e tem condição para isso hoje, (inint) [02:08:06.25], mas tem coisas que eu acho que ele está certo, o estado também tira proveito disso para resolver um problema que ele tinha que resolver e não resolveu, (inint) [02:08:14.29] tem 40 famílias. Então eu acho que vale a pena trocar uma ideia com ele também.

Flávia: Ótimo. Nossa, (Roberto), não sei nem como te agradecer.

Roberto: Imagina.

Flávia: MUITÍSSIMO obrigada mesmo pela sua disponibilidade desde o início.

Roberto: Imagina.

Flávia: Obrigada mesmo. E hoje, nossa, aqui em (Piracicaba), obrigada mesmo, mesmo, mesmo.

Roberto: A gente deu sorte, poxa, que você é daqui.

Flávia: Mas então. Deixa eu... agora deixa eu ver.

Roberto: Mas fica o convite aí em algum momento, eu sei que você está com criança pequena, mas fica o convite...

Anexo B – Entrevista com Roberto Nicácio (Dia 16/05/2014)

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(palavra) → siglas ou nomes próprios.

F1 – FLÁVIA LORDELLO PIEDADE

M1 - ROBERTO NICÁCIO

Transcrito por Audiotext

(INÍCIO)

F1: Bom. Inicialmente é justamente sobre o mosaico, foi do início do ano de 2013.

M1: Abril, 8 de abril.

F1: Isso. Até a liminar teve alguma mudança efetiva nesse período? Você visualizou isso? De configuração, enfim da secretaria em relação a isso? A própria população?

M1: Então a minha opinião disso, quando eu falei contigo a ultima vez, já tinha sido aprovado não é?

F1: Tinha, exato.

M1: E se eu não me engano eu já não estava mais na gestão direta, eu estava na gerencia acumulando duas (RDS)s.

F1: Exato.

M1: Então o que aconteceu de lá para cá no meu entendimento, já é reflexo da má gestão das (inint) [00:01:27] do estado de (São Paulo), essa gestão é de retrocesso, não tem avanço, ou estagnou ou retrocedeu, então quando eu assumo a gerência e o (PL) estava na assembleia e eu acompanhava, foi negociado que assim que o mosaico fosse criado, pessoas seriam contratadas para as unidades, porque quando eu saio só tinha uma unidade que era a estação, e aí eu indico uma pessoa do quadro lá da unidade para assumir, que voltou a ser o gestor hoje inclusive, mas negócio dizendo que assim que o mosaico fosse aprovado a gente precisava de mais gente, e me disseram que “ok”. Quando ela é criada, isso não acontece, porque os cargos são ocupados, os cargos em comissão via de regra, ou muitos pelo, estão sendo ocupados sendo ocupados por uma outra função, ainda que a pessoa ocupe o cargo de gestor, ela tem outros objetivos que não são esses, então por isso que é um retrocesso, e aí a unidade é criada, o mosaico é criado, 8 de abril, e os cargos não aparecem, então continua o (Messias) que hoje está na estação de novo, com a estação ecológica com (refúgio) [00:02:35] essa conversa a gente deve ter tido, mesmo retomando para fazer sentido no que eu vou fala, o (Otto) que uma pessoa que foi gesto no primeiro mosaico do (parque lá pré lado) [00:02:44] assume o pré lado de novo e o (Uiti do sul) [00:02:47], que era outro parque do mosaico, e eu por está tocando muita coisa, e se uma área de muito conflito, que eu pelo tempo estava conduzindo de uma forma produtiva, eu peso para ficar nas (RDS)s de maneira temporária, então eu na gerência e nas (RDS)s por 8 meses, e em uma estratégia de falar “olha eu vou constituir os conselhos que são deliberativos e aí eu preciso de alguém para lá”. Isso não aconteceu aos meus 8 meses, e aí acontece acho que duas semanas antes de eu pedi demissão, com a transferência de uma pessoa que estava no peta da (Juréia) [00:03:23], ela assume as (RDS)s no meu lugar, eu fico só na gerência e ainda conduzo com ela o início dos trabalhos, faço reuniões junto nas (RDS)s e na verdade não era mais (RDS), recapitulando, quando essa pessoa que eu estou brigando chega, demora para chegar, chega desde o início lá da criação do mosaico, o mosaico estava de novo suspenso, então ela veio para as minhas (RDS)s, mas ela chega, as (RDS)s não existe. Então ela é apresentada inclusive nesse contexto, eu falo eu

falo “eu estou apresentando a gestora da (RDS)”. Mas a (RDS) nesse momento está suspensa, mas ela que vai toca os trabalhos das comunidades, porque a demanda continua acontecendo existindo ou não (RDS). E aí eu apresento ela nesse cenário. Essa gestora, aí somando se outras coisas da gerência, que para mim estava ficando insuportável, eu não estava conseguindo da um caminho diferente para as coisas, eu não concordava e aquele texto que você leu, não compactuar e perceber que eu não vou mudar, e as coisas tomam um rumo muito claro, e não é para acontecer, eu peço demissão, na semana seguinte que eu peço demissão, ela é colocada como gestora da (Juréia) que é a único contato que existia na verdade, e o (Messias) fica como refúgio, eu já te explico. Você deve ter lido, mas quais os artigos que não foram suspensos dali.

F1: Isso, eu li.

M1: E o (Messias) fica no refúgio, e ela assume a (Juréia) como um todo, essa pessoa, e eu saio, quando ela assume eu saio, aí uma semana depois que eu sai ele fazem isso, uma coisa que eu não queria, eles fazem, para a gestão em si, no meu entendimento, isso refrete o estado, não é uma coisa que é só da (Juréia), a (Juréia) é uma delas e nós estamos falando dela por conta do trabalho, e da minha experiência lá. É um retrocesso como quase em todo o estado, então não há um avanço com esses caras, só há retrocesso, as coisas não continuaram, os trabalhos que devia ser desenvolvidos não aconteceram, eles foram parados, alterados, teve uma revolução administrativa na (Juréia) sem a mínima necessidade.

F1: Você fala com a liminar, ou com essa mudança da gerência?

M1: Com a mudança, porque ainda que a liminar venha suspender o mosaico, a gestão anterior que era como estação, ela tinha os programas, os trabalhos muito bem direcionados, porque isso. Ainda que não exista legalmente a figura da (RDS) ali na (Barra do Una), existe demanda, existe comunidade, então os trabalhos aconteciam, então tinha acordo lá que eu consegui firmar, tinha um monte de coisa andando que foi paralisado, não teve continuidade, e o pouco que tentaram fazer, fizeram de forma inversa, eu não computo exclusivamente a suspensão do mosaico ao retrocesso, o retrocesso é do momento, que vem da secretaria a fundação, retrocesso geral e tem reflexo na (Juréia), a liminar ajuda um pouquinho esse retrocesso, quando se tem recursos alocados para uma área que desenvolve, que ordena e esse recurso fica suspenso, por exemplo, o imposto do (BID), (eu acho que nós falamos) [00:06:36] disso da outra vez, porque ele só pode ser utilizado se tiver figura legal e ela não existe nesse momento, então há um prejuízo com a suspensão? Há, mas ele é muito menor do que o prejuízo imposto por essa atual gestão, porque ainda que sem ele, se a gestão fosse boa, a gente conseguia tocar muita coisa que vinha tocando antes e não teve continuidade, não sei o percentual disso, mas a liminar causa um prejuízo menor, do que a atual gestão das unidades no estado de uma forma geral, causa prejuízo, mas ele é menor, no meu entendimento. Você deve ter visto nos artigos que eles não suspendem é o que incorpora a estação com estação, (que deve ter falado) [00:07:18]. “Você que junta uma estação com estação pode juntar”. Você quer criar mais unidade, é uma nova não existia, cria um refúgio, e o outro que não suspendeu o artigo é aquele que trata da questão (fundiage) [00:07:30] analisar o que é uma obrigação.

F1: E serve para manter?

M1: Serve, o resto que é o corpo da coisa do mosaico, ele é suspenso.

F1: E em termos da população (Roberto)?

M1: Eu aí fico, valia apenas com outras pessoas, se der tempo para finalização do seu projeto, porque eu saí. Então quando o mosaico cai, e eu ainda estou, tinha uma coisa que acontecia antes dele ser aprovado também, e eu tinha controle disso, ainda na gerência acumulando as duas (RDS)s estando não tão presente quando estava na gestão direta, eu toco algumas coisas, eu não perco o que foi construído, eu consigo manter isso, eu estou presente, eu vou, tem todo esse contexto, então as coisas começam tomar um caminho de continuidade e de avanço,

quando eu saio e essa outra pessoa é colocada na gestão direta, e o (Messias) sai, e eu não tenho mais controle de nada, porque eu estava fora, as coisas param de acontecer, mas eu também paro de ter retorno, eu não sei como está a lida com a população, se as coisas estão paradas, se as coisas estão acontecendo, eu monitoro ainda com os meus pais e com pessoas que eu conheço, que eu gosto, porque eu sou apaixonado pro aquele lugar, independente de qualquer coisa, então eu estou sempre querendo saber, e o que me parece a distância, por opiniões que eu recebo, que às vezes eu vou para (Peruíbe) ainda visito. É que está ruim, em especial porque não há mais uma presença do estado na comunidade, eles estão muito preocupados, pela falta de condição técnica deles, que lá não é fácil tocar. Então eles ficam inventando coisas que dão retorno talvez, sei lá qual o tipo de retorno. Eles fazem eventos, fazem não sei o que, criam o que a (Juréia) tem problema administrativo, e o único problema que ela não tem, é administrativo, a equipe é ótima, a dificuldade de gestão da (Juréia) em especial é essa lida, ações e conflitos gerados ao longo desse tempo com a comunidade, e aí quando a gente começa avançar nisso, e não é uma coisa que começou comigo, antes também, mas teve continuidade, eles param, eles param porque ninguém quer ir lá, porque não é fácil ir lá, e quanto mais tempo você demora para ir (Flávia) é pior, porque assim poxa, me colocando no lugar dos caras, chega em uma hora que você cai em um descrédito, porque essa conversa vai e volta, e as coisas não acontecem, e cada vez que você deixa de ir, quando você começa a evoluir, é aquela coisa, de novo, agora vem outro, falar isso aí que todo mundo já falou, não pode perder, não pode criar essa lacuna, esse buraco, porque depois é ruim para retomar, e cada vez que retoma, a desconfiança maior, é com uma participação menor, e esse buraco está sendo criado sei lá, desde que eu sei que acho que as pessoas não vão mais lá, e isso me preocupa, isso eu monitoro ainda a distância, é uma percepção de quem não está mais lá, mais que ainda se interessa pela região e procura saber, está ruim, talvez a percepção da comunidade, porque às vezes a presença impõe algumas restrições que eles não gostam, mas são necessárias, mas também a não presença faz com que outras coisas importantes para ele não sejam desenvolvidas, então talvez para alguns hoje que a coisa está mais solta, esteja achando bom, que também não tem um braço forte lá cobrando coisas que não pode ser feitas, que também ninguém é santo lá, agora coisas que podem ser desenvolvidas que foram construídas vão parando, não vão acontecendo, então a minha percepção é que está ruim, e provavelmente as comunidades também sentem isso.

F1: E em termos da própria fiscalização com essa nova gestão para a comunidade, ela ficou mais severa nesse sentido, assim de por não estar em contato com as necessidades locais, apenas exigir e não entender as necessidades?

M1: Então a fiscalização lá é bem ativa, porque a (Juréia) entre poucas unidades no estado tem um corpo de funcionários razoável.

F1: Que é isso até que eu ia te perguntar, existem quantos?

M1: Funcionários?

F1: Guarda parque?

M1: Olha tem muito guarda parque que hoje tem alguma outra função, inclusive o atual gestor era o chefe dos guarda parque, o (Messias) tem uns que já estão na parte administrativa, outros cuida frota, mas o (Loto) também de origem guarda parque, que era o gestor do (pré lago do sul) [00:11:51], mas efetivamente me campo hoje a gente tem uns 22, 23.

F1: E é suficiente?

M1: Não é, mas sendo realista entendendo essa dificuldade do estado que também vai em um caminho na contra mão disso na terceirização, achando que a terceirização vai suprir o papel do guarda parque, está errado não vai, porque não tem a mesma autonomia que o guarda parque tem, a terceirização ajuda, não é inútil, mas ela não ocupa o papel de um guarda parque, mas enfim, não se discute concurso, não se discute posição, e as unidades do estado no meu entendimento, no ponto de vista de fiscalização a proteção, e outras funções que os

guardas também fazem muito bem, educação ambiental, acompanhar pesquisador, tirando o papel administrativo, eles tem uma relação direta com quase todos os programas de gestão, não tem 10 anos a gente vai ter um colapso nas unidades do estado, porque não há reposição, é o quadro já é velho, então todos estão a 5, 10 anos para aposentar, então em um cenário ai otimista, não tem 10 anos, 15 anos que elas vão parar.

F1: E a informação que eu tive. Eu quero até vê se confere. Durante o processo do histórico naquele momento da antes da criação até da estação. Não é no momento do empreendimento, daquela possibilidade de ter o empreendimento.

M1: Da usina ou do empreendimento?

F1: Eu não sei se era da usina do empreendimento, mas enfim, da própria utilização da própria da população como guarda parque. Isso aconteceu, existem guarda parque que são da população mesmo?

M1: Sim. Já te respondo isso, esqueci de falar uma coisa, eu volto aí. Que você me perguntou como estava (a atual) [00:13:36] nesse momento que está novamente estação. É isso que eu estou te falando, eles são antigos no quadro, tem uma coisa que eu não nego, embora eu não tenha vivenciado, mas eu li, eu estudei a unidade, eu falei com as pessoas que estão lá desde o início, de um conflito inicial com relação a essas demandas, e a imposição aos funcionários com relação à fiscalização, e as demandas das comunidades que estavam lá quando a unidade foi criada, então de fato teve conflito nesse momento, essa coisa não pode, uma roça não pode, troca uma telha não pode, mas isso na (Juréia) foi superado acho que em umas primeiras unidades do estado que ela começa criar procedimentos para tudo isso, então isso é uma coisa superada há anos, embora o discurso ainda seja utilizado hoje, que é uma coisa que é forte, que choca, quando o cara fala “eu não posso fazer minha roça, não posso plantar, não posso comer”. Isso não acontece mais, mas se mantém esse discurso ainda, muito pedido é indeferido, é porque não atende critérios estabelecidos, porque também você não pode autorizar um cara que é um invasor a plantar, construir, que você vai na contra mão. Agora quem estava lá, e eles têm registros desde 1990, à (Juréia) tem um monte de cadastro, tem lá o histórico antropológico, e tem o conhecimento de que os caras estão lá desde o início, não tem um que não peça para reformar, e trocar as suas coisas que não seja autorizado, isso é muito difícil, quem não peça para fazer roça e não seja autorizado, e é cada vez mais difícil as pessoas fazendo roça, quem faz roça por incrível que pareça, ainda são os velhos, os mais novos, não fazem mais, às vezes faz para manter um cenário, uma coisa quase que teatral e romântica, embora seja bacana essa continuidade, não sou contra não, mas a roça como função que ela teve a muito tempo atrás, quase ninguém faz, ainda quem faz são os velhos, mas os que pedem fazem, são autorizados, então porque eu estou dizendo isso. Porque os guardas ainda que não lidem com autorização disso, com os laudos para autorização disso, alguns até lidam, mas eles sabem do procedimento, porque eles acompanharam isso ao longo do tempo. Sem uma diretriz muito clara hoje, mas quem está lá nesse momento é ex guarda parque, poderia da um conflito pequeno, de uma falta de informação aos caras que estão ponta, digo dos guardas, que aquela área está ou não autorizada, mas a manutenção da estação não deve criar um grande problema com relação a essas demandas, no uso de dia a dia, de direitos, porque essa turma está acostumada, então eles sabem que a (Flávia) é uma tradicional e a (Flávia) está fazendo roça esse ano porque ela pediu, então não tem essa coisa focada encima dos caras, nesse meio tem um gato pingado ou outro ainda que acaba não sendo autorizado, pode ser uma comida de bola, mas é muito difícil, finalizando essa coisa qual a relação deles hoje que voltou a ser estação, eles também estão acostumados com essa coisa, de vai e volta, e quase sempre foi estação, e foi como estação que os procedimento de autorização foram construídos, então eles sabem, não muda muito não, para eles assim da fiscalização. A outra pergunta que você tinha feito, que eu falei “para e eu voltei”.

F1: Se essa nova gestão esta interferindo? Se está interferindo não, a relação com a população com essa nova gestão, no sentido de ser mais severa? E daí que a gente entrou na fiscalização né.

M1: Eu acho não, eu acho que não teve muita diferença com relação essa restrição imposta pela gestão. O problema que eu vejo dessa atual gestão, não é essa diretriz de “agora vamos apertar, vamos fiscalizar tudo, não vamos autorizar mais nada”. Não é isso, ela é ruim, e ruim de forma geral, não há direcionamento para que tenha uma coisa específica, em especial da fiscalização, ela é ruim. E o que me preocupa, e acho que falando da (Juréia) e não falando do estado. Que isso é reflexo do estado, em especial a ausência do estado nas comunidas, discutindo as (coisas) [00:17:45] dão continuidade, independente de está a estação, onde não está a estação, onde montar o mosaico, onde não montar. Altera a forma com que você vai encaminhar e trabalhar, altera um pouco, mas você não pode deixar ele ir, porque as pessoas estão lá, a ausência é um problema, acho que esse é um dos maiores problemas da questão da (Juréia) além de uma coisa louca que aconteceu na administração, se tudo que era assim, fizeram assim, só para mudar, e também deve ter comprometido um pouco a questão administrativa que tem reflexo na gestão de uma forma geral, mas ela era no meu entendimento, óbvio que eu estava na gestão, que eu fui gestor durante muito tempo, aquela equipe administrativa para mim era muito boa, e eu percebo como que ela era de fato muito boa, e daí o entendimento meu que estava com a cabeça ali dentro, quando eu assumo a gerência e mais 17 unidades, e eu lido com todas as equipes administrativas da minha gerência, então de ela boa, não é uma percepção que eu tinha porque eu estava lá, de fato era ali, não era ali que tinha que mexer, e as pessoas por não querer mexer onde tem que mexer, que onde da trabalho, onde toma porrada e aonde o conflito pega, onde a coisa pega, aí vai lá mexer no administrativo, muda um que fazia a frota e manda fazer prestação de conta, muda esse e transfere para não sei onde, cria um reboição, um problema administrativo na verdade criaram, e de gestão de campo, dos conflitos ninguém toca, e eu não tenho expectativa que vão tocar, porque não vieram para isso, daqui a pouco estão saindo, vieram para outras coisas que menos fazer gestão da unidade de conservação, pelo menos isso não fazem.

F1: Bom em termos ainda da população, eu li assim que saiu, que foi promulgado o novo mosaico, uma nota do (Dauro). (Dauro) não é?

M1: (Dauro).

F1: Mencionando que aquela configuração não favorecia novamente a população, e que muita gente ficou fora, outros que não deveriam, ficaram dentro de unidades que não deveriam. Você entende que a situação de estação, favorece eles da configuração de estação?

M1: Uma coisa que favorecem eles nesse momento, aí não é uma critica atual, é uma coisa histórica.

F1: Na verdade era só para a gente concluir mesmo, apesar do termo eficácia até para o direito ter várias acepções, várias definições, mas assim de forma geral a eficácia ela sempre leva a definição de que aquela lei, aquela norma em fim, atinge o anseio da sociedade e o anseio da própria legislação, quando ela foi criada ali, do próprio corpo da lei em si, e você visualizando a sua experiência lá, sua relação com aquela região, você consegue observar o (SNUC) eficaz ali?

M1: Sim.

F1: Sim?

M1: Poderia discorrer sobre várias coisas que eu discordo, mas assim se tivesse que falar, “(Roberto) é sim ou não, diga seja objetivo”. Sim. Hoje me dia o que da base para você autorizar muita coisa que lá atrás, é uma coisa, “não pode”. Você sabe que não pode fazer nada hoje, (vou falar muito claro) [00:01:21] até que se resolva a questão (inint) [00:01:24] as pessoas tem direito de, de, de. Esse de, de, de (Flávia) [00:01:27] para que está afim de fazer as coisas, você faz tudo.

F1: Sim.

M1: O segredo da coisa para mim, é você defini, e estabelecer critérios, quem pode, porque dentro de uma unidade desse tamanho, você tem tudo, você o tradicional de fato, você tem o invasor, se você pega e aplica aquilo para todo mundo, você perdeu a mão é não justo, agora para o cara que de fato tem esse contesto, o (SNUC) te dá uma base para fazer tudo, então chega um momento da fundação que eu nem esperava sair portaria, eu citei algumas aí, mas para mim o (SNUC) era básico, entendeu, o (SNUC) dá a autorização você que é uma tradicional a fazer isso, vai fazer, então ele é importante. Importante me criar outras figuras de unidade, que não é aquela coisa fechada que ou era (APA) ou era estação, ou era parque, que a (APA) também é frágil, (esses dias eles) [00:02:12] queriam uma (APA) das de 86, não tinha mais tradicional, porque a (APA) não interfere nos direitos de propriedade, e aí os caras (inint) [00:02:17] engolido pela especulação imobiliária que não aconteceu em todo o litoral do estado, e só tem tradicional e hoje dentro da unidade de conservação, que teve esse conflito, tem essa briga, tem tudo isso, mas garantiu por inoperância dele, de indenizá-lo no dia seguinte, vá embora, a condição de hoje 2006, 2010, 2009, a gente está discutindo no (RDS) (inint) [00:02:36] a (APA) não daria essa condição, então ele é eficaz, ele tem adaptações a serem feitas, tem, eu posso ser melhorado, pode. Como pode quase todo mecanismo, agora se tem que ser taxativo assim, ele é eficaz, de criar condição que você não tinha antes.

F1: Não sei se ela já foi embora, ela estava.

M1: Esse é meu entendimento dele.

F1: E o seu entendimento para lá, continua sendo o mosaico?

M1: Sim.

F1: E essa configuração de 2013?

M1: 2013, com parênteses, sou contrário a criação da (RDS) dos praiados não jogo contra depois que criou, seria burrice fazer isso, pelo contrário, se tivesse que falar 'Roberto' (inint) [00:03:22] ou criar neste contesto, (Barra do Muniz Praiado) [00:03:25] fica só a estação, cria a (Barra do Muniz Praiado) [00:03:28] e mantém o resto do parque estação, acho que mais justo, melhor, enfim, é melhor, resumo, é melhor, tem esse parênteses, não sou a favor do desenho atual, mas ele é melhor do que deixar tudo em estação, é melhor, mais do que isso é demais, não dá, não cabe mais, passou o momento, se discutisse talvez (RDS) seja no que fosse de 1980, o desejo da (RDS) porque o bacana de (RDS) (RZEX) é propriedade pública. Qual a diferença? Se você vai permitir atividade (concernente a) [00:04:02] (APA), eu interfiro do direito de propriedade, e eu paro, a questão da especulação, que eu não consigo fazer vem (APA) Então assim, eu vou comprar essa área estado, e aqui eu vou definir beneficiado, são esses, o manejo vai ser esse, o ordenamento vai ser esse, a gente constrói isso junto, é uma coisa impositiva, ela é democrática, feita de forma participativa, mas eu paro a especulação, porque o (DEMO) não pode vender o benefício dele para um veranista, porque o cara veranista não tem característica, então não tem validade, então lá atrás, esquece essa figura, aí é questão do (SNUC), ele é bom, tem melhoras? Tem. Mas, muito melhor com ele, do que sem ele.

F1: Show, Obrigação (Roberto), era isso, se fosse tomar mais seu tempo, coitado.

M: Assim, talvez tenha alguma coisa que ia passar.

F1: Concluído.

Anexo C – Entrevista Dr. José Eduardo Ramos Rodrigues (2013)

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(palavra) → siglas ou nomes próprios.

Transcrito por Audiotext

(INÍCIO)

Flávia: A primeira questão eu falei então sobre a sua discussão de eficácia jurídica e social.

José Eduardo: Sim.

Flávia: E que considera a efetividade como eficácia social, ou seja, a real aplicação, e não como eficácia jurídica.

José Eduardo: Aí se você precisar no (SNUC), livro do (SNUC).

Flávia: Isso, isso, exatamente, a oposição sobre a efetividade do (SNUC) com relação à estação ecológica, que fala sobre essa discussão de proteção do meio ambiente natural e da questão do povo tradicional.

José Eduardo: Perfeito.

Flávia: Isso. Qual seria a sua... a sua posição da efetividade do (SNUC) na estação especificamente, que tem essa questão de ser um ambiente extremamente importante em relação à proteção do meio ambiente natural, mas que a população residente e dentre essa população residente considerado tradicional e outros não?

José Eduardo: Aí o problema é o seguinte, tem jurista, tem a (Doutora Márcia Louzinger), por exemplo, que acha que é até inconstitucional você criar unidade de conservação em cima onde há população tradicional. Eu não comungo dessa posição, eu acho que depende, que a população tradicional, com toda a vênua, existe muita... primeiro que o conceito de população tradicional é muito complicado, você vê que foi vetado inclusive o conceito tradicional, tem aquele do (Diegues) e agora tem o decreto, mas eu não sei até que ponto população tradicional não é uma fórmula de você evitar indenizar as pessoas pelo que lhes é devido, entendeu?

Flávia: Entendi.

José Eduardo: Eu acho que uma população tradicional tem condição de viver fora da unidade de conservação ou pode ser até que prefira viver, talvez não queira ser população tradicional, isso é uma coisa interessante. Eu vejo pelos imóveis que eu recebo aqui de população tradicional, eles vivem muito mal, eu não sei se eles são tão felizes assim, entendeu?

Flávia: Sim.

José Eduardo: Eu não sei se a população... talvez população tradicional possa ter um... é como um indígena em outros estados, ele pode ser que seja realmente... ele tenha terras há muito tempo seculares e tal, mas aqui no estado de (São Paulo) eles quase sempre são invasores de unidade de conservação. Então eu não sei até que ponto essas populações tradicionais são tão... realmente estão interessadas e se merecem ser, se elas têm perspectiva realmente de ter uma qualidade de vida como populações tradicionais, eu tenho dúvidas sobre esse tema, sabe?

Flávia: Certo.

José Eduardo: Eu acho que você tem que pensar muito bem se não valeria a pena você indenizá-las e retirá-las do lugar, entendeu? Porque as restrições são muito grandes, a situação de vida deles é muito precária. Eu vou falar para você, eu tenho dó do modo com que eles moram, eu não sei se eles são tão felizes assim, entendeu?

Flávia: É verdade.

José Eduardo: Às vezes eles me parecem mais população pobre e que não tem perspectiva, entendeu? E às vezes você chegar e falar, "não, mas eles são população tradicional", pode ser muito mais para perpetuar a miséria, que eu também sou totalmente contra. Eu acho que eles podem viver, até acho que eles teriam que ser, em grande parte deveria ser realmente assentado fora da... como se diz?

Flávia: Da unidade de conservação.

José Eduardo: Fora da unidade, entendeu?

Flávia: Certo.

José Eduardo: Você pode imaginar uma reserva de movimento sustentável e tal, mas viver em unidade de conservação e proteção integral, eu acho isso um absurdo. Sinceramente, eu acho que você manter com a justificativa de que são tradicionais, ou você transforma ou em reserva de desenvolvimento sustentável, que existe uma pesquisa, um trabalho intenso para você fazer esse desenvolvimento sustentável, não tem... aquela história, "mas eles já sabem". Não sabem. O desenvolvimento sustentável é uma coisa que a humanidade ainda não desenvolveu devidamente. Então tem que ter um trabalho de muita assistência, de pesquisa, entendeu, de estudo, não é esse negócio, "já que estão lá, vamos deixar", sabe? Eu acho muito mal, muito mal encaminhada essa questão, muito mal encaminhada.

Flávia: É sim.

José Eduardo: Não sei se isso está respondendo à sua pergunta.

Flávia: Sim, tudo faz parte, com certeza. No caso especificamente do (SNUC), doutor, sobre aquela discussão de eficácia, que é um tema bastante importante no meu trabalho, eu até parto desse princípio da eficácia para poder chegar no (SNUC).

José Eduardo: Sim

Flávia: Nesse sentido de distinção de eficácia social e eficácia jurídica, qual seria a sua posição para o (SNUC)?

José Eduardo: Bom, é que aí o problema é o que você conceituou por eficácia. Tem gente, por exemplo, tem quem considere eficácia, a eficácia pela... é uma norma eficaz porque tem uma ação para defendê-las. Eu já acho que eficácia deve ser natural. A norma jurídica, as pessoas devem respeitar, porque pelo menos a grande maioria deles deve respeitar, porque é importante. Infratores à norma jurídica sempre há, mas eles têm que ser minoria. Se eles não são minoria, se a maioria desrespeita, é porque há algo errado, entendeu? Algo errado na norma, algo errado na educação, entendeu? Se eles não estão dando a devida prioridade, é porque realmente está faltando alguma coisa, está faltando interesse político, está faltando educação, está faltando política pública, entendeu? Vamos dar um exemplo, se o crime, se fosse, deixasse de ser crime ser homicida, você sairia matando alguém?

Flávia: Não.

José Eduardo: Não sairia, porque é a sua educação. O fato de, "o bandido é preso, fica pouco tempo, então eu vou aproveitar, vou matar, porque eu vou ficar pouco tempo na cadeia", não é isso o que você pensa nem o que eu penso, porque a nossa educação diz que matar é até pecado, não é verdade?

Flávia: É verdade.

José Eduardo: Que matar é uma coisa horrível. Agora, tem gente que acha que matar animais selvagens ou torturar animais até domésticos é uma coisa bacana, não é uma coisa importante, não é uma coisa que mereça. E a sociedade aos poucos está mudando e está entendendo que os seres vivos não humanos também tem que ser protegidos. Então há uma mudança de mentalidade que demora. Então eu acho que as normas de direito ambiental ainda não, vamos dizer, ainda não caiu a ficha da população, tanto que você vê que nessas passeatas que tiveram aí de monte, eu não vi ninguém defendendo o meio ambiente. Porque se tivesse lá alguém defendendo, já melhorava, já teria melhorado alguma coisa, mas na verdade você não vê isso, você não vê como um centro de interesse.

Flávia: Então seria talvez, no caso especificamente da lei do (SNUC), uma eficácia apenas jurídica, e não social?

José Eduardo: Isso, exatamente. Ou então, tem casos gravíssimos aí, como você tem o código florestal, que você não tem nem uma nem outra, porque na prática o código florestal mudou, que ele se tornou permissivo, muito permissivo para o meu gosto e mesmo assim tem alguns aspectos positivos, mas você não vê mudar, o panorama continua igual. No que era negativo, continua negativo e o positivo não se implantou.

Flávia: Certinho.

José Eduardo: Ali você não vê eficácia nem social e nem jurídica.

Flávia: Ok. Só finalizar aqui. Só para finalizar, doutor, como a autora que o senhor indicou, (Márcia)? Só o sobrenome dela que eu não conseguir anotar.

José Eduardo: (Leuzinger), é (Leuzinger), com Z.

Flávia: (Leuzinger), ok.

José Eduardo: Esse livro foi distribuído para os associados do (IBAP), do (Instituto Brasileiro de Advocacia Pública). Eu vou te dar um telefone lá do (IBAP), eu acho que você consegue arranjar, se você não consegue o livro, você consegue pesquisar lá, talvez você consiga comprá-lo.

Flávia: Ótimo.

José Eduardo: Deixa eu dar o telefone, (IBAP), (Instituto Brasileiro de Advocacia Pública).

Flávia: Certo.

José Eduardo: 3104-2819.

Flávia: É (011)?

José Eduardo: (11).

Flávia: Ok.

José Eduardo: Ela tem essa tese de que você não pode criar unidade de conservação integral em área que exista população tradicional, porque se ela deixa a área, ela deixa de ser tradicional e, como eu te falei, eu respeito, mas não é a minha posição. Mas eu acho que é bom você fazendo tese, é tese, é bom você trazer as várias posições.

Flávia: Sim, com certeza, isso mesmo.

José Eduardo: Fazer um debate.

Flávia: Ótimo. Bom, já passando para a segunda, é bem um pouco sobre o que a gente falou do conceito da população que foi vetado.

José Eduardo: Sim.

Flávia: E depois de 10 anos, até que eu coloco da defesa do seu mestrado e 13 da vigência da lei, o senhor, bom, já meio que respondeu, achou que prosperou essa discussão.

José Eduardo: Sim.

Flávia: Em relação à regulamentação desses povos com toda a legislação que veio depois, decretos, etc., o senhor consegue ver um panorama de melhora na discussão ou não?

José Eduardo: Eu não sei, eu acho que a área ambiental está bastante esvaziada hoje no geral. Você vê no governo federal, você vê as unidades de conservação perder as áreas por medida provisória, que eu acho inconstitucional, mas o (Supremo) também não julga, porque evita o (PCE) [00:11:50.21] aparecer na televisão, o pessoal está querendo fazer mais é auê. Então é mais bacana ficar falando em mensalão, dá mais status do que você falar de outras coisas. E o governo estadual está complicado, é até difícil de eu lhe falar por questões... até por trabalhar nele, mas também não... você vê que faltam uns tramites de manejo, só tem 3 áreas, por exemplo, quando eles falaram em privatizar serviços dentro de 3 parques, esses 3 parques é porque são os únicos que tem regularização fundiária, que tem plano de manejo, sabe? Em cento e poucos parques, só tem 3. O governo federal, que eu saiba, não tem nenhum. Eu não sei como estará (Paraná) e (Minas Gerais), entendeu? Mas está muito devagar essa parte e a biodiversidade vai se perdendo.

Flávia: Sim, sem dúvida.

José Eduardo: Não sinto prioridade da parte das... os órgãos ambientais estão mais preocupados com licenciamento, inclusive em simplificar normas, em afrouxar normas de licenciamento, que também é uma coisa muito perigosa, então eu acho que vai mal, vai mal, vai mal. Parece que enquanto não tiver outro evento internacional aí, parece que ninguém se mexe, sabe?

Flávia: Sim, certo.

José Eduardo: E como não existe essa conscientização ou essa prioridade da própria população e, vamos dizer, os militantes ambientais são muito divididos. Quando eu comecei, que eu tinha 20 anos, as coisas eram mais centralizadas, havia uma maior colaboração. Depois muitos foram arrumando emprego, aí começaram a... alguns se tornaram chapa branca por assim dizer, entendeu?

Flávia: Entendi.

José Eduardo: Então a coisa foi ficando dividida e na prática não tem funcionado, sabe? A militância não tem funcionado e você vê que quando ela agita, no caso de (Ilha Bela), eles conseguiram impedir a mudança por zoneamento lá das praias (Bahia de Castelhanos), praia de... como chama? (Praia do Bonete), que haviam se transformado em áreas urbanas e que ia ser uma coisa terrível inclusive porque atingia inclusive populações tradicionais que vivem lá.

Flávia: Entendo.

José Eduardo: Toda justificativa de que tem problemas de ligação de esgoto e de luz, que isso é natural na zona rural, quem já teve sítio ou quem já morou em fazenda sabe que quando chove, acaba a luz, e ligação de esgoto não tem, a população é muito pequena, então você faz fossas, se você fizer uma fossa correta, não há problema. Então na verdade é uma coisa feita visando a especulação imobiliária.

Flávia: Entendi.

José Eduardo: E a população se mobilizou e o prefeito recuou.

Flávia: Certo. Até já nesse sentido que atualmente a (Estação Ecológica Jureia Itatins) foi novamente recategorizada, formou-se um novo mosaico.

José Eduardo: Sim.

Flávia: E 1 das críticas que foram feitas sobre esse novo mosaico é que seria uma forma, uma manobra do estado de conseguira assentar a maioria da população que lá está e eles não conseguem resolver essa problemática. Você consegue visualizar isso também, (Doutor José Eduardo), que a população... é uma forma de resolver um problema que deveria ser feito de outra forma?

José Eduardo: O problema é que as desapropriações, as indenizações não ocorrem, sabe? Nunca tem dinheiro, nunca não sei o que, entendeu? Aí optaram por essa solução, por isso que eu digo que esse negócio de população tradicional está me parecendo uma justificativa para manter pessoas em situação miserável. Em especial em toda a região do (Vale do Ribeira), eu vejo, eles veem pedir para fazer reformas nos imóveis, não sei o que, nas casas, mas eles vivem em uma miséria que eu fico horrorizado, sabe? E são muito limitados para fazer, ali não há muito que fazer para viver, a não ser que você vá ser caçador clandestino ou palmitreiro, entendeu? Eu não vejo como gerar empregos para aquela população. Então eu não sei até que ponto também... eu me lembro da criação da estação da (Jureia) e também houve uma criação em áreas meio complicadas, sabe? Áreas que já eram muito ocupadas, porque foi criado com urgência, porque estava... o governo federal desistiu das usinas, sabe, das usinas atômicas, usinas nucleares, então se criou no supetão, porque tinha um loteamento aprovado que lembrava a (Cidade Ocean), na (Praia da Jureia), por exemplo. E naquele tempo não tinha muitas modalidades de unidade de conservação, então criaram a que tinha disponível, que essa ou o parque. Escolheram estação ecológica, que era mais fechada, não sei o que, mas faltou levar em conta que tinha áreas realmente habitadas. Então eu acho que nem tudo, no

caso da (Jureia), existe uma lógica, não é bem assim que foi para facilitar a presença, mas na verdade eles estavam lá mesmo, estavam lá há muitos anos e também não se toma iniciativa de indenizar, perguntar para as pessoas quem quer sair, entendeu? Porque deve ter muitos que querem sair por motivos de intenção de interesse deles. Esse negócio de ser população tradicional, às vezes o que você chama de população tradicional, outro chame de miséria, de pobreza. Estão vivendo na pobreza e por causa disso eles vivem daquela forma, mas eles prefeririam viver de uma forma melhor. É o que você vê muito em (Peciguaba), que o pessoal jovem quer ter televisão, quer ter tudo, entendeu? Eles não acham legal morar lá, na verdade eles não acham bacana morar na estação ecológica, em (Peciguaba), serem caiçaras, não sei o que. Cada caso é 1 caso, agora, não se trata muito desse assunto, porque realmente não há interesse em aplicar grandes quantias nessa área. Eu não sei como vai estar, mas até agora eu não estou sentindo e cada vez, pelo contrário, estou sentindo mais é uma redução nesse investimento.

Flávia: Só para concluir essa questão, de um lado essa questão toda da falta de qualidade de vida, da pobreza da população e, em contrapartida, há os defensores, como o (Diegues), enfim, que fala da manutenção da biodiversidade pela cultura e pela prática dessa comunidade. O senhor acredita que isso acontece em alguma área ou especificamente na (Jureia)?

José Eduardo: Aqui no estado de (São Paulo), sinceramente eu talvez veja isso em outros lugares, mas no estado de (São Paulo) eu não enxergo isso. O problema dessa visão aí é que o (Brasil) é muito vasto e, por exemplo, o sistema tradicional na (Amazônia) é uma coisa mais forte, porque você incorpora, agora, no estado de (São Paulo) eu não sei, eu acho que o atrativo do consumo, o atrativo econômico é muito grande. Eu imagino que seja mais viável indenizar as pessoas ou retirá-las para outras áreas, entendeu? Porque eu vejo que grande parte dessa população que está morando, eles moram em áreas desmatadas, tem pasto, tem plantação, entendeu? E às vezes vão invadindo outras áreas também para plantar mais banana. E dizer que eles vivem de subsistência também não é verdade, eu não vejo isso, eu sinto que é uma atividade de pobre mesmo, um comércio pobre.

Flávia: Ok.

José Eduardo: Pelo menos os moradores que eu vejo e muitos que vivem do turismo, como, por exemplo, na (Ilha do Cardoso), ele é guia de turismo, então dizer que eles são tradicionais também é forçar um pouco a barra, sabe? Então o estado de (São Paulo), o capitalismo tem um certo espaço maior que em outros lugares, então o capitalismo cria atrativos que eu acho que concorrem e acabam sendo mais fortes, o consumo é mais forte do que o viver tradicionalmente. Eu não vejo força nisso.

Flávia: Ok.

José Eduardo: Eu vejo que as pessoas têm... é como aqueles indígenas da (Bolívia) que moram aqui no (Brasil) na divisa e que não quiseram ser declarados indígenas, eles querem ser agricultores como outro qualquer, embora sejam indígenas. Eles não querem ser indígenas, é absolutamente natural. Mas parece que para alguns antropólogos isso é inadmissível, temos que ser... você não pode obrigar, por exemplo, a população das (Ilhas Malvinas) a vir à (Argentina), certo? Que eu também não acho que você possa obrigar populações que vivam em certas unidades a continuar vivendo daquela forma, eles têm que ter opção, e essa opção não é muito dada a eles, o que eu acho que é o grande problema. "Fica aí, você é tradicional e tal", e as vantagens são ínfimas, são mínimas.

Flávia: Ok. Não, está ótimo. Bom, 2 questões posteriores a gente acabou que falamos nessa questão, eu já puxei, até porque a gente começou a falar do tradicional. A próxima seria na conclusão da sua dissertação de mestrado o senhor elencou alguns pontos críticos da lei e se após o decurso desse tempo da sua defesa...

José Eduardo: É que eu não lembro mais o que eu falei, eu raramente leio as coisas que eu escrevo.

Flávia: Nossa, nem fale, eu também não gosto de ler.

José Eduardo: Aí começa a ver defeitos ou então começo a ficar enjoado, porque começo a ler coisas que eu já li, repetidas.

Flávia: O senhor tem um tempinho só para eu pegar a sua dissertação?

José Eduardo: Temos 13 minutos.

Flávia: Ok, é só um instantinho então.

José Eduardo: Pois não.

Flávia: Bom, primeiro, (Doutor José Eduardo), a questão das modalidades de unidades de conservação que o senhor indicou ser excessivo.

José Eduardo: Sim, até agora não mudou nada.

Flávia: Não mudou nada?

José Eduardo: Nada. Apenas que a maior parte dessas modalidades nem são usadas, caíram em desuso.

Flávia: Ok. A lei também extrapolou determinar um procedimento de consulta para a criação de unidades de conservação que, de certa forma, acaba por subordinar valores planetários e mesquinhos e interesses paroquiais.

José Eduardo: Isso daí eu não tenho captado, pelo menos do estão de (São Paulo), não tenho visto não problema assim, porque o que aconteceu é que eles levantaram, eles discutem dimensões, mas não discutem modalidade de unidade. Isso já é uma grande coisa, porque se você começar, aí vai todo mundo querer criar (APA). Mas existem problemas principalmente com (APAs), porque (APA) envolve interesses políticos, prefeitos, etc., então é uma coisa muito complicada.

Flávia: Certo.

José Eduardo: Prefeitos que querem descaracterizar as (APAs), conflitos com particulares e com prefeitos dos municípios, não é fácil e isso eu acho que está se agravando a cada dia.

Flávia: Certo. A questão, a princípio, no seu trabalho, você mencionou da excessiva centralização das atividades em torno do (IBAMA). Atualmente, com toda a redistribuição (ICMBio).

José Eduardo: (ICMBio) é outro desestruturado, em muitos lugares ele não é funcionário de (IBAMA), é um instituto meio fantasma.

Flávia: Entendi.

José Eduardo: Ainda não se organizou e as coisas não estão caminhando muito bem.

Flávia: O senhor não vê que foi então positivo?

José Eduardo: Não me parece também ser prioritário do governo federal.

Flávia: Entendi. A questão dos prazos, bom, isso também não foi alterado?

José Eduardo: Não.

Flávia: Os prazos difíceis de serem cumpridos?

José Eduardo: Sim, e continuam não sendo cumpridos, o estado não cumpre os prazos da lei.

Flávia: Certo.

José Eduardo: De lei nenhuma. (Inint) [00:29:04.11]. O prazo é para os outros. É como o juiz, juiz sentencia quando quer e o advogado, coitado, tem que ficar lá.

Flávia: Sim, isso eu divido por ser advogada e é dessa forma mesmo.

José Eduardo: A senhora é advogada também?

Flávia: Sou, sou sim.

José Eduardo: Então você sabe muito bem como é o negócio.

Flávia: Sim, o prazo é só para o advogado.

José Eduardo: Se você perder o prazo, você é crucificado. Eu fui fazer (inint) [00:29:33.21] sexta feira no fim do mundo, (Dia da Consciência Negra), mas que não era feriado lá porque o

juiz disse que ia julgar rápido, aí ele justificou, "eu vou julgar rápido". Levou 1 ano e 8 meses para julgar, então você vê que não... o juiz, o que ele fala não se escreve.

Flávia: Não, com certeza. É muito complicado advogar no (Brasil).

José Eduardo: Com certeza. E o cliente acha que a culpa é do advogado.

Flávia: Isso, exatamente, ele não tem essa concepção, infelizmente.

José Eduardo: Exato, ainda vai à festa falar mal, falar para outro advogado ver o processo para ele.

Flávia: Isso.

José Eduardo: Porque esse advogado é ladrão e não está fazendo as coisas.

Flávia: Exatamente, é por aí mesmo. Bom, acho que para finalizar até como você mencionou aqui, mas diante de todas essas dificuldades, o senhor acredita em um avanço ou não do momento que o senhor defendeu?

José Eduardo: Não, eu acredito que sempre tem avanço.

Flávia: Do (SNUC) e hoje em dia você consegue visualizar esse avanço mesmo com todas essas dificuldades do tempo que você defendeu e fez o seu trabalho?

José Eduardo: A esperança é a única que morre. Eu continuo achando que essa situação vai... é que demora, às vezes não é para a nossa geração. A minha preocupação é que a biodiversidade resista.

Flávia: Certo. Bom, está certo. Não, está ótimo, (Doutor José Eduardo), porque as 2 outras últimas questões nós falamos na questão dos tradicionais, eu já puxei, então já consegui finalizar. Eu agradeço muito.

José Eduardo: Ótimo. Se você quiser perguntar mais qualquer outra coisa, pode ligar, tá bom? Fique à vontade.

Flávia: Muito obrigada, muito obrigada pela sua atenção e disposição em me auxiliar.

José Eduardo: Perfeito. Se tiver, por exemplo, alguma coisa que eu falei e ficar alguma dúvida, você quiser esclarecer novamente, fique à vontade, tá bom?

Flávia: Combinado. Eu agradeço, muito obrigada.

José Eduardo: Se quiser, venha tomar um cafezinho aqui no (Horto Florestal).

Flávia: Ok, eu agradeço, passando aí eu passo então.

José Eduardo: Tá bom?

Flávia: Muito obrigada.

José Eduardo: De nada.

Flávia: Tudo de bom, até logo, tchau, tchau.

Anexo D – Entrevista Dr^a Nilce da Penha Migueles Panzutti (Dia 27/10/13)

DADOS PESSOAIS

NOME: NILCE DA PENHA MIGUELES PANZUTTI

FORMAÇÃO: SOCIOLOGA

ATIVIDADES PROFISSIONAIS: PESQUISADOR CIENTÍFICO

1. Em sua pesquisa de doutorado, a comunidade objeto de estudo na Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) foi a de Itinguçu. Nela você verificou alterações nas práticas agrícolas decorrentes das restrições impostas pela unidade de conservação de proteção integral, alterando inclusive a estrutura familiar. Durante sua pesquisa de campo, a senhora conseguiu verificar alterações na agricultura e estrutura familiar em outras comunidades da EEJI, mesmo que seja por simples observação ou relatos dos moradores de Itinguçu?

R. Naquele momento estava focada em Itinguçu. No entanto, guardadas as características próprias de cada comunidade e levando-se em consideração Lei Estadual 24.646, de 20.01.86 que criou a Estação Ecológica, pode-se deduzir que, todas as comunidades abrangidas pela lei, sofreram os impactos das restrições legais dessa categoria (Estação Ecológica) de Unidade de Conservação. Em entrevistas feitas *in loco*, posteriormente, em 2007, pude também comprovar isto.

As discussões mais recentes, de 2006 para cá, sobre o *Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins* (Lei Estadual no. 14.982, de 08.03.2013) corroboram também para essa dedução, pois, o Mosaico abrange novamente inúmeras outras comunidades que se mantêm organizadas, reivindicando permanecer no local e exercendo as atividades que lhes garantam a sobrevivência. Acabei de escrever um artigo sobre o Mosaico, que está prestes a sair e posso lhe enviar oportunamente.

2. A respeito da discussão sobre a contribuição (ou não) dos tradicionais/locais na conservação da biodiversidade, a senhora conseguiu identificar na região estudada práticas locais que auxiliavam na manutenção da biodiversidade? As mudanças observadas na agricultura e na estrutura familiar da população estudada repercutiram no aumento, diminuição ou manutenção da preservação da biodiversidade local?

R. De fato, a biodiversidade está preservada, pois a ação desses agricultores sobre o meio ambiente sempre foi extremamente “parcimoniosa” por força da própria realidade local. A produção agrícola desses agricultores de poucos recursos nunca utilizou as tecnologias avançadas destinadas à agricultura moderna de alta produtividade (tratores, sementes tratadas, adubos, inseticidas). A produção, por sua vez, muito modesta, não oferecia competitividade no mercado agrícola. As práticas tradicionais predominaram a maior parte do tempo em que ocupam esse espaço. As mudanças na agricultura foram no sentido do abandono gradativo da produção agrícola. Mesmo a subsistência foi sendo substituída por produtos comercializados no centro urbano mais próximo (Peruíbe). Paralelamente à essas mudanças, nessa agricultura de caráter familiar, em que os filhos se constituíam a principal fonte de mão de obra, foram ocorrendo mudanças na estrutura da família. As dificuldades de reprodução social enquanto agricultores induziram à saída dos filhos em direção a São Paulo ou outros centros urbanos mais prósperos em busca de emprego. Neste sentido pode-se afirmar que, também esses fatores contribuíram para a preservação da biodiversidade local.

3. Ainda sobre as alterações na agricultura e estrutura familiar na comunidade de Itinguçu, é possível afirmar que os residentes se tornaram pluriativos?

R. Sim. No próprio local, da Cachoeira Paraíso, muitos passaram a se ocupar de atividades originadas do comércio e do turismo local. Assim, surgem os “guardadores de carro”, os “guias de turismo”; os atendentes temporários dos “quiosques” na venda de lanches, vendedores de pastel em carrinhos, etc.

4. Em 2006, foi instituído o mosaico de unidades de conservação na região da Juréia-Itatins. Com base no período que realizou sua pesquisa, qual sua opinião sobre a alteração do tipo de unidade de conservação para esta região. Acredita que é a alternativa mais viável para atingir os objetivos de proteção da biodiversidade local e da preservação dos moradores tradicionais ou a retirada destes moradores e a manutenção da Estação Ecológica é o mais indicado?

R. A princípio pode-se dizer que a alteração da categoria de Unidade de Conservação para o local seja uma alternativa de compatibilização homem-natureza. No entanto, conforme já pudemos observar, mais recentemente, dadas a complexidade e peculiaridades da população que ali habita; dados os interesses das instituições governamentais e não governamentais em jogo, as propostas alternativas não parecem conduzir a uma solução satisfatória para os agentes envolvidos. Existe uma questão fundamental nesse contexto conflituoso, que nunca foi considerado. É a *existência* de população nessas áreas. A população existe, sempre existiu e não sumiu, nem vai sumir só porque foi criada uma Lei. O homem também faz parte da natureza; também deve ser preservado! Enquanto isto não for seriamente considerado não há política pública, nem Lei que solucione os conflitos.

5. No decorrer de suas pesquisas, identificou áreas que foram desapropriadas pelo Estado? Se sim, ocorreram indenizações à população? Foram reassentadas? Além disso, observou a existência dos conselhos consultivo e deliberativo?

R. Desconheço a existência de desapropriações, indenizações ou reassentamentos destinados a essa população. Ao contrário, nunca os moradores mencionaram uma dessas alternativas, muito embora se possa dizer de antemão, que depois de quase 40 anos, morando no local, dificilmente concordariam em mudar para outro. Existem Conselhos Consultivos, dos quais participam representantes dos moradores, juntamente com os das Instituições Governamentais, etc. Constantemente a população é *convocada a participar*, sem que, no entanto, perceba-se nas decisões tomadas, algum resultado do atendimento de suas principais reivindicações.

7. A respeito da Lei 9985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de que forma analisa a eficácia desta legislação, ou seja, sua aplicabilidade.

R. Não tenho uma opinião balizada sobre essa Lei.

8. Recentemente, criou-se novo mosaico para a área e a comunidade que a senhora estudou não faz mais parte da Estação Ecológica. Qual sua posição sobre a mudança? Acredita que esta lei resolverá o impasse homem-natureza que mencionou em suas respostas?

Infelizmente, não acredito que o Mosaico venha a resolver o impasse homem-natureza, justamente porque esse impasse é muito mais complexo, com interferências de políticas públicas atuais incidindo sobre contradições históricas da distribuição de terras no País.. O núcleo Itinguçu está, na nova Lei, incluído dentro da área de Parque. Fundamentalmente não altera muito a situação anterior. Os Parques permitem a visitação pública do local, mas não resolve as questões dos agricultores familiares que lá habitam.

Anexo E – Entrevista Dr^a Gabriela Narezi (Dia 07/05/2013)

DADOS PESSOAIS

NOME: Gabriela Narezi

FORMAÇÃO: Tecnóloga em Saneamento Ambiental; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural; Doutora em Ciências com ênfase em Ecologia Aplicada.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS: Sou professora do Insitute Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFMG) da área de meio ambiente e agroecologia. No momento me encontro afastada das atividades do IFMG e sou pesquisadora do Núcleo de Apoio a Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE/PTECA) no contexto do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento de Assentamentos Rurais e da Agricultura Familiar (PPDARAF) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) - Universidade de São Paulo (USP), atuando no projeto "Conservação com agrobiodiversidade: assentamentos rurais sustentáveis na região do Extremo Sul da Bahia".

1. Seus estudos foram desenvolvidos no contexto da criação e revogação do primeiro mosaico de unidades de conservação instituído na região da Juréia-Itatins. Quais apontamentos poderia fazer sobre o mosaico, especialmente se considera (ou não) ser a alternativa mais viável para a região, no que tange à proteção da biodiversidade local e da comunidade tradicional/local?

Creio que a criação do mosaico de UCs é uma alternativa encontrada para a questão da presença humana em áreas naturais protegidas, após anos de negligências e de tentativas de negociação de conflito socioambientais que ocorrem em diversas UCs do Brasil. O caso da recategorização da Estação Ecológica Juréia-Itatins não foi diferente. Surgiu como uma estratégia de gestão que poderia possibilitar o desenvolvimento sustentável das populações locais, dinamizar as práticas de ecoturismo na região por meio da possibilidade do uso público dos parques e ainda sim conservar os fragmentos de extrema relevância para a biodiversidade. São interesses convergentes que podem levar a uma maior eficácia da gestão de grandes extensões de áreas protegidas (no caso da Juréia-Itatins, aproximadamente 13 mil ha). Assim a gestão deixa de estar centralizada na figura de apenas um gestor e passa a ser compartilhada com diferentes gestores e atores sociais. O mosaico, neste sentido, pode ser encarado como uma estratégia de democratização da gestão da conservação da biodiversidade e das estratégias de desenvolvimento sustentável para a região. Para concluir, no meu ponto de vista a criação do Mosaico de UCs no contexto do território da Juréia-Itatins só será uma alternativa mais viável para a região se os atores sociais envolvidos, notadamente as populações locais (moradores tradicionais e adivências) tiverem uma participação efetiva e igualitária nos processos de tomada de decisão acerca da gestão do território.

2. Apesar da primeira tentativa de recategorização da Estação Ecológica Juréia-Itatins ter sido revogada por questões executivas, de que forma a comunidade local se posicionou com relação ao mosaico, com relação aos seus interesses?

Justamente, de acordo com a consideração da questão acima, no meu ponto de vista a população local (moradores) não ficaram satisfeitos com o processo de participação construído pela Fundação Florestal na criação do mosaico. As propostas dos moradores locais foram muito pouco consideradas no desenho final do primeiro mosaico, creio que por inúmeros motivos. Primeiro pela questão legal de recategorização (questão de compensação das áreas da EE que seriam recategorizadas em fragmentos vizinhos) e segundo pelos diversos interesses preservacionistas, além de considerar o perfil pouco democrático da gestão do governo do estado de São Paulo. Ou seja, as questões executivas, ao meu ver, são meros subterfúgios da defesa dos interesses de um grupo distinto de atores sociais que estão muito pouco comprometidos com as questões socioambientais e refletem a ideologia de

organizações sociais ligadas às relações de poder, por meio da especulação de terras e apropriação de recursos naturais

3. No decorrer da sua pesquisa, você observou alterações nas práticas agrícolas e/ou na estrutura familiar dos moradores locais (aqui compreendido os tradicionais e demais locais)? Caso afirmativo, quais foram as causas destas mudanças? É possível afirmar que os residentes se tornaram pluriativos?

Algumas pequenas alterações puderam ser observadas nas práticas produtivas e extrativistas. Na primeira reunião que participei do conselho da RDS do Despraiado os moradores solicitavam aos produtores de banana (que exploravam uma grande área agrícola na área da RDS) que deixassem de aplicar fungicida nas lavouras com o uso de aviões. Só com esse exemplo você pode imaginar o caos que estava entre moradores tradicionais, adventícios antigos e produtores de banana. Além disso, algumas famílias já manifestavam o interesse pelas possibilidades de extrativismo sustentável, mas sempre com dúvidas e receios da real possibilidade de geração de renda, garantia de mercados, etc. Um dos casos é o interesse em produção de plantas medicinais para empresas de cosméticos e fármacos. Ou então, duas moradoras haviam participado de um curso de horticultura orgânica e já possuíam algumas iniciativas de produção e comercialização em freiras da região. Em compensação, ouvi relatos dos moradores locais que para os palmiteiros externos a criação do mosaico era um problema, pois traria maior regulamentação e divisão do uso do território. No caso da EE não havia guardas e nem controle da entrada e saída de pessoas e cargas. Em geral, infelizmente no que se refere à melhoria das práticas agrícolas poucas mudanças puderam ser observadas, já que os moradores afirmavam que mesmo com a criação da RDS, os gestores alegavam que só após o plano de manejo seria possível regulamentar essas práticas e possibilitar um rearranjo produtivo.

Com relação à estrutura familiar, na RDS do Despraiado era nítida a presença masculina. Pelas dificuldades geradas por anos de conflitos junto à gestão da EE as mulheres e crianças migraram para as cidades com vistas à garantir outras formas de renda e de acesso à educação e serviços de saúde. Assim, os homens continuaram na área com o objetivo de manutenção das roças e de resistência na defesa do acesso à terra. Não cheguei a averiguar a questão da pluriatividade em termos quantitativos, mas creio que sim, esta era uma forma de garantir a geração de renda para algumas famílias.

4. A respeito da discussão sobre a contribuição (ou não) dos tradicionais/locais na conservação da biodiversidade, você conseguiu identificar práticas locais que auxiliavam na manutenção da biodiversidade? Neste sentido, poderia destacar a agroecologia como uma atividade que contribui naquele equilíbrio? Pode citar exemplos no local?

Como apresentei na metodologia da tese, não me foi permitido ter acesso às áreas de roças das famílias, por conta do conflito que eles estavam vivendo naquele momento com as equipes de pesquisadores contratados para a elaboração do plano de manejo. Assim, foi possível apenas realizar uma análise dos relatos orais dos moradores, nos espaços democráticos de gestão. No que se refere aos moradores da RDS do Despraiado o que pude observar, de maneira informal, é que os moradores (considerados tradicionais) possuem um acúmulo de conhecimento sobre a biodiversidade local extremamente interessante para contribuir com as estratégias de conservação. Penso que um diálogo mais construtivo entre moradores e pesquisadores poderia ser uma ótima ferramenta tática para atingir os objetivos de conservação e de manejo sustentável, conforme as referências sobre extensão rural agroecológica apresentam. A propósito creio que muito dos problemas de degradação encontrados nessas áreas podem ser facilmente resolvidos com a presença de profissionais destinados à assistência técnica e extensão rural (cenário este que ocorre com a maior parte dos agricultores familiares no

Brasil). Neste sentido, creio que os moradores locais que possuem roças e desenvolvem práticas extrativistas são potenciais conservadores, mas isso não significa que as práticas que desenvolvem atualmente promovam essa diversidade e conservação. Isso eu, infelizmente, não tive oportunidade de avaliar. Entendo que os moradores precisam e demandam orientação técnica e não fiscalização e muitas dessas últimas são indicadas apenas para casos extremos de infração. Creio que a falta de incentivo para a manifestação das práticas e dos modos de vida das famílias, principalmente a expulsão de algumas famílias que ocorreram ao longo dos anos de gestão ("de gabinete") da EE promoveram a erosão da agrobiodiversidade local e a perda do etnoconhecimento associado. Esse pode ser um ponto chave para a sua pesquisa, imagino. Bom, com relação à agroecologia notei que no plano de manejo os pesquisadores, no momento das oficinas de zoneamento da RDS do Desprezado, apresentaram zonas denominadas "zona de manejo agroflorestal ou zona de recuperação agroflorestal". Busquei averiguar o qual era o significado de " manejo agroflorestal" para os pesquisadores e moradores e notei que havia uma grande dificuldade de compreensão por parte dos moradores e algumas confusões conceituais por parte dos pesquisadores. Notei que entre os pesquisadores não havia ninguém que realmente atuava na área de agroecologia com experiência em sistemas agroflorestais biodiversos ou que tinha plena experiência com manejo em UCs de uso sustentável. Foi uma pena, poderia ter sido um momento muito oportuno para falar de agroecologia, estabelecer processos de formação e troca de experiências entre as comunidades, e notei que por parte dos moradores haviam muitas dúvidas com relação ao que "pode ou que não pode" fazer naquelas áreas. A equipe de pesquisadores não possuía uma regulamentação específica para o desenvolvimento das práticas agrícolas, era muito tudo muito nebuloso neste sentido. Com relação à percepção dos pesquisadores, eles manifestavam a ideia de que aquelas zonas que faziam referência agroflorestal deveriam ter o objetivo final de serem recuperadas com vistas à alcançarem estágios de sucessão florestal mais complexos, para se tornarem um dia florestas secundárias avançadas para interesse de conservação. Concordo em partes com essa ideia. Acho que os estágios sucessionais mais complexos obtidos à partir de sistemas agroflorestais biodiversos podem, ainda sim gerar renda e garantir a presença e o manejo humano nas áreas. Destaca-se que em nenhum momento do plano de manejo foi apresentada uma proposta de viabilidade econômica para cada zona estabelecida na RDS e assim ficavam mais obscuras ainda para a população local as reais possibilidades de desenvolvimento e de geração de renda. Sobre o conceito de agroecologia haviam diversas opiniões. Percebi que a população local estava, em primeiro lugar, preocupados em garantir sua permanência no local e que a discussão acerca dos modelos de manejo e de produção adequados deveriam vir num segundo momento deste debate. Assim, pouco se ouvia falar sobre agroecologia nessas áreas e ainda pairava uma ideia de de geração de renda muito atrelada ao extrativismo. As roças neste contexto seriam planejadas para o autoconsumo apenas. Os pesquisadores ainda manifestaram, quando indagados sobre o papel da agroecologia na gestão e no manejo de uma RDS, que esta era uma questão complicada. Primeiro porque, no ponto de vista deles, haviam poucos profissionais com o domínio técnico (o que discordo, acho que essa opinião é fruto de desconhecimento sobre a área de agroecologia, mas pode ser que haviam poucos profissionais na fundação florestal com esse conhecimento) e além disso, as práticas agroecológicas consideram a inclusão de espécies exóticas no sistema produtivo e neste sentido as espécies exóticas prejudicam as estratégias de conservação da biodiversidade. Esse é um debate técnico e longo que posso aprofundar se você tiver maior interesse. Resumindo, a ideia defendida pela agroecologia é a de que muitas espécies exóticas não são invasoras e não necessariamente causam prejuízos ou perda de biodiversidade aos fragmentos naturais. No entanto, as práticas agroecológicas demandam um manejo adequado e precisam ser investidos esforços em pesquisas científicas que busquem o maior conhecimento da biodiversidade local,

buscando substituir espécies exóticas por nativas (que possuam as mesmas características, funções ecossistêmicas e que possam apresentar interesse econômico) . São esforços que demandam investimento financeiro (em pesquisa e em formação técnica dos gestores e dos agricultores) e tempo para que se possa viabilizar uma estrutura produtiva viável do ponto de vista da sustentabilidade. Me parece que os técnicos da FF não estão com muito tempo e nem muito interesse neste sentido. Me parece que a ideia da "geração de renda para os moradores locais" a partir de uma estrutura produtiva adequada é realmente um tabu ou algo muito perigoso que pode levar ao aumento da densidade demográfica (atraindo famílias que já saíram da área em busca de melhores condições de vida em outras regiões, mas que não encontraram muito sucesso) levando ao aumento da degradação local.

5. Seus estudos identificaram áreas que foram desapropriadas pelo Estado? Caso afirmativo, ocorreram indenizações e reassentamento da população tradicional? Além disso, observou a existência dos conselhos consultivo e deliberativo, caso afirmativo, de que forma eles funcionavam?

Eu posso me referir apenas ao caso do Despraiado. Acompanhei outras reuniões do Mosaico, mas não analisei tudo sobre o mosaico. Ao meu ver, de acordo com os relatos orais dos moradores locais, as indenizações e reassentamento eram "lendas". Todos ouviam falar, mas não conheci nenhum morador que já havia passado por essa situação. Não analisei a fundo a questão da desapropriação e indenizações, mas sei que isso ocorreu com as empresas que possuíam fazendas de palmito no interior da área e que as indenizações eram de um volume financeiro muito alto. Além disso, havia o caso dos produtores de banana, que possuíam áreas menores e manifestavam o interesse em continuarem na área se assim fosse permitido. Pelos relatos, o valor das indenizações eram baixos, como apresenta a Márcia Nunes na dissertação de mestrado dela. No caso dos conselhos, participei mais do conselho deliberativo da RDS do Despraiado e notei, conforme discutido na tese, que havia uma grande insegurança por parte dos gestores da FF no que se refere ao empoderamento da população local. A FF não possui muita experiência com gestões participativas e isso também não reflete ao modelo de gestão do governo estadual. Isso foi muito complicado para os moradores que sabiam que poderiam decidir coletivamente sobre as questões de gestão do território, mas algumas decisões finais não ocorriam de acordo com o que era decidido no âmbito do conselho. Os gestores da FF alegavam que algumas decisões só poderiam acontecer depois que o plano de manejo fosse aprovado e enquanto isso nos parecia que o conselho era deliberativo no papel, mas não na prática. Os moradores do Despraiado sempre diziam que mesmo com a criação da RDS as regras continuavam sendo como eram na época da EE.

6. A respeito da Lei 9985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de que forma analisa a eficácia desta legislação, ou seja, sua aplicabilidade na área estudada?

Creio que o SNUC é uma boa ferramenta para a conservação e também uma lei poderosa, pois mesmo no seu histórico de construção já é possível notar a disputa ideológica e paradigmática que ocorre a partir da defesa de diferentes interesses dos atores sociais envolvidos. O mesmo ocorre com o Código Florestal, com a defesa de terras indígenas e outras leis que interferem na questão do acesso à terra no Brasil, de acordo com as falas do Prof. Marcos Sorrentino em algumas de suas exposições. Por isso que digo que o SNUC é uma lei poderosa, no sentido de que está ligada às relações de poder estabelecidas no nosso contexto social. Se você entrar no site do ICMBio e contar quantas UCs de proteção integral e quantas de uso sustentável existem poderá notar que os números encontram-se em desvantagem. E então eu pergunto: por que só uma parte da lei vale mais do que a outra? Será que os gestores do ICMBio acreditam que o Brasil não possui vocação para a prática do desenvolvimento sustentável? Acho que a questão dos conselhos (deliberativo e consultivo) respondem bem isso. O

conselho deliberativo empodera uma camada da população (muitas vezes analfabeta) que sempre esteve alocada num cenário de exclusão, invisibilidade e negligências aos olhos da sociedade colonial e coronelista brasileira. O mesmo ocorre nos processos de reforma agrária. Não é a toa que os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil são crucificados pela mídia brasileira. Há nesses espaços uma nítida, porém não declarada disputa de poder. Uma UC de proteção integral é ainda utilizada como uma forte estratégia de reserva de terras, de especulação ao interesse do capital para acesso de recursos naturais. Acho que os objetivos de criação de UCs portados pelo SNUC são realmente louváveis, mas o problema ainda está no uso que se dá para esta ferramenta da lei e na apropriação que ocorre de maneira não democrática.

7. Em março deste ano, foi promulgada a Lei nº 14.982 que recategorizou a área da Estação Ecológica Juréia-Itatins, transformando-a em um novo mosaico de unidades de conservação, restabelecendo a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Despraiado. Com base em seus estudos no decorrer do primeiro mosaico, a nova recategorização representa um avanço para promover no local o equilíbrio entre população residente e preservação do meio natural?

Não sei te responder essa pergunta ao certo. Tenho dúvidas, pois até o momento em que acompanhei as reuniões, já se iniciavam as disputas entorno dos limites da RDS e das demais UCs no novo mosaico. Era muito conveniente para a FF manter os limites anteriores para aproveitamento dos estudos que já haviam sido realizados no plano de manejo anterior. No entanto, os moradores do Despraiado estavam insistindo na alteração dos limites à sudoeste do mapa inicial com vistas à incluir uma área maior para o manejo e prática extrativista de acordo com os usos reais das famílias. No entanto, a proposta da FF foi de ampliar a área da RDS ao norte numa área que não é de uso das famílias por ser uma área de escarpa de alta declividade além de dar acesso ao Assentamento Vista Grande que é foco de conflitos. Depois disso não acompanhei mais o processo e até gostaria de retomar as discussões, entender o que está acontecendo atualmente e fazer essa avaliação, se está avançando ou não. Infelizmente estou residindo em outra região, mas ainda visualizo a possibilidade e tenho interesse de contribuir com este debate.

Anexo F – Questionário enviado à diretora de criação e manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Não respondido)

DADOS PESSOAIS

1. No Direito, o conceito de eficácia possui diversas acepções. Conforme (BARROSO, 2000, p. 85), eficácia é considerada sob dois aspectos: eficácia jurídica, isto é, quanto à possibilidade de aplicação da norma e eficácia social, quanto à real aplicação. Neste sentido, após catorze anos da promulgação da Lei 9985/00, qual sua análise sobre sua eficácia e, conseqüentemente, aplicabilidade desta lei, inclusive se concorda (ou não) com a classificação acima mencionada.

2. Ainda sobre a questão anterior, assim como acontece com a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), unidades de conservação são criadas, porém permanecem sem planos de manejo e desapropriações (no caso das unidades de conservação de proteção integral); sem reassentamento das populações tradicionais e de recursos para fiscalização e manutenção. No seu entendimento, quais são as causas que ocasionam estas situações e quais medidas pontua como possíveis soluções.

3. Na ocasião da promulgação da Lei 9985/00, a definição de população tradicional foi vetada pela justificativa do conceito ser bastante amplo. No seu ponto de vista, acredita que houve avanços nesta discussão, principalmente no que tange ao conceito e à proteção desta população? Qual o conceito legal adotado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)?

4. Há uma corrente de autores, como Antônio Carlos Diegues, que defende a manutenção da biodiversidade pela prática cultural das populações tradicionais. Qual sua posição sobre esta relação? Em sua experiência prática, tem observado exemplos desta relação? Poderia citá-los?

5. Ao longo dos anos, a Estação Ecológica Juréia-Itatins foi palco de conflitos entre o Estado e a tribo indígena Guarani, que habita esta unidade de conservação. Esta tribo não possui terras demarcadas e, sua precária condição de vida no local, faz com que busquem no meio ambiente natural recursos para sobreviver. Neste sentido, (RESENDE, 2010) verificou a extração e comercialização pelos indígenas do palmito *Euterpe edulis martius*, que é proibido por lei, agravando ainda mais a situação desta tribo naquela unidade de conservação. Este contexto também é verificado nas unidades de conservação federais? De que forma a ICMBio tem resolvido a questão das unidades de conservação que se sobrepõem em terras indígenas?

6. Sobre as unidades de conservação (UCs) federais:

6.1 Qual o número de UCs de proteção integral e de uso sustentável?

6.2 Qual a porcentagem de UCs com plano de manejo?

6.3 Nas UCs de proteção integral, qual a porcentagem de áreas desapropriadas e populações tradicionais reassentadas?

6.4 Qual a representatividade das Reservas Particulares do Patrimônio Natural na manutenção da biodiversidade nacional?

Anexo G – Questionário enviado a um representante do Ministério Público de São Paulo –
Promotor de Justiça (Não respondido)

DADOS PESSOAIS

1. No Direito, o conceito de eficácia possui diversas acepções. Conforme (BARROSO, 2000, p. 85), eficácia é considerada sob dois aspectos: eficácia jurídica, isto é, quanto à possibilidade de aplicação da norma e eficácia social, quanto à real aplicação. Neste sentido, após treze anos da promulgação da Lei 9985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC), qual sua análise sobre sua eficácia, inclusive se concorda (ou não) com o conceito de eficácia acima mencionado.

2. Ainda sobre a questão anterior, assim como acontece com a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), unidades de conservação são criadas, porém permanecem sem planos de manejo e desapropriações (no caso das unidades de conservação de proteção integral); sem reassentamento das populações tradicionais e de recursos para fiscalização e manutenção. No seu entendimento, quais são as causas que ocasionam estas situações e quais medidas pontuaria como possíveis soluções.

3. Na ocasião da promulgação da Lei 9985/00, a definição de população tradicional foi vetada pela justificativa do conceito ser bastante amplo. Em seu ponto de vista, acredita que houve avanços nesta discussão, principalmente no que tange ao conceito e à proteção desta população? Qual o conceito adotado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo?

4. O histórico da EEJI é marcado por divergências entre os que defendem a ausência humana para a efetiva preservação da biodiversidade e os que defendem a manutenção da biodiversidade pela prática cultural das populações tradicionais. Qual sua posição sobre esta relação, no que tange à EEJI? O senhor poderia citar algum (ns) exemplo de preservação do meio natural pela população nesta unidade de conservação?

5. Ao longo dos anos, a Estação Ecológica Juréia-Itatins foi palco de conflitos entre o Estado e a tribo indígena Guarani, que habita esta unidade de conservação. Esta tribo não possui terras demarcadas e, sua precária condição de vida no local, faz com que busquem no meio ambiente natural recursos para sobreviver. Neste sentido, (RESENDE, 2010) verificou a extração e comercialização pelos indígenas do palmito *Euterpe edulis martius*, que é proibido por lei, agravando ainda mais a situação desta tribo naquela unidade de conservação. Qual a posição do Ministério Público do Estado de São Paulo, com relação à presença desta tribo naquela estação ecológica.

6. Em 2006, foi instituído o mosaico de unidades de conservação na região da Juréia-Itatins, o qual três anos mais tarde foi revogado. Agora, em março de 2013 um novo mosaico foi criado. Qual sua opinião sobre a recategorização de unidades de conservação para esta região? Acredita que é a alternativa mais viável para atingir os objetivos de proteção da biodiversidade local e da preservação dos moradores tradicionais ou a retirada destes moradores e a manutenção da Estação Ecológica é o mais indicado?

Anexo H - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas;

IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII - conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;

XV - (VETADO)

XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;

VII - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação *in situ* de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;

VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;

XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e

XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I – Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;

II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e

~~III – Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. (Vide Medida Provisória nº 366, de 2007)~~

III - órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. (Redação dada pela Lei nº 11.516, 2007)

Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

CAPÍTULO III

DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Nacional;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

§ 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 4º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III - Floresta Nacional;
- IV - Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;
- VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Regulamento)

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. (Regulamento)

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Regulamento)

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Art. 19. A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

§ 3º É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.

§ 4º A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo

de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (Regulamento)

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica.

§ 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. (Regulamento)

§ 1º O gravame de que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

§ 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:

I - a pesquisa científica;

II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

III - (VETADO)

§ 3º Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade.

CAPÍTULO IV

DA CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º (VETADO)

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

§ 4º Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2º deste artigo.

§ 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Art. 22-A. O Poder Público poderá, ressalvadas as atividades agropecuárias e outras atividades econômicas em andamento e obras públicas licenciadas, na forma da lei, decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, para a realização de estudos com vistas na criação de Unidade de Conservação, quando, a critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais ali existentes. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005) (Vide Decreto de 2 de janeiro de 2005)

§ 1º Sem prejuízo da restrição e observada a ressalva constante do caput, na área submetida a limitações administrativas, não serão permitidas atividades que importem em exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação nativa. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005)

§ 2º A destinação final da área submetida ao disposto neste artigo será definida no prazo de 7 (sete) meses, improrrogáveis, findo o qual fica extinta a limitação administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.132, de 2005)

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação. (Regulamento)

Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. (Regulamento)

§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (Regulamento)

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades.

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. (Regulamento)

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

§ 4º § 4º O Plano de Manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas zonas de amortecimento das demais categorias de unidade de conservação, observadas as informações contidas na decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio sobre:

I - o registro de ocorrência de ancestrais diretos e parentes silvestres;

II - as características de reprodução, dispersão e sobrevivência do organismo geneticamente modificado;

III - o isolamento reprodutivo do organismo geneticamente modificado em relação aos seus ancestrais diretos e parentes silvestres; e

IV - situações de risco do organismo geneticamente modificado à biodiversidade. (Redação dada pela Lei nº 11.460, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 327, de 2006).

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (Regulamento)

Art. 30. As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. (Regulamento)

Art. 31. É proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como os animais e plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que se dispuser em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

Art. 32. Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais.

§ 1º As pesquisas científicas nas unidades de conservação não podem colocar em risco a sobrevivência das espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 2º A realização de pesquisas científicas nas unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, depende de aprovação prévia e está sujeita à fiscalização do órgão responsável por sua administração.

§ 3º Os órgãos competentes podem transferir para as instituições de pesquisa nacionais, mediante acordo, a atribuição de aprovar a realização de pesquisas científicas e de credenciar pesquisadores para trabalharem nas unidades de conservação.

Art. 33. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento. (Regulamento)

Art. 34. Os órgãos responsáveis pela administração das unidades de conservação podem receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação.

Parágrafo único. A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção.

Art. 35. Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios:

I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade;

II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;

III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral.

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei. (Regulamento)

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado

pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento. (Vide ADIN nº 3.378-6, de 2008)

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

CAPÍTULO V DOS INCENTIVOS, ISENÇÕES E PENALIDADES

Art. 37. (VETADO)

Art. 38. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

Art. 39. Dê-se ao art. 40 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a seguinte redação:

"Art. 40. (VETADO)

"§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre." (NR)

"§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena." (NR)

"§ 3º"

Art. 40. Acrescente-se à Lei no 9.605, de 1998, o seguinte art. 40-A:

"Art. 40-A. (VETADO)

"§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Uso Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural." (AC)

"§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável será considerada circunstância agravante para a fixação da pena." (AC)

"§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade." (AC)

CAPÍTULO VI DAS RESERVAS DA BIOSFERA

Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. (Regulamento)

§ 1º A Reserva da Biosfera é constituída por:

I - uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza;

II - uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e

III - uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

§ 2º A Reserva da Biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado.

§ 3º A Reserva da Biosfera pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público, respeitadas as normas legais que disciplinam o manejo de cada categoria específica.

§ 4º A Reserva da Biosfera é gerida por um Conselho Deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento e no ato de constituição da unidade.

§ 5º A Reserva da Biosfera é reconhecida pelo Programa Intergovernamental "O Homem e a Biosfera – MAB", estabelecido pela Unesco, organização da qual o Brasil é membro.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes. (Regulamento)

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos

da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Art. 43. O Poder Público fará o levantamento nacional das terras devolutas, com o objetivo de definir áreas destinadas à conservação da natureza, no prazo de cinco anos após a publicação desta Lei.

Art. 44. As ilhas oceânicas e costeiras destinam-se prioritariamente à proteção da natureza e sua destinação para fins diversos deve ser precedida de autorização do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Estão dispensados da autorização citada no *caput* os órgãos que se utilizam das citadas ilhas por força de dispositivos legais ou quando decorrente de compromissos legais assumidos.

Art. 45. Excluem-se das indenizações referentes à regularização fundiária das unidades de conservação, derivadas ou não de desapropriação:

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - as espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público;

IV - expectativas de ganhos e lucro cessante;

V - o resultado de cálculo efetuado mediante a operação de juros compostos;

VI - as áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade.

Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Parágrafo único. Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas.

Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica. (Regulamento)

Art. 48. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica. (Regulamento)

Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana.

Art. 50. O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama e dos órgãos estaduais e municipais competentes.

§ 1º O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

§ 2º O Ministério do Meio Ambiente divulgará e colocará à disposição do público interessado os dados constantes do Cadastro.

Art. 51. O Poder Executivo Federal submeterá à apreciação do Congresso Nacional, a cada dois anos, um relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País.

Art. 52. Os mapas e cartas oficiais devem indicar as áreas que compõem o SNUC.

Art. 53. O Ibama elaborará e divulgará periodicamente uma relação revista e atualizada das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção no território brasileiro.

Parágrafo único. O Ibama incentivará os competentes órgãos estaduais e municipais a elaborarem relações equivalentes abrangendo suas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 54. O Ibama, excepcionalmente, pode permitir a captura de exemplares de espécies ameaçadas de extinção destinadas a programas de criação em cativeiro ou formação de coleções científicas, de acordo com o disposto nesta Lei e em regulamentação específica.

Art. 55. As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei. (Regulamento) (Regulamento)

Art. 56. (VETADO)

Art. 57. Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação.

Parágrafo único. No ato de criação dos grupos de trabalho serão fixados os participantes, bem como a estratégia de ação e a abrangência dos trabalhos, garantida a participação das comunidades envolvidas.

Art. 57-A. O Poder Executivo estabelecerá os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o seu respectivo Plano de Manejo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às Áreas de Proteção Ambiental e Reservas de Particulares do Patrimônio Nacional. (Redação dada pela Lei nº 11.460, de 2007) Regulamento. (Vide Medida Provisória nº 327, de 2006).

Art. 58. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação, no prazo de cento e oitenta dias a partir da data de sua publicação.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Revogam-se os arts. 5o e 6o da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965; o art. 5o da Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967; e o art. 18 da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Brasília, 18 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL

José Sarney Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 19.7.2000

Anexo I – Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002

Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, inciso IV, e o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os arts. 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 36, 41, 42, 47, 48 e 55 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os arts. 15, 17, 18 e 20, no que concerne aos conselhos das unidades de conservação.

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Art. 2º O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar:

I - a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração;

II - a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável;

III - a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e

IV - as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

Art. 3º A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais.

Art. 4º Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade.

Art. 5º A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.

§ 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.

§ 2º No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta.

CAPÍTULO II

DO SUBSOLO E DO ESPAÇO AÉREO

Art. 6º Os limites da unidade de conservação, em relação ao subsolo, são estabelecidos:

I - no ato de sua criação, no caso de Unidade de Conservação de Proteção Integral; e

II - no ato de sua criação ou no Plano de Manejo, no caso de Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Art. 7º Os limites da unidade de conservação, em relação ao espaço aéreo, são estabelecidos no Plano de Manejo, embasados em estudos técnicos realizados pelo órgão gestor da unidade de conservação, consultada a autoridade aeronáutica competente e de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO III

DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 8º O mosaico de unidades de conservação será reconhecido em ato do Ministério do Meio Ambiente, a pedido dos órgãos gestores das unidades de conservação.

Art. 9º O mosaico deverá dispor de um conselho de mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem.

§ 1º A composição do conselho de mosaico é estabelecida na portaria que institui o mosaico e deverá obedecer aos mesmos critérios estabelecidos no Capítulo V deste Decreto.

§ 2º O conselho de mosaico terá como presidente um dos chefes das unidades de conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;

2. o acesso às unidades;

3. a fiscalização;

4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;

- 5. a pesquisa científica; e
- 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;
- b) a relação com a população residente na área do mosaico;
- III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades; e
- IV - manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para a gestão do mosaico.

Art. 11. Os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do Ministério do Meio Ambiente, integram os mosaicos para fins de sua gestão.

Parágrafo único. Na ausência de mosaico, o corredor ecológico que interliga unidades de conservação terá o mesmo tratamento da sua zona de amortecimento.

CAPÍTULO IV DO PLANO DE MANEJO

Art. 12. O Plano de Manejo da unidade de conservação, elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário quando for o caso, será aprovado:

I - em portaria do órgão executor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural;

II - em resolução do conselho deliberativo, no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, após prévia aprovação do órgão executor.

Art. 13. O contrato de concessão de direito real de uso e o termo de compromisso firmados com populações tradicionais das Reservas Extrativistas e Reservas de Uso Sustentável devem estar de acordo com o Plano de Manejo, devendo ser revistos, se necessário.

Art. 14. Os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, em suas respectivas esferas de atuação, devem estabelecer, no prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação deste Decreto, roteiro metodológico básico para a elaboração dos Planos de Manejo das diferentes categorias de unidades de conservação, uniformizando conceitos e metodologias, fixando diretrizes para o diagnóstico da unidade, zoneamento, programas de manejo, prazos de avaliação e de revisão e fases de implementação.

Art. 15. A partir da criação de cada unidade de conservação e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização.

Art. 16. O Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta do público na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor.

CAPÍTULO V DO CONSELHO

Art. 17. As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei no 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.

§ 4º A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP com representação no conselho de unidade de conservação não pode se candidatar à gestão de que trata o Capítulo VI deste Decreto.

§ 5º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

§ 6º No caso de unidade de conservação municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, ou órgão equivalente, cuja composição obedeça ao disposto neste artigo, e com competências que incluam aquelas especificadas no art. 20 deste Decreto, pode ser designado como conselho da unidade de conservação.

Art. 18. A reunião do conselho da unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.

Art. 19. Compete ao órgão executor:

I - convocar o conselho com antecedência mínima de sete dias;

II - prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.

Parágrafo único. O apoio do órgão executor indicado no inciso II não restringe aquele que possa ser prestado por outras organizações.

Art. 20. Compete ao conselho de unidade de conservação:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO COMPARTILHADA COM OSCIP

Art. 21. A gestão compartilhada de unidade de conservação por OSCIP é regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor, nos termos da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 22. Poderá gerir unidade de conservação a OSCIP que preencha os seguintes requisitos:

I - tenha dentre seus objetivos institucionais a proteção do meio ambiente ou a promoção do desenvolvimento sustentável; e

II - comprove a realização de atividades de proteção do meio ambiente ou desenvolvimento sustentável, preferencialmente na unidade de conservação ou no mesmo bioma.

Art. 23. O edital para seleção de OSCIP, visando a gestão compartilhada, deve ser publicado com no mínimo sessenta dias de antecedência, em jornal de grande circulação na região da unidade de conservação e no Diário Oficial, nos termos da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os termos de referência para a apresentação de proposta pelas OSCIP serão definidos pelo órgão executor, ouvido o conselho da unidade.

Art. 24. A OSCIP deve encaminhar anualmente relatórios de suas atividades para apreciação do órgão executor e do conselho da unidade.

CAPÍTULO VII

DA AUTORIZAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Art. 25. É passível de autorização a exploração de produtos, sub-produtos ou serviços inerentes às unidades de conservação, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, entende-se por produtos, sub-produtos ou serviços inerentes à unidade de conservação:

I - aqueles destinados a dar suporte físico e logístico à sua administração e à implementação das atividades de uso comum do público, tais como visitação, recreação e turismo;

II - a exploração de recursos florestais e outros recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, nos limites estabelecidos em lei.

Art. 26. A partir da publicação deste Decreto, novas autorizações para a exploração comercial de produtos, sub-produtos ou serviços em unidade de conservação de domínio público só serão permitidas se previstas no Plano de Manejo, mediante decisão do órgão executor, ouvido o conselho da unidade de conservação.

Art. 27. O uso de imagens de unidade de conservação com finalidade comercial será cobrado conforme estabelecido em ato administrativo pelo órgão executor.

Parágrafo único. Quando a finalidade do uso de imagem da unidade de conservação for preponderantemente científica, educativa ou cultural, o uso será gratuito.

Art. 28. No processo de autorização da exploração comercial de produtos, sub-produtos ou serviços de unidade de conservação, o órgão executor deve viabilizar a participação de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se os limites estabelecidos pela legislação vigente sobre licitações públicas e demais normas em vigor.

Art. 29. A autorização para exploração comercial de produto, sub-produto ou serviço de unidade de conservação deve estar fundamentada em estudos de viabilidade econômica e investimentos elaborados pelo órgão executor, ouvido o conselho da unidade.

Art. 30. Fica proibida a construção e ampliação de benfeitoria sem autorização do órgão gestor da unidade de conservação.

CAPÍTULO VIII

DA COMPENSAÇÃO POR SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL

~~Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir dos estudos ambientais realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos, não mitigáveis e passíveis de riscos que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais.~~

~~Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais. (Redação dada pelo Decreto nº 5.566, de 2005)~~

~~Parágrafo único. Os percentuais serão fixados, gradualmente, a partir de meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, considerando-se a amplitude dos impactos gerados, conforme estabelecido no caput.~~

Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente. (Redação dada pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 1º O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 2º O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 3º Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 4º A compensação ambiental poderá incidir sobre cada trecho, naqueles empreendimentos em que for emitida a licença de instalação por trecho. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

Art. 31-A. O Valor da Compensação Ambiental - CA será calculado pelo produto do Grau de Impacto - GI com o Valor de Referência - VR, de acordo com a fórmula a seguir: (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

CA = VR x GI, onde: (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

CA = Valor da Compensação Ambiental; (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

VR = somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

GI = Grau de Impacto nos ecossistemas, podendo atingir valores de 0 a 0,5%. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 1º O GI referido neste artigo será obtido conforme o disposto no Anexo deste Decreto. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 2º O EIA/RIMA deverá conter as informações necessárias ao cálculo do GI. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 3º As informações necessárias ao cálculo do VR deverão ser apresentadas pelo empreendedor ao órgão licenciador antes da emissão da licença de instalação. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 4º Nos casos em que a compensação ambiental incidir sobre cada trecho do empreendimento, o VR será calculado com base nos investimentos que causam impactos ambientais, relativos ao trecho. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

Art. 31-B. Caberá ao IBAMA realizar o cálculo da compensação ambiental de acordo com as informações a que se refere o art. 31-A. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 1º Da decisão do cálculo da compensação ambiental caberá recurso no prazo de dez dias, conforme regulamentação a ser definida pelo órgão licenciador. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 2º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 3º O órgão licenciador deverá julgar o recurso no prazo de até trinta dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

§ 4º Fixado em caráter final o valor da compensação, o IBAMA definirá sua destinação, ouvido o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e observado o § 2º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

~~Art. 32. Será instituída no âmbito dos órgãos licenciadores câmaras de compensação ambiental, compostas por representantes do órgão, com a finalidade de analisar e propor a aplicação da compensação ambiental, para a aprovação da autoridade competente, de acordo com os estudos ambientais realizados e percentuais definidos.~~

Art. 32. Será instituída câmara de compensação ambiental no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de: (Redação dada pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

I - estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental; (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

II - avaliar e auditar, periodicamente, a metodologia e os procedimentos de cálculo da compensação ambiental, de acordo com estudos ambientais realizados e percentuais definidos; (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

III - propor diretrizes necessárias para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação; (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

IV - estabelecer diretrizes para elaboração e implantação dos planos de manejo das unidades de conservação. (Incluído pelo Decreto nº 6.848, de 2009)

Art. 33. A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

I - regularização fundiária e demarcação das terras;

II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;

III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;

IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e

V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

Parágrafo único. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

I - elaboração do Plano de Manejo ou nas atividades de proteção da unidade;

II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;

III - implantação de programas de educação ambiental; e

IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.

Art. 34. Os empreendimentos implantados antes da edição deste Decreto e em operação sem as respectivas licenças ambientais deverão requerer, no prazo de doze meses a partir da publicação deste Decreto, a regularização junto ao órgão ambiental competente mediante licença de operação corretiva ou retificadora.

CAPÍTULO IX

DO REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Art. 35. O processo indenizatório de que trata o art. 42 da Lei nº 9.985, de 2000, respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais.

Art. 36. Apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento.

Art. 37. O valor das benfeitorias realizadas pelo Poder Público, a título de compensação, na área de reassentamento será descontado do valor indenizatório.

Art. 38. O órgão fundiário competente, quando solicitado pelo órgão executor, deve apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data do pedido, programa de trabalho para atender às demandas de reassentamento das populações tradicionais, com definição de prazos e condições para a sua realização.

Art. 39. Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.

§ 1º O termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida.

§ 2º O termo de compromisso será assinado pelo órgão executor e pelo representante de cada família, assistido, quando couber, pela comunidade rural ou associação legalmente constituída.

§ 3º O termo de compromisso será assinado no prazo máximo de um ano após a criação da unidade de conservação e, no caso de unidade já criada, no prazo máximo de dois anos contado da publicação deste Decreto.

§ 4º O prazo e as condições para o reassentamento das populações tradicionais estarão definidos no termo de compromisso.

CAPÍTULO X

DA REAVALIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE CATEGORIA NÃO PREVISTA NO SISTEMA

Art. 40. A reavaliação de unidade de conservação prevista no art. 55 da Lei no 9.985, de 2000, será feita mediante ato normativo do mesmo nível hierárquico que a criou.

Parágrafo único. O ato normativo de reavaliação será proposto pelo órgão executor.

CAPÍTULO XI

DAS RESERVAS DA BIOSFERA

Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento dessa diversidade biológica, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Art. 42. O gerenciamento das Reservas da Biosfera será coordenado pela Comissão Brasileira para o Programa "O Homem e a Biosfera" - COBRAMAB, de que trata o Decreto de 21 de setembro de 1999, com a finalidade de planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas ao Programa.

Art. 43. Cabe à COBRAMAB, além do estabelecido no Decreto de 21 de setembro de 1999, apoiar a criação e instalar o sistema de gestão de cada uma das Reservas da Biosfera reconhecidas no Brasil.

§ 1º Quando a Reserva da Biosfera abranger o território de apenas um Estado, o sistema de gestão será composto por um conselho deliberativo e por comitês regionais.

§ 2º Quando a Reserva da Biosfera abranger o território de mais de um Estado, o sistema de gestão será composto por um conselho deliberativo e por comitês estaduais.

§ 3º À COBRAMAB compete criar e coordenar a Rede Nacional de Reservas da Biosfera.

Art. 44. Compete aos conselhos deliberativos das Reservas da Biosfera:

I - aprovar a estrutura do sistema de gestão de sua Reserva e coordená-lo;

II - propor à COBRAMAB macro-diretrizes para a implantação das Reservas da Biosfera;

III - elaborar planos de ação da Reserva da Biosfera, propondo prioridades, metodologias, cronogramas, parcerias e áreas temáticas de atuação, de acordo como os objetivos básicos enumerados no art. 41 da Lei no 9.985, de 2000;

IV - reforçar a implantação da Reserva da Biosfera pela proposição de projetos pilotos em pontos estratégicos de sua área de domínio; e

V - implantar, nas áreas de domínio da Reserva da Biosfera, os princípios básicos constantes do art. 41 da Lei no 9.985, de 2000.

Art. 45. Compete aos comitês regionais e estaduais:

I - apoiar os governos locais no estabelecimento de políticas públicas relativas às Reservas da Biosfera; e

II - apontar áreas prioritárias e propor estratégias para a implantação das Reservas da Biosfera, bem como para a difusão de seus conceitos e funções.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Cada categoria de unidade de conservação integrante do SNUC será objeto de regulamento específico.

Parágrafo único. O Ministério do Meio Ambiente deverá propor regulamentação de cada categoria de unidade de conservação, ouvidos os órgãos executores.

Art. 47. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 48. Fica revogado o Decreto no 3.834, de 5 de junho de 2001.

Brasília, 22 de agosto de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Carvalho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.8.2002

Anexo J - Lei n. 6.902, de 27 de abril de 1981

Regulamento

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art . 1º - Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.

§ 1º - 90% (noventa por cento) ou mais da área de cada Estação Ecológica será destinada, em caráter permanente, e definida em ato do Poder Executivo, à preservação integral da biota.

§ 2º - Na área restante, desde que haja um plano de zoneamento aprovado, segundo se dispuser em regulamento, poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural.

§ 3º - As pesquisas científicas e outras atividades realizadas nas Estações Ecológicas levarão sempre em conta a necessidade de não colocar em perigo a sobrevivência das populações das espécies ali existentes.

Art . 2º - As Estações Ecológicas serão criadas pela União, Estados e Municípios, em terras de seus domínios, definidos, no ato de criação, seus limites geográficos e o órgão responsável pela sua administração.

Art . 3º - Nas áreas vizinhas às Estações Ecológicas serão observados, para a proteção da biota local, os cuidados a serem estabelecidos em regulamento, e na forma prevista nas Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Art . 4º - As Estações Ecológicas serão implantadas e estruturadas de modo a permitir estudos comparativos com as áreas da mesma região ocupadas e modificadas pelo homem, a fim de obter informações úteis ao planejamento regional e ao uso racional de recursos naturais.

Art . 5º - Os órgãos federais financiadores de pesquisas e projetos no campo da ecologia darão atenção especial aos trabalhos científicos a serem realizados nas Estações Ecológicas.

Art . 6º - Caberá ao Ministério do Interior, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, zelar pelo cumprimento da destinação das Estações Ecológicas, manter organizado o cadastro das que forem criadas e promover a realização de reuniões científicas, visando à elaboração de planos e trabalhos a serem nelas desenvolvidos. (Vide Lei nº 7.804, de 1989)

Art . 7º - As Estações Ecológicas não poderão ser reduzidas nem utilizadas para fins diversos daqueles para os quais foram criadas.

§ 1º - Na área reservada às Estações Ecológicas será proibido:

- a) presença de rebanho de animais domésticos de propriedade particular;
- b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não importem em prejuízo para a manutenção da biota nativa, ressalvado o disposto no § 2º do art. 1º;
- c) porte e uso de armas de qualquer tipo;
- d) porte e uso de instrumentos de corte de árvores;
- e) porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura.

§ 2º - Quando destinados aos trabalhos científicos e à manutenção da Estação, a autoridade responsável pela sua administração poderá autorizar o uso e o porte dos objetos mencionados nas alíneas c , d e e do parágrafo anterior.

§ 3º - A infração às proibições estabelecidas nesta Lei sujeitará o infrator à apreensão do material proibido, pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, e ao pagamento de indenização pelos danos causados.

§ 4º - As penalidades previstas no parágrafo anterior serão aplicadas pela Administração da Estação Ecológica.

Art . 8º - O Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Art . 9º - Em cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo:

a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;

b) a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;

c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;

d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.

§ 1º - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, ou órgão equivalente no âmbito estadual, em conjunto ou isoladamente, ou mediante convênio com outras entidades, fiscalizará e supervisionará as Áreas de Proteção Ambiental. (Vide Lei nº 7.804, de 1989)

§ 2º - Nas Áreas de Proteção Ambiental, o não cumprimento das normas disciplinadoras previstas neste artigo sujeitará os infratores ao embargo das iniciativas irregulares, à medida cautelar de apreensão do material e das máquinas usadas nessas atividades, à obrigação de reposição e reconstituição, tanto quanto possível, da situação anterior e a imposição de multas graduadas de Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$2.000,00 (dois mil cruzeiros), aplicáveis, diariamente, em caso de infração continuada, e reajustáveis de acordo com os índices das ORTNs - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

§ 3º - As penalidades previstas no parágrafo anterior serão aplicadas por iniciativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ou do órgão estadual correspondente e constituirão, respectivamente, receita da União ou do Estado, quando se tratar de multas. (Vide Lei nº 7.804, de 1989)

§ 4º - Aplicam-se às multas previstas nesta Lei as normas da legislação tributária e do processo administrativo fiscal que disciplinam a imposição e a cobrança das penalidades fiscais.

Art . 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art . 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de abril de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Mário David Andreazza

Anexo L – Decreto estadual n. 24646, de 20 de janeiro de 1986

Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá providências correlatas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 2º, da Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, Decreta :

Artigo 1º - É criada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins em terras dos Municípios de Iguape, Peruíbe, Miracatu e Itariri, com a finalidade de assegurar a integridade dos ecossistemas exigentes e de proteger sua flora e fauna, bem como sua utilização com objetivos educacionais e científicos.

Artigo 2º - A Estação Ecológica de Juréia-Itatins abrange uma área total de 82.000 hectares, aproximadamente, integrada pela reserva florestal da Serra dos Itatins, classificada como floresta remanescente pelo Decreto nº 31.650, de 8 de abril de 1958, por área declaradas devolutas estaduais, e outras compreendidas na faixa litorânea do Estado de São Paulo, entre os Municípios de Peruíbe e Iguape e no interior abrangendo terras dos Municípios de Miracatu e Itariri, compreendida entre 24º 20' e 24º 40' de latitude sul e entre 47º 00' e 47º 30' de longitude oeste, correspondendo a mais ou menos 820 Km² (oitocentos e vinte quilômetros quadrados) ou 82.000há. (oitenta e dois mil hectares) e com os seguintes contornos: inicia-se no ponto 01, localizado na foz do Rio Una do Prelado ou Comprido, próximo ao Porto do Prelado na praia da Juréia (ponto 01) segue a montante pelo Rio Una do Prelado até a confluência com o Ribeirão Piraçununga (ponto 02) segue em linha reta em direção Noroeste até a confluência do Rio das Pedras com o Rio do Engenho (ponto 03) segue a jusante pelo Rio das Pedras até a confluência com o Rio Itinguçu (ponto 04) segue a montante pelo Rio Itinguçu até a confluência com o Rio Branco da Serra (ponto 05) segue a montante pelo Rio Branco da Serra até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros (ponto 06) segue inicialmente em direção Oeste e depois em direção Leste pela curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros até o cruzamento com o Rio Itimirim (ponto 07) segue a montante pelo Rio Itimirim até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 400 (quatrocentos) metros (ponto 08) segue em linha reta em direção Nordeste até a confluência do Ribeirão Travessão com o Rio do Bananal (ponto 09) segue a montante pelo Rio do Bananal até a confluência com o Ribeirão Jacuguaçu (ponto 10) segue a montante pelo Ribeirão Jacuguaçu até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 400 (quatrocentos) metros (ponto 11) segue em linha reta em direção Oeste até o cruzamento da divisa dos municípios de Miracatu e Pedro de Toledo com a curva de nível de cota altimétrica 500 (quinhentos) metros próximo à nascente do Ribeirão Braço do Meio (ponto 12), segue inicialmente em direção Leste pela divisa dos municípios de Itariri e Pedro de Toledo e depois pela divisa dos municípios de Iguape e Pedro de Toledo até encontrar o limite do município de Itariri (ponto 13) segue em direção Norte pela divisa dos municípios de Itariri e Pedro de Toledo até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros próximo à nascente do Córrego do Açude (ponto 14) segue em direção Leste pela curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros até o cruzamento com a divisa dos municípios de Peruíbe e Itariri próximo à nascente do Ribeirão do Cabuçu (ponto 15) segue em direção Leste pela divisa dos municípios de Peruíbe e Itariri até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros (ponto 16) segue em linha reta em direção Norte até o cruzamento do Ribeirão do Cabuçu com a curva de nível de cota altimétrica 400 (quatrocentos) metros (ponto 17), segue a jusante pelo Ribeirão do Cabuçu até o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros (ponto 18) segue inicialmente em direção Leste e depois em direção Oeste pela curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros até o cruzamento com o Ribeirão Urubuqucaba (ponto 19) segue a jusante pelo Ribeirão Urubuqucaba até a confluência com o Rio Pereque (ponto 20) segue em linha reta em direção Sudeste até o cruzamento do Rio Tetequera com a curva de nível de cota altimétrica 20 (vinte) metros (ponto 21) segue à jusante pelo Rio Tetequera até a confluência com o Rio Guaraú

(ponto 22) segue a jusante pelo Rio Guaraú até a sua foz no Oceano Atlântico (ponto 23) segue em direção Sudeste pela linha do litoral passando pelas praias do Guaraú, Arpoador, Juquiá, Una, Rio Verde e Ponta da Juréia até o ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

Parágrafo único - Ficam excluídas da superfície compreendida nos limites geográficos descritos neste artigo, uma área de terras destinada ao estabelecimento dos Índios Guaranis, objeto do Decreto nº 41.535, de 23 de janeiro de 1962, e a área declarada prioritária, para fins de reforma agrária, objeto do Decreto Federal nº 92.287, de 9 de janeiro de 1986.

Artigo 3º - Cabe ao Instituto Florestal, órgão da Coordenadoria de Pesquisa dos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a instalação e a administração da Estação Ecológica de Juréia - Itatins, que, para tanto, poderá vir a celebrar convênio com a Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Artigo 4º - Serão declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as eventuais áreas particulares encontradas no âmbito dos limites geográficos da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, fixados no artigo 2º deste decreto, observadas no processo ex-proprietário, as normas legais e regulamentares pertinentes à espécie.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio dos Bandeirantes, 20 de janeiro de 1986.

FRANCO MONTORO

Nelson Mancini Nicolau, Secretário de Agricultura e Abastecimento.

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 20 de janeiro de 1986.

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 20 de janeiro de 1986.

Anexo M – Decreto estadual n. 26714 de 06 de fevereiro de 1987**Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação área de terras situada nos municípios de Peruíbe e Iguape, destinada à implantação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá outras providências**

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 153, § 22, da Constituição Federal, 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 2, de 30 de outubro de 1969, combinados com os artigos nº 2º, 5º, alínea k, e 6º do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, Decreta:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública, para ser desapropriada pela Fazenda do Estado de São Paulo, por via amigável ou judicial, uma área de terras de aproximadamente 18.584ha. (dezoito mil, quinhentos e oitenta e quatro hectares) e as respectivas benfeitorias eventualmente existentes, situada nos municípios de Peruíbe e Iguape e necessária ao Instituto Florestal da Coordenadoria de Pesquisa dos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para, em conjunto com outros órgãos estaduais e federais, ser implantada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, criada pelo Decreto nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986, com as medidas, limites e confrontações indicados no memorial descritivo elaborado pela Terrafoto S/A - Atividades de Aerolevantamentos constantes do GG 2.165/85, a saber: "Inicia-se no ponto 38 de Latitude 24º 26'33" Sul e Longitude 47º 04'44" Oeste, situado na confluência do Rio Comprido ou Una do Prelado com a linha do litoral do Oceano Atlântico, deste segue por 31.093,00m, passando pelas praias do Una, Rio Verde e Ponta da Juréia até o ponto 01, situado na confluência da linha do litoral com o Rio Comprido ou Una do Prelado; deste segue por 7.218,00m, à montante pelo Rio Comprido ou Una do Prelado, confrontando com o 22º Perímetro de Iguape até o ponto 2 situado na confluência da linha do Decreto nº 24.646 com o Rio Comprido ou Una do Prelado; deste segue por 3.481,00m, à montante pelo Rio Comprido ou Una do Prelado confrontando com a Área Formada pelos Perímetros 22º (parte), 25º (parte), 26º, 27º, 28º, 29º de Iguape até o ponto 37 situado na confluência do Rio do Carvalho com o Rio Comprido ou Una do Prelado; deste segue por 53.146m, à montante pelo Rio Comprido ou Una do Prelado, confrontando com o 9º Perímetro de Iguape até o ponto 38, ponto inicial desta descrição".

Artigo 2º - Fica excluída da presente declaração de utilidade pública uma área de 47,97ha (quarenta e sete hectares e noventa e sete centiares) pertencente ao Estado de São Paulo e referente à Gleba 3 do 10º Perímetro de Iguape, incorporada ao patrimônio estadual pelo Processo Especial nº 2.965 e que deverá ser, de imediato, destinado ao Instituto Florestal da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para os fins do Decreto nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986.

Artigo 3º - Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 e parágrafos do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 4º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, suplementado se necessário.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Anexo N – Decreto n. 26715, de 06 de fevereiro de 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação áreas de terras situadas nos municípios de Miracatu, Pedro de Toledo e Itariri, destinadas à implantação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá outras providências

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 153, § 22, da Constituição Federal, 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 2, de 30 de outubro de 1969, combinados com os artigos nº 2º, 5º, alínea k, e 6º do Decreto-lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, Decreta:

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública, para serem desapropriadas pela Fazenda do Estado de São Paulo, por via amigável ou judicial, 5 (cinco) áreas de terras somando 8.552ha (oito mil e quinhentos e cinquenta e dois hectares) e as respectivas benfeitorias eventualmente existentes, situadas nos municípios de Miracatu, Pedro de Toledo e Itariri e necessárias ao Instituto Florestal da Coordenadoria de Pesquisa dos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para, em conjunto com outros órgãos estaduais e federais, ser implantada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, criada pelo Decreto nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986, com as medidas, limites e confrontações indicadas nos memoriais descritivos elaborados pela Terrafoto S/A - Atividades de Aerolevantamentos constantes do GG 2.165/85, a saber: 1) - Área do 20.º Perímetro de Iguape (parte) - Área 1 (4.551ha) - Inicia-se no ponto 9 de Latitude 24º 20'11"Sul e Longitude 47º 27'04" Oeste, situado na confluência do Ribeirão Travessão com o Rio do Bananal; deste, segue por 3257,00m, à montante, pelo Rio do Bananal, até o ponto 10 situado na confluência do Rio do Bananal com o Ribeirão Jacuguaçu; deste, segue por 4840,00m, à montante, pelo Ribeirão Jacuguaçu, até o ponto 11, situado na confluência do Ribeirão Jacuguaçu com a linha do Decreto nº 24.646; deste segue com o rumo de 87º 53'55"SE e distância de 4.039,70m, pela linha do decreto até o ponto 12, situado na confluência da reta com a Divisa de Municípios de Iguape e Pedro de Toledo; deste segue com o rumo de 15º 39'42"SE e distância de 496,78m, pela divisa de municípios, até o ponto 40, situado na confluência da divisa de municípios com a Serra dos Moraes, tendo confrontado do ponto 09 ao ponto 40 com o 20º Perímetro de Iguape; deste segue por 5.575,00m, pela Serra dos Moraes ° até o ponto 39, situado na confluência da Serra dos Moraes com a linha do Decreto nº 92.287; deste segue com o rumo de 02º 30'55"SE e distância de 6.280,00m pela linha do decreto, até o ponto 28 situado na confluência da linha do decreto com a Serra do Bananal, tendo confrontado do ponto 40 ao ponto 28 com a Área do Decreto nº 92.287, de 9 de janeiro de 1986; deste segue por 14.273,00m, pela Serra do Bananal, confrontando com a Área formada pelos Perímetros 22º (parte), 25º (parte), 26º, 27º, 28º, 29º de Iguape até o ponto 27, situado na confluência da Serra do Bananal com a linha do Decreto nº 24.646; deste segue com o rumo de 21º 23'55"NE e distância de 4.139,98m, pela linha do decreto, confrontando com o 20º Perímetro de Iguape até o ponto 9, ponto inicial desta descrição". - 2) Área do 20º Perímetro de Iguape (Parte) - Área 2 (391 ha aproximadamente) - "Inicia-se no ponto 24 de Latitude 24º 19'51"Sul e Longitude 47º 20'38" Oeste, situado na confluência da Serra dos Moraes com a Divisa de Municípios de Iguape e Pedro de Toledo; deste segue por 3.168,00m, pela divisa de municípios, confrontando com o 20º Perímetro de Iguape, até o ponto 25 situado na confluência da divisa de municípios com a Serra do Meio; deste segue por 4.382,00m, pela Serra do Meio, confrontando com a Área formada pelos Perímetros 22º (parte), 25º (parte), 26º, 27º, 28º, 29º de Iguape, até o ponto 29 situado na confluência da Serra do Meio com a linha do Decreto nº 92.287; deste segue com o rumo de 07º 05'21"NW e distância de 3.688,17m, pela linha do decreto, confrontando com a Área do Decreto nº 92.287, de 9 de janeiro e 1986 até o ponto 24, ponto inicial desta descrição." 3) Área do 18º Perímetro de Peruíbe (Parte) - Área 1 (2.242 ha aproximadamente) - "Inicia-se no ponto 14 de Latitude 24º 20'01" Sul e Longitude 47º 14'05"Oeste, situado

na confluência da Divisa de Municípios de Pedro de Toledo e Itariri com a curva de nível de cota altimétrica 700,00m, deste segue por 15.852,00m, pela curva de nível, confrontando com o 18º Perímetro de Peruíbe, até o ponto 42, situado na confluência da curva de nível com a Linha do Decreto nº 41.538; deste segue com o rumo de 04º 47'32"SE e distância de 1.243,04m, pela linha do decreto, confrontando com a Área do Decreto nº 41.538, de 28 de janeiro de 1963 até o ponto 46, situado na confluência da linha do decreto com a Serra dos Itatins; deste segue por 14.450,00m, pela Serra dos Itatins, confrontando com o 9º Perímetro de Iguape até o ponto 30, situado na confluência da Serra dos Itatins com a Divisa de municípios de Pedro de Toledo e Itariri; deste segue por 1.260,00m, pela divisa de municípios, confrontando com a Área formada pelos Perímetros 22º (parte), 25º (parte), 26º, 27º, 28º, 29º de Iguape até o ponto 13, situado na confluência da Divisa de Municípios de Pedro de Toledo e Iguape e da Divisa de Pedro de Toledo e Itariri; deste segue por 5.008,00m, pela divisa de municípios, confrontando com o 20º Perímetro de Iguape até o ponto 14, ponto inicial desta descrição." - 4) Área do 18º Perímetro de Peruíbe (Parte) - Área 2 (1.348 ha aproximadamente) - "Inicia-se no ponto 18 da Latitude 24º 19'26"Sul e Longitude 47º 04'54" Oeste, situado na confluência do Ribeirão Cabuçu com a curva de nível de cota altimétrica 100,00m, deste segue por 10.939,00m, pela curva de nível, confrontando com o 18º Perímetro de Peruíbe até o ponto 26 situado na confluência da curva de nível com a Serra do Peruíbe; deste segue por 7.596,00m, pela Serra do Peruíbe, confrontando com Área fora de Perímetro Discriminado ou em Discriminação, até o ponto 47 situado na confluência da Serra do Peruíbe com a Linha do Decreto nº 41.538; deste segue com o rumo de 62º 13'22"NW e distância de 1.570,29m, pela linha do decreto, confrontando com a Área do Decreto nº 41.538, de 28 de janeiro de 1963 até o ponto 45, situado na confluência da linha do decreto com o Ribeirão Cabuçu; deste segue por 1.696,00m, à jusante pelo Ribeirão Cabuçu, confrontando com 18º Perímetro de Peruíbe, até o ponto 18, ponto inicial desta descrição." 5) - Área do 18º Perímetro de Peruíbe (Parte) - Área 3 (20 ha aproximadamente) - "Inicia-se no ponto 44 de Latitude 24º 20'15"Sul e Longitude 47º 06'08"Oeste, situado na curva de nível de cota altimétrica 700,00m com a linha do Decreto nº 41.538; deste segue com o rumo de 22º 43'26"SW e distância de 806,20m, pela linha do decreto até o ponto 48 situado na confluência de dois alinhamentos do Decreto nº 41.538; deste segue com o rumo de 69º 13'44"SW e distância de 389,92m, pela linha do decreto, até o ponto 43, situado na confluência da linha do decreto com a curva de nível de cota altimétrica 700,00m, tendo confrontado do ponto 44 até o ponto 43 com a área do Decreto nº 41.538, de 28 de janeiro de 1963; deste segue por 1.309,00m, pela curva de nível, confrontando com o 18º Perímetro de Peruíbe até o ponto 44, ponto inicial desta descrição."

Artigo 2º - As terras devolutas que já foram apuradas em discriminação administrativa promovida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e eventualmente abrangidas pela presente declaração de utilidade pública, desde que não tenham sido transmitidas em caráter definitivo a particulares na forma do Decreto nº 5.824, de 3 de fevereiro de 1933 e da Lei nº 5.994, de 30 de dezembro de 1960, serão incorporadas e destinadas ao Instituto Florestal da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para os fins do Decreto nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986, nos termos dos incisos I e IV do artigo 4º da Lei nº 4.925, de 19 de dezembro de 1985.

Parágrafo único - Para os fins constantes do "caput" deste artigo, o Instituto de Assuntos Fundiários da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários deverá, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, tomar as providências cabíveis.

Artigo 3º - Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 e parágrafos do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 4º - Os recursos para a execução do presente decreto correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, suplementado se necessário.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de fevereiro de 1987. FRANCO MONTORO

Anexo O – Decreto estadual n. 26716, de 06 de fevereiro de 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação áreas de terras situadas nos municípios de Itariri, Peruíbe e Iguape, destinadas à implantação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá outras providências

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 153, § 22, da Constituição Federal, 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 2, de 30 de outubro de 1969, combinados com os artigos nº 2º, 5º, alínea K, e 6º do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, Decreta:

Artigo 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para serem desapropriadas pela Fazenda do Estado de São Paulo, por via amigável ou judicial, duas áreas de terras somando aproximadamente 25.239 ha (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e nove hectares) e as respectivas benfeitorias eventualmente existentes, situadas nos municípios de Itariri, Peruíbe e Iguape e necessárias ao Instituto Florestal da Coordenadoria de Pesquisa dos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para, em conjunto com outros órgãos estaduais e federais, ser implantada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, criada pelo Decreto nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986, com as medidas, limites e confrontações indicadas nos memoriais descritivos elaborados pela Terrafoto S/A - Atividades de Aerolevantamentos constantes do GG 2.165/85, a saber: 1) Área formada pelos Perímetros 22º (Parte, 25º (Parte), 26º, 27º, 28º e 29º de Iguape: (20.724/Ha aproximadamente) - "Inicia-se no ponto 25 de Latitude 24º 20'19" Sul e Longitude de 47º 19'07" Oeste, situado na confluência da Serra do Meio com a Divisa de municípios de Iguape e Pedro de Toledo; deste segue por 12543,00m, pela Divisa de municípios, confrontando com o 20º Perímetro de Iguape, até o ponto 13, situado na confluência da Divisa de municípios de Iguape e Pedro de Toledo com a Divisa de municípios de Pedro de Toledo e Itariri; deste segue 1.260,00m, pela Divisa de Municípios, confrontando com o 18º Perímetro de Peruíbe (parte) Área 1, até o ponto 30, situado na confluência da Divisa de Municípios com a Serra dos Itatins; deste segue por 12491,00m pela Serra dos Itatins, até o ponto 34, situado na confluência da Serra dos Itatins com o Rio Aguapeú; deste segue por 9327,00m, à jusante pelo Rio Aguapeú, até o ponto 35, situado na confluência do Rio Aguapeú com o Rio das Pedras; deste segue por 2404,00m, à montante pelo Rio das Pedras, até o ponto 36, situado na confluência do Rio das Pedras com o Rio do Carvalho; deste segue por 9.256,00m, à jusante pelo Rio do Carvalho, até o ponto 37, situado na confluência do Rio do Carvalho com o Rio Comprido ou Una do Prelado, tendo confrontado do ponto 30 ao ponto 37 com o 9º Perímetro de Iguape; deste segue por 3.481,00m à jusante pelo Rio Comprido ou Una do Prelado, confrontando com o 10º Perímetro de Iguape até o ponto 02, situado na confluência do Rio Comprido ou Una do Prelado com a Linha do Decreto nº 24.646; deste segue com o rumo de 48º 09'02"NW e distância de 14.964,38m, pela linha do decreto, até o ponto 03 situado na confluência da Linha do Decreto com o Rio das Pedras; deste segue por 10.000,00m, à jusante pelo Rio das Pedras, até o ponto 4 situado na confluência do Rio das Pedras com o Rio Itinguçu, tendo confrontado do ponto 2 ao ponto 4 com o 22º Perímetro de Iguape; deste segue por 14.130,00m, à montante pelo Rio Itinguçu, confrontando com o 24º Perímetro de Iguape até o ponto 41, situado na confluência do Ribeirão da Serra com o Rio Itinguçu; deste segue por 3.000,00m, à montante pelo Rio Itinguçu até o ponto 5 situado na confluência do Rio Itinguçu com o Rio Branco da Serra; deste segue por 3.142,00m, à montante pelo Rio Branco da Serra, até o ponto 06 situado na confluência do Rio Branco da Serra com a curva de nível de cota altimétrica 100,00m; deste segue por 19599,00m, pela curva de nível até o ponto 7, situado na confluência da curva de nível com o Rio Itimirim; deste segue por 3.488,00m, à montante pelo Rio Itimirim, até o ponto 08 situado na confluência do Rio Itimirim com a Linha do Decreto nº 24.646; deste segue com o rumo de 21º 51'28"NE e distância de 355,19m, pela linha do decreto até o ponto 27 situado na confluência

da linha do decreto com a Serra do Bananal, tendo confrontando do ponto 41 ao ponto 27 com Perímetro de Iguape; deste segue por 14.273,00m, pela Serra do Bananal, confrontando com o 20º Perímetro de Iguape (parte) Área 1, até o ponto 28, situado na confluência da Serra do Bananal com a Linha do Decreto nº 92.287; deste segue por 6.755,00m pela Serra do Bananal até o ponto 29, confrontando com a Área do Decreto nº 92.287, de 9 de janeiro de 1986 até o ponto 29, situado na confluência da Serra do Bananal com a Serra do Meio; deste segue por 4.382,00m pela Serra do Meio, confrontando com o 20º Perímetro de Iguape (parte) Área 2, até o ponto 25, ponto inicial desta descrição" . 2) - Área fora de perímetro discriminado ou em discriminação (4.515 ha aproximadamente) - "Inicia-se no ponto 26 de Latitude 24º 20'23" Sul e Longitude 47º 00'15 "Oeste, situado na confluência da Serra do Peruíbe com a curva de nível de cota altimétrica 100,00m; deste segue por 14.739,00m, pela curva de nível, até o ponto 19 situado na confluência da curva de nível com o Ribeirão Urubuçucaba;; deste segue por 1.016,00m, à jusante pelo Ribeirão Urubuçucaba, até o ponto 20, situado na confluência do Ribeirão Urubuçucaba com a Linha do Decreto nº 24.646; deste segue com o rumo de 55º 51'46"SW e distância de 3.191,80m, pela linha do decreto até o ponto 21 situado na confluência da linha do decreto com o Rio Tetequera; deste segue por 3.631,00m à jusante pelo Rio Tetequera até o ponto 22 situado na confluência do Rio Tetequera com o Rio Guaraú; deste segue por 7.823,00m, à jusante pelo Rio Guaraú, até o ponto 23, situado na foz do Rio Guaraú no Oceano Atlântico, tendo confrontado do ponto 26 até o ponto 23 com Área fora de Perímetro Discriminado ou em Discriminação, deste segue por 2.166,00m, pela linha do litoral, passando pelas praias do Guaraú e Arpoador até o ponto 33, situado na confluência da linha do litoral com um contraforte; deste segue por 12.128,00m, pelo contraforte até o ponto 32, situado na confluência do contraforte com a Divisa dos Municípios de Iguape e Peruíbe; desta segue com 4.139,00m, pela divisa de Municípios até o ponto 31 situado na confluência da divisa de Municípios com a Serra de Peruíbe, tendo confrontado do ponto 33 até o ponto 31 com o 9º Perímetro de Iguape; deste segue por 5.695,00m, pela Serra do Peruíbe, confrontando com a Área do Decreto nº 41.538, de 28 de janeiro de 1963, até o ponto 47 situado na confluência da Linha do Decreto nº 41.538 com a Serra do Peruíbe; deste segue por 7.596,00m, pela Serra do Peruíbe, confrontando com o 18º Perímetro de Peruíbe (parte) Área 2, até o ponto 33, ponto inicial desta descrição."

Artigo 2º - A presente declaração de utilidade pública objetiva viabilizar o imediato acesso da Fazenda do Estado de São Paulo às glebas expropriandas, reservando-se a expropriante o direito de intentar ações discriminatórias objetivando extremar as glebas devolutas das particulares, nas áreas indicadas no artigo anterior.

Artigo 3º - Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 e parágrafos do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 4º - Os recursos para a execução do presente decreto correrão por conta do Orçamento Programa Vigente. suplementado se necessário.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Anexo P – Decreto estadual n. 26717, de 06 de fevereiro de 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terras situada nos municípios de Peruíbe e Iguape, destinada à implantação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá outras providências

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 153, § 22, da Constituição Federal, 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 2, de 30 de outubro de 1969, combinados com os artigos 2º, 5º alínea k, e 6º do Decreto-lei Federal nº 3.365 de 21 junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, Decreta:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública, para ser desapropriada pela Fazenda do Estado de São Paulo, por via amigável ou judicial, uma área de terras de aproximadamente 27.559 ha (vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e nove hectares) e as respectivas benfeitorias eventualmente existentes, situada nos municípios de Peruíbe e Iguape e necessária ao Instituto Florestal da Coordenadoria de Pesquisa dos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para, em conjunto com outros órgãos estaduais e federais, ser implantada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, criada pelo Decreto nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986, com as medidas, limites e confrontações indicados no memorial descritivo elaborado pela Atividade de Aerolevantamentos - TERRAFOTO S.A. e constantes do GG 2.165/85, a saber: Inicia-se no ponto 30, de Latitude 24º 22'19"Sul e Longitude 47º 14'52" Oeste, situado na confluência da Divisa dos Municípios de Pedro de Toledo e Itariri com a Serra dos Itatins; deste segue por 14.450,00m, pela Serra dos Itatins, confrontando com o 18º Perímetro de Peruíbe (parte) Área 1, até o ponto 46 situado na confluência da linha do Decreto nº 41.538 com a Serra dos Itatins; deste segue por 2.439,00m, pela Serra dos Itatins, confrontando com a Área do Decreto nº 41.538, de 28 de janeiro de 1963, até o ponto 31, situado na confluência da Serra dos Itatins com a Divisa de Municípios de Peruíbe e Iguape; deste segue por 4.139m, pela divisa de município, até o ponto 32, situado na confluência da Divisa de Municípios com um contraforte; deste segue por 12.280,00m, pelo contraforte, até o ponto 33 situado na confluência do contraforte com a linha do litoral do Oceano Atlântico tendo confrontando do ponto 31 a ponto 33 com a Área fora de Perímetro Discriminado ou com Discriminação, deste segue por 14.629,00m, passando pelas praias do Juquiá e Una até o ponto 38 situado na confluência da linha do litoral com o Rio Comprido ou Una do Prelado; deste segue por 53.146,00m, à jusante pelo Rio Comprido ou Una do Prelado, confrontando com o 10º Perímetro de Iguape até o ponto 37 situado na confluência do Rio Comprido ou Una do Prelado com o Rio do Carvalho; deste segue por 9.256,00m à jusante pelo Rio do Carvalho, até o ponto 36, situado na confluência do Rio do Carvalho com o Rio das Pedras, deste segue por 2.404,00m, até o ponto 35 situado na confluência do Rio das Pedras com o Rio Aguapeú; deste segue por 9.327,00, à montante pelo Rio Aguapeú, até o ponto 34, situado na confluência do Rio Aguapeú com a Serra dos Itatins; deste segue por 12.491,00m, pela Serra dos Itatins, confrontando com a Área formada pelos Perímetros 22º (parte), 25º (parte) 26º, 27º, 28º e 29º de Iguape, do ponto 37 ao ponto 30, ponto inicial desta descrição.

Artigo 2º - A presente declaração de utilidade pública objetiva viabilizar o imediato acesso da Fazenda do Estado de São Paulo à gleba expropriada, não implicando tal medida em qualquer reconhecimento da existência de domínio particular nas áreas já julgadas devolutas e referidas no artigo 3º.

Artigo 3º - Reserva-se à Fazenda do Estado de São Paulo o direito de pleitear o prosseguimento da demarcação na ação discriminatória do 9º (nono) Perímetro de Iguape, objetivando extremar às terras já declaradas devolutas por sentença transitada em julgado das que foram declaradas particulares, sem prejuízo do disposto no artigo 1º do presente decreto.

Artigo 4º - Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 e parágrafos do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de maio de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta do Orçamento Programa Vigente, suplementado se necessário.

Artigo 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Anexo Q – Decreto estadual n. 32412, de 01 de outubro de 1990

Estabelece condições para a implantação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, fixa critérios para a identificação das comunidades tradicionais locais e dá outras providências

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e Considerando a necessidade de organizar e sistematizar os procedimentos de implantação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, mediante os respectivos plano diretor e zoneamento;

Considerando a necessidade de compatibilizar as atividades das comunidades tradicionais locais com os objetivos de conservação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, Decreta:

Artigo 1º - A Secretaria do Meio Ambiente, para a implantação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, criada nos termos da Lei nº 5.649, de 28 de abril de 1987, concluirá, com a colaboração das associações de moradores na área, e no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste decreto, o cadastro que identificará os moradores integrantes das comunidades tradicionais situadas na mencionada Estação, cuja caracterização é definida no artigo 3º.

Parágrafo único - Aos integrantes das comunidades tradicionais referidas no "caput", que comprovadamente subsistam da pesca, agricultura e prestação de serviços aos moradores locais, será assegurado o exercício dessas atividades, desde que realizadas de forma compatível com os objetivos da Estação Ecológica, nos termos de seu plano diretor e respectivo zoneamento.

Artigo 2º - A Secretaria do Meio Ambiente concluirá, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação deste decreto, o plano diretor da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, e respectivo zoneamento, que deverão ser submetidos à aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA.

Parágrafo único - Após a aprovação pelo CONSEMA, a Secretaria do Meio Ambiente terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão do detalhamento do plano diretor e zoneamento mencionados no "caput", para o qual serão convidados representantes dos moradores e de entidades ambientalistas.

Artigo 3º - Integram as comunidades tradicionais aqueles que têm morada habitual e principal atividade de subsistência no local, em área de ocupação efetiva de até 10 (dez) hectares.

§ 1º - Os ocupantes de áreas que excederem o limite previsto no "caput" poderão ser qualificados como integrantes de comunidades tradicionais, a critério do órgão administrador competente, e nos termos do plano diretor da unidade e do respectivo zoneamento.

§ 2º - Somente serão considerados integrantes das comunidades tradicionais, nos termos deste artigo, aqueles que exercerem suas atividades de subsistência de forma compatível com os objetivos de conservação previstos para a Estação Ecológica, conforme o respectivo plano diretor.

Artigo 4º - Não se invocará o caráter de urgência previsto nos DECRETOS nº 26.714, 26.715, 26.716 e 26.717, todos de 6 de fevereiro de 1987, com respeito às expropriações relativas às áreas que estiverem configuradas nas hipóteses definidas no artigo anterior.

Artigo 5º - Nos casos para os quais sejam consideradas indispensáveis a relocação de ocupantes integrantes de comunidades tradicionais, por motivos técnicos e de conformidade com o plano diretor e zoneamento da unidade, o órgão administrador competente estudará e proporá as medidas necessárias para identificar e prover áreas destinadas à referida relocação.

Artigo 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 1º de outubro de 1990.

ORESTES QUÉRCIA